



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

115/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, §4º, da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, inc. I e V do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, pedido de informação e maiores esclarecimentos sobre a fala apresentada pelo Presidente desta Casa, Vereador Gabriel, em seu discurso durante a discussão do Projeto de Lei nº 425/2022 na 3ª Reunião Ordinária do Plenário no dia 03/02/2023, em que apontou o seguinte:

*"(...)E pra fechar, o último assunto, segunda-feira passa a valer a outorga. A câmara tem como mudar? Não. A única pessoa que pode fazer algo a respeito do adiamento dessa validade chama-se Fuad Noman Filho, prefeito. Está fazendo? Está. É bom deixar isso claro aqui: **há equipes da Prefeitura trabalhando num projeto de lei, a ser enviado para a Câmara, para adiamento da questão da outorga.** E é bom que a Prefeitura deixe isso claro, sem mistério. Há visões internas diferentes da Prefeitura? Há. Há. E tudo bem. Isso chegando aqui, aí sim começa a tramitar".*

Diante dessa informação de que pode haver intuito da Prefeitura, ou qualquer tipo de procedimento ou estudo interno para adiamento da aplicação da outorga onerosa, prevista nos artigos 48 a 50 da Lei nº 11.181/2019 (Plano Diretor), cumpre solicitar informações a esse respeito. Em verdade, o pedido de informação também se baseia no fato de que a aplicação da outorga onerosa garantirá recursos ao Fundo Municipal de Habitação Popular - FMHP, importante mecanismo para a população deste Município.

Sobre esse ponto, diversas notícias<sup>1</sup> apontam que houve aumento da população em situação de rua no Município, e que a habitação continua sendo

<sup>1</sup> <https://bhaz.com.br/sem-categoria/populacao-situacao-rua-bh-triplica-10-anos/>

<https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2023/02/09/moradores-em-situacao-de-rua-triplicam-e-passam-de-5-mil-em-belo-horizonte>



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

importante questão social na cidade, sendo que o Fundo Municipal de Habitação Popular - FMHP vem como ferramenta necessária para combate à tão grave problema social, e corrobora do a luta para não alterar a legislação, em especial, não permitir o adiamento da aplicação da outorga onerosa.

Ante o exposto, requiero a Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, pedido de informação e maiores esclarecimentos, nos seguintes termos:

- 1- Há alguma equipe ou grupo de trabalho, na estrutura da Prefeitura de Belo Horizonte, que está analisando ou buscando proposições para alterar a Lei nº 11.181/2019 (Plano Diretor)? Em caso positivo, requer-se o envio de informações sobre o tema.
- 2- Em caso positivo, há análise específica com vistas a alterar os artigos 48 a 50 da referida lei? Em caso positivo, requer-se o envio de informações sobre o tema.
- 3- A Prefeitura busca, de alguma forma, discutir, debater ou propor alguma alteração na data de aplicação do instrumento de outorga onerosa no Município? Em caso positivo, requer-se o envio de informações sobre o tema.

Certo do atendimento, antecipo o agradecimento, renovando votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

WAGNER DE JESUS  
FERREIRA:03699681661  
1661

Assinado de forma digital por  
WAGNER DE JESUS  
FERREIRA:03699681661  
Dados: 2023.02.10 16:21:54  
-03'00'

Vereador Wagner Ferreira

PDT

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 10/02/2023 19:59:07 UTC  
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo RQN\_Informação Plano Diretor.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo bddaadfe1aac0e9cf6e9d8b5a5bc2aa92120  
1032bea8475123e2101cb8213a12  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=WAGNER DE JESUS FERREIRA:\*\*\*996816\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155,  
OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o  
padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 10/02/2023 19:21:54 UTC  
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

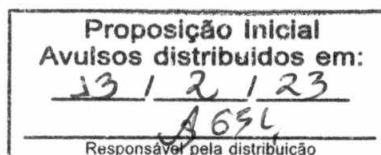
► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## Requerimento de Comissão

116/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre relatos de cidadãos do Bairro Floresta.

Recebemos no gabinete algumas reclamações sobre alguns estabelecimentos localizados entre a Avenida do Contorno e a Rua Silva Jardim, no Bairro Floresta. Segundo relato de cidadãos que moram próximo ao local, os estabelecimentos, principalmente nos finais de semana, colocam música ao vivo em altíssimo volume durante toda a madrugada, em desacordo com a legislação municipal de emissão de ruídos.

Ainda segundo os relatos, os estabelecimentos Piranha's Bar, localizado na Rua Silva Jardim, nº 15A; Espanta Crise, localizado na Avenida do Contorno, nº 1790; e Bar da Lola, localizado na Avenida do Contorno, nº 1822, têm ignorado as notificações e multas aplicadas pela PBH, Polícia Militar e Polícia Civil, desrespeitando a legislação, as autoridades e os moradores.

Diante da situação exposta, questiona-se:

- 1) Qual o tipo de alvará cada um dos referidos estabelecimentos possui? Esse alvará permite que os referidos estabelecimentos possuam música ao vivo?
- 2) Os referidos estabelecimentos estão com o alvará dentro do prazo de validade?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 13.02.23  
HORA: 11:42:02

3) A fiscalização municipal já notificou ou aplicou multas aos referidos estabelecimentos? Em caso afirmativo, favor informar quantas notificações/multas, os motivos e as respectivas datas.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ  
NOVO

Assinado de forma digital por FERNANDA  
PEREIRA ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.13 10:12:59 -03'00'

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

**ITI**Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informação

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com  
MP 2.200-2/2001

Data de verificação 13/02/2023 11:44:12 BRT  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Sil xxx-2023 - Requerimento de Comissão  
Vereadora Fernanda Altoé.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 157a3fab35aa4bbbd4099add07715dc86bdb1  
3fcea2c0acb7306ad51645e89  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão  
(ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 13/02/2023 10:12:59 BRT

## ► Informações do assinante

## ► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

13 / 2 / 23

4694

Responsável pela distribuição

## Requerimento de Comissão

**117/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Comissão, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre relatos de cidadãos do Bairro Sion.

Recebemos no gabinete demanda dos moradores do Bairro Sion sobre a utilização indevida de um espaço, localizado na Rua Correias, nº 11, esquina com a praça Deputado Renato Azeredo (Praça Alaska), no Território 2 da Regional CENTRO-SUL.

Segundo relato dos moradores, o lote (em forma de triângulo) se parece com um canteiro, mas vem sendo usado para depósito de lixo, entulhos de obras, caixas de papelão, restos de festas, entre outros (conforme foto em anexo).

Cabe destacar que a solicitação de limpeza do espaço já foi realizada por meio do site da prefeitura de Belo Horizonte (PBH) por duas vezes, originando os seguintes protocolos:

- Protocolo nº 31.00358987/2022-31
- Protocolo nº 31.00585564/2022-48

Os moradores relatam, que as solicitações, embora destacadas como concluídas, não foram devidamente atendidas, pois o problema persiste.

Diante da situação exposta, questiona-se:

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 13/02/23  
HORA. 11:42:11

- 1) A área supracitada é de propriedade pública ou privada? Em caso de propriedade pública, pertence ao Município, ao Estado ou à União?
- 2) Caso a área supracitada seja da PBH, quais os planos da prefeitura para a utilização do local?
- 3) Há a possibilidade de se instalar um ponto limpo, de forma a evitar o depósito de lixo e entulhos no local?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.13 10:13:25 -03'00'

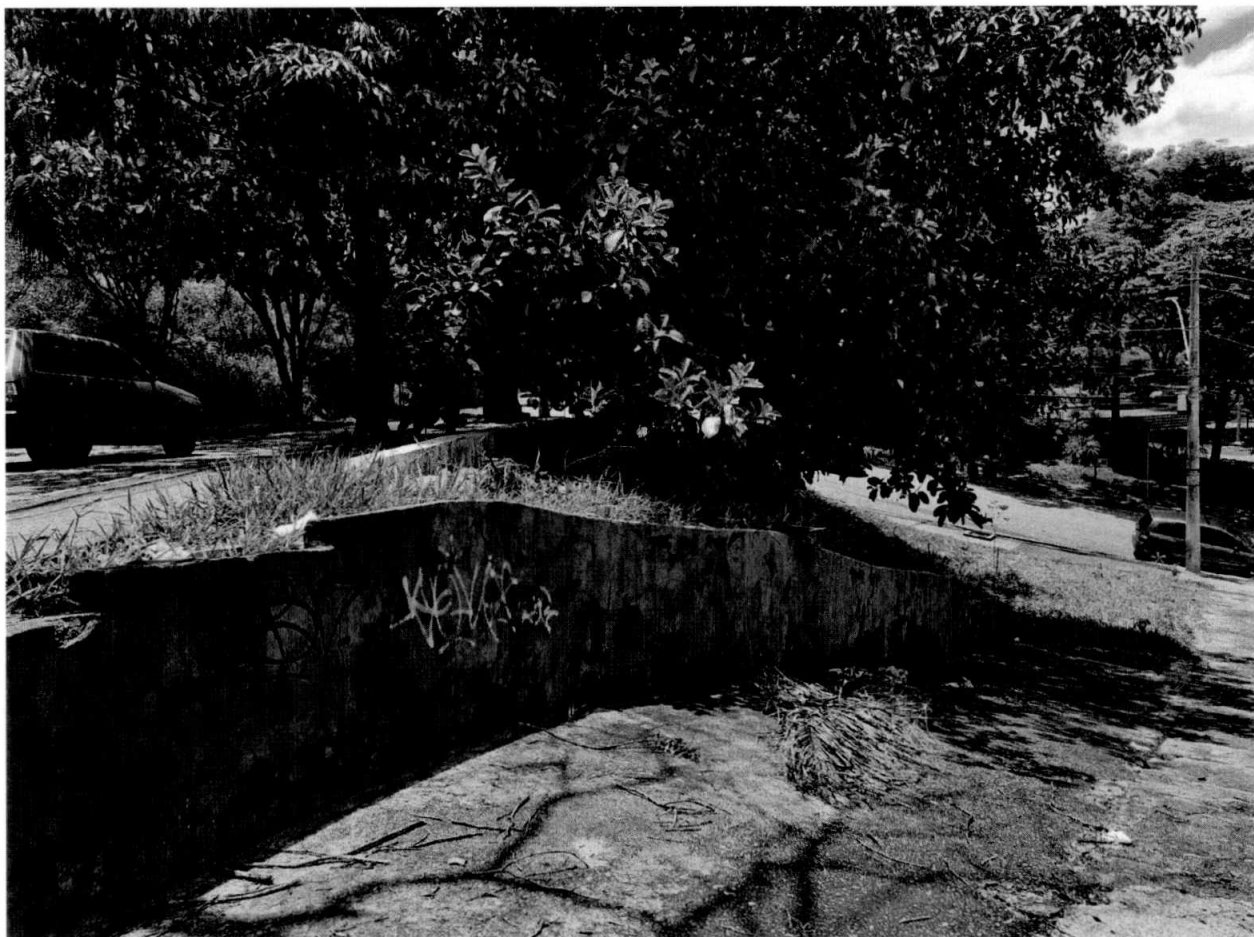
**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

## ANEXO



**ITI**Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informação

INÍCIO

TERMOS DE USO

F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com  
MP 2.200-2/2001

Data de verificação

13/02/2023 11:49:01 BRT

Versão do software

2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo

Sil 425-2023 - Requerimento de Comissão  
Vereadora Fernanda Altoé.pdf

Resumo SHA256 do arquivo

c62ad6e03b9b316646f3257db20c82029f1189f  
10da88314f8ffd5b21deefde1

Tipo do arquivo

PDF

Quantidade de assinaturas

1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade com o padrão  
(ISO 32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

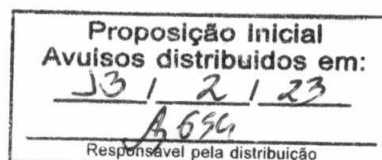
Correto

Data da assinatura

13/02/2023 10:13:25 BRT

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

## Requerimento de Comissão

124/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal de Meio Ambiente, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação contendo os seguintes questionamentos e solicitações sobre os contratos de capinagem e roçada da cidade de Belo Horizonte:

1 – Quais são as empresas prestadoras do serviço de capina e roçada no Município de Belo Horizonte? Favor enviar toda a documentação correlata (contratos, aditivos contratuais, etc.).

2 – Quais os valores pagos, anualmente, de 2016 a 2022, às empresas prestadoras do serviço? Favor enviar tabela discriminando os valores pagos durante o período, para cada um dos anos.

3 – Como funciona o serviço de capinagem no Município? Há um planejamento e uma periodicidade para a realização do serviço nas diversas áreas da cidade? Favor enviar o planejamento, se houver, e toda a documentação correlata.

4 – Qual a frequência do serviço prestado e como isso é controlado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)? Favor enviar documentos que comprovam a prestação do serviço.

5 – Com relação à execução do serviço de capina e roçada:

5.1 – Os serviços são prestados conforme demandas da cidade e dos cidadãos ou possui limites máximos contratuais?

5.2 – As empresas atuam a partir de ordens de serviço da Prefeitura? Existe um limite para atendimento de demandas pelas prestadoras do serviço ou as ações são remuneradas a partir do número de intervenções realizadas?

5.3 – Favor descrever detalhadamente como se dá a contratação e a execução dos serviços.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.13 10:07:59 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

**ITI**Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informação

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com  
MP 2.200-2/2001

Data de verificação	13/02/2023 11:57:31 BRT
Versão do software	2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Sil 426-23 - Requerimento de Comissão Vereadora Fernanda Altoé.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	94239ee076fea4913c557c3d470748f906d23544fa6515e9e172a5394043fdef
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	13/02/2023 10:07:59 BRT

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

13/2/23

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

RI **136/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Secretário Municipal de Meio Ambiente pedido de informação sobre o funcionamento do Abrigo de Equídeos da Prefeitura de BH, localizado no bairro Capitão Eduardo.

1. De que forma é gerenciado o espaço? Há participação de organização da sociedade civil na gestão?
2. Em caso de participação de organização da sociedade civil, solicito cópia na íntegra do instrumento jurídico que formaliza a parceria.
3. Como foi a forma de seleção do gestor do espaço?
4. Quem é o representante legal do gestor do espaço?
5. Quais são os valores repassados pela Prefeitura de Belo Horizonte para o funcionamento do abrigo?

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2023.

Ao Senhor

Professor Juliano Lopes

Presidente Interino da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**

14 / 02 / 2023

739  
**Responsável pela distribuição**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUER 137/2023

Senhor Presidente, Ciro Pereira

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa à Prefeitura de Belo Horizonte, para a Secretaria Municipal de Governo e para a Coordenadoria de Atendimento da Regional Pampulha, pedido de informação em relação a Avenida Fleming.

- 1) Quantas autuações foram realizadas aos estabelecimentos comerciais localizados na Av. Fleming no ano de 2022? Se possível, detalhar cada tipo de autuação e quantidade.
- 2) Em 2023, já teve autuações nesses estabelecimentos comerciais? Se sim, quantas? Se possível, detalhar cada tipo de autuação e quantidade.

Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

Vereador Ciro Pereira

**PTB**

Excelentíssimo Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

14 / 02 / 2023

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE CC

**169/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Estrada do Sanatório, no dia **15/03/2023 às 10:00 horas**. A visita técnica tem a finalidade de averiguar o abandono de animais no local.

Sendo assim, sugiro que sejam convidados:

- Leonardo Maciel – Gerente de Defesa dos Animais
- Guilherme Lana Pimenta - Secretário Adjunto de Meio Ambiente
- Mário Werneck - Secretário Municipal de Meio Ambiente
- Rodrigo Sérgio Prates - Secretário Municipal Adjunto de Segurança e Prevenção
- Crislem Martins - Coordenador da Unidade de Crimes Ambientais Urbanos da Guarda Civil Municipal de BH
- João Antônio Fleury Teixeira - Secretário da Regulação Urbana

**Ponto de encontro:** Rua Josefina Guimarães Vieira, nº 2595, Bairro Jardim Felicidade.

Dessa forma, peço deferimento.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023

  
**Vereador Wanderley Porto**  
**PATRIOTA**

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>14</u> / <u>12</u> / <u>23</u>
<u>AGS</u>
Responsável pela distribuição

CHB DIRLEG-14/fev/23-14.42.03-000576-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

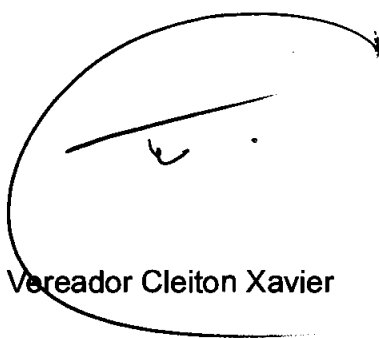
## Requerimento de Comissão

### 170/2023

Senhor Presidente,

Requeremos a esta comissão, nos termos do art. 76 combinado com o art. 82, § 2º, IV, ambos da Lei Orgânica, e do art. 165 do Regimento Interno, sejam convocados João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, e Gilberto Castro, Diretor-Presidente da Belotur, para prestar informações, pessoalmente, sobre a Portaria SMPU 005/2023, no menor prazo regimental possível, em data a ser marcada por esta comissão.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.



Vereador Cleiton Xavier

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
141 2123
A634
Responsável pela distribuição

CHBH\_DIREG-14/fev/23-15:08:57-000582-1

## Requerimento de Comissão

**179/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 86, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre o projeto de revitalização da Avenida Bernardo Monteiro, nos seguintes termos.

Foi realizada licitação na modalidade de Concurso Nacional de Estudos Técnicos Preliminares de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo para a revitalização do conjunto histórico e paisagístico da Av. Bernardo Monteiro (Edital SMMA Concurso Público n. 001/2019).

Em maio de 2021 foi publicada a homologação da proposta vencedora.

Diante deste histórico, questiona-se:

1. Qual a perspectiva de início e duração das obras?
2. Considerando que a área é tombada, está pendente a autorização por algum órgão para início das obras?
3. Solicito que seja enviado o projeto da proposta vencedora.
4. Considerando que a área está sendo utilizada como depósito por catadores e, constantemente, vem sendo denunciada sua ocupação e acúmulo de lixo, quais medidas preliminares estão sendo tomadas para preservação e desocupação da área?

PROTOCOLIZADO CONFORME:  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 14.02.2023  
HORA: 16:45:37

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.14 16:43:50 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**

**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 14/02/2023 19:54:00 UTC  
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 14.02.2023 - Pedido de Informação - Revitalização Avenida Bernardo Monteiro.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 8898f6f9a2aff9812e03fe652e380a377a23dc5d130adb9300dc0f0a9df77f68  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 14/02/2023 19:43:50 UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
15 102 123  
2/1600  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

Requerimento de Comissão  
**183/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, c/c art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao prefeito Fuad Noman, pedido de informação sobre as providências que o Executivo vem tomando para minimizar os problemas de abandono de animais, em decorrência da aprovação da Lei nº 11.585, de 22 de janeiro de 2021.


Este gabinete parlamentar tem recebido inúmeras reclamações de moradores e usuários das vias de nossa capital, relatando o aumento do abandono desses animais, que podem resultar em risco de acidentes de trânsito, além de problemas sanitários, entre outros. Dessa forma questiona-se:

. Há uma política pública, por parte do executivo municipal, na atenção à esses animais que eram utilizados nos veículos de tração, considerando que certamente ocorrerá o aumento do número de animais abandonados em nossa cidade, em consequência da Lei já citada? Caso haja, gentileza enviar a documentação pertinente.

. Caso não haja uma política pública, como questionada o item anterior, o Executivo tem algum planejamento para proteger esses animais abandonados, a população e os usuários do nosso sistema viário?

. Atualmente como o Executivo municipal fiscaliza e onde são, e como são, acolhidos esses animais de tração abandonados?

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**José Ferreira**  
Vereador – Partido Progressista

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
15 102 1 23  
1 600  
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

185/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Rua Geralda Antunes dos Santos, esquina com a Avenida Eliseu Resende, no bairro Betânia, Regional Oeste, CEP: 30.590-220, BH/MG, com a finalidade de verificar a viabilidade de implantar uma horta comunitária em parceria com a comunidade local. A referida visita ocorrerá no dia **08/03/2023, quarta-feira**, às **12h** com ponto de encontro na Rua Geralda Antunes dos Santos, nº 175 – Betânia – BH/MG.

A realização desta visita técnica se justifica pois é interesse da comunidade em criar este espaço de convívio social, com a agricultura familiar e economia solidária em um lote vago público localizado no referido endereço.

Sugiro sejam convidados:

NOME	POSIÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Sra. Luciane Carvalhais	Coordenadora Regional Oeste	R. Capina Verde, 593 – Salgado Filho – BH/MG	(31) 3277 7004	<a href="mailto:care-o@pbh.gov.br">care-o@pbh.gov.br</a>
Sr. Leandro César Pereira	Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura	R. dos Guajajaras, 1107, Centro, BH/MG	(31) 3277 5010	<a href="mailto:Gabinete.smob@pbh.gov.br">Gabinete.smob@pbh.gov.br</a>
Sr. Josué Valadão	Sec. Mun. de Governo	Av. Afonso Pena, 1212 - 5º andar, Centro - BH/MG	(31) 3277 4001	<a href="mailto:smgo@pbh.gov.br">smgo@pbh.gov.br</a>
Sr. Mario Werneck	Sec. Mun. de Meio Ambiente	Av. Afonso Pena, 342 – 7º andar – Centro – BH/MG	(31) 3246 0590	<a href="mailto:Mario.werneck@pbh.gov.br">Mario.werneck@pbh.gov.br</a>
Sr. João Fleury	Sec. Mun. de Política Urbana	Av. Álvares Cabral, 217 – Centro, BH/MG	(31) 3246 0090	<a href="mailto:smpu@pbh.gov.br">smpu@pbh.gov.br</a>
Sra. Rosilene Rocha	Sec. Mun. de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania	Av. Afonso Pena, 342 – 6º andar – Centro, B/MG	(31) 3277 9997	<a href="mailto:smasac@pbh.gov.br">smasac@pbh.gov.br</a>
Sr. Anderson Alves	Morador	Rua Úrsula Paulino, 1926 – Betânia – BH/MG	(31) 97121 4641	<a href="mailto:1130anderson@gmail.com">1130anderson@gmail.com</a>

Durante a visita técnica, os representantes da Prefeitura deverão apresentar as informações referentes às possíveis soluções e os respectivos prazos de implantação.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

Vereador Wesley  
PP

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

15 1 2 1 2 3  
Responsável pela distribuição

Ao Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão RI

**197/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 86, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação nos termos a seguir aduzidos.

A Lei Municipal n. 9.952/10 institui a Operação Urbana de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura de Saúde, de Turismo Cultural e de Negócios, visando atender às demandas da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 no Município.

Dentre as medidas estabelecidas pelo Programa, foi previsto o estímulo à atividade hoteleira, com a possibilidade de construção de novos hotéis ou apart-hotéis com 400% a mais do potencial de coeficiente do terreno desde que respeitadas algumas obrigações, tais como:

- protocolo de projeto para aprovação até 31 de julho de 2011;
- previsão de conclusão da obra até 28 de fevereiro de 2014;
- garantia de início do funcionamento do estabelecimento até 30 de março de 2014;
- garantia de manutenção das atividades hoteleiras por um prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão do Alvará de Localização e Funcionamento da atividade;

Diante deste histórico, questiona-se:

1. Quantos estabelecimentos aderiram à Operação de incentivo à atividade hoteleira?
2. Quais os nomes e CNPJs de tais empreendimentos?
3. Os prazos previstos no art. 4º da Lei n. 9.952/10 e que eram condicionantes para a concessão do benefício foram cumpridos por todos os estabelecimentos? Quais não cumpriram e por quê?
4. Qual foi o procedimento adotado para os estabelecimentos que não cumpriram os prazos?
5. Houve cobrança e pagamento de multa? Favor enviar documentos.
6. Foi ajuizada ação judicial em algum dos casos? Quais? Favor indicar os números das ações judiciais.
7. Houve celebração de acordo judicial ou extrajudicial em algum dos casos? Quais? Favor enviar dados correlatos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

**VEREADOR BRAULIO LARA**  
**NOVO**

Ao Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
17/02/2023
20/510
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**198/2023**

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Visita Técnica no dia **17/03/2023 – 10h15, à – Rua Quatorze, 127 - Bairro Maria Tereza – CEP: 31.873-112, Região Norte da capital.**

Baseado em reclamações de moradores em relação ao abandono pelo Poder Público em questões básicas de ordem sanitária, infraestrutura, drenagem e meio ambiente, urge a necessidade de um olhar conjunto das autoridades nesta visita técnica.

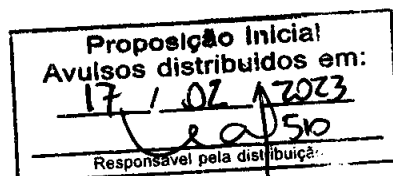
Sugerimos o ponto de encontro à **Igreja São Bento – Rua 8A, 8 – bairro Maria Tereza, às 10 horas.**

Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-N** - Wellington de Souza Silveira
- **COPASA** – Guilherme Augusto
- **GELUN-SLU** - Poliana de Castro;
- **SMMA** - Mário de Lacerda Werneck Neto
- **SMOBI** - Leandro César Pereira
- **SUDECAP** - Henrique de Castilho Marques de Sousa
- **SUPDEC** - Waldir Figueiredo Vieira;
- **URBEL** - Claudius Vinicius Leite.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas



A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**199/2023**

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Visita Técnica no dia **17/03/2023 – 10h45, à Rua Paraíso, 66 - Bairro Capitão Eduardo – CEP: 31.998-685, Região Norte da capital.**

Baseado em reclamações de moradores em relação ao abandono pelo Poder Público em questões básicas de ordem sanitária, infraestrutura, drenagem e meio ambiente, urge a necessidade de um olhar conjunto das autoridades nesta visita técnica.

Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-N** - Wellington de Souza Silveira
- **COPASA** – Guilherme Augusto
- **GELUN-SLU** - Poliana de Castro;
- **SMMA** - Mário de Lacerda Werneck Neto
- **SMOBI** - Leandro César Pereira
- **SUDECAP** - Henrique de Castilho Marques de Sousa
- **SUPDEC** - Waldir Figueiredo Vieira;
- **URBEL** - Claudius Vinicius Leite.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas

Proposição Inicial Avulsos distribuídos em: <u>17/02/2023</u> <u>02510</u> Responsável pela distribuição
--

A Sua Excelência o Senhor

**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**200/2023**

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Visita Técnica no dia **22/03/2023 – 09h15**, à **Avenida Petrolina, 386 – Bairro Sagrada Família**, CEP – 31030-370 - Região Leste de Belo Horizonte.

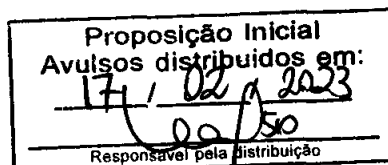
Esta visita técnica tem por objetivo, verificar o estado da árvore cujas raízes estão invadindo o muro da residência em frente ao número supracitado, provocando abalo em sua estrutura, vazamento na rede hidráulica e pluvial, levantamento do passeio, rachaduras na casa e ameaçando o bem-estar dos moradores desta moradia.

Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-L** – Elson Alípio Júnior
- **COPASA** – Guilherme Augusto
- **SMMA** - Mário de Lacerda Werneck Neto
- **SUDECAP** – Henrique de Castilho

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas



A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**201/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a Associação Comunitária do Lagoa com a finalidade de verificar a situação do terreno e da associação, horta comunitária e a falta de rede de drenagem para o escoamento da água que em tempos chuvosos causa o alagamento do Centro de Saúde Lagoa. A referida visita ocorrerá no dia 08 de março às 13:00 horas com o ponto de encontro em R Antônio Silva, 20, Lagoa, Belo Horizonte.

Sugiro que sejam convidados:

*Sílvio Higino de Rezende – Coordenador de Atendimento Regional Venda Nova –  
(31)3277-7506 – care-vn@pbh.gov.br;*

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

BRUNO  
ABREU  
GOMES:0625  
15011665

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
ABREU  
GOMES:0621501166  
Dados: 2023.02.16  
12:07:09 -03'00'

Vereador Bruno Pedralva

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão

Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 16/02/23  
HORA 13:49:20

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 16/02/2023 17:32:02 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** requerimento\_de\_visita\_tecnica\_associacao\_lagoa.docx  
(1).pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 6c7220d2adce84973e426fbf4c54defbad1bb4418968a566c17e5ff6bb94c9b7  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ BR Assinatura por CN=BRUNO ABREU GOMES:\*\*\*150116\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 16/02/2023 15:07:09 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**

17/10/2023

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

## Requerimento de Comissão

**202/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica para averiguar o fechamento e condições do Parque Santa Sofia, no dia 15/03/2022, iniciando às 10:00, ponto de encontro será na Rua Alice nº 197, Bairro Santa Sofia.

Sabe-se que os parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população, proporcionam contato com a natureza e suas estruturas e qualidade ambiental. Quando adequadas e atrativas, são determinantes para a realização de atividade física e o lazer.

Sugiro sejam convidados para visita técnica no local e data acima mencionada:

- Sérgio Augusto Domingues, Presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica;
- Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
- Luciane Carvalhais, Coordenadora de Atendimento Regional Oeste

Por derradeiro, renovo votos de distinta consideração e efetivo apreço a Vossa Excelência.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023



Pedro Patrus  
Vereador do PT

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>17 / 02 / 2023</u>
<u>20 / 50</u>
Responsável pela distribuição

## Requerimento de Comissão

**219/2023**

Senhora Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal de Meio Ambiente, pedido de informação sobre o depósito de lixo em um campo de futebol no bairro Nova Gameleira.

Recebemos no gabinete demanda dos moradores do Bairro Nova Gameleira relacionada ao descarte e depósito inadequado de lixo em um campo de futebol, localizado na rua Dom Oscar Romero, próximo ao nº 4, conforme fotos em anexo. Segundo relato dos moradores, parte do campo vem sendo utilizada para depósito de lixo, entulhos de obras, caixas de papelão, o que vem atraindo animais peçonhentos, além de prejudicar o uso do local para a prática de esportes. Diante dessa situação, questiona-se:

1 – O espaço onde fica localizado o campo é área pública ou propriedade particular? Sendo privada, é possível identificar e notificar o responsável? Sendo pública, a área pertence ao Município, ao Estado ou à União?

2 – A PBH tem conhecimento sobre o acúmulo e o descarte inadequado de lixo no local?

3 – Quais medidas já foram tomadas pela PBH para evitar que o local seja utilizado de forma inadequada ou para repressão do descarte irregular?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 16/02/2023  
HORA: 17:27:18

4 – Há a possibilidade de se instalar um ponto limpo no local?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

**FERNANDA  
PEREIRA**

**ALTOE:0451989  
8641**

Assinado de forma  
digital por FERNANDA  
PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.16  
17:16:29 -03'00'

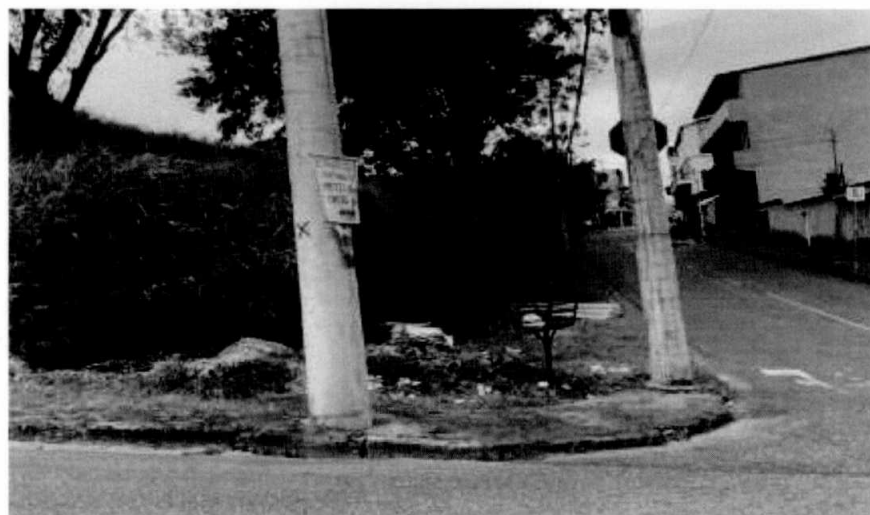
**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ  
NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

## ANEXO



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 16/02/2023 17:40:47 BRT  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 15.02.2023 - Pedido de Informação - Campo  
B. Nova Gameleira.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 348af7831a94d904a633857ea31f20eec04d01a5d81  
a85e946f2baaf19797d61  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

## ▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 16/02/2023 17:16:29 BRT  
Status dos atributos Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:  
23/2/23  
AGS  
Responsável pela distribuição

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:  
**SEM EFEITO**  
20/2/23  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

R 220/2023 Iº

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada a audiência pública **“Não mexa no Plano Diretor”**, no dia **06 de março de 2023, às 13:30h**, na reunião ordinária desta Comissão, com a finalidade de debater a função da Câmara Municipal nas alterações propostas ao Plano Diretor de Belo Horizonte e em seus instrumentos. Para realização da Audiência, solicitamos reserva do Hall da Presidência.

O Plano Diretor de Belo Horizonte, instituído pela Lei Municipal nº 11.181/2019 e com seus instrumentos regulamentados pela Lei 11.216/2020 e nos Decretos 17.272/2020 e 17.266/2020, é a orientação para o desenvolvimento urbano, social e econômico do município, como previsto no art. 185, I da LOMBH. Segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 estabelece que o Plano Diretor é o instrumento básico da Política Urbana, instituída constitucionalmente conforme art. 182 §1º CF/1988. A característica do processo legislativo que estrutura o Plano Diretor é baseado na lógica da Gestão Democrática da Cidade, nos termos do Capítulo IV do Estatuto da Cidade, prevendo, portanto, ampla participação popular e com articulação central por meio dos órgãos colegiados.

No caso de Belo Horizonte e do Plano Diretor em vigor, o processo contou com intensa mobilização popular e conformidade com os acordos realizados na IV Conferência Municipal de Política Urbana e do aprovado pelo Conselho Municipal de Política Urbana, órgãos competentes para a elaboração. Nesse sentido, as propostas de alterações que tramitam atualmente nesta Casa, não contam com quaisquer processos semelhantes. Para ouvir o posicionamento popular e técnico, bem como dos órgão responsáveis e competentes para avaliação e implementação do Plano Diretor e seus instrumentos, chamamos esta audiência pública para debater qual a competência da Câmara Municipal e de seus vereadores para alteração no Plano Diretor, bem como qual o impacto e fundamentação para as propostas. Salientamos que essa instância não substitui os demais processos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participativos, mas é forma de escuta da população belorizontina quanto ao andamento e posicionamento legislativo.

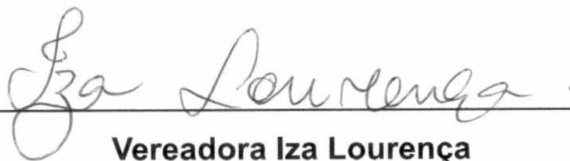
Dessa forma, requer que sejam convidados para debater o Plano Diretor:

- Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR
- Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM
- Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
- Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN
- Deputada Estadual Bella Gonçalves
- Deputada Estadual Macaé Evaristo
- Minha BH
- Salve Santa Tereza
- Mata Jardim América
- Tods por BH
- IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
- AMA - Associação de Moradores de Belo Horizonte
- Gladstone Otoni - ICPP
- POMAR BH
- Edneia - Movimento Nacional de Luta por Moradia
- MLB - Movimento de Luta pelos Bairros e Favelas
- Deputada Federal Duda Salabert
- Prefeito Fuad Noman Filho
- Coordenadoria Estadual das Promotorias de Habitação e Urbanismo-Promotora de Justiça Marta Alves Lacher
- Defensora Pública Cleide Aparecida Nepomuceno
- Movimento Salve a Mata do Planalto
- Dr. Hércules Guerra- Procurador Geral do Município de Belo Horizonte
- MAMBH- Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte
- Núcleo dos Sem Casas Santíssima Trindade
- Observatório das Metrôpoles

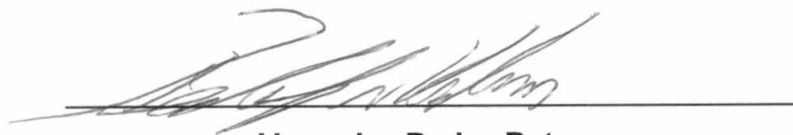
Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



**Vereadora Iza Lourença**



**Vereador Pedro Patrus**



**Vereador Wagner Ferreira**

Ao Senhor

Vereador **Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e Política Urbana.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>23 1 2 1 23</u>
<u>4699</u>
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**230/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a fim de avaliar a construção de gabião às margens de córrego na rua A, entre as ruas Brumadinho e rua Alvorada.

A referida visita ocorrerá no dia 30 de março de 2023, às 10h, com ponto de encontro na Rua Brumadinho, 36, bairro Vila Ecológica.

A solicitação justifica-se pelo fato de o local acarretar risco à segurança de diversas pessoas que residem próximo ao córrego, principalmente em razão das fortes chuvas ocorridas no ano de 2023.

Sugiro sejam convidados:

- o Exmo. Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- o Exmo. Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- o Exmo. Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- a Sra. Lidiane de Souza Monteiro, Coordenadora de Atendimento Regional Oeste.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2023.

IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:923607696  
34

Assinado de forma digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.02.23 16:40:50 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 23.02.2023  
HORA. 16:43:01

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 23/02/2023 19:46:02 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Visita técnica - Gabião Vila Ecológica.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 26909b9160e3ef60cead94267bcd10a18edd4aac8e9a032cdbea064c813a1af2  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 23/02/2023 19:40:50 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

► Informações do assinante

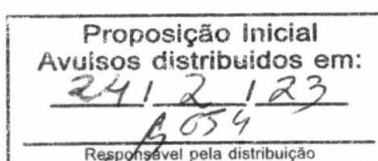
► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº 260/2023

Senhor Presidente, Ciro Pereira

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública com a finalidade de debater sobre o processo de Concessão de Alvará de Funcionamento e de Licenciamento de Atividades Eventuais, bem como o processo de fiscalização das atividades econômicas/eventos no município de Belo Horizonte, a ser realizada no dia 13/03/2023, às 13h30min, no Plenário Camil Caram.

A realização dessa audiência se justifica pelo excesso de burocracia e dificuldades que o setor de eventos enfrenta para a expedição desses alvarás de funcionamento.

Sugiro que sejam convidados:

**SMPU - Secretaria Municipal de Política Urbana**

João Antônio Fleury Teixeira

**DIAC - Diretoria de Atendimento e Controle Documental**

Cristiano Daniel de Freitas Martins

**SUFIS - Subsecretaria de Fiscalização**

José Mauro Gomes

**ASTEFA - Assessoria Técnica de Fiscalização**

Deisy Alane Souza Lacerda

**DMAQ - Diretoria de Monitoramento e Análise da Qualidade da Fiscalização**

Imaculada Batista Queiroga

**GEFIL - Gerência de Fiscalização de Atividades em Logradouros Públicos**

Leonardo Cardoso

**SUREG - Subsecretaria de Regulação Urbana**

Lívia de Oliveira Monteiro

PROTOCOLIZANDO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 27/02/23  
HORA 14:14:00



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIAE - Diretoria de Inclusão Produtiva e de Licenciamento de Atividades Eventuais e em Logradouro**

Helcymara Oliveira Kutova

**DIRF-O - Diretoria Regional de Fiscalização – Oeste**

Ildeu Pereira de Andrade

Para o melhor debate acerca do tema, as convidadas e os convidados deverão abordar os seguintes aspectos: as exigências por parte da Prefeitura para a liberação desses alvarás de funcionamento; a morosidade no processo de concessão do alvará; como funciona/qual o procedimento de fiscalização dessas casas/eventos pelos órgãos competentes; as dificuldades enfrentadas pelo setor de eventos; a diferença entre alvará provisório e definitivo.

Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto, contendo todos os aspectos supramencionados.

**CIRO DANIEL  
DE SOUZA  
PEREIRA DA  
SILVA:01507  
345658**

Assinado de forma  
digital por CIRO  
DANIEL DE SOUZA  
PEREIRA DA  
SILVA:01507345658  
Dados: 2023.02.27  
13:38:06 -03'00'

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

Vereador Ciro Pereira

**PTB**

Excelentíssimo Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 27/02/2023 17:20:33 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Requerimento - realização de Audiência Pública - Setor de Eventos.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	bd346627e9dfb652f100b93a6c22c27b2d3615abe24fd0a22c6ee0172ebda519
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=CIRO DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA SILVA:\*\*\*073456\*\*, OU=presencial, OU=39256593000197, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	27/02/2023 16:38:06 UTC
Status dos atributos	Aprovados

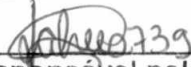
## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

27 / 02 / 2023

  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQ

261/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada a audiência pública **“Não mexa no Plano Diretor”**, no dia **13 de março de 2023, às 13:30h**, na reunião ordinária desta Comissão, com a finalidade de debater a função da Câmara Municipal nas alterações propostas ao Plano Diretor de Belo Horizonte e em seus instrumentos. Para realização da Audiência, solicitamos reserva do Hall da Presidência.

O Plano Diretor de Belo Horizonte, instituído pela Lei Municipal nº 11.181/2019 e com seus instrumentos regulamentados pela Lei 11.216/2020 e nos Decretos 17.272/2020 e 17.266/2020, é a orientação para o desenvolvimento urbano, social e econômico do município, como previsto no art. 185, I da LOMBH. Segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 estabelece que o Plano Diretor é o instrumento básico da Política Urbana, instituída constitucionalmente conforme art. 182 §1º CF/1988. A característica do processo legislativo que estrutura o Plano Diretor é baseado na lógica da Gestão Democrática da Cidade, nos termos do Capítulo IV do Estatuto da Cidade, prevendo, portanto, ampla participação popular e com articulação central por meio dos órgãos colegiados.

No caso de Belo Horizonte e do Plano Diretor em vigor, o processo contou com intensa mobilização popular e conformidade com os acordos realizados na IV Conferência Municipal de Política Urbana e do aprovado pelo Conselho Municipal de Política Urbana, órgãos competentes para a elaboração. Nesse sentido, as propostas de alterações que tramitam atualmente nesta Casa, não contam com quaisquer processos semelhantes. Para ouvir o posicionamento popular e técnico, bem como dos órgão responsáveis e competentes para avaliação e implementação do Plano Diretor e seus instrumentos, chamamos esta audiência pública para debater qual a competência da Câmara Municipal e de seus vereadores para alteração no Plano Diretor, bem como qual o impacto e fundamentação para as propostas. Salientamos que essa instância não substitui os demais processos

CMBH\_DIRLEG-27/fev/23-14:56:35-000766-1



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participativos, mas é forma de escuta da população belorizontina quanto ao andamento e posicionamento legislativo.

Dessa forma, requer que sejam convidados para debater o Plano Diretor:

- Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR
- Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM
- Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
- Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN
- Deputada Estadual Bella Gonçalves
- Deputada Estadual Macaé Evaristo
- Minha BH
- Salve Santa Tereza
- Mata Jardim América
- Tods por BH
- IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
- AMA - Associação de Moradores de Belo Horizonte
- Gladstone Otoni - ICPP
- POMAR BH
- Edneia - Movimento Nacional de Luta por Moradia
- MLB - Movimento de Luta pelos Bairros e Favelas
- Deputada Federal Duda Salabert
- Prefeito Fuad Noman Filho
- Coordenadoria Estadual das Promotorias de Habitação e Urbanismo-Promotora de Justiça Marta Alves Lacher
- Defensora Pública Cleide Aparecida Nepomuceno
- Movimento Salve a Mata do Planalto
- Dr. Hércules Guerra- Procurador Geral do Município de Belo Horizonte
- MAMBH- Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte
- Núcleo dos Sem Casas Santíssima Trindade
- Observatório das Metrôpoles

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Vereadora Iza Lourença**

**Vereadora Cida Falabella**

**Vereador Pedro Patrus**

**Vereador Wagner Ferreira**

**Vereador Miltinho-CGE**

**Vereador Bruno Pedralva**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e Política Urbana.

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

27 / 02 / 2023

Responsável pela distribuição



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR UNER AUGUSTO**

**Requerimento de Comissão**

**263/2023**

Senhor Presidente Ciro Pereira,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76 da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Superintendente de Limpeza Urbana, Genedempsey Bicalho Cruz, assim como ao Exmo. Sr. Prefeito Fuad Noman, pedido de informações a respeito do que se segue:

Recebemos, no gabinete, algumas demandas e reclamações sobre o depósito irregular de lixo e entulhos na Rua Ribeirão das Neves, em frente ao número 120, Bairro Paraíso. Os moradores estão insatisfeitos, uma vez que a Prefeitura faz a limpeza, mas a sujeira se acumula novamente, tornando necessárias outras providências para garantir a fiscalização e impedir a prática irregular do depósito de entulhos e lixos.

Uma das reclamantes, inclusive, nos relatou que, ao fazer a reclamação no site da Prefeitura (Protocolo 31.00116641/2023-41), recebeu o seguinte retorno no dia 09 de fevereiro: *As informações repassadas por você estão sendo analisadas pelo Gerente de Fiscalização e, em breve, daremos retorno. Aguarde a realização da vistoria.* Entretanto, nenhuma resposta foi dada desde então a essa reclamante.

Diante do exposto, questiona-se:

1 - A vistoria informada pela PBH já foi realizada? Em caso negativo, qual a data para realização?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 141/2021  
DATA. 27/02/2023  
HORA. 15:01:03

2 - Há indícios de autoria da irregularidade? Quais as providências a Prefeitura irá tomar nesse sentido?

3 - A Prefeitura, através SLU, tomou alguma medida para sanar o impasse?

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

UNER AUGUSTO  
DE CARVALHO  
ALVARENGA:11  
676249630

Assinado de forma digital por UNER  
AUGUSTO DE CARVALHO  
ALVARENGA:11676249630  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUT  
Multipia v5, ou=73999229000155,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=UNER AUGUSTO DE CARVALHO  
ALVARENGA:11676249630  
Dados: 2023.02.27 14:46:47 -03'00'

**UNER AUGUSTO  
VEREADOR**

Ao Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



[INÍCIO](#)   [TERMOS DE USO](#)   [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 27/02/2023 18:05:28 UTC  
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Com. Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 5f8f6efc509aedef613802636abc41cd5ed349d7e815908fea5145455c6ba1b2  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=UNER AUGUSTO DE CARVALHO ALVARENGA:\*\*\*762496\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5,  
O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 27/02/2023 17:46:47 UTC  
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
27 / 02 / 2023  
[Assinatura]  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**264/2023**

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Visita Técnica no dia **28/03/2023 – 10h15**, à **rua Engenheiro Navarro**, CEP – 31.814-220, encontro com rua Divinésia - bairro Providência - Região Norte de Belo Horizonte.

Esta visita técnica tem por objetivo, estudar, in loco, a possibilidade de construção de corrimão / escada, visto o grande número de pedestres que fazem uso desta via. Sugiro, como ponto de encontro, a rua Divinésia, 136, Bairro Providência.

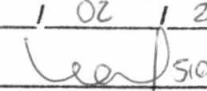
Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-N** – Wellington de Souza Silveira
- **SMOBI** – Leandro César Pereira
- **SUDECAP** – Henrique de Castilho

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2023.

  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas

Proposição inicial  
Avulsos distribuídos em:  
28 / 02 / 2023

  
Responsável pela distribuição

A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

## Requerimento de Comissão

**323/2023**

/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública no dia 27/03/23 às 13:30h, no Plenário Camil Caram com a finalidade de debater sobre a situação da implantação de unidades de URPV e o Parque Linear do São Geraldo referentes a acordo firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a empresa VALE/SA.

O acordo entre a PBH e VALE engloba a construção do complexo esportivo do Boa Vista, URPV's e um Parque Linear, apenas a obra do complexo esportivo foi iniciada, porém, no tocante as demais intervenções não há informações concretas.

Diante da inércia da Prefeitura em iniciar as obras do Parque Linear e das URPV's, existe a necessidade da realização de audiência pública com a finalidade de elucidar para os moradores da região, quais as razões que as obras supramencionadas não iniciaram.

A lista de convidados será enviada posteriormente.

Agradeço antecipadamente.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2023.

RUBEM  
RODRIGUES DE  
OLIVEIRA  
JUNIOR:03150326  
699

Assinado de forma  
digital por RUBEM  
RODRIGUES DE OLIVEIRA  
JUNIOR:03150326699  
Dados: 2023.02.28  
13:43:20 -03'00'

**VEREADOR RUBÃO  
PARTIDO PROGRESSISTAS**

**Exmo. Sr.  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política  
Urbana.**

REGISTRO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 28/02/23  
HORA: 13:45:31

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 28/02/2023 17:04:28 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo REQUERIMENTO para audiência pública sobre as obras do Parque Linear e URPV do boa vista (3).pdf  
Resumo SHA256 do arquivo aeac79b44a8585e3c093cd4c9c6f2e3e6ee542f1372e93bc18330b9abd4446e2  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:\*\*\*503266\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 28/02/2023 16:43:20 UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:

21/3/23

4634  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**324/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, Sérgio Augusto Domingues, pedido de informação sobre o Parque Municipal Américo Renné Giannetti.

Desde o início da pandemia, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti passou a funcionar no horário excepcional de 8h às 17h, diferente do horário previsto em seu regulamento, que prevê o funcionamento de 6h às 18h. Com a suspensão da maior parte das restrições da pandemia, porém, o funcionamento do parque não foi retomado. Dessa forma, questiono:

- Qual a motivação para a manutenção das restrições de funcionamento?
- A Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica têm alguma previsão para o retorno do horário normal do Parque Municipal?
- Quais as medidas de mobilidade estão sendo tomadas para minimizar os transtornos dos usuários e pessoas que precisam normalmente passar pelo parque para se deslocar da Afonso Pena para a avenida dos Andradas?

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2023.

**Ver. Cleiton Xavier**  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>213123</u>
<u>3654</u>
Responsável pela distribuição

CHEG\_DIREC-28/fev/23-14:22:59-000003-1

**Requerimento de Comissão**  
**REC 325/2023** /2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja agendada por esta Comissão uma visita técnica in loco, no dia 23/03/2023, às 10:00h, na Rua da Grota, nº 17, bairro São Geraldo, regional leste.

O endereço supracitado trata-se de residência que segundo protocolo de vistoria por responsável do Programa Estrutural em Áreas de Risco – PEAR – está em risco. Porém os moradores do local ainda estão em dúvida e questionando quais procedimentos deve ser realizados e a forma de realização dos procedimentos para que fiquem de acordo com as normas municipais. Portanto, faz-se necessária visita técnica para esclarecimentos com as partes interessadas.

Sugiro que sejam convidados:

Elson Alípio Júnior– Coordenador de Atendimento Regional Leste;

Silvinho Rezende - Subsecretário de Assuntos Institucionais

Claudius Vinícius Leite – Presidente da URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

Responsável técnico do Programa Estrutural em Áreas de Risco – PEAR/PBH.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2023.

RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:03150326 699	Assinado de forma digital por RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:03150326699 Dados: 2023.02.28 16:20:14 -03'00'
---	--

**Vereador Rubão**  
**Partido Progressistas**

**Exmo. Sr.**  
**Vereador Ciro Pereira**  
**Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.**

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 28.02.2023  
HORA: 16:22:45

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 28/02/2023 19:26:43 UTC

Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Visita técnica casa urbel rua grota - são geraldo.pdf

Resumo SHA256 do arquivo 4d09e904b14c7e2491b8fb40453c582dd2f7544d29f85e29cf20fea858c5450d

Tipo do arquivo PDF

Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:\*\*\*503266\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5,  
O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada

Status da assinatura Aprovado

Caminho de certificação Aprovado

Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).

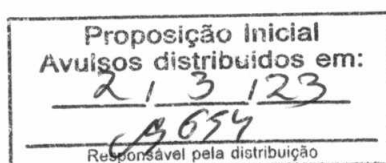
Cifra assimétrica Aprovada

Resumo criptográfico Correto

Data da assinatura 28/02/2023 19:20:14 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 326/2023

Senhor Presidente,

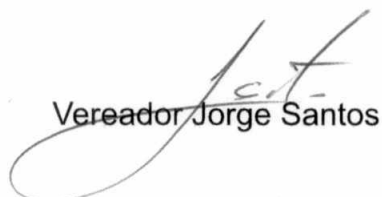
Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Secretaria de Política Urbana pedido de informação, solicitando que seja informado qual o andamento dos seguintes protocolos de atendimento, com o devido retorno da prefeitura:

31.00079163/2023-43	31.00238724/2022-57
31.00069969/2023-58	31.00236353/2022-54
31.00028913/2023-54	31.00358212/2022-04
31.00102366/2023-85	31.00400580/2022-86
31.00102371/2023-47	31.00400579/2022-16
31.00033801/2023-95	31.00358212/2022-04
31.00585691/2022-14	31.00409764/2022-50
31.00409790/2022-27	31.00409765/2022-23
31.00347075/2022-03	31.00149231/2023-95
31.00434881/2021-21	31.000148555/2023-14
31.00428377/2021-59	31.000148557/2023-57
31.00310155/2021-74	31.00148856/2023-35
31.00119984/2023-87	
31.00215247/2022-41	
31.00215248/2022-14	
31.00142182/2022-10	
31.00227020/2022-39	
31.00227022/2022-82	
31.00236351/2022-11	
31.00238723/2022-84	

Ainda, solicita que seja encaminhado relatório circunstanciado de todos os procedimentos fiscalizatórios realizados pela Gerência de Fiscalização da CARE Pampulha que geraram notificação, autuação, multa e ou interdição nos bairros São Luiz, São José, Bandeirantes e Ouro Preto, nos últimos 2 anos, informando inclusive o número dos processos e o atual andamento.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

  
Vereador Braulio Lara

  
Vereador Jorge Santos

Ao Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>213123</u>
<u>1654</u>
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**327/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Secretaria de Governo, pedido de informação para que esta preste esclarecimentos acerca de como anda o Processo de Tombamento e Preservação do Conjunto Arquitetônico da Pampulha.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

  
Vereador Braulio Lara

  
Vereador Jorge Santos

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>213123</u>
<u>AG94</u>
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

Requerimento nº **328/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Secretaria de Política Urbana pedido de informação solicitando informações a respeito do efetivo existente na Guarda Municipal que atende a região da Pampulha, e como funcionam as fiscalizações do órgão no local.

Questiona-se como tem sido feitas as fiscalizações de trânsito pela Guarda Municipal, nos finais de semana, no entorno da Igrejinha da Pampulha e no Mineirão, em dias que são realizados eventos.

Informar, ainda, como se dá a operacionalização do acionamento da Guarda Municipal e através de quais canais, inclusive, encaminhando relatório pormenorizado com a relação de todos os procedimentos fiscalizatórios realizados pela Guarda Municipal nos últimos 02 (dois) anos referente ao Disque Sossego, em especial na regional Pampulha.

Tal informação se baseia em matéria constante no próprio site da PBH que textualmente afirma que o Disque Sossego é auxiliado pelo órgão<sup>1</sup>.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

  
Vereador Bráulio Lara

  
Vereador Jorge Santos

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>213</u> <u>123</u>
<u>336</u>
Responsável pela distribuição

Ao Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

329/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Secretaria de Governo, pedido de informação questionando em que pé estão as tratativas na Prefeitura quanto a minuta de Projeto de Lei (em anexo) que “Dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município e dá outras providências”, encaminhado ao Prefeito de Belo Horizonte para análise e posterior possível apresentação a esta Casa.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

  
Vereador Bráulio Lara

  
Vereador Jorge Santos

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



**PROJETO DE LEI Nº**

Dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A emissão e imissão de sons, ruídos e vibrações, no Município, obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos por esta lei.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, são consideradas as definições estabelecidas pelo Anexo I - Glossário, parte integrante desta lei, como também os termos, definições, procedimentos, requisitos e especificações estabelecidos pelas seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - e aquelas que as sucederem:

I. ABNT NBR 9653 – Guia para avaliação dos efeitos provocados pelo uso de explosivos nas minerações em áreas urbanas;

II. ABNT NBR 10151 – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – Aplicação de uso geral;

III. ABNT NBR 10152 – Acústica – Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações;

IV. ABNT NBR 16313 – Acústica – Terminologia;

V. ABNT NBR 16425 – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora provenientes de sistemas de transportes e suas respectivas partes.

Parágrafo único – Para efeito desta lei, considera-se poluição sonora os níveis de pressão sonora que sejam superiores aos critérios nela estabelecidos.

**CAPÍTULO II  
DOS LIMITES, DAS VEDAÇÕES E DAS MEDIÇÕES DE NÍVEIS DE  
PRESSÃO SONORA EM BELO HORIZONTE**

**Seção I**

**Dos Limites de Níveis de Pressão Sonora Admitidos**

Art. 3º - Os limites de níveis de pressão sonora admissíveis e os períodos horários para sua aplicação estão orientados para atender os interesses de saúde, segurança e bem-estar da população e contribuir para o sossego público e o



equilíbrio da biota no Município, e guardam correspondência com a finalidade de ocupação e uso do solo, com o sistema viário e os usos dos espaços públicos e privados.

Art. 4º - As atividades industriais, comerciais, sociais, religiosas, culturais, educacionais, recreativas ou desportivas, inclusive as de propaganda, e quaisquer outras atividades geradoras de ruídos, sons e vibrações, devem assegurar o atendimento aos limites de níveis de pressão sonora fixados neste capítulo e no Anexo II – Os limites de níveis de pressão sonora contínuos equivalentes ponderada em A -  $RL_{Aeq}$ , integrante desta lei.

§ 1º - as atividades em obras de construção civil, não passíveis de isolamento acústico, se admite, no receptor sonoro, o limite de 70 dB entre 8 h e 18 h, de segunda-feira a sexta-feira e entre 8 h e 13 h aos sábados;

§ 2º - as atividades em obras de construção civil que não atenderem ao disposto no parágrafo primeiro quanto aos limites em dB ou que demandarem execução antes ou após os horários estabelecidos, devem ser previamente autorizadas pelo executivo municipal, comunicadas à vizinhança com antecedência e monitorados os níveis de pressão sonora no entorno do local durante a atividade.

§ 3º - as atividades em obras e serviços urgentes e inadiáveis, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, gás, telefone, água, esgoto e sistema viário, se admite, em ambiente externo no receptor sonoro, o limite de 70 dB entre 7 h e 22 h e de 60 dB entre 22 h e 7 h do dia seguinte.

§ 4º - as atividades em obras e serviços urgentes e inadiáveis que não atenderem ao disposto no parágrafo terceiro quanto aos limites em decibels, devem ser previamente comunicadas à vizinhança e monitorados os níveis de pressão sonora no entorno do local durante a atividade.

§ 5º - sirene ou dispositivo similar para marcar início ou término de jornada escolar ou de trabalho, ou abertura e fechamento de portões ou sinalização sonora de alarmes, deve ser programado para o tempo máximo de 30 segundos de acionamento e o nível de pressão sonora, em ambiente externo nos receptores, deve ser de até 70 dB.

§ 6º - o uso de explosivo para desmonte de rocha ou de obra civil deve ser previamente autorizado pelo executivo municipal, executado em dias úteis, entre 10 h e 16 h, monitorado e avaliado conforme os procedimentos, requisitos e critérios da ABNT NBR 9653 *Guia para avaliação dos efeitos provocados pelo uso de explosivos nas minerações em áreas urbanas*, ou aquelas que as sucederem.

§ 7º - em eventos e atividades sociais, religiosas, culturais, educacionais, recreativas ou desportivas, cujo porte e localização tenham potencial de geração de ruídos, sons e vibrações em níveis superiores ao fixado neste artigo, devem ter licenciamento prévio e específico, com elaboração de mapas acústicos baseados no plano de sonorização do evento e um plano de monitoramento sonoro a ser



executado durante o evento, elaborados por profissionais responsáveis técnicos e apresentados pelo empreendedor ao executivo municipal.

§ 8º - as atividades secundárias, tais como o manuseio de caixa, engradado, recipiente, material de construção, estruturas temporárias de eventos, lata de lixo ou similar, dentre outras, devem atender aos critérios estabelecidos no Anexo II, ressalvadas as atividades de manutenção ou limpeza urbana de responsabilidade do município.

## Seção II Das Vedações

Art. 5º - É proibida a emissão de sons, ruídos e vibrações, por qualquer fonte ou atividade, que, ultrapasse os limites de níveis de pressão sonora fixados no art. 4º e Anexo II desta lei, ressalvadas as exceções previstas nesta lei.

Art. 6º - Ficam proibidas as seguintes ações, quando provocarem incômodo sonoro:

I. usar instrumento que emita sinal com a finalidade de vender ou propagandear produtos do comércio ambulante;

II. soar por mais de trinta segundos sino, buzina, cigarra, sirene, apito ou similar, estacionários, sem a finalidade de auxiliar situações de emergência;

III. utilizar equipamentos de amplificação sonora como meio de propaganda voltados para logradouro público;

IV. queimar fogo de artifício que produzam ruídos;

V. operar veículo motorizado ou equipamento auxiliar atrelado a esse veículo, por período maior que 10 min (dez minutos), enquanto o veículo estiver estacionado por motivo outro que não o congestionamento de trânsito, exceto as situações de concretagem em obras de construção civil, de interesse público ou privado, cujo tempo fixado poderá ser prolongado, desde que a atividade seja previamente planejada e divulgada à população do entorno do local da obra.

## Seção III Da Medição

Art. 7º - Para os limites previstos nesta lei, deve-se considerar os seguintes locais de medição:

I - no exterior do empreendimento, objeto da avaliação sonora, conforme ABNT NBR 10151, ou as que lhe sucederem;

II - em qualquer ponto dentro dos limites reais da propriedade do suposto incômodo, conforme ABNT NBR 10151, ou as que lhe sucederem.



§ 1º - A medição, em atividade de rotina da fiscalização municipal, deve ser realizada sobre as calçadas situadas no entorno do empreendimento, excetuando-se, as calçadas do próprio empreendimento.

§ 2º - Quando se tratar de área sensível ao ruído ou quando houver registro de reclamação, a medição deve ser realizada no interior da área ou da edificação do suposto incômodo.

§ 3º - Na inexistência de reclamação e na impossibilidade de se medir os níveis de pressão sonora no local do suposto incômodo, será admitida a medição no passeio imediatamente contíguo a ele, passando a ser considerados como limites de níveis admissíveis aqueles fixados no art. 4º.

Art. 8º - Para efeito desta lei, a medição dos níveis de pressão sonora deverá ser realizada de acordo com as seguintes normas:

I. ABNT NBR 9653 – Guia para avaliação dos efeitos provocados pelo uso de explosivos nas minerações em áreas urbanas;

II. ABNT NBR 10151 – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – Aplicação de uso geral;

III. ABNT NBR 16425 - Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora provenientes de sistemas de transportes (todas as partes);

IV. demais procedimentos publicados no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO.

Art. 9º - Os instrumentos de medição sonora (sonômetro, microfone e calibrador sonoro) devem ser calibrados, por laboratório acreditado, membro da Rede Brasileira de Calibração – RBC, ou pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, ou por laboratório de calibração, em outros países, acreditado em rede reconhecida por acordo oficial brasileiro de reconhecimento mútuo.

## Seção IV Do Resultado da Medição

Art. 10 - A avaliação dos resultados de níveis de pressão sonora será realizada conforme ABNT NBR 10151.

Parágrafo único – Quando se tratar de ruído proveniente da operação de compressor, de sistema de troca de calor, de sistema de aquecimento, de ventilação, de condicionamento de ar, de bombeamento hidráulico ou similar, independentemente de sua natureza contínua ou intermitente, o nível de som corrigido será igual ao nível de som equivalente medido, acrescido de 5 dB.

Art. 11 - A avaliação da poluição sonora é realizada pela comparação dos resultados de níveis de pressão sonora decorrentes da(s) fonte(s) objeto de



avaliação, no respectivo período-horário, com os limites de níveis de pressão sonora fixados no art. 4º e Anexo II desta lei.

Parágrafo único - Para aplicação desta lei, as definições e os procedimentos de medição e avaliação de sons contínuos, intermitentes, impulsivos e tonais são aqueles estabelecidos pelas normas técnicas ABNT NBR 16313, ABNT NBR 10151 e ABNT NBR 9653 e aquelas que as sucederem.

Art. 12 - Considera-se aceitável o resultado quando o nível de pressão sonora medido ou corrigido for menor ou igual aos limites de níveis de pressão sonora fixados por esta lei.

## CAPÍTULO III DAS MEDIDAS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO SONORA

### Seção I Da Adequação Sonora

Art. 13 - Poderão ser impostas aos estabelecimentos e as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras sonoras as seguintes medidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas por esta lei:

I - implantação de tratamento por condicionamento e isolamento acústico, de modo a evitar a propagação, para seu exterior, de ruídos, sons e vibrações acima do permitido;

II - implantação de barreira acústica para proteção e redução dos níveis de pressão sonora nas áreas e edificações situadas no entorno do empreendimento ou da atividade;

III - restrição de horário de funcionamento;

IV - restrição de áreas de permanência de público;

V - contratação de responsáveis técnicos pelo controle de ruídos provocados por seus frequentadores;

VI - implantação de sistemas de medição, monitoramento contínuo e de controle dos níveis de pressão sonora.

§ 1º - as soluções para controle e redução do ruído e as medições e monitoramentos sonoros estabelecidos neste artigo devem ser projetadas e executadas em atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 2º - as atividades técnicas previstas neste artigo, devem ser desempenhadas por profissional técnico responsável, com o devido registro ou anotação de responsabilidade técnica registrado junto ao seu conselho profissional.



Art. 14 - Devem possuir projeto acústico, elaborado e executado por responsáveis técnicos, com a devida anotação ou registro de responsabilidade técnica junto ao conselho profissional competente, os empreendimentos que sofrerem autuação por infração grave ou gravíssima de poluição sonora, conforme definido nesta lei.

Parágrafo único – A comprovação da eficiência do projeto acústico implantado se fará na apresentação de laudo técnico de avaliação de impacto ambiental sonoro que ateste a conformidade com os limites fixados nesta lei.

Art. 15 - Os proprietários ou incorporadores de novas edificações a serem construídas no Município devem adotar as providências técnicas para que essas edificações assegurem atendimento aos valores de referência de níveis de pressão sonora para ambientes internos de edificações estabelecidos na ABNT NBR 10152 *Acústica – níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações* e protejam os usuários contra os sons, ruídos e vibrações próprios do local.

§ 1º Os sons, ruídos e vibrações próprios do local são aqueles emitidos, por empreendimentos ou instalações de quaisquer tipos ou atividades, ruídos de tráfego, dentro dos limites legais fixados nesta lei, em correspondência com a finalidade de ocupação e uso do solo, com o sistema viário e os usos dos espaços públicos e privados.

§ 2º As edificações construídas a partir da promulgação desta lei devem comprovar o atendimento ao art. 15 e Anexo II por meio de laudo técnico elaborado conforme a norma ABNT NBR 10152.

§ 3º Compete ao Poder Público Municipal a elaboração de ações que visem assegurar que, individualmente, o nível de som ou ruído dos diversos agentes emissores esteja dentro dos limites legais.

Art. 16 – O executivo municipal deve providenciar a elaboração e disponibilizar à população, mapas acústicos por região do município, elaborados conforme normas publicadas pela ABNT, com o objetivo de diagnosticar os níveis de pressão sonora no município, para fins de elaboração de políticas públicas e planejamento urbano.

§ 1º - O executivo municipal deverá regulamentar e elaborar os mapas acústicos, por regiões do município, em um prazo de até 5 (cinco) anos a contar da publicação desta lei.

§ 2º - os valores apresentados nos mapas acústicos poderão ser considerados na elaboração dos projetos de isolamento acústico das edificações a serem erguidas nesta capital em substituição aos laudos elaborados conforme norma ABNT NBR 10151 – *Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral*.

§ 3º - os mapas acústicos deverão ser periodicamente atualizados de acordo com a autorização, licenciamento e implantação de novos empreendimentos neste município.



§ 4º - os mapas acústicos poderão ser utilizados pela fiscalização em substituição à medição dos níveis de pressão sonora residuais (ruído de fundo), para fins de aplicação desta lei.

Art. 17 - O estabelecimento comercial em que os níveis de pressão sonora contínuos equivalentes, ponderada em A, ( $L_{Aeq}$ ) ultrapassarem 60 dB em ambiente interno, deve afixar placa, em local de visibilidade imediata para seus usuários, com informação sobre os possíveis danos à saúde humana relacionados à poluição sonora.

## Seção II

### Dos Estudos e das Comunicações Técnicas

Art. 18 - Os empreendimentos de comércio, serviço ou indústria e os eventos culturais, entretenimento e lazer, desportivos, expositivo, turísticos, políticos, religiosos ou sociais, passíveis de licenciamento ambiental ou de estudo de impacto de vizinhança, que fizerem uso de equipamentos emissores de ruído, sons e vibrações, deverão apresentar ao órgão municipal competente, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT do profissional responsável pelo controle e operação dos equipamentos emissores de ruídos, sons e vibrações.

Parágrafo único - Os órgãos responsáveis pela análise do estudo de impacto ambiental e do estudo de impacto de vizinhança poderão fixar condicionantes de controle das emissões sonoras e de monitoramento para aprovação da atividade, empreendimento ou evento, conforme previsto no art. 13 desta lei.

Art. 19 - O poder público municipal deverá manter um portal no sítio eletrônico do município, contendo a relação de empreendimentos e eventos licenciados e em processo de licenciamentos ambiental ou urbanístico, contendo os dados do empreendimento, empreendedores responsáveis, responsáveis técnicos e número telefônico ou canal de contato para que a comunidade possa contatar os responsáveis pelo controle das emissões sonoras.

## Seção III

### Do Licenciamento e das Permissões

Art. 20 - A concessão de Alvará de Localização e Funcionamento para atividades efetiva ou com potencial poluidor sonoro ficará condicionada ao cumprimento do disposto no art. 13, quando couber, ou a adequações alternativas, sem prejuízo de outra exigência prevista pela legislação.

Art. 21 - O serviço de construção civil, de responsabilidade de entidade pública ou privada, com geração de ruídos, depende de autorização prévia do órgão municipal competente, quando executado em sábado ou dia útil, nos períodos vespertino e noturno, ou em domingo ou feriado, em qualquer período.

Art. 22 - O licenciamento de evento institucional ou promocional, comunitário ou não, planejado com a finalidade de promover a imagem de organização, produto, serviço, ideia ou pessoas, em especial aquele inserido no Calendário Oficial de



Festas e Eventos do Município de Belo Horizonte, de caráter temporário e a ser realizado em local determinado obedecerá à Lei nº 9.063, de 17 de janeiro de 2005, e o regulamento desta lei.

## CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO

### Seção I Da Equipe de Fiscalização

Art. 23 - A equipe técnica de fiscalização das denúncias de poluição sonora será gerenciada por servidor público municipal efetivo pertencente ao quadro técnico de Secretaria Municipal, capacitado e certificado para o exercício de tal função.

Art. 24 - A autoridade fiscalizadora que tiver conhecimento de infração a esta lei, diretamente ou mediante denúncia, é obrigada a promover a sua apuração imediata, sob pena de corresponsabilidade.

Parágrafo único: O executivo municipal deve assegurar corpo técnico e infraestrutura suficientes para atendimento às reclamações e à fiscalização de poluição sonora 24 h diárias, todos os dias da semana.

Art. 25 - O fiscal da Secretaria Municipal poderá solicitar auxílio de autoridade policial e da Guarda Municipal de Belo Horizonte para a realização de ação de fiscalização, e, durante esta, terá a entrada franqueada nas dependências de acesso ao público das instalações da fonte poluidora, onde poderá permanecer, se fizer necessário.

## CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES, NOTIFICAÇÕES E AUTO DE INFRAÇÃO

### Seção I – Das infrações e penalidades

Art. 26 - A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que, direta ou indiretamente, produzir poluição sonora, independentemente da obrigação de cessar a infração, ficará sujeita às penalidades previstas por esta lei, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.

Parágrafo único - Sujeita-se também, nos termos do regulamento desta lei, às penalidades previstas por ela, a pessoa responsável pela atividade econômica, social, artística ou de entretenimento na qual a geração de ruído a níveis superiores aos permitidos ocorre por ação de seus frequentadores.

Art. 27 - Ao estabelecimento que estiver funcionando sem a devida autorização ou em desacordo com a autorização concedida, e incorrer em poluição sonora, serão aplicadas as penalidades previstas nesta lei.

Art. 28 - As infrações previstas nesta lei classificam-se em:



I - infração leve: a infração a esta lei que não implique poluição sonora ou a imissão de ruído até 3,0 dB acima do limite de nível de pressão sonora admissível;

II - infração média: a imissão de ruído entre 3,1 dB e 6,0 dB acima do limite de nível de pressão sonora admissível;

III - infração grave: a imissão de ruído entre 6,1 dB e 9,0 dB acima do limite de nível de pressão sonora admissível;

IV - infração gravíssima: a imissão de ruído acima de 9,1 dB do limite de nível de pressão sonora admissível.

Art. 29 - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, na qual deverá ser estabelecido prazo para implantação de tratamento acústico, quando for o caso;

II - multa;

III - intervenção no estabelecimento;

IV - apreensão de instrumento, amplificador de áudio, petrechos, equipamento ou veículo utilizado no cometimento da infração;

V - embargo parcial ou total da atividade poluidora sonora;

VI - interdição parcial ou total do empreendimento, evento ou da atividade poluidora;

VII - cassação do Alvará de Localização e Funcionamento de Atividades do estabelecimento e de licença;

VIII - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

Art. 30 - A imposição e a gradação das penalidades observarão:

I - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde, sossego público e meio ambiente;

II - a natureza da infração e suas consequências;

III - o porte do empreendimento;

IV - os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais e de postura;

V - a capacidade econômica do infrator.



Art. 31- Para efeito da caracterização das infrações e da definição das penalidades, considera-se reincidência o cometimento da mesma infração pelo mesmo agente poluidor sonoro no período de até 2 (dois) anos.

Parágrafo único – Considera-se também reincidência a desobediência ao auto de intervenção, embargo ou interdição, sempre quando constatada pela fiscalização, ainda que ocorra em um mesmo dia.

Art. 32 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal e estadual em vigor, aos responsáveis pelo uso residencial serão aplicadas as seguintes penalidades pelo descumprimento ao disposto nesta lei:

I - na primeira autuação, advertência e intimação para cessar a irregularidade;

II - na segunda autuação, multa e intimação para cessar a irregularidade, ou intervenção;

III - na terceira autuação, multa, no dobro do valor da anterior, e nova intimação para cessar a irregularidade, ou apreensão;

IV - persistindo a irregularidade após a terceira autuação, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração, acrescidos de multa de até 2% (dois por cento) incidente sobre a última autuação.

Art. 33 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal e estadual em vigor, aos responsáveis pelo uso não residencial serão aplicadas as seguintes penalidades pelo descumprimento ao disposto nesta lei:

I – na primeira autuação, advertência e intimação para cessar a irregularidade;

II - na segunda autuação, multa e intimação para cessar a irregularidade, ou intervenção;

III - na terceira autuação, multa, no dobro do valor da anterior, e nova intimação para cessar a irregularidade, ou apreensão;

IV - na quarta autuação, multa, no dobro do valor da anterior, apreensão, embargo ou interdição;

V – desobedecida a interdição, será requerida a instauração de inquérito policial, com base no art. 330 do Código Penal, e realizado nova interdição com possibilidade de fechamento físico de acesso ao local, e, a critério do Município, poderão ser utilizados de obstáculos como emparedamento, defensas de concreto, tubos de concreto, entre outros.

Art. 34 - A advertência será aplicada no caso de cometimento de infração leve ou média e poderá incluir prazo para a regularização da infração.

Parágrafo único - A advertência será aplicada apenas uma vez para uma mesma infração cometida pelo mesmo infrator.



Art. 35 - a multa será aplicada no caso de o infrator, por negligência ou dolo:

I - opor embaraço à ação fiscalizadora;

II - após ter sido autuado, reincidir na infração;

III - deixar de atender, no prazo estabelecido pelo órgão fiscalizador, às exigências técnicas formuladas em decorrência da autuação.

Art. 36 - Os valores da multa variarão de acordo com a classificação da infração, da seguinte forma:

I - infração leve: de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

II - infração média: de R\$2.500,00 (mil reais) a R\$12.500,00 (doze mil reais);

III - infração grave: de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

IV - infração gravíssima: de R\$10.000,00 (dez mil reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 1º - Cumprida as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ser reduzida em até 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

§ 2º - Em caso de reincidência, a multa deverá ser aplicada em dobro.

§ 3º - Em caso de infração continuada, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente, até cessar a infração.

§ 4º - Os valores da multa serão corrigidos e publicados anualmente, a partir da data da publicação desta lei, pelo executivo municipal com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de outro índice que venha a ser regulamentado pela União.

Art. 37 - A apreensão, o embargo e a interdição, parcial ou total, da atividade poluidora poderá ser aplicada, a critério da autoridade competente, em hipótese de:

I - risco à saúde individual ou coletiva;

II - dano ao meio ambiente, ao sossego público ou à segurança das pessoas;

III - reincidência.

§ 1º - A desobediência ao embargo ou à interdição será considerada infração gravíssima e deverá anteceder a cassação do Alvará de Localização e Funcionamento de Atividades, ou de licença.



§ 2º - A devolução de material apreendido conforme o inciso IV do art. 33 fica condicionada ao pagamento das penalidades pecuniárias aplicadas e à adequação da situação que a causou às normas desta lei.

Art. 38 - A penalidade de cassação do Alvará de Localização e Funcionamento de Atividades e de licença será aplicada:

I - no descumprimento do auto de interdição;

II - na hipótese de não apresentar ao executivo municipal um plano de ação para o controle da poluição sonora elaborada por um responsável técnico no prazo de até 3 (três) meses da interdição.

III - quando constatado que, após a execução do plano de ação, e apresentação do laudo comprobatório de eficiência acústica, a fiscalização municipal constatar nova ocorrência de poluição sonora.

Art. 39 - O infrator que cometer duas ou mais infrações fica sujeito à aplicação cumulativa das penalidades previstas para cada infração cometida.

Art. 40 - As penalidades poderão ser suspensas quando o infrator, por meio de termo de compromisso aprovado pelo órgão municipal responsável, ou por meio de ajuste de conduta perante o Ministério Público, se obrigar a adotar medidas, imediatas ou mediatas, para cessar a poluição ou o distúrbio sonoro provocado.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo não se aplica à penalidade na modalidade de multa.

Art. 41 - Os procedimentos e os prazos previstos na Lei nº 4.253, de 4 de dezembro de 1985, e em seus regulamentos, serão aplicados, no que couber, para a imposição das penalidades previstas nesta lei e a interposição e o julgamento de defesas e recursos decorrente disso.

Art. 42 - O imóvel com histórico de reincidência de penalidades por poluição sonora, previstas no art. 29 por uma ou mais atividades econômicas exercidas no local, licenciadas ou não, poderá ser declarado com restrição de atividade econômica para a concessão futura de novos alvarás de localização e funcionamento, de modo a prevenir novas ocorrências de poluição sonora, independente do empreendimento e do empreendedor requerente.

## Seção II

### Do Auto de Infração e da Notificação

Art. 43 - No caso de o resultado da medição dos níveis de pressão sonora associados aos sons específicos de um empreendimento ou evento indicar a ocorrência de poluição sonora, caberá à emissão de auto de notificação ou de infração a serem lavrados e apresentados aos responsáveis pelo empreendimento ou evento.



§ 1º - Os autos de notificação e de infração deverão ser lavrados e entregues ao infrator, no ato da fiscalização, por servidor público municipal.

§ 2º - Na impossibilidade de lavratura ou de entrega do auto no ato da fiscalização, conforme estabelecido no parágrafo primeiro, o auto deverá ser lavrado em até cinco dias úteis, contado da data da fiscalização no local, e entregue ou encaminhado por correspondência com Aviso de Recebimento – AR e publicado no Diário Oficial do Município – DOM.

§ 3º - O resultado da medição deverá ser público, registrado e publicado em página do sítio eletrônico do município, bem como os atos que o sucederem.

Art.44 - Compete ao responsável pelo empreendimento ou evento tomar providências para cessar a poluição sonora, imediatamente ou no prazo acordado com a secretaria municipal competente.

Art. 45 - Deverá ser disponibilizado ao autuado, preferencialmente anexo ao auto de infração ou à notificação, um relatório de poluição sonora, contendo pelo menos as seguintes informações:

I - objetivo da medição e características das fontes sonoras, e do seu funcionamento, percebidas durante a medição;

II - ilustração, imagem ou descrição do ambiente, dos pontos e das posições da medição, salvo nos casos em que se assegure o sigilo na identificação do denunciante;

III - data e horário da medição;

IV - método de medição utilizado;

V - informações sobre a instrumentação utilizada na medição e a respectiva calibração (fabricante, modelo, identificação unívoca com número de série, normas atendidas, número e data dos certificados de calibração);

VI - resultados das medição e correções, quando aplicáveis e seus respectivos tempos de medição e de integração;

VII - níveis de pressão sonora aplicados aos resultados.

## CAPÍTULO VI DA EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 46 - Fica instituída a Semana de Conscientização e Prevenção da Poluição Sonora, a ser realizada, anualmente, pelo poder público municipal, na última semana do mês de abril.



Parágrafo único - A Semana de Conscientização e Prevenção da Poluição Sonora passa a integrar o Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município de Belo Horizonte.

Art. 47 - A Semana de Conscientização e Prevenção da Poluição Sonora tem por objetivos:

- I - contribuir para o debate sobre a poluição sonora;
- II - promover eventos para a população em geral que possam contribuir para a conscientização sobre a influência do ruído na saúde e no bem-estar da população;
- III - disponibilizar informações e materiais educativos para a população em geral e, especialmente, para a imprensa e os profissionais da Saúde e da Educação.

Art. 48 - O debate, os eventos, as informações e os materiais previstos nos incisos do art. 47 devem colaborar para a divulgação e o esclarecimento da necessidade de se respeitarem os limites para os níveis de pressão sonora como meio de:

- I - assegurar o equilíbrio entre as paisagens sonoras urbanas, entendidas como bem de uso comum do povo;
- II - proteger a saúde física e psicoemocional das pessoas expostas ao ruído;
- III - garantir a segurança, o bem-estar e o sossego públicos;
- IV - promover o equilíbrio da biota e a possibilidade de vida saudável para a população.

Art. 49 - O poder público municipal assegurará a realização de ações educativas, em todos os níveis do ensino formal, ao longo do calendário letivo, sobre medidas preventivas contra a poluição sonora e sobre os danos à saúde provocados por ela.

Parágrafo único - As ações educativas previstas no caput deste artigo incluirão, entre as suas temáticas, os danos causados pelo uso coletivo e individual de aparelho de amplificação sonora e de fone de ouvido.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 - Para o cumprimento do disposto nesta lei, o Executivo poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, mediante convênios, contratos e credenciamento de agentes.

Art. 51 - Os equipamentos e técnicas utilizados no controle da poluição sonora, quando não especificados, deverão seguir os normativos publicados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.



Art. 52 - O produto da arrecadação de multas previstas nesta lei constitui recurso do Fundo Municipal de Defesa Ambiental, instituído pela Lei nº 4.253/85.

§ 1º - A receita proveniente de multas por poluição sonora será aplicada nos programas de conscientização e prevenção da poluição sonora, nos termos desta lei, bem como em logística, aquisição de instrumentação e equipamentos aplicados à fiscalização da poluição sonora, contratação de serviços de ensaios, calibração e de capacitação técnica dos agentes de fiscalização.

§ 2º - Anualmente o executivo municipal publicará, no sítio eletrônico do município, extrato da receita auferida com multas de poluição sonora e da destinação dos recursos previstos no parágrafo primeiro.

Art. 53 - Na aplicação das normas estabelecidas por esta lei, compete ao executivo municipal:

I - estabelecer um plano anual de conscientização, prevenção e fiscalização da poluição sonora;

II - exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

III - aplicar as sanções previstas na legislação vigente.

Art. 54 - As atividades de fins educacionais, religiosos, hospitalares e de saúde, exercidas em edificações erguidas anteriormente a publicação desta lei, cujos níveis de pressão sonora internos não atendam ao estabelecido no art. 15, têm o prazo de 5 (cinco) anos para se adequarem, sob pena de não renovação do alvará de localização e funcionamento.

Art. 55 - Integram esta lei:

I - o Anexo I – *Glossário*, do qual cada verbete é considerado um dispositivo;

II - o Anexo II – *Limites de níveis de pressão sonora admitidos por tipos de via e uso do solo*, com tabela da qual cada linha é um dispositivo;

Parágrafo único - Os limites de níveis de pressão sonora fixados no Anexo II devem ser aplicados conforme a via e o uso dado à quadra na localização do ponto de medição de nível sonoro, quando medido na calçada, praça, via pública ou no interior da propriedade ou do imóvel do reclamante.

Art. 56 - Fica revogada a Lei nº 9.505, de 23 de janeiro de 2008 e dispositivos em contrário.

Art. 57 - Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2019.



## ANEXO I

(a que se refere a Lei nº , de de )

### Glossário

**Área de suposto incômodo:** área onde é suposta a existência de incômodo causado por som, ruído ou vibração.

**Área escolar:** área regularmente ocupada, edificada ou não, destinada a práticas de ensino-aprendizagem, como creche, colégio, escola, faculdade, instituto educacional, *campus* universitário e outras que tenham similar destinação, de acordo com seus horários de funcionamento.

**Área hospitalar:** área regularmente ocupada, edificada ou não, destinada ao tratamento, recuperação ou promoção da saúde, como hospital, centro médico, clínica e casa de saúde, de oração, de repouso ou de recuperação, pronto-atendimento e outras que tenham similar destinação, de acordo com seus horários de funcionamento.

**Área imediatamente vizinha:** área, pública ou privada, que faça limite com uma área sensível ao ruído.

**Área industrial:** porção de território destinada à implantação e à manutenção de usos não residenciais diversificados, que apresentam concentração de atividades industriais de pequeno, médio e grande porte.

**Área mista:** área destinada a usos residenciais e não residenciais, podendo inclusive estarem presente as duas atividades na mesma área.

**Área não residencial:** área destinada a atividades de comércio, de serviços, de serviços de uso coletivo, industriais, de agricultura urbana, institucionais e de infraestrutura.

**Área predominantemente residencial:** área destinada ao uso preferencial de moradias, onde se admitem serviços e comércio.

**Área estritamente residencial:** área destinada ao uso exclusivo de moradias ou habitação permanente.

**Área sensível ao ruído:** área regularmente ocupada por edificações residenciais, hospitalares, escolares e propriedades imediatamente vizinhas.

**Atividades culturais, de lazer e turismo:** atividades que podem aglomerar pessoas em áreas ao ar livre ou no interior de edificações, sejam em áreas públicas ou privadas.

**Casa de espetáculo:** edificação destinada a apresentações artísticas, musicais, dentre outras.

**Emissor sonoro potencialmente crítico – ESPC:** empreendimento ou evento cujas instalações contenham ou façam uso, permanente ou temporário, de equipamento amplificador de áudio, de grupo-gerador de energia elétrica, compressor, pressurizador de ar, sistema de troca de calor, de



aquecimento, de resfriamento, ventilação, condicionamento de ar, bombeamento hidráulico ou similares, independentemente de sua natureza contínua ou intermitente.

**Fonte fixa de emissão sonora ou de vibração:** instalação, veículo, equipamento ou processo, situado em local fixo, que produza emissão sonora ou vibração para seu entorno.

**Fonte móvel de emissão sonora ou de vibração:** instalação, veículo, equipamento ou processo que, durante seu deslocamento, produza emissão sonora ou vibração para seu entorno.

**Limite real da propriedade:** limite representado por um plano imaginário que separa um imóvel de outro imóvel, de parques, de calçadas, de vias, de áreas ou de equipamentos, públicos ou privados.

**Logradouro público:** espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada, estacionamento de pedestres ou veículos, tais como calçada, parque, área de lazer, calçada.

**Período diurno:** período de tempo compreendido entre 7 h (sete horas) e 19 h (dezenove horas) do mesmo dia.

**Período vespertino:** período de tempo compreendido entre 19h (dezenove horas) e 22 h (vinte e duas) do mesmo dia.

**Período noturno:** período de tempo compreendido entre 22 (vinte e duas horas) de um dia e as 7 h (sete horas) do dia seguinte.

**Propriedade imediatamente vizinha:** propriedade limítrofe ao terreno da edificação residencial, hospitalar ou escolar.

**Serviço de construção civil:** operação de escavação, construção, demolição, remoção, reforma ou alteração substancial de uma edificação, estrutura ou obra e as relacionadas a serviços públicos tais como energia elétrica, gás, telefone, água, esgoto e sistema viário. Via local

**Via Local:** Via ou trecho de baixo volume de tráfego, com função de possibilitar o acesso direto às edificações.

**Via coletora:** Via ou trecho com função de permitir a circulação de veículos entre as vias arteriais ou de ligação regional e as vias locais.

**Via arterial:** Via ou trecho com significativo volume de tráfego, utilizada nos deslocamentos urbanos de maior distância, com acesso às vias lindeiras devidamente sinalizado.

**Via de ligação regional:** Via ou trecho com função de fazer a ligação com municípios vizinhos, com acesso às vias lindeiras devidamente sinalizado.



## ANEXO II

(a que se refere a Lei nº , de de de )

### LIMITES DE NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA ADMITIDOS POR TIPOS DE VIAS E USO DO SOLO

Tipos de via e uso do solo	RL <sub>Aeq</sub> (dB)		
	Limites de níveis de pressão sonora		
	Período		
	Diurno	Vespertino	Noturno
Via local e via coletora limítrofes com área de preservação ambiental	50	45	40
Via arterial e via de ligação regional limítrofes com área de preservação ambiental	55	50	45
Via local e coletora limítrofes com área de uso estritamente residencial ou de hospitais ou escolas	50	45	40
Via arterial e via de ligação regional limítrofes com área de uso estritamente residencial ou de hospitais ou escolas	55	50	45
Via local limítrofe com área mista predominantemente residencial	55	50	45
Via coletora, via arterial e via de ligação regional limítrofes com área mista predominantemente residencial	60	55	50
Via local limítrofe com área mista com predominância de atividades comerciais, administrativas ou de serviços	60	55	50
Via coletora, via arterial e via de ligação regional limítrofes com área mista com predominância de atividades comerciais, administrativas ou de serviços	65	60	55
Via local limítrofe com área destinada a atividades culturais, musicais, ou de lazer e turismo	65	60	55
Via coletora, via arterial e via de ligação regional limítrofes com área destinada a atividades culturais, musicais, ou de lazer e turismo	70	65	60
Via local, via coletora, via arterial e via de ligação regional limítrofes com área com predominância de atividades industriais	70	65	60

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:  
21/3/23  
1654  
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **Requerimento de Comissão** **REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº** **330/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada visita técnica aos arredores da Escola Estadual Professora Maria Amélia Guimarães, localizada no Bairro Pirajá — rua Amaral, 32 e nas ruas em seu entorno no dia 09 de março de 2023, às 9h30min. Devido às solicitações da comunidade e da direção da referida escola, a visita técnica se destina a averiguar as condições do trânsito no local, a ausência de quebra-molas, placas e sinalização nas vias vizinhas à instituição escolar bem como a segurança das crianças e adolescentes que transitam nas ruas ao redor da unidade escolar. Além destes problemas ainda existe um ponto de descarte de lixo na região que causa grandes problemas de saúde.

A visita técnica também servirá para avaliarmos, no local, as dificuldades da população da região, em especial, as crianças e adolescentes para ter segurança no trânsito na região da referida escola. Local de encontro: porta da escola Na visita técnica, requeremos o comparecimento de:

-Representante da regional Representante da Superintendencia der Mobilidade do Município de Belo Horizonte; -Representante da Secretaria de Obras e Infraestrutura; -Representante da Sudecap; -Empresa de transporte de trânsito de BH; Superintendência de Limpeza Urbana \_SLU O local de encontro será no local onde será construída a referida ponte.

Belo Horizonte, 01 de Março de 2023

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023  
DATA: 01/03/2023  
HORA: 14:51:08



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IZABELLA LOURENCA  
AMORIM

ROMUALDO:11468145690

Assinado de forma digital por  
IZABELLA LOURENCA AMORIM  
ROMUALDO:11468145690  
Dados: 2023.03.01 14:48:48 -03'00'

~~Vereadora Iza Lourença~~

Ao Exmo. Senhor

**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



INÍCIO    TERMOS DE USO    F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 01/03/2023 17:55:31 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

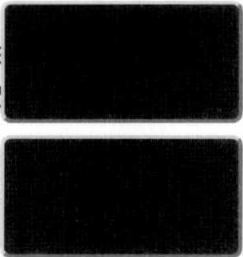
▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** \_Requerimento-Informações.Política Urbana.docx.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** c6dfd53b6c00b161a20421357614f069d3fcc5887426098eddf1e9602a2a3d64  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ Assinatura por CN=IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:\*\*\*681456\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto



Modo escuro ☐

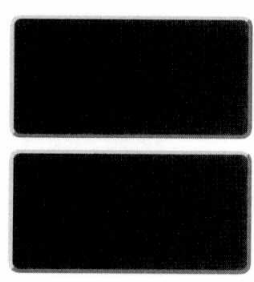
**Data da assinatura**

01/03/2023  
17:48:48 UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:  
21/3/23  
6694  
Responsável pela distribuição



Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº 331/2023 COMISSÃO Nº

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Governo de Belo Horizonte, pedido de informações sobre a questão abaixo relacionada:

Chegou a esta casa legislativa relatos de trabalhadores informais estão sendo impedidos de trabalhar na Praça Duque de Caxias no Bairro Santa Tereza. Segundo os relatos, apesar de anos atuando na praça citada, no presente ano atuação de fiscais da prefeitura estão proibindo a atividade laboral no espaço sem maiores justificativas.

Com a finalidade de obter mais informações para qualificar o trabalho dessa comissão, requeremos saber:

1. Qual a situação de atividades e trabalhadores na Praça Duque de Caxias?
2. Qual o procedimento para obter licença nos casos de equipamentos físicos?
3. Houve alguma reunião com os trabalhadores da referida praça antes da exigência de licença ou alvará?
4. Há previsão de regularização da situação narrada?

Belo Horizonte, 12 de Fevereiro de 2022

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 09.03.2023  
HORA: 14:51:56



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IZABELLA LOURENCA AMORIM  
ROMUALDO:11468145690  
690

Assinado de forma digital por  
IZABELLA LOURENCA AMORIM  
ROMUALDO:11468145690  
Dados: 2023.02.28 14:08:19  
-03'00'

**Vereadora Iza Lourença**

Ao Exmo. Senhor

**Vereador** **Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 01/03/2023 18:00:17 UTC

Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Requerimento-Informações.Política Urbana.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	3e42b5dc2b76d44001117b527affe700fb3b6a1581a8ae880a174f2adad9b753
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

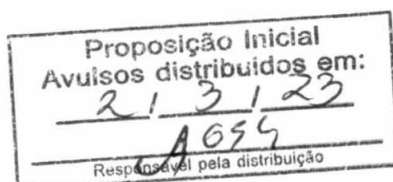
▼ BR Assinatura por CN=IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:\*\*\*681456\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5,  
O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	28/02/2023 17:08:19 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**332/2023**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio desta Comissão, à Dra. Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos, Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informação sobre o serviço de castração de animais.

O pedido de informação se justifica devido às constantes reclamações por parte da população de que não tem conseguido agendar a castração de seus animais. Segundo cidadãos a demanda da população pelo serviço é intensa e o ramal fica ocupado quase ininterruptamente. Por tal razão importante que sejam enviadas as informações abaixo:

- Quais as formas de agendamento do serviço de castração de animais disponibilizadas atualmente?
- Em quais telefones o cidadão pode obter informações sobre o serviço?
- Existe previsão para ampliação da capacidade de atendimento para o serviço de castração de animais?
- Quantas castrações são realizadas mensalmente pelo município?
- Caso o cidadão não consiga agendar a castração por falta de comunicação com o setor responsável o que ele deve fazer?

Belo Horizonte, 01 de março de 2023.

  
Vereador Cláudio do Mundo Novo  
Cláudio do Mundo Novo  
CM 10220  
Vereador  
Câmara Municipal BH-MG

Excelentíssimo Senhor  
**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>213123</u>
<u>3654</u>
Reservado para distribuição

CHBH\_DIRLEG-02/mar/23-09:03:13 0000872-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 337/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Secretaria de Governo, pedido de informação questionando quais as medidas e procedimentos administrativos foram abertos junto à municipalidade para se apurar as denúncias constantes do Inquérito Policial que tem como investigado o ex-vereador Léo Burguês e membros do Executivo municipais lotadas ou que ocupavam cargos na Secretaria Municipal de Política Urbana/Subsecretaria de Fiscalização.

Belo Horizonte, 01 de março de 2023.

  
Vereador Bráulio Lara

  
Vereador Jorge Santos

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>313123</u>
<u>8654</u>
Responsável pela distribuição



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**345/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada visita técnica no Bairro Xodó Marize, na região norte, às margens do córrego Isidoro.

A visita técnica será realizada no dia 13 de março de 2023, às 09 horas, tendo como ponto de encontro a Av. Lucas de Oliveira, nº 400 – Jardim Guanabara, Belo Horizonte – MG, 31742-308.

A referida visita técnica terá como finalidade verificar a possibilidade de implantação de grades de proteção a fim de proporcionar uma maior segurança a população, buscando prevenir as quedas como também diminuir a incidência de despejo de resíduos dentro do córrego. Além disso, a realização desta visita técnica busca verificar a possibilidade de construção de muro de arrimo, uma vez que as margens do córrego estão desabando.

A motivação se consubstancia na precariedade do serviço público e no direito à saúde, que está ligado diretamente ao direito ao saneamento básico, que é assegurado pela Constituição Federal de 1988, artigo 23, IX, e pela Lei 14.026/2020. Cumpre ressaltar que incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos dessa natureza, nos moldes do art. 175, CF/88. Ademais, apoia-se no direito à segurança e iluminação.

A doutrina hoje, majoritariamente, entende que o serviço de saneamento básico é de competência privativa do ente municipal (vide STF, ADI 2.977. 6.3.2012), porém o legislador não deixou de prever que, tendo em vista a natureza desse tipo de serviço, os entes federativos envolvidos devem prestá-lo pelo regime de gestão associada na forma prevista no art. 241 da CF (art. 3º, II).

Considerando, ainda, a diversidade de impasses, que envolvem a responsabilidade de concessionárias e diferentes órgãos públicos, justifica-se a lista múltipla de convidados.

Posto isso, faz-se importante a visita técnica para solução dos problemas.

Sugiro que sejam convidados representantes das seguintes instituições:

- Coordenador de Atendimento Regional Norte
- Josué Costa Valadão – Membro titular representante da PBH no Conselho Municipal de Saneamento
- Leandro César Pereira – SMOBI – Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura ou Assessoria.
- Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos – Secretária Municipal de Saúde ou Assessoria.
- Mário de Lacerda Werneck Neto – Secretário Municipal de Meio Ambiente.
- Jaime Lourenço Lage – Gerente de Manutenção de Bacias de Controle de Cheias e Barragens ou Assessoria.
- Guilherme Augusto Duarte de Faria – Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) ou Assessoria
- Henrique de Castilho Marques de Sousa – Membro titular representante da SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital ou Assessoria.

Belo Horizonte, 01 de março de 2023.

  
VER. UNER AUGUSTO

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>313123</u>
<u>4/600</u>
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

## Requerimento de Comissão

**346/2023**

Senhor Presidente,


Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, ao Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury, e ao Superintendente de Limpeza Urbana, Coronel Genedempsey Bicalho Cruz pedido de informação sobre limpeza, manutenção e funcionamento do viaduto Santa Tereza.

Em visita técnica ao Viaduto Santa Tereza, em 28/02/2023, houve reclamação de diversos representantes da sociedade em razão da ausência de lixeiras no viaduto e seu entorno. Tendo em vista a regular vigência do Pregão 006/2022 de aquisição de cestos coletores de lixo, pergunta-se:

1. Por que não há lixeiras no local?
2. Qual a previsão de instalação e quantas lixeiras serão instaladas?
3. Caso o local não possa ser contemplado, de imediato, pela licitação atual, há possibilidade de colocação de coletores de lixo provisórios até que seja regularizado o fornecimento de lixeiras?

Belo Horizonte, 03 de março de 2023.

  
**VEREADORA FERNANDA ALTOÉ**  
**NOVO**

  
**VEREADOR JOSÉ FERREIRA**  
**PP**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**347/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica para fiscalizar e realizar estudo técnico para solucionar problema de drenagem de águas pluviais que escorrem através de um sítio localizado na rua Doutor Cristiano Rezende, 904, próximo à rua Bechelany, na divisa entre os bairros Novo das Indústrias, Milionários e Bonsucesso, na Regional Barreiro.

A solicitação justifica-se tendo em vista o intenso volume e fluxo de água de enxurrada que descem pelas encostas atrás do terreno do sítio, atravessam sua área interna e escoam para a rua através da abertura dos portões e de inúmeros canos colocados na base dos muros do imóvel, gerando uma verdadeira cachoeira de água de chuva e muita lama, descendo em direção à rua Bechelany, causando inundações, prejuízos e riscos a quem reside ou transita pelo local.

A referida visita ocorrerá no dia 20 de março 2023, às 09:00h, com ponto de encontro no entroncamento da rua Doutor Cristiano Rezende com a rua Bechelany.

Sugiro sejam convidados:

- o Excelentíssimo Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- o Exmo. Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- o Exmo. Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 03.03.2023  
HORA: 15:03:59



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- a Sra. Lidiane de Souza Monteiro, Coordenadora de Atendimento Regional Barreiro.

Belo Horizonte, 03 de março de 2023.

**IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634**

Assinado de forma digital por  
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.03.03 15:02:52 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriota

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 03/03/2023 18:05:24 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Visita técnica - Dr. Cristiano Rezende - sítio.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo a790b837184d9bb45c79b51058a7d61eb93d973fbfdccce0a866ced761e8bc3ad  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 03/03/2023 18:02:52 UTC  
Status dos atributos Aprovados

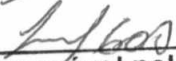
▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

3 1 3 1 2 3

  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **348/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica para fiscalizar e realizar estudo técnico para solucionar problema de drenagem de águas pluviais que escorrem com resíduos de barro e construção da obra da Precon Engenharia (empreendimento Ville Hong Kong) localizada na rua Caetano Pirri, 1540, bairro Milionários.

A solicitação justifica-se tendo em vista o intenso volume e fluxo de água de enxurrada que carregam detritos de construção e barro provenientes do empreendimento Ville Hong Kong, da Precon Engenharia, em direção à rua Bechelany com a rua Doutor Cristiano Rezende causando inundações, prejuízos e riscos a quem reside ou transita nestas vias e na região.

A referida visita ocorrerá no dia 20 de março 2023, às 10:00h, com ponto de encontro rua Caetano Pirri, 1540, bairro Milionários.

Sugiro sejam convidados:

- o Excelentíssimo Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- o Exmo. Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- o Exmo. Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- a Sra. Lidiane de Souza Monteiro, Coordenadora de Atendimento Regional Barreiro.

Belo Horizonte, 03 de março de 2023.

IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360769634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.03.03 15:05:38 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriota

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 03.03.2023  
HORA: 15:06:24

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 03/03/2023 18:09:56 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Visita técnica - Dr. Cristiano Rezende - construtora.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo dd25c4810cd5ee38ed33a541c783d4ef9cf2b3c1f369c9a223c2d8eafd738307  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 03/03/2023 18:05:38 UTC  
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
3 1 3 1 23  
h/600  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

Requerimento nº **349/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica ao “Beco do Resende”, que fica na Rua Ajair de Almeida Costa, número 550, Bairro Mantiqueira, com a finalidade de vistoriar a condição das casas que ainda existem no local bem como acompanhar o andamento das obras realizadas no Córrego Quaresma.

A referida visita ocorrerá no dia 06 de abril de 2023, às 10h, com ponto de encontro na rua Ajair de Almeida Costa, nº 550, bairro Mantiqueira.

A realização desta visita técnica se justifica pela existência de reclamações dos moradores que tem as suas casas em risco devido as obras realizadas no córrego da localidade supracitada. Faz-se de suma importância citar também que, a realização da obra para construção de um condomínio, realizada em frente ao beco, interferiu diretamente na infraestrutura das casas do local, causando danos a estas.

Os moradores relatam também que sofrem com o aparecimento constante de animais peçonhentos em suas residências, afirmando que o surgimento de escorpiões, aranhas e cobras se intensificou com a realização das obras no córrego e no condomínio.

Sugiro sejam convidados:

- o Exmo. Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- o Exmo. Sr. Waldir Figueiredo Vieira, Subsecretário de Proteção e Defesa Civil;
- o Exmo. Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- o Exmo. Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- o Exmo. Sr. Claudius Vinícius Leite, Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 03.03.2023  
HORA: 15:47:08



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- O Sr. Sílvio Higino de Rezende, Coordenador de Atendimento Regional  
Venda Nova.

Belo Horizonte, 01 de março de 2022.

IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:9236076963

4

Assinado de forma digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.03.03 15:35:15 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



[INÍCIO](#)   [TERMOS DE USO](#)   [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação

03/03/2023 18:49:29 UTC

Versão do software

2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo

Visita técnica - Beco do Resende.pdf

Resumo SHA256 do arquivo

02f80695119922e9197686681c0eb724cc028fd3ce692e22238b2ad967308958

Tipo do arquivo

PDF

Quantidade de assinaturas

1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

03/03/2023 18:35:15 UTC

Status dos atributos

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
3 1 3 1 2 3  
1/60  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐

<https://verificador.itl.br/webreport>

1/1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**356/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública, com a finalidade de discutir a Mensagem do Executivo nº 3/2023, encaminhada a esta casa pelo Prefeito, Sr. Fuad Noman, em 03 de março de 2023, contendo projeto de lei que altera as Leis nº 9.074, de 18 de janeiro de 2005 e nº 11.216, de 4 de fevereiro de 2020, no dia 20 de março de 2023, às 13h30min, no Plenário Helvécio Arantes.

A referida mensagem de autoria do Executivo, única a tratar do Plano diretor nesta Casa, pretende, por meio do projeto de Lei, “adequar o regramento aplicável aos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor, instituído pela Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019”. O projeto de Lei altera o art. 21 da Lei nº 9.074/2005, que permite apenas a regularização da construção realizada acima do Coeficiente de Aproveitamento mediante a aquisição de Outorga Onerosa do Direito de construir. Na nova redação pretende-se incluir as possibilidades para superação do coeficiente de aproveitamento básico – Cabas. Quanto à Lei 11.216/2020, que dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nos Capítulos II, III e IV do Título II da Lei 11.181/2019, o projeto propõe a alteração dos arts. 12, 13, 14 e 18 para compatibilizar a gestão dos instrumentos com o encerramento do período de vigência dos Coeficientes de Aproveitamento Básico de Transição, previstos no Anexo XVII e no *caput* do art. 356 do Plano Diretor.

Ainda, a audiência se justifica pela necessidade de discutir a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 0100323-73.2023.8.13.0000, proposta pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, que pleiteia a suspensão dos efeitos do art. 86 da Lei 11181/2019, sem que promova qualquer alteração no Plano Diretor.

Sugiro que sejam convidados:

- Cassia Ximenes, representante da CMI Secovi



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Kênio Pereira, Diretor Regional da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário
- Fernanda Basques, representante da Arbea
- Marcos Castro, Procurador-Geral da Câmara Municipal
- Thiago Jardim, arquiteto e economista
- Renato Schweizer
- João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana
- Livia Monteiro, Secretária Adjunta designada para responder pela Subsecretaria de Regulação Urbana
- Pedro de Freitas Maciel Pinto, Subsecretário de Planejamento Urbano
- Renato Michel, representante do Sinduscon
- Marcelo Souza e Silva, representante da CDL
- José Anchieta da Silva, representante da AC Minas
- Rene Wakil Júnior - Vice-Presidente da FIEMG
- Geraldo Jardim – Presidente da Câmara da Indústria da Construção/FIEMG
- Branca Macahubas – Ex Secretária Municipal Adjunta de Regulação Urbana, representando a Câmara da Indústria da Construção/FIEMG
- Adriano Manetta - Vice-Presidente Loteadoras da Câmara do Mercado Imobiliário



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Esterlino Luciano Campos Medrado - COMPUR/ Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais
- Jacqueline Bacha – Presidente da Associação dos Comerciantes do Hipercentro de BH
- Thiago Rodrigues Cavalcanti - Gerente de Meio Ambiente da FIEMG
- Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR
- Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM
- Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
- Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN
- Minha BH
- Salve Santa Tereza
- Mata Jardim América
- Tods por BH
- IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
- AMA - Associação de Moradores de Belo Horizonte
- Gladstone Otoni - ICPP
- POMAR BH
- Edneia - Movimento Nacional de Luta por Moradia



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- MLB - Movimento de Luta pelos Bairros e Favelas
- Coordenadoria Estadual das Promotorias de Habitação e
- Urbanismo-Promotora de Justiça Marta Alves Lacher
- Defensora Pública Cleide Aparecida Nepomuceno
- Movimento Salve a Mata do Planalto
- Dr. Hércules Guerra- Procurador Geral do Município de Belo Horizonte
- MAMBH- Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte
- Núcleo dos Sem Casas Santíssima Trindade
- Observatório das Metrópoles

Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto.

Belo Horizonte, 03 de março de 2023.

Vereadora Marcela Tropa

NOVO

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>31/31/23</u>
<u>AGS</u>
Responsável pela distribuição



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **PARECER EM 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 377/2022 COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA**

#### **VOTO DO RELATOR**

#### **RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, em conformidade com os trâmites regimentais para receber parecer sob a responsabilidade desta relatoria, uma Emenda ao Projeto de Lei n. 377/2022, que **"Altera a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, no Bairro Santa Lúcia"**.

A proposição, de autoria dos Vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Léo; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Wanderley Porto, foi aprovada, em primeiro turno na reunião plenária realizada no dia 16/11/2022. Tendo a proposta recebido uma emenda e, considerando-se que o segundo turno é o momento adequado para apreciação dessa espécie de proposição, fui designado relator para proceder à análise da Emenda n. 1.

Desta feita, passo a fundamentar o presente parecer e a emissão de voto, considerando os aspectos urbanísticos, nos termos do nos termos do art. 52, IV, "h", do Regimento Interno.

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

Prefacialmente, é necessário destacar que a proposição tem por escopo alterar a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, no Bairro Santa Lúcia. Insta mencionar que após a tramitação da proposição em primeiro turno foi apresentada 1 emenda ao Projeto de Lei, de autoria Vereador Bruno Miranda. O substitutivo- Emenda n.1 visa incluir parágrafo único ao art. 1º do Projeto, mantendo-se a redação dos demais dispositivos.

Faz-se relevante mencionar que o exame do retromencionado Parecer pela egrégia Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, cinge-se tão somente ao mérito das proposições, razão pela qual não irá incursionar em discussões acerca da matéria jurídica, especialmente no que se refere à legalidade ou

ilegalidade da referida emenda, cuja análise foi da competência da Comissão de Legislação e Justiça. Vale mencionar que na análise da referida comissão, o parecer foi pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da Emenda n. 1 apresentada ao Projeto de Lei n. 377/2022.

Desse modo, ao discorrer sobre a emenda em apreço, estamos abordando o tema sobre a perspectiva urbanística uma vez que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido pelo art. 225 da Carta Magna, também se refere ao conjunto de intervenções que cumprem a função social da cidade, de modo a garantir a qualidade de vida dos seus cidadãos. Vale recordar que, com o advento do Estatuto da Cidade, que regulamentou o capítulo da Constituição Federal sobre a Política Urbana e fixou as diretrizes que devem assegurar o direito a cidades sustentáveis e o uso da propriedade urbana em prol do equilíbrio ambiental, a temática ambiental também se tornou mandatória na ordenação do solo urbano.

No que se refere mais precisamente à análise da emenda ao Projeto de Lei nº 377/2022, faz-se mister mencionar o imperativo de atendimento aos ditames do regramento do Plano Diretor do município de Belo Horizonte (Lei 11.181/19). Nesse sentido, a emenda substitutiva 1 visa conferir nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Projeto, mantendo-se a redação dos demais dispositivos inalterados, *in verbis*:

*Art. 1º - Fica alterada para via de caráter misto a classificação quanto à permissividade de usos de toda a extensão da Rua Medusa, localizada no Bairro Santa Lúcia.*

*Parágrafo único: A eficácia do disposto no caput fica condicionada à aprovação do pelo Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR.*

*Art. 2º - O anexo VI da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, será atualizado conforme a alteração disposta no art. 1º desta lei.*

Cabe reiterar que a pretensão do vereador Bruno Miranda é a de incluir um parágrafo único ao art. 1º no sentido de que a alteração da classificação, quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, deverá estar condicionada à aprovação do Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR.

É preciso enfatizar que o Plano Diretor do município estabelece no art. 176 e parágrafos que:

*Art. 176 - A localização dos usos não residenciais é disciplinada pela conjugação da classificação de cada atividade, prevista no Anexo XIII desta lei, com a classificação do logradouro público quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais, da seguinte forma:*

*I - vias preferencialmente residenciais - VR, nas quais são admitidas atividades de baixo impacto urbanístico, predominantemente de apoio ao cotidiano da vizinhança;*

*II - vias de caráter misto - VM, nas quais são admitidas atividades de médio impacto urbanístico, predominantemente conviventes com o cotidiano da vizinhança, com potencial de polarização de outras atividades econômicas; (grifo nosso)*

*III - vias preferencialmente não residenciais - VNR, nas quais podem ser instaladas todas as atividades admitidas no Município.*

§ 1º - A classificação das vias quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais é prevista no Anexo VI desta lei e a localização de usos por grupo e por classificação do logradouro público quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais é prevista no Anexo XIV desta lei, ressalvadas as particularidades contidas neste capítulo e definidas para zonas ou áreas específicas.

§ 2º - Nas VRs, as atividades de bares, restaurantes e similares somente podem utilizar as áreas edificadas, vedada a colocação de mesa e cadeira no passeio.

§ 4º - Nos empreendimentos situados em terrenos com frente para logradouros de permissividade de usos diferentes, é admitida a extensão de usos.

§ 5º - Na hipótese prevista no § 4º deste artigo, o acesso ao empreendimento por logradouro no qual não é admitida a atividade é condicionado a parecer favorável do órgão municipal responsável pela política de planejamento urbano, que poderá estabelecer medidas para mitigação dos impactos decorrentes de tal acesso, quando identificados.

É relevante ponderar que, no parecer da CLJ, a relatora destacou:

*O referido dispositivo aparenta querer sanar um vício apontado no parecer que proferi em Primeiro Turno nesta Comissão de que o COMPUR é o órgão responsável por promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade de usos e, por tal razão a proposição seria inconstitucional e ilegal. No entanto, o que se verifica é que a alteração proposta no Substitutivo-Emenda não consegue sanar tais inconsistências, conforme exposto a seguir. De início, comporta esclarecer que o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, prevê que a atualização da classificação viária ocorrerá após deliberação pública sobre o tema, aprovação pelo COMPUR e o encaminhamento da proposta pelo Executivo ao Legislativo. Sendo assim, o disposto no parágrafo único do art. 1º, incluído pela Emenda em análise, dispõe que o rito será invertido: primeiro aprovação de projeto de lei pelo legislativo, condicionado a posterior aprovação pelo COMPUR.*

É importante mencionar que a egrégia Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, cinge-se tão somente a análise do mérito da emenda apresentada. Contudo, não é possível desconsiderar o modo pelo qual a relatoria da CLJ fundamentou o seu parecer visando demonstrar a existência de óbice legal em relação à aprovação da emenda de número 1. Nesse sentido, cabe destacar o seguinte trecho do parecer:

*A doutrina e a jurisprudência já firmarem entendimento de que para alteração do Plano Diretor, ou seja, para que haja modificação na lei que o aprovou, deve ser observado o mesmo processo de sua elaboração, ou seja, processo de planejamento participativo, conduzido pelo Poder Executivo e encaminhado para a Câmara Municipal para aprovação. Sendo assim, a Câmara Municipal pode aprovar ou rejeitar o novo plano diretor, não podendo alterá-lo via emendas parlamentares ou lei posteriores. O posicionamento do Poder Judiciário brasileiro tem apontado nesta direção. (...) uma vez que o Plano Diretor não pode ser alterado por iniciativa do Legislativo, conforme entendimento firmado pela doutrina e jurisprudência, o rito nele previsto para a alteração da classificação de uso do logradouro público (art. 83, V, § 5º) não pode ser alterado por lei municipal de iniciativa do legislativo.*

Faz-se necessário ressaltar que, na condição de meio ambiente construído, a cidade e os institutos vinculados ao uso e à ocupação do solo urbano encontram estreita relação com a tutela dos artigos 182 e 183 da Carta Magna. Já o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257/2001, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e tem por escopo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Nesse sentido, o Estatuto da Cidade estabelece como primeiro inciso da diretriz da política urbana a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Por sua vez, o Plano Diretor, além de ser um dos instrumentos de planejamento urbano, se encontra alinhado à temática do parcelamento do solo, a ferramenta que irá estabelecer o uso e a forma de ocupação do território urbano. Cabe citar que o renomado autor José Afonso da Silva, em sua obra “Direito Urbanístico Brasileiro”, afirma que o Plano Diretor é um instrumento da política de desenvolvimento urbano, (...) sua função se encontra sistematizada para o “desenvolvimento físico, econômico e social do território municipal, visando ao bem-estar da comunidade local”, e seu objetivo é o de instrumentalizar “uma estratégia de mudança no sentido de obter a melhoria da qualidade de vida da comunidade local”, promovendo a “ordenação dos espaços habitáveis do município” (SILVA, 2015, p. 138).

Insta salientar que o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) é uma instância de discussão e deliberação de políticas de planejamento urbano e gestão do território de Belo Horizonte. Foi instituído desde 1996 pelo Plano Diretor do Município. O supracitado Conselho, é composto por 22 membros e respectivos suplentes. Possui 11 representantes da Administração Municipal, 2 representantes da Câmara Municipal e 9 representantes da sociedade civil (3 do setor técnico, 3 do setor empresarial e 3 do setor popular). Vale dizer, que os representantes da sociedade são escolhidos em assembleias setoriais.

Relevante também destacar que uma das atribuições do COMPUR, segundo estabelece o art. 83, V, § 5º do Plano Diretor, é a de promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade em relação a instalação de usos não residenciais e a função no sistema de circulação, devendo tais atualizações serem encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo, por meio de Projeto de Lei. Ao observar o texto legal é possível inferir que não seria admissível a inversão do citado procedimento, conforme consta no texto da emenda substitutiva n.1. Nota-se, portanto, que a alteração pretendida NÃO atende aos requisitos previstos no Plano Diretor, que assim determina:

*Art. 83 - O Compur é o órgão municipal colegiado responsável pela discussão pública de matérias de política urbana e tem as seguintes atribuições:*

*V - promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais e à função no sistema de circulação;*

*5º - As atualizações propostas pelo Compur nos termos do inciso V do caput deste artigo serão encaminhadas a cada 3 (três) meses pelo Executivo ao Legislativo, por meio de projeto de lei. (grifo nosso).*

Por derradeiro, faz-se mister salientar que o aspecto urbanístico deve ser considerado como um instrumento essencial na transformação da realidade urbana que, por vezes, pode se apresentar insuficiente às necessidades da sociedade. Dessa direção, o planejamento municipal se faz necessário na gestão eficiente das cidades. Por essa perspectiva, a emenda n.1 não merece prosperar, considerando-se a atuação estatal na consecução do desenvolvimento sustentável a teor do disposto no art. 225, da Constituição Federal.

Considerando-se que à egrégia Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, cinge-se tão somente a análise do mérito da emenda apresentada, vislumbro óbice em relação à aprovação da emenda de número 1.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, sou pela **REJEIÇÃO** da Emenda n. 1 apresentada ao Projeto de Lei n. 377/2022.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2022.

MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:0274  
9830605

Assinado de forma  
digital por MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:02749830605  
Dados: 2023.02.28  
14:37:33 -03'00'

**VEREADOR MARCOS CRISPIM  
RELATOR**

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001****Data de verificação** 28/02/2023 18:06:08 UTC**Versão do software** 2.11rc5▼ **Informações do arquivo**

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer do PL 377-2022 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	5249b1d52ee6d0cb62710cdc02728a23d0964d6b91a3555b448499d1b515cd
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1

▼ **BR Assinatura por CN=MARCOS ANTONIO CRISPIM:\*\*\*498306\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**▼ **Informações da assinatura**

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	28/02/2023 17:37:33 UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

▶ **Informações do assinante**▶ **Caminho de certificação**▶ **Atributos**AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLITICA**

### **URBANA**

#### **PARECER EM 1º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 438/2022**

#### **VOTO DO RELATOR**

### **1. Relatório**

Vem a essa Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana o Projeto de Lei nº 438/2022, de autoria dos Vereadores Wanderley Porto; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Juninho Los Hermanos; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão, que “Acrescenta o art. 17-A à Lei nº 7.031/96, que dispõe sobre a normatização complementar dos procedimentos relativos à saúde pelo Código Sanitário Municipal e dá outras providências”.

O projeto foi examinado pela Comissão de Legislação e Justiça, que se manifestou pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e, em seguida, pela Comissão de Saúde e Saneamento, na qual foi aprovado, e vem agora a esta comissão, em primeiro turno de discussão e votação, para receber parecer quanto ao mérito.

Designado relator, passo a análise de mérito do Projeto de Lei nº 438/2022, nos termos do art.52, IV, do Regimento Interno desta casa.

### **2. Fundamentação**

O projeto em análise visa estabelecer a obrigação de adoção de medidas para eliminar, diminuir e prevenir o risco à saúde de pessoas e animais domésticos, compreendendo, além do disposto na legislação sanitária pertinente: a interdição do local em que for feita a utilização do produto ao acesso de pessoa e animal doméstico durante o período em que o local oferecer risco à saúde; colocação de placa ou cartaz que contenha advertência quanto ao risco à saúde e informação sobre a utilização do produto no local, a data da aplicação e o nome do produto.

CMH-DIREG-02/mat/23-12-45:28-000897-1



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Além disso, o projeto faz por bem conceituar local de livre acesso (espaço público e o espaço na propriedade pública ou privada livremente acessível a pessoa ou animal doméstico a partir do logradouro público) e prevê as sanções para caso de descumprimento como aquelas já existentes na lei em que se insere.

Tal projeto se mostra de extrema relevância para a proteção da saúde única, que compreende as saúdes humana, animal e ambiental. É que, embora os rótulos de inseticidas, pesticidas e correlatos já instruem as pessoas sobre quais cuidados tomar durante o seu uso, não há nas normativas existentes nenhuma determinação de deixar os transeuntes informados quando aquele produto for usado. Em contrapartida, humanos ou animais podem apresentar sensibilidade exacerbada a componentes específicos de um ou outro produto, fazendo grande proveito de serem informados por meio de uma placa ou um cartaz sobre a sua utilização e, assim, evitando aquele lugar por algum período.

Para além disso, caso haja uma intoxicação acidental, a pessoa poderá imediatamente saber qual produto causou tal intoxicação apenas lendo a referida placa e, assim, esclarecendo mais ao seu médico sobre qual tratamento utilizar. O mesmo vale para animais domésticos e médicos-veterinários.

Aliás, uma maneira de proteger animais que não possuem tutores ou mesmo os animais silvestres de tais produtos potencialmente intoxicantes também poderia ser pensada, uma vez que a saúde é um direito de todos eles.

### **3. Conclusão.**

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 438/2022.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2022.

  
**VERADOR MILTINHO CGE**  
**RELATOR**



OF. SMGO/DALE Nº 100 /2023

Belo Horizonte, 17 / 02 /2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.658/22** – Autoria da Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.957/22, de 27/09/2022.

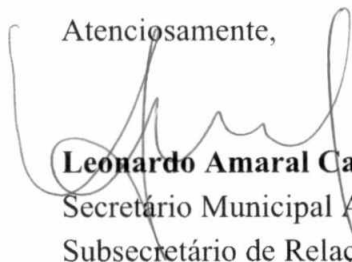
Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.658/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações sobre os serviços de gestão de resíduos recicláveis na região do Barreiro.

Consultada, a Superintendência de Limpeza Urbana - SLU emitiu resposta por meio do OFÍCIO 037/2023/SLU/SMGO, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

**OFÍCIO 037/2023/SLU/SMGO**

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Assunto: **Requerimento de Comissão 1658/2022 – Vereadora Duda Salabert – TAG 353331.**

Senhor Secretário,

Tendo como referência o Requerimento de Comissão 1658/2022, da Vereadora Duda Salabert, em que são solicitadas informações relativas à gestão de resíduos recicláveis na região do Barreiro, seguem nossos esclarecimentos:

*1. Quais os bairros atualmente atendidos pela coleta seletiva porta a porta?*

Na regional Barreiro, o bairro atendido com o serviço de coleta seletiva porta a porta é o Barreiro.

*2. Qual a estimativa de atendimento populacional desta coleta seletiva porta a porta?*

Esse serviço beneficia 9.588 habitantes e 4.453 domicílios.



Ao Senhor

**JOSUÉ COSTA VALADÃO**

Secretaria Municipal de Governo - SMGO

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

Belo Horizonte – Minas Gerais



3. *Quantas toneladas de resíduos recicláveis foram recolhidas nos primeiros seis meses de 2022, considerando o recolhimento porta a porta?*

Nos primeiros seis meses de 2022, foram coletadas, aproximadamente, 29 toneladas de recicláveis na modalidade de coleta seletiva porta a porta.

4. *Existem quantos pontos de entrega voluntária de resíduos - LEVs?*

Atualmente existem 6 Locais de Entrega Voluntária - LEV na regional Barreiro, conforme descrito no quadro abaixo:

LEV ENDEREÇOS	REGIÃO
AV. AFONSO VAZ DE MELO COM RUA RISOLETA FERNANDES, PRÓXIMO AO HABIB'S - PRAÇA GERALDO MANSUR – BAIRRO ADEMAR MALDONATO	BARREIRO
RUA RISOLETA FERNANDES - PRAÇA GERALDO MANSUR – BAIRRO ADEMAR MALDONATO	BARREIRO
R. VICENTE DE AZEVEDO, 301, ÁREA INTERNA DA GERLU BARREIRO – BAIRRO BARREIRO	BARREIRO
AV. FLOR DE SEDA, PRÓXIMO AO Nº 941 – BAIRRO LINDEIA	BARREIRO
R. BRÁULIO GOMES NOGUEIRA, PRÓXIMO AO Nº 835 – BAIRRO TIROL	BARREIRO
R. AUGUSTO MUNIZ, LADO OPOSTO AO NÚMERO 350 – BAIRRO CARDOSO	BARREIRO

5. *Houve a modernização dos referidos pontos passando a empregar os equipamentos do Ponto Verde?*

Ainda não houve instalação dos Pontos Verdes na Regional Barreiro.

6. *Caso negativo, qual a previsão de implantação dos Pontos Verdes?*

No ano de 2022 foram realizadas vistorias técnicas, em parceria com a BHTRANS, em 45 endereços na regional Barreiro e foram pré-aprovados 14 pontos para futura ampliação. No entanto, a continuidade da substituição e a ampliação do sistema de coleta seletiva ponto a ponto estão vinculadas à aquisição de

novos caminhões coletores automatizados, com recursos previstos em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional, no Programa Avançar Cidades.

7. *Quantas toneladas de resíduos recicláveis foram recolhidas nos primeiros seis meses de 2022, considerando o recolhimento nos pontos de entrega voluntária?*

A Superintendência de Limpeza Urbana - SLU não apura estes dados separadamente por regional.

8. *Quantas escolas municipais são atendidas pela coleta seletiva porta a porta?*

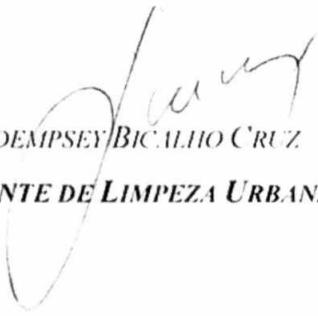
São atendidas 8 escolas municipais na regional Barreiro.

9. *Quantas toneladas de resíduos recicláveis foram recolhidas nestas escolas nos primeiros seis meses de 2022?*

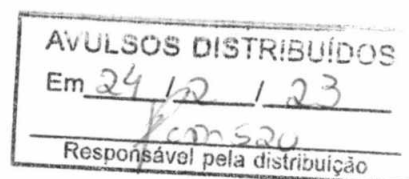
A apuração das toneladas de resíduos recicláveis recolhidas nas escolas municipais não é feita por regional.

Colocamo-nos à disposição para informações complementares.

Atenciosamente,

  
GENEDEMPEY BICALHO CRUZ

**SUPERINTENDENTE DE LIMPEZA URBANA – SLU**





OF. SMGO/DALE Nº 101 /2023

Belo Horizonte, 17/02/2023

Assunto: Resposta aos **Requerimento de Comissão nº 1.913/22, 1.914/22, 1.915/22, 1.916/22, 1.917/22, 1.918/22, 1.920/22 e 1.921/22**, – autoria da Vereadora Duda Salabert.

Senhor Presidente,

Reporto-me aos Requerimentos de Comissão em epígrafe, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informação a respeito da intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental - ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-1, no bairro Luxemburgo.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Fazenda, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, a Secretaria Municipal de Política Urbana e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente emitiram respostas por meio do Ofício SUREM/DALE nº 178/2022, SUREM/DALE nº 183/2022, do Ofício BHTRANS-DPR-SMGO-DALE 701-2022, do Ofício SMOBI Nº 1277/2022, do Ofício SMASAC/DALE-SURIN-SMGO - 737/2022, do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 009/2023 e do Ofício GAG-SMMA/SMGO nº 0111/2023, todos disponibilizados na mídia digital - CD - em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



Ofício SUREM/DALE nº 178/2022

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2022.

Assunto: Requerimentos de Comissão nºs 1.919/2022 e 1.920/2022.

Senhora Diretora,

Em atenção aos Requerimentos de Comissão em referência, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações relacionadas com o Requerimento de Comissão nº 1666/2022, que teve como finalidade discutir intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental - ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-1, no bairro Luxemburgo, ora em discussão no Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM), apresentamos as considerações a seguir, em relação às questões afetas a esta Secretaria Municipal de Fazenda, abaixo indicadas.

**1. Qual a situação tributária e fiscal dos lotes onde pretende-se instalar o empreendimento?**

A situação fiscal de todos os lotes é de inadimplência, conforme detalhamento constante do item 3, abaixo.

**2. Os proprietários estão adimplentes com os tributos municipais (IPTU, taxas, etc.) incidentes sobre o imóvel? Caso positivo, há prova (certidão negativa de débitos tributários)? Caso negativo, apresentar relação detalhada dos débitos.**

O proprietário, SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA - CNPJ 09.069.818/0001-35, assim como o coobrigado em todos os imóveis, MARCIO ALMEIDA IMOVEIS EIRELI - CNPJ 07.149.646/0001-84, não estão adimplentes, conforme detalhamento constante item 3, abaixo.

Ilma. Sra.

Luana Magalhães de Araújo Cunha

Diretora de Acompanhamento Legislativo – DALE/SURIN

PBH



Em relação ao índice cadastral 120505 031 0012, também são coobrigados SERPREM S/A SERVICOS PROJETOS CONSTR E EMPREENDIMENTOS - CNPJ 17.306.010/0001-52, e PAULO DE TARSO CRAVO OLIVEIRA - CPF 056.036.256-00, ambos em inadimplência.

**3. Existe algum débito ou pagamento em atraso em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos lotes em questão? Em caso positivo, apresentar relação dos valores devidos para cada um dos índices cadastrais.**

Os débitos dos lotes podem ser assim resumidos:

I.C. 120505 023 0018: Ajuizado: R\$117.306,76, inscrito em Dívida Ativa: R\$7.814,80;  
I.C. 120505 024 0012: Ajuizado: R\$100.966,88; Inscrito em Dívida Ativa: R\$6.732,88;  
I.C. 120505 025 0017: Ajuizado: R\$60.076,30; Inscrito em Dívida Ativa: R\$18.033,39;  
I.C. 120505 026 0011: Ajuizado: R\$54.785,31; Inscrito em Dívida Ativa: R\$16.458,43;  
I.C. 120505 027 0016: Ajuizado: R\$51.106,08; Inscrito em Dívida Ativa R\$7.857,43;  
I.C. 120505 028 001X: Ajuizado R\$117.892,77; Inscrito em Dívida Ativa R\$7.853,62;  
I.C. 120505 029 0015: Ajuizado R\$38.920,52; Inscrito em Dívida Ativa R\$15.722,19;  
I.C. 120505 030A0013: Inscrito em Dívida Ativa: R\$16.618,74;  
I.C. 120505 031 0012: Inscrito em Dívida Ativa: R\$20.349,81;  
I.C. 120505 032A0012: Ajuizado R\$58.144,01; Inscrito em Dívida Ativa: R\$17.458,40;  
I.C. 120505 033 0011: Ajuizado: R\$116.485,01; Inscrito em Dívida Ativa: R\$7.760,33;  
I.C. 120505 034 0016: Ajuizado: R\$118.820,13; Inscrito em Dívida Ativa R\$17.806,99;  
I.C. 120505 035 001X: Ajuizado R\$148.031,18.

**4. Existe algum débito ou pagamento em atraso em relação ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) ou qualquer outro imposto municipal em relação aos CNPJ's dos empreendedores e ao CPF do proprietário dos lotes em questão? Em caso positivo, apresentar relação detalhada.**

De plano esclarecemos a situação das empresas abaixo quanto ao ISSQN:

A empresa U.M.A. GESTAO DE PROJETOS LTDA, CNPJ 07.240.927/0001-48, presta serviços relativos ao segmento da engenharia, sendo contribuinte do ISSQN e recolhendo o imposto mensalmente;

A empresa KATZ CONSTRUCOES E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 18.788.190/0001-19, prestou serviços relativos a obras de engenharia até março de 2021, contudo se encontra ativa e tomando serviços de outros prestadores de serviços.

Com relação aos débitos inscritos em dívida ativa temos a seguinte situação:



Katz Construções e Participações Ltda.: não há débitos inscritos em dívida ativa ou ajuizados, conforme Certidão Positiva com Efeito de Negativa – CPEN, anexa

UMA Gestão de Projetos: não há débitos inscritos em dívida ativa ou ajuizados, conforme Certidão Negativa de Débito – CND, anexa.

Santos Oliveira Empreendimentos e Participações Limitada: existem débitos da TFLF, de Autos de Infração da SUFIS e do IPTU inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme Certidão Positiva de Débito - CPD anexa, no montante total de R\$1.395.643,33.

Márcio Almeida Imóveis Eireli: além de débitos do IPTU dos quais é coobrigado em todos os imóveis, conforme itens 2 e 3, existem também débitos da TFLF inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPD anexa, no montante total de R\$3.012,25.

SERPREM S A Serviços Projetos Construções e Empreendimentos: além de débitos do IPTU dos quais é coobrigado em relação ao I.C. 120505 031 0012, conforme itens 2 e 3, existem também débitos da TFLF, do serviço de Capina/Roçada/Limpeza de Lote Vago, do IPTU, de Autos de Infração da SUFIS inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPD anexa, no montante total de R\$1.845.194,75.

Paulo de Tarso Cravo Oliveira: além de débitos do IPTU dos quais é coobrigado em relação ao I.C. 120505 031 0012, conforme itens 2 e 3, existem também débitos do ISSQN inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPD anexa, no montante total de R\$6.479,07.

**5. Os empreendedores, o proprietário dos lotes ou os lotes em questão estão inscritos na Dívida Ativa do município de Belo Horizonte? Em caso positivo, apresentar relação detalhada.**

Katz Construções e Participações Ltda (CNPJ 18.788.190.0001.19): não há débitos inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPEN e item 4.

UMA Gestão de Projetos (CNPJ 07.240.927.0001.48): não há débitos inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CND e item 4.

Santos Oliveira Empreendimentos e Participações Limitada (CNPJ 09.069.818/0001-35): há débitos inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPD e item 4.

Márcio Almeida Imóveis Eireli (CNPJ 07.149.646/0001-84): há débitos inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPD e item 4.

SERPREM S A Serviços Projetos Construções e Empreendimentos (CNPJ 17.306.010/0001-52): há débitos inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPD e item 4.



Paulo de Tarso Cravo Oliveira (CPF 056.036.256-00): há débitos inscritos em Dívida Ativa ou ajuizados, conforme CPD e item 4.

Lotes: Há débitos inscritos em Dívida Ativa e/ou ajuizados, conforme detalhado no item 3, acima

**6. Existe alguma multa por crime ou infração, seja ela ambiental ou de qualquer outro tipo, aplicada por atos realizados no terreno desde o ano de 2008? Caso positivo, apresentar listagem detalhada de todas as multas aplicadas, contendo o crime ou infração cometida, os valores das multas e o status de pagamento das mesmas.**

Com relação aos questionamentos constantes deste item, sugerimos que sejam instadas a se manifestar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Política Urbana, a que compete a fiscalização e a aplicação das penalidades correspondentes.

Na expectativa de estarmos atendendo satisfatoriamente aos questionamentos afetos a esta Secretaria Municipal de Fazenda, colocamo-nos inteiramente à disposição para prestarmos quaisquer outros esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

EUGENIO EUSTAQUIO  
VELOSO  
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por  
EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO  
FERNANDES:49606530604  
Dados: 2022.12.13 10:13:13 -03'00'

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes  
Subsecretário da Receita Municipal

"De acordo"

Leonardo Maurício Colombini Lima  
Secretário Municipal de Fazenda



Prefeitura de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
PLENA PESSOA JURIDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABCLILOLOJ**

Documento/Certidão nº **21.037.929** Exercício: **2022**

Emissão em: **12/12/2022**

Requerimento em: **16:02:46**

Validade: **11/01/2023**

Nome: **MARCIO ALMEIDA IMOVEIS LTDA**

CNPJ: **07.149.646.0001.84**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
------	---------	-----------	------------	---------------

DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110102772	120505 023 0018
		2011	13001110102773	120505 024 0012
		2011	13001110559257	120505 025 0017
		2011	13001110102774	120505 026 0011
		2011	13001110502066	120505 027 0016
		2011	13001110387235	120505 028 001X
		2011	13001110107545	120505 029 0015
		2011	13001110520703	120505 032A0012
		2011	13001110501581	120505 033 0011
		2011	13001110107547	120505 034 0016
		2011	13001110107548	120505 035 001X
		2012	13001120115309	120505 023 0018
		2012	13001120476481	120505 024 0012
		2012	13001120115310	120505 025 0017
		2012	13001120115311	120505 026 0011
		2012	13001120456866	120505 027 0016
		2012	13001120120596	120505 028 001X
		2012	13001120120597	120505 029 0015
		2012	13001120120600	120505 032A0012
		2012	13001120120601	120505 033 0011
		2012	13001120120602	120505 034 0016
		2012	13001120535464	120505 035 001X
		2013	13001130183050	120505 023 0018
		2013	13001130183051	120505 024 0012
		2013	13001130183052	120505 025 0017
		2013	13001130183053	120505 026 0011
		2013	13001130183054	120505 027 0016
		2013	13001130183169	120505 028 001X
		2013	13001130183170	120505 029 0015
		2013	13001130183173	120505 032A0012
		2013	13001130183174	120505 033 0011
		2013	13001130183175	120505 034 0016
		2013	13001130183176	120505 035 001X
		2014	13001140181360	120505 023 0018
		2014	13001140181361	120505 024 0012
		2014	13001140181519	120505 028 001X
		2014	13001140181520	120505 029 0015
		2014	13001140181524	120505 033 0011
		2014	13001140181525	120505 034 0016
		2014	13001140181526	120505 035 001X
		2015	13001150102597	120505 023 0018
		2015	13001150102598	120505 024 0012
		2015	13001150102599	120505 025 0017
		2015	13001150102600	120505 026 0011
		2015	13001150102601	120505 027 0016
		2015	13001150109960	120505 028 001X
		2015	13001150109961	120505 029 0015
		2015	13001150109964	120505 032A0012
		2015	13001150109965	120505 033 0011

DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2015	13001150109966	120505 034 0016
		2015	13001150109967	120505 035 001X
		2016	13001160602897	120505 023 0018
		2016	13001160602905	120505 024 0012
		2016	13001160602915	120505 025 0017
		2016	13001160602926	120505 026 0011
		2016	13001160602939	120505 027 0016
		2016	13001160596459	120505 028 001X
		2016	13001160596468	120505 029 0015
		2016	13001160596504	120505 032A0012
		2016	13001160596512	120505 033 0011
		2016	13001160596520	120505 034 0016
		2016	13001160596537	120505 035 001X
		2017	13001170642587	120505 023 0018
		2017	13001170642594	120505 024 0012
		2017	13001170642603	120505 025 0017
		2017	13001170642614	120505 026 0011
		2017	13001170642623	120505 027 0016
		2017	13001170643570	120505 028 001X
		2017	13001170643577	120505 029 0015
		2017	13001170643614	120505 032A0012
		2017	13001170643624	120505 033 0011
		2017	13001170643634	120505 034 0016
		2017	13001170643642	120505 035 001X
		2018	13001180170937	120505 023 0018
		2018	13001180170938	120505 024 0012
		2018	13001180170939	120505 025 0017
		2018	13001180170940	120505 026 0011
		2018	13001180170941	120505 027 0016
		2018	13001180192531	120505 028 001X
		2018	13001180192535	120505 032A0012
		2018	13001180192536	120505 033 0011
		2018	13001180192537	120505 034 0016
		2018	13001180192538	120505 035 001X
		2019	13001190174823	120505 023 0018
		2019	13001190174824	120505 024 0012
		2019	13001190174971	120505 028 001X
		2019	13001190174976	120505 033 0011
		2019	13001190174977	120505 034 0016
		2019	13001190174978	120505 035 001X
		2020	13001200138826	120505 023 0018
		2020	13001200138827	120505 024 0012
		2020	13001200146124	120505 028 001X
		2020	13001200146129	120505 033 0011
		2020	13001200146131	120505 035 001X
		2021	13001210159127	120505 035 001X
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2017	13001170643592	120505 030A0013
		2017	13001170643603	120505 031 0012
		2018	13001180192532	120505 029 0015
		2018	13001180192533	120505 030A0013

LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2018	13001180192534	120505 031 0012
		2019	13001190174825	120505 025 0017
		2019	13001190174826	120505 026 0011
		2019	13001190174827	120505 027 0016
		2019	13001190174972	120505 029 0015
		2019	13001190174973	120505 030A0013
		2019	13001190174974	120505 031 0012
		2019	13001190174975	120505 032A0012
		2020	13001200138828	120505 025 0017
		2020	13001200138829	120505 026 0011
		2020	13001200138830	120505 027 0016
		2020	13001200146125	120505 029 0015
		2020	13001200146126	120505 030A0013
		2020	13001200146127	120505 031 0012
		2020	13001200146128	120505 032A0012
		2020	13001200146130	120505 034 0016
		2021	13001210179740	120505 023 0018
		2021	13001210179741	120505 024 0012
		2021	13001210179742	120505 025 0017
		2021	13001210179743	120505 026 0011
		2021	13001210179744	120505 027 0016
		2021	13001210159120	120505 028 001X
		2021	13001210159121	120505 029 0015
		2021	13001210159122	120505 030A0013
		2021	13001210159123	120505 031 0012
		2021	13001210159124	120505 032A0012
		2021	13001210159125	120505 033 0011
		2021	13001210159126	120505 034 0016
	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	2018	13102180027973	01965880018
		2019	13102190025802	01965880018
		2020	13102200024159	01965880018
		2021	13102210015529	01965880018

PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220507791	120505 023 0018
		2022	13001220507792	120505 024 0012
		2022	13001220507793	120505 025 0017
		2022	13001220507794	120505 026 0011
		2022	13001220507795	120505 027 0016
		2022	13001220460965	120505 028 001X
		2022	13001220460966	120505 029 0015
		2022	13001220460967	120505 030A0013
		2022	13001220460968	120505 031 0012
		2022	13001220460969	120505 032A0012
		2022	13001220460970	120505 033 0011
		2022	13001220460971	120505 034 0016
		2022	13001220460972	120505 035 001X
	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	2022	13102220023776	01965880018

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendencias aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA**  
**CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS**  
**PLENA PESSOA JURIDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **AHDDGJLKIP**

Documento/Certidão nº **20.955.593** Exercício: **2022**

Emissão em: **07/12/2022**

Requerimento em: **09:29:41**

Validade: **06/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/LIMPEZA URBANA	2017	69585170044995	09069818000135
	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2013	0957813374604A	09069818000135
		2013	0957813374594A	09069818000135
		2013	0957813374593A	09069818000135
		2013	0957813374592A	09069818000135
		2013	0957813348132A	09069818000135
		2013	0957813374597A	09069818000135
		2013	0957813374598A	09069818000135
		2013	0957813374599A	09069818000135
		2013	0957813374600A	09069818000135
		2013	0957813374601A	09069818000135
		2013	0957813374602A	09069818000135
		2013	0957813374603A	09069818000135
		2013	0957813374596A	09069818000135
		2013	0957813374595A	09069818000135
		2014	09578140010320	09069818000135
		2014	09578140010318	09069818000135
		2014	09578140010317	09069818000135
		2014	09578140010316	09069818000135
		2014	09578140010315	09069818000135
		2014	09578140010314	09069818000135
		2014	09578140010313	09069818000135
		2014	09578140010321	09069818000135
		2014	09578140010328	09069818000135
		2014	09578140010327	09069818000135
		2014	09578140010324	09069818000135
		2014	09578140010323	09069818000135
		2014	09578140010322	09069818000135
		2015	09578150009486	09069818000135
		2015	09578150009488	09069818000135
		2015	09578150009490	09069818000135
		2015	09578150009491	09069818000135
		2015	09578150009529	09069818000135
		2015	09578150009530	09069818000135
		2015	09578150009531	09069818000135
		2015	09578150009532	09069818000135
		2015	09578150009533	09069818000135
		2015	09578150009534	09069818000135
		2015	09578150009536	09069818000135
		2015	09578150009537	09069818000135
		2015	09578150009564	09069818000135
		2015	09578150009562	09069818000135
		2015	09578150009561	09069818000135
		2015	09578150009546	09069818000135
		2015	09578150009538	09069818000135
		2016	09578160046231	09069818000135
		2017	09578170041456	09069818000135
		2017	09578170042174	09069818000135

		2017	09578170042175	09069818000135
DEBITO AJUIZADO	AUTO DE INFRAÇÃO - SUFIS/POSTURAS	2017	09578170042176	09069818000135
		2017	09578170042177	09069818000135
		2017	09578170042178	09069818000135
		2017	09578170255568	09069818000135
		2017	09578170025565	09069818000135
		2017	09578170025566	09069818000135
		2017	09578170025621	09069818000135
		2017	09578170025622	09069818000135
		2017	09578170025624	09069818000135
		2017	09578170025626	09069818000135
		2017	09578170025627	09069818000135
		2017	09578170025629	09069818000135
		2017	09578170025630	09069818000135
		2017	09578170025644	09069818000135
		2017	09578170025645	09069818000135
		2017	09578170025647	09069818000135
		2017	09578170041386	09069818000135
		2017	09578170041388	09069818000135
		2017	09578170041390	09069818000135
		2017	09578170041451	09069818000135
	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2017	09578170041453	09069818000135
		2017	09578170041454	09069818000135
		2017	09578170041455	09069818000135
		2011	13001110102772	120505 023 0018
		2011	13001110102773	120505 024 0012
		2011	13001110559257	120505 025 0017
		2011	13001110102774	120505 026 0011
		2011	13001110502066	120505 027 0016
		2011	13001110387235	120505 028 001X
		2011	13001110107545	120505 029 0015
		2011	13001110520703	120505 032A0012
		2011	13001110501581	120505 033 0011
		2011	13001110107547	120505 034 0016
		2011	13001110107548	120505 035 001X
		2012	13001120115309	120505 023 0018
		2012	13001120476481	120505 024 0012
		2012	13001120115310	120505 025 0017
		2012	13001120115311	120505 026 0011
		2012	13001120456866	120505 027 0016
		2012	13001120120596	120505 028 001X
		2012	13001120120597	120505 029 0015
		2012	13001120120600	120505 032A0012
		2012	13001120120601	120505 033 0011
		2012	13001120120602	120505 034 0016
		2012	13001120535464	120505 035 001X
		2013	13001130183050	120505 023 0018
		2013	13001130183051	120505 024 0012
		2013	13001130183052	120505 025 0017
		2013	13001130183053	120505 026 0011
		2013	13001130183054	120505 027 0016

DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2013	13001130183169	120505 028 001X
		2013	13001130183170	120505 029 0015
		2013	13001130183173	120505 032A0012
		2013	13001130183174	120505 033 0011
		2013	13001130183175	120505 034 0016
		2013	13001130183176	120505 035 001X
		2014	13001140181360	120505 023 0018
		2014	13001140181361	120505 024 0012
		2014	13001140181519	120505 028 001X
		2014	13001140181520	120505 029 0015
		2014	13001140181524	120505 033 0011
		2014	13001140181525	120505 034 0016
		2014	13001140181526	120505 035 001X
		2015	13001150102597	120505 023 0018
		2015	13001150102598	120505 024 0012
		2015	13001150102599	120505 025 0017
		2015	13001150102600	120505 026 0011
		2015	13001150102601	120505 027 0016
		2015	13001150109960	120505 028 001X
		2015	13001150109961	120505 029 0015
		2015	13001150109964	120505 032A0012
		2015	13001150109965	120505 033 0011
		2015	13001150109966	120505 034 0016
		2015	13001150109967	120505 035 001X
		2016	13001160602897	120505 023 0018
		2016	13001160602905	120505 024 0012
		2016	13001160602915	120505 025 0017
		2016	13001160602926	120505 026 0011
		2016	13001160602939	120505 027 0016
		2016	13001160596459	120505 028 001X
		2016	13001160596468	120505 029 0015
		2016	13001160596504	120505 032A0012
		2016	13001160596512	120505 033 0011

		2016	13001160596520	120505 034 0016
		2016	13001160596537	120505 035 001X
		2017	13001170642587	120505 023 0018
		2017	13001170642594	120505 024 0012
		2017	13001170642603	120505 025 0017
		2017	13001170642614	120505 026 0011
		2017	13001170642623	120505 027 0016
		2017	13001170643570	120505 028 001X
		2017	13001170643577	120505 029 0015
		2017	13001170643614	120505 032A0012
		2017	13001170643624	120505 033 0011
		2017	13001170643634	120505 034 0016
		2017	13001170643642	120505 035 001X
		2018	13001180170937	120505 023 0018
		2018	13001180170938	120505 024 0012
		2018	13001180170939	120505 025 0017
		2018	13001180170940	120505 026 0011

DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2018	13001180170941	120505 027 0016
		2018	13001180192531	120505 028 001X
		2018	13001180192535	120505 032A0012
		2018	13001180192536	120505 033 0011
		2018	13001180192537	120505 034 0016
		2018	13001180192538	120505 035 001X
		2019	13001190174823	120505 023 0018
		2019	13001190174824	120505 024 0012
		2019	13001190174971	120505 028 001X
		2019	13001190174976	120505 033 0011
		2019	13001190174977	120505 034 0016
		2019	13001190174978	120505 035 001X
		2020	13001200138826	120505 023 0018
		2020	13001200138827	120505 024 0012
		2020	13001200146124	120505 028 001X
		2020	13001200146129	120505 033 0011
		2020	13001200146131	120505 035 001X
		2021	13001210159127	120505 035 001X
	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	2007	13102072409586	02159780019
		2008	13102082519782	02159780019
		2009	13102092768860	02159780019
		2012	13102123213408	02159780019
		2013	13102133408127	02159780019
		2014	13102140053405	02159780019
		2015	13102150052992	02159780019
		2016	13102160045566	02159780019
		2017	13102170037396	02159780019
		2018	13102180036557	02159780019
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2017	13001170643592	120505 030A0013
		2017	13001170643603	120505 031 0012
		2018	13001180192532	120505 029 0015
		2018	13001180192533	120505 030A0013
		2018	13001180192534	120505 031 0012
		2019	13001190174825	120505 025 0017
		2019	13001190174826	120505 026 0011
		2019	13001190174827	120505 027 0016
		2019	13001190174972	120505 029 0015
		2019	13001190174973	120505 030A0013
		2019	13001190174974	120505 031 0012
		2019	13001190174975	120505 032A0012
		2020	13001200138828	120505 025 0017
		2020	13001200138829	120505 026 0011
		2020	13001200138830	120505 027 0016
		2020	13001200146125	120505 029 0015
		2020	13001200146126	120505 030A0013
		2020	13001200146127	120505 031 0012
		2020	13001200146128	120505 032A0012
		2020	13001200146130	120505 034 0016
		2021	13001210179740	120505 023 0018
		2021	13001210179741	120505 024 0012

LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2021	13001210179742	120505 025 0017
		2021	13001210179743	120505 026 0011
		2021	13001210179744	120505 027 0016
		2021	13001210159120	120505 028 001X
		2021	13001210159121	120505 029 0015
		2021	13001210159122	120505 030A0013
		2021	13001210159123	120505 031 0012
		2021	13001210159124	120505 032A0012
		2021	13001210159125	120505 033 0011
		2021	13001210159126	120505 034 0016
	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	2019	13102190033426	02159780019
		2020	13102200031035	02159780019
		2021	13102210019715	02159780019
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220507791	120505 023 0018
		2022	13001220507792	120505 024 0012
		2022	13001220507793	120505 025 0017
		2022	13001220507794	120505 026 0011

		2022	13001220507795	120505 027 0016
		2022	13001220460965	120505 028 001X
		2022	13001220460966	120505 029 0015
		2022	13001220460967	120505 030A0013
		2022	13001220460968	120505 031 0012
		2022	13001220460969	120505 032A0012
		2022	13001220460970	120505 033 0011
		2022	13001220460971	120505 034 0016
		2022	13001220460972	120505 035 001X
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO		2022	13102220030531	02159780019

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
PLENA PESSOA JURIDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABIKNHOMNM**

Documento/Certidão nº **20.960.686** Exercício: **2022**

Emissão em: **07/12/2022**

Requerimento em: **12:08:10**

Validade: **06/01/2023**

Nome: **SERPREM S A SERVICOS PROJETOS CONSTR E EMPREENDIMENTOS**

CNPJ: **17.306.010.0001.52**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**OBSERVAÇÕES**

EMPRESA NÃO INSCRITA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

**RESSALVAS**

Existe(m) lançamento(s) a vencer

Existe(m) lançamento(s) com suspensão judicial

Existe(m) lançamento(s) com penhora suficiente

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	AUTO DE INFRAÇÃO - SUFIS/LIMPEZA URBANA	2007	69585070050373	17306010000152
		2007	69585070050372	17306010000152
		2007	69585070050371	17306010000152
		2007	69585070050370	17306010000152
		2007	69585070050369	17306010000152
		2007	69585070050374	17306010000152
		2007	69585070050382	17306010000152
		2007	69585070050376	17306010000152
		2007	69585070050377	17306010000152
		2007	69585070050379	17306010000152
		2007	69585070050380	17306010000152
		2007	69585070050381	17306010000152
		2007	69585070050375	17306010000152
		2008	69585080051830	17306010000152
		2008	69585080051829	17306010000152
		2008	69585080051828	17306010000152
		2008	69585080051803	17306010000152
		2008	69585080051802	17306010000152
		2008	69585080051831	17306010000152
		2008	69585080051838	17306010000152
		2008	69585080051837	17306010000152
		2008	69585080051836	17306010000152
		2008	69585080051835	17306010000152
		2008	69585080051834	17306010000152
		2008	69585080051833	17306010000152
		2008	69585080051832	17306010000152
		2009	6958509168282A	17306010000152
		2009	6958509168299A	17306010000152
		2009	6958509168300A	17306010000152
		2009	6958509168503A	17306010000152
		2009	6958509168512A	17306010000152
		2009	6958509168513A	17306010000152
		2009	6958509168509A	17306010000152
		2009	6958509168508A	17306010000152
		2009	6958509168507A	17306010000152
		2009	6958509168505A	17306010000152
		2009	6958509168504A	17306010000152
		2009	6958509168511A	17306010000152
	CAPINA, ROCADA E LIMPEZA DE LOTE VAGO	2007	69703070042690	17306010000152
		2008	69703080006929	17306010000152

	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2008	69703080006927	17306010000152
		2008	69703080006928	17306010000152
		2008	69703080006925	17306010000152
		2008	69703080006926	17306010000152
		1995	13002950159222	17306010000152
		1995	13002950159211	17306010000152
		1995	13002950159212	17306010000152
		1995	13002950159213	17306010000152
		1995	13002950159215	17306010000152

DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	1996	13002960165254	17306010000152
		1996	13002960165249	17306010000152
		1996	13002960165248	17306010000152
		1996	13002960165247	17306010000152
		1996	13002960165246	17306010000152
		1996	13002960165245	17306010000152
		1996	13002960165256	17306010000152
		1997	13002970170749	17306010000152
		1997	13002970170744	17306010000152
		1997	13002970170743	17306010000152
		1997	13002970170742	17306010000152
		1997	13002970170741	17306010000152
		1997	13002970170740	17306010000152
		1997	13002970170751	17306010000152
		1998	13002980175134	17306010000152
		1998	13002980175135	17306010000152
		1998	13002980175136	17306010000152
		1998	13002980175137	17306010000152
		1998	13002980175138	17306010000152
		1998	13002980175143	17306010000152
		1998	13002980175145	17306010000152
		1999	13002990180238	17306010000152
		1999	13002990180239	17306010000152
		1999	13002990180240	17306010000152
		1999	13002990180241	17306010000152
		1999	13002990180242	17306010000152
		1999	13002990180247	17306010000152
		1999	13002990180249	17306010000152
		2000	13002000184191	17306010000152
		2000	13002000184192	17306010000152
		2000	13002000184193	17306010000152
		2000	13002000184194	17306010000152
		2000	13002000184195	17306010000152
		2000	13002000184197	17306010000152
		2000	13002000184190	17306010000152
		2001	13002010187958	17306010000152
		2001	13002010187951	17306010000152
		2001	13002010187952	17306010000152
		2001	13002010187953	17306010000152
		2001	13002010187954	17306010000152
		2001	13002010187955	17306010000152
		2001	13002010187956	17306010000152
		2004	13002040196251	17306010000152
		2004	13002040196249	17306010000152
		2004	13002040196248	17306010000152
		2004	13002040196247	17306010000152
		2005	13002050197976	17306010000152
		2005	13002050197964	17306010000152
		2005	13002050197965	17306010000152
		2005	13002050197975	17306010000152

DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2005	13002050197972	17306010000152
		2005	13002050197969	17306010000152
		2005	13002050197967	17306010000152
		2005	13002050197966	17306010000152
		2006	13002060199320	17306010000152
		2006	13002060199321	17306010000152
		2006	13002060199315	17306010000152
		2006	13002060199314	17306010000152
		2006	13002060199312	17306010000152
		2006	13002060199311	17306010000152
		2007	13001071353530	17306010000152
		2007	13001071353531	17306010000152
		2007	13001071353532	17306010000152
		2007	13001071353533	17306010000152
		2007	13001071774484	17306010000152
		2007	13001071350432	17306010000152
		2007	13001071353529	17306010000152
		2007	13001071350434	17306010000152
		2007	13001071350435	17306010000152
		2007	13001071350436	17306010000152
		2007	13001071353526	17306010000152
		2007	13001071353527	17306010000152
		2007	13001071353528	17306010000152
		2007	13001071350433	17306010000152
		2008	13001080635395	17306010000152

		2008	13001080535615	17306010000152
		2008	13001080457330	17306010000152
		2008	13001080360229	17306010000152
		2008	13001080320967	17306010000152
		2008	13001080026155	17306010000152
		2008	13001080143074	17306010000152
		2008	13001080202675	17306010000152
		2008	13001080282007	17306010000152
		2008	13001080320623	17306010000152
		2008	13001080320624	17306010000152
		2008	13001080614767	17306010000152
		2008	13001080320966	17306010000152
		2008	13001080320965	17306010000152
		2009	13001090404097	17306010000152
		2009	13001090404100	17306010000152
		2009	13001090404106	17306010000152
		2009	13001090404538	17306010000152
		2009	13001090404541	17306010000152
		2009	13001090404546	17306010000152
		2009	13001090404551	17306010000152
		2009	13001090404553	17306010000152
		2009	13001090404561	17306010000152
		2009	13001090555241	17306010000152
		2009	13001090622505	17306010000152
		2009	13001090622508	17306010000152

DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2009	13001090622592	17306010000152
		2009	13001090638336	17306010000152
		2010	13001100324885	17306010000152
		2010	13001100565945	17306010000152
		2010	13001100546140	17306010000152
		2010	13001100488538	17306010000152
		2010	13001100611417	17306010000152
		2010	13001100466532	17306010000152
		2010	13001100320976	17306010000152
		2010	13001100019578	17306010000152
		2010	13001100135127	17306010000152
		2010	13001100160637	17306010000152
		2010	13001100262030	17306010000152
		2010	13001100307530	17306010000152
		2010	13001100316393	17306010000152
		2010	13001100438202	17306010000152
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2001	13002010187963	17306010000152
		2001	13002010187961	17306010000152
		2001	13002010187962	17306010000152
		2008	13001080594086	17306010000152
		2009	13001090540591	17306010000152
		2010	13001100367219	17306010000152
		2017	13001170643603	120505 031 0012
		2018	13001180192534	120505 031 0012
		2019	13001190174974	120505 031 0012
		2020	13001200146127	120505 031 0012
		2021	13001210159123	120505 031 0012
		2021	13001210157128	130003A015 0455
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 6,00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220463828	130003A015 0951
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 7,00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220216084	130107C015 0174
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460968	120505 031 0012
		2022	13001220367894	429038 014 0067

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA**  
**CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS**  
**PLENA PESSOA FISICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABIMEFKOQL**

Documento/Certidão nº **20.960.594** Exercício: **2022**

Emissão em: **07/12/2022**

Requerimento em: **12:04:22**

Validade: **06/01/2023**

Nome: **PAULO DE TARSO CRAVO OLIVEIRA**

CPF: **056.036.256.00**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2017	13001170643603	120505 031 0012
		2018	13001180192534	120505 031 0012
		2019	13001190174974	120505 031 0012
		2020	13001200146127	120505 031 0012
		2021	13001210159123	120505 031 0012
	ISSQN AUTONOMO	2018	13010180018521	06737950012
		2019	13010190017661	06737950012
		2020	13010200016750	06737950012
		2021	13010210016047	06737950012
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460968	120505 031 0012
	ISSQN AUTONOMO	2022	13010220015682	06737950012

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendencias aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABGDJGOMKL**

Documento/Certidão nº **20.943.264** Exercício: **2022**

Emissão em: **06/12/2022**

Requerimento em: **14:34:25**

Validade: **05/01/2023**

Nome: **U.M.A. GESTÃO DE PROJETOS LTDA**

CNPJ: **07.240.927.0001.48**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA**  
**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO**  
**PLENA PESSOA JURIDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **AHFILMNHJJ**

Documento/Certidão nº **21.040.193** Exercício: **2022**

Emissão em: **12/12/2022**

Requerimento em: **17:31:35**

Validade: **11/01/2023**

Nome: **KATZ CONSTRUÇOES E PARTICIPAÇÕES LTDA**

CNPJ: **18.788.190.0001.19**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

**RESSALVAS**

Existe(m) lançamento(s) a vencer

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



Ofício SUREM/DALE-SURIN nº 183/2022

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2022.

Assunto: TAG SMFA 354026 - Requerimento de Comissão nº 1.920/2022.

Senhora Diretora,

Acusamos o recebimento do TAG em epígrafe, que encaminha o Requerimento de Comissão nº 1.920/2022, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informação relacionada a questionamentos levantados em Audiência Pública realizada dia 08/11/2022 nesta Comissão, bem como outros questionamentos relevantes ao caso em questão, por meio do Requerimento de Comissão nº 1666/2022, a qual teve como finalidade discutir intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental - ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-1, no bairro Luxemburgo, ora em discussão no Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM).

Em atendimento à solicitação, conforme manifestação da Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa – DACD desta Subsecretaria, seguem abaixo, as respostas quanto aos questionamentos:

**1. Qual a situação tributária e fiscal dos lotes onde pretende-se instalar o empreendimento?**

Há inadimplência do IPTU para todos os lotes, conforme explicitado no item 2.

Ilma. Sra.  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretora de Acompanhamento Legislativo – DALE/SURIN  
PBH



**2. Existe algum débito ou pagamento em atraso em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos lotes em questão? Em caso positivo, apresentar relação dos valores devidos para cada um dos índices cadastrais.**

Os débitos dos lotes podem ser assim resumidos:

- I.C. 120505 023 0018: débito ajuizado (R\$117.306,76); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$7.814,80);
- I.C. 120505 024 0012: débito ajuizado (R\$100.966,88); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$ 6.732,88);
- I.C. 120505 025 0017: débito ajuizado (R\$60.076,30); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$18.033,39);
- I.C. 120505 026 0011: débito ajuizado (R\$54.785,31); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$16.458,43);
- I.C. 120505 027 0016: débito ajuizado (R\$51.106,08); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$7.857,43);
- I.C. 120505 028 001X: débito ajuizado (R\$117.892,77); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$7.853,62);
- I.C. 120505 029 0015: débito ajuizado (R\$38.920,52); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$15.722,19);
- I.C. 120505 030A0013: débito inscrito em Dívida Ativa (R\$16.618,74);
- I.C. 120505 031 0012: débito inscrito em Dívida Ativa (R\$20.349,81);
- I.C. 120505 032A0012: débito ajuizado (R\$58.144,01); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$17.458,40);
- I.C. 120505 033 0011: débito ajuizado (R\$116.485,01); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$7.760,33);
- I.C. 120505 034 0016: débito ajuizado (R\$118.820,13); débito inscrito em Dívida Ativa (R\$17.806,99);
- I.C. 120505 035 001X: débito ajuizado (R\$148.031,18).

Informamos também que todos os lotes possuem, ainda, débitos do exercício corrente, conforme as certidões positivas dos imóveis, em anexo.

À disposição para prestarmos quaisquer outras informações julgadas necessárias.

Atenciosamente,

EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO  
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por EUGENIO  
EUSTAQUIO VELOSO FERNANDES:49606530604  
Dados: 2022.12.15 16:07:30 -03:00

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes  
Subsecretário da Receita Municipal

"De acordo"

Leonardo Maurício Colombarini Lima  
Secretário Municipal de Fazenda



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
 CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
 DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ADDGJFKKRJ**

Documento/Certidão nº **21.077.297** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **11:59:53**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 023 0018**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110102772	120505 023 0018
		2012	13001120115309	120505 023 0018
		2013	13001130163050	120505 023 0018
		2014	13001140181360	120505 023 0018
		2015	13001150102597	120505 023 0018
		2016	13001160602897	120505 023 0018
		2017	13001170642587	120505 023 0018
		2018	13001180170937	120505 023 0018
		2019	13001190174823	120505 023 0018
		2020	13001200138826	120505 023 0018
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2021	13001210179740	120505 023 0018
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220507791	120505 023 0018

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



Prefeitura de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ADLEENKONJ**

Documento/Certidão nº **21.077.471** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:04:41**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 024 0012**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercício	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	1300110102773	120505 024 0012
		2012	13001120476481	120505 024 0012
		2013	13001130183051	120505 024 0012
		2014	13001140181361	120505 024 0012
		2015	13001150102598	120505 024 0012
		2016	13001160602905	120505 024 0012
		2017	13001170642594	120505 024 0012
		2018	13001180170938	120505 024 0012
		2019	13001190174824	120505 024 0012
		2020	13001200138827	120505 024 0012
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2021	13001210179741	120505 024 0012
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220507792	120505 024 0012

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
 CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
 DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **AFEFELGOOJ**

Documento/Certidão nº **21.077.491** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:05:16**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 025 0017**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110559257	120505 025 0017
		2012	13001120115310	120505 025 0017
		2013	13001130183052	120505 025 0017
		2015	13001150102599	120505 025 0017
		2016	13001160602915	120505 025 0017
		2017	13001170642603	120505 025 0017
		2018	13001180170939	120505 025 0017
		2019	13001190174825	120505 025 0017
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2020	13001200138828	120505 025 0017
		2021	13001210179742	120505 025 0017
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220507793	120505 025 0017

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendencias aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
 CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
 DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **AFIJHGNOKJ**

Documento/Certidão nº **21.077.510** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:05:47**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA GENTIOS, 580 - LUXEMBURGO - 30380-490 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 026 0011**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110102774	120505 026 0011
		2012	13001120115311	120505 026 0011
		2013	13001130183053	120505 026 0011
		2015	13001150102600	120505 026 0011
		2016	13001160602926	120505 026 0011
		2017	13001170642614	120505 026 0011
		2018	13001180170940	120505 026 0011
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2019	13001190174826	120505 026 0011
		2020	13001200138829	120505 026 0011
		2021	13001210179743	120505 026 0011
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220507794	120505 026 0011

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
 CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
 DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABKJLNOKNJ**

Documento/Certidão nº **21.077.524** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:06:09**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 137 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 027 0016**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110502066	120505 027 0016
		2012	13001120456866	120505 027 0016
		2013	13001130183054	120505 027 0016
		2015	13001150102601	120505 027 0016
		2016	13001160602939	120505 027 0016
		2017	13001170642623	120505 027 0016
		2018	13001180170941	120505 027 0016
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2019	13001190174827	120505 027 0016
		2020	13001200138830	120505 027 0016
		2021	13001210179744	120505 027 0016
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220507795	120505 027 0016

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendencias aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA**  
**CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS**  
**DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ADDIIJN00J**

Documento/Certidão nº **21.077.535** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:06:31**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA GENTIOS, 580 - LUXEMBURGO - 30380-490 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 028 001X**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercício	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110387235	120505 028 001X
		2012	13001120120596	120505 028 001X
		2013	13001130183169	120505 028 001X
		2014	13001140181519	120505 028 001X
		2015	13001150109960	120505 028 001X
		2016	13001160596459	120505 028 001X
		2017	13001170643570	120505 028 001X
		2018	13001180192531	120505 028 001X
		2019	13001190174971	120505 028 001X
		2020	13001200146124	120505 028 001X
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2021	13001210159120	120505 028 001X
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460965	120505 028 001X

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por 3 dias úteis.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABEMJNLIOJ**

Documento/Certidão nº **21.077.552** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:06:59**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 029 0015**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110107545	120505 029 0015
		2012	13001120120597	120505 029 0015
		2013	13001130183170	120505 029 0015
		2014	13001140181520	120505 029 0015
		2015	13001150109961	120505 029 0015
		2016	13001160596468	120505 029 0015
		2017	13001170643577	120505 029 0015
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2018	13001180192532	120505 029 0015
		2019	13001190174972	120505 029 0015
		2020	13001200146125	120505 029 0015
		2021	13001210159121	120505 029 0015
PAGO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460966	120505 029 0015

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
 CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
 DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABIMEHGOKK**

Documento/Certidão nº **21.077.569** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:07:19**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA GENTIOS, 580 - LUXEMBURGO - 30380-490 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 030A0013**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2017	13001170643592	120505 030A0013
		2018	13001180192533	120505 030A0013
		2019	13001190174973	120505 030A0013
		2020	13001200146126	120505 030A0013
		2021	13001210159122	120505 030A0013
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0,00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220160967	120505 030A0013

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
 CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
 DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABKJJGHHNK**

Documento/Certidão nº **21.077.589** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:07:49**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 031 0012**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercício	Lancamento	Identificador
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2017	13001170643603	120505 031 0012
		2018	13001180192534	120505 031 0012
		2019	13001190174974	120505 031 0012
		2020	13001200146127	120505 031 0012
		2021	13001210159123	120505 031 0012
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460968	120505 031 0012

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABCLELMMKJ**

Documento/Certidão nº **21.077.600** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:08:07**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA GENTIOS, 580 - LUXEMBURGO - 30380-490 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 032A0012**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110520703	120505 032A0012
		2012	13001120120600	120505 032A0012
		2013	13001130183173	120505 032A0012
		2015	13001150109964	120505 032A0012
		2016	13001160596504	120505 032A0012
		2017	13001170643614	120505 032A0012
		2018	13001180192535	120505 032A0012
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2019	13001190174975	120505 032A0012
		2020	13001200146128	120505 032A0012
		2021	13001210159124	120505 032A0012
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460969	120505 032A0012

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendencias aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS  
DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABCDGKHLOJ**

Documento/Certidão nº **21.077.609** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:08:25**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 033 0011**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercício	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110501581	120505 033 0011
		2012	13001120120601	120505 033 0011
		2013	13001130183174	120505 033 0011
		2014	13001140181524	120505 033 0011
		2015	13001150109965	120505 033 0011
		2016	13001160596512	120505 033 0011
		2017	13001170643624	120505 033 0011
		2018	13001180192536	120505 033 0011
		2019	13001190174976	120505 033 0011
		2020	13001200146129	120505 033 0011
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2021	13001210159125	120505 033 0011
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460970	120505 033 0011

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA**  
**CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS**  
**DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABGFekoIPJ**

Documento/Certidão nº **21.077.618** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:08:43**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 034 0016**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercício	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110107547	120505 034 0016
		2012	13001120120602	120505 034 0016
		2013	13001130183175	120505 034 0016
		2014	13001140181525	120505 034 0016
		2015	13001150109966	120505 034 0016
		2016	13001160596520	120505 034 0016
		2017	13001170643634	120505 034 0016
		2018	13001180192537	120505 034 0016
		2019	13001190174977	120505 034 0016
LANCAMENTO C/DEBITO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2020	13001200146130	120505 034 0016
		2021	13001210159126	120505 034 0016
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460971	120505 034 0016

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



**Prefeitura de Belo Horizonte**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA**  
**CERTIDÃO POSITIVA DE DEBITOS**  
**DE IPTU/TAXAS IMOBILIARIAS**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ABKFJHOKQJ**

Documento/Certidão nº **21.077.628** Exercício: **2022**

Emissão em: **14/12/2022**

Requerimento em: **12:09:04**

Validade: **13/01/2023**

Nome: **SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA**

CNPJ: **09.069.818.0001.35**

Endereço: **RUA LUIZ SOARES DA ROCHA, 165 - LUXEMBURGO - 30380-600 - BELO HORIZONTE - MG**

Período pesquisado: **01/2000 A 12/2022**

Índice cadastral do IPTU: **120505 035 001X**

CERTIFICAMOS QUE CONSTA(M) PARA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DEBITOS PARA COM A FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, ATE A PRESENTE DATA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO(S):

**PENDENCIAS**

Tipo	Tributo	Exercicio	Lancamento	Identificador
DEBITO AJUIZADO	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2011	13001110107548	120505 035 001X
		2012	13001120535464	120505 035 001X
		2013	13001130183176	120505 035 001X
		2014	13001140181526	120505 035 001X
		2015	13001150109967	120505 035 001X
		2016	13001160596537	120505 035 001X
		2017	13001170643642	120505 035 001X
		2018	13001180192538	120505 035 001X
		2019	13001190174978	120505 035 001X
		2020	13001200146131	120505 035 001X
		2021	13001210159127	120505 035 001X
PAGTO EXERCICIO ATE PARCELA 0.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	2022	13001220460972	120505 035 001X

Para regularização dos Debitos, solicite a guia pelo site <http://www.pbh.gov.br/fazenda>. Após o pagamento das pendências aguardar a baixa por **3 dias uteis**.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 1277/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2022.

**REF.: TAGs 354020 e 354021**

Prezada senhora,

Em atenção aos Requerimentos de Comissão nºs 1916/2022 e 1917/2022, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que “solicita informações relativas a questionamentos levantados em Audiência Pública realizada dia 08/11/2022, bem como outros questionamentos relevantes ao caso em questão, por meio do Requerimento de Comissão nº 1666/2022, a qual teve como finalidade discutir intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental - ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-1, no bairro Luxemburgo”, segue relatório técnico nº 166/2022, da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas, da SMOBI e ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI nº 452/2022, da Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos, da SUDECAP.

Atenciosamente,

  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 452/2022

SIPROT 244590

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2022.

À Senhora

Renata Lúcia de Oliveira e Silva

Gabinete da SMOBI

Rua dos Guajajaras 1107, 18º andar, Lourdes – Belo Horizonte – MG

Assunto: Requerimentos de Comissão 1916/2022 e 1917/2022 (Córrego Leitão - Macrodrenagem)

Prezada Chefe de Gabinete,

Em atendimento à solicitação do Gabinete da SMOBI, visando subsidiar resposta aos Requerimentos de Comissão 1916/2022 (TAG 354020) e 1917/2021 (TAG 354021), de autoria da Vereadora Duda Salabert, nos quais foram realizadas solicitações de mesmo teor e objeto, no que tange a possíveis intervenções nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-1, bairro Luxemburgo, informamos na sequência, para ambos, sobre os seguintes itens:

*"5. Existe algum projeto, estudo ou previsão da implantação de algum equipamento público para controle de chuvas e enchentes nos lotes onde está sendo pleiteado a implantação do empreendimento, que seja uma bacia de contenção, jardim de chuva ou qualquer outro equipamento público? Em caso positivo apresentar detalhamento do projeto.*

*6. Caso exista algum projeto, estudo ou previsão da implantação de algum equipamento público para controle de chuvas e enchentes nos lotes onde está sendo pleiteado a implantação do empreendimento, a implantação do empreendimento irá inviabilizar a implantação do equipamento público? Caso inviabilize, quais são as alternativas existentes?*

*7. Caso exista algum projeto, estudo ou previsão da implantação de algum equipamento público para controle de chuvas e enchentes nos lotes onde está sendo pleiteado a implantação do empreendimento, como a Prefeitura pretende*

fl. 02/03 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 452/2022

*viabilizar financeiramente a implementação do equipamento público nos lotes em questão, em especial quanto a negociação com o dono do terreno?"*

Consta no Plano de Obras do Município o empreendimento 2527 : CS4-S-INF-19 : Córrego Leitão - Macrodrenagem das Ruas Joaquim Murtinho e Marquês de Maricá, cujo escopo prevê a *Elaboração de Estudos de Alternativa, Concepção, Ambiental e Projetos visando redução dos riscos de inundação no Córrego do Leitão - Av. Prudente de Moraes e Rua Joaquim Murtinho, Bairro Santo Antônio.*

Informamos que a etapa de estudos de alternativas foi concluída em jun/2022, por meio do contrato DJ-052/2020, e encontra-se em fase interna de licitação a contratação dos projetos básicos e executivos.

Feitos estes esclarecimentos, destacamos, para o questionamento n. 5, que os estudos elaborados indicam a implantação de reservatório de controle de cheias em parte da área destacada no presente requerimento. Não obstante, a definição precisa desta área depende do desenvolvimento de projetos executivos, cuja conclusão está prevista para segundo semestre de 2024.

No mesmo sentido, apenas com a definição precisa da área necessária para implantação do reservatório será possível avaliar o impacto na viabilidade do projeto particular, sendo possível, a depender da área afetada, a realização de ajustes pelo empreendedor, visando a compatibilização, se viável.

Por fim, em atenção ao questionamento n. 7, esclarece-se que os recursos para as obras de macrodrenagem do Córrego do Leitão, bem como para as desapropriações de imóveis que se mostrem necessárias (conforme projetos executivos a serem elaborados), serão objeto de captação específica pelo MBH, oportunamente.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a disposição para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**SUDECAP**  
SUPERINTENDÊNCIA DE  
DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

fl. 03/03 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 452/2022

Atenciosamente,

Arq. Luiz Fernando Andrade de Oliveira – ST2584-5

Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD

Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

De acordo,

Reinaldo da Silva Lucas – ST2690-6

Gerente de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD

Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Tricia Mota Zandim

Diretora de Planejamento e Controle de Empreendimentos – DPLC-SD

Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP



**DIRETORIA DE GESTÃO DE ÁGUAS – DGAU-SMOBI**

**RELATÓRIO TÉCNICO TAG Nº 166/2022**

**Referência:** TAG 354020 – Requerimento de Comissão 1917/2022

**Solicitação:** Requerimento de Comissão 1917/2022 - Empreendimento Kartz Luxemburgo

Em relação ao Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e política urbana, que informações em relação aos impactos do empreendimento Kartz Luxemburgo no sistema de drenagem de águas pluviais da região, a DGAU-SMOBI apresenta as seguintes considerações:

**Questionamento 1:** É público e notório que o sistema de drenagem de águas pluviais da região em que o empreendimento pretende se instalar está saturado e não comporta o volume de águas que já é direcionado ao mesmo. É extremamente comum observar a água aflorando dos bueiros da Av. Guaicuí em dias chuvas de média intensidade. Qual será o impacto no sistema de drenagem de águas pluviais decorrente do aumento de área impermeabilizada do terreno em função da implantação do empreendimento no sistema de drenagem de águas pluviais da bacia hidrográfica do Córrego do Leitão?

**Considerações DGAU/SMOBI:** Pelos estudos que o empreendedor apresentou para análise da DGAU/SMOBI, em janeiro de 2022 as vazões para TR 10 anos e duração 10 minutos são respectivamente:

- ✓ Vazão Natural do Terreno: 316,387 l/s
- ✓ Vazão da Ocupação sem implantação de dispositivo de controle: 391,28 l/s
- ✓ Vazão da Ocupação com dispositivo de controle: 331,416 l/s

Assim, pelos dados apresentados pelo empreendedor o impacto de aumento de vazão seria da ordem de 15,029 l/s.

Cabe ressaltar que a DGAU/SMOBI, solicitou esclarecimentos, em 02/02/2022, quanto as premissas adotadas, o que implica que o estudo e projeto de drenagem ainda não foi aprovado.



**Questionamento 2:** Para o cálculo do sistema de bacias de contenção de águas de chuvas o empreendedor utilizou como parâmetros de cálculo um tempo de recorrência de 10 anos e um tempo de duração de 10 minutos. Considerando o cenário de emergência climática que estamos vivendo, onde eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais comuns, recorrentes e intensos, a adoção destes parâmetros de cálculo está adequada e considera o fator de segurança ideal para um empreendimento desta natureza em uma área notadamente crítica do ponto de vista de saturação do sistema de drenagem de águas pluviais?

**Considerações DGAU/SMOBI:** Considerando o cenário de emergência climática e as novas premissas trazidas pelo Plano Diretor, Lei 11.181/2019, a DGAU/SMOBI revisitou todos os parâmetros de projetos de drenagem adotados pelo município, e com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, definiu critérios e parâmetros de drenagem para serem adotados. Este trabalho resultou no estabelecimento de nova *Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos*, cuja publicação se iniciou em abril de 2022. Segue o respectivo link de acesso:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/informacoes/publicacoes/instrucao-estudos-e-projetos-de-drenagem>

Ressalta-se que os empreendimentos cujos processos de licenciamento foram iniciados anteriormente a esta data, são analisados conforme parâmetros e diretrizes vigentes até então.

**Questionamento 3:** É possível afirmar que o sistema de contenção de águas de chuvas proposto pelo empreendedor está adequado e que todo o aumento do escoamento de águas pluviais do terreno em função ao aumento da área impermeabilizada não irá aumentar o fluxo de água de chuvas drenada para o Córrego do Leitão, comprometendo ainda mais este sistema de drenagem de águas pluviais já sobrecarregado? Apresentar o detalhamento técnico que comprove a resposta da questão.

**Considerações DGAU/SMOBI:** Conforme mencionado anteriormente, o estudo e o projeto de drenagem propostos pelo empreendedor ainda não foram aprovados por esta DGAU/SMOBI, sendo necessárias adequações para sua devida aprovação.



**Questionamento 4:** Caso o empreendimento comprometa ainda mais o já saturado sistema de drenagem de águas pluviais da bacia do Córrego do Leitão, como a PBH pensa em mitigar o impacto do volume pluvial, que irá demandar obras, dadas as inundações recentes na cidade?

**Considerações DGAU/SMOBI:** Todos os estudos e projetos de drenagem desenvolvidos para empreendimentos públicos no município de Belo Horizonte devem ter como horizonte de projeto a ocupação máxima admitida pelo Plano Diretor Municipal. Assim, o crescimento urbano é considerado como o cenário para o estabelecimento das alternativas de intervenção do município. Ademais, nos processos de licenciamento dos empreendimentos, é exigida a mitigação do aumento de escoamento pluvial.

Sendo o que se apresenta, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022.

  
Eng. Ursula Kelli Caputo

Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU/SMOBI

  
Eng. Ricardo, de Miranda Arocira

Diretor da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU/SMOBI

**Portal da Assinatura - PBH**

4 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Segunda-feira, 12 de Dezembro de 2022 às 16:20

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

DGAU-RTAG-166-2022\_TAG 354020 (1).pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 12 de Dezembro de 2022 às 16:20  
Assinante: URSULA KELLI CAPUTO Matrícula: ST002631  
Hash da assinatura: 4F80383B1D70B7D1BE4869EFE5F1670872841247 Para validar utilize o QR Code ao lado.





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
GABINETE SMASAC

**SMASAC/DALE-SURIN-SMGO – 737/2022**

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2022.

Senhora Diretora,

Cumprimentando cordialmente, e em atenção à TAG Nº 354022 – Requerimento de Comissão 1918/22- TAG Nº 354026 – Requerimento de Comissão 1920/22 - TAG Nº 354028 - Requerimento 1921/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, encaminhamos a manifestação da Subsecretaria de Assistência Social, através do Ofício SUASS/SMASAC 1812/2022.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

**Rosilene Cristina Rocha**

**Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania**

**Senhora**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Diretora de Acompanhamento Legislativo - DALE**

**Subsecretaria de Relações Institucionais**

**Secretaria Municipal de Governo**

**Avenida Afonso Pena, nº 1212, 2º andar – Bairro Centro**

Ofício SUASS/SMASAC – Nº 1812/2022

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2022

**ASSUNTO:** Resposta Ouvidoria do Município –

TAG Nº 354022 - Requerimento 1918/22

TAG Nº 354026 - Requerimento 1920/22

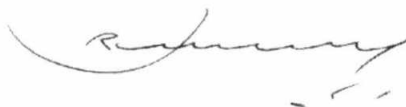
TAG Nº 354028 - Requerimento 1921/22

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la, em nome da equipe da Subsecretaria de Assistência Social, acusamos o recebimento da demanda em epígrafe e, na oportunidade, encaminhamos anexo Ofício GGSAC/EXTERNO Nº227/2022, elaborado pela Diretoria de Proteção Social Especial, para subsidiar resposta a CMBH.

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,



*José Crus*  
*Subsecretário de Assistência Social*

*Ilma. Senhora*

**Rosilene Cristina Rocha**

*Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania*

*Nesta*

## OFÍCIO GGSAC/EXTERNO Nº227/2022

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2022

**ASSUNTO:** Resposta Of. Dirleg nº5649/22

**REFERÊNCIA:** Empreendimento Luxemburgo Instituição de Longa Permanência para Idosos

Prezado Secretário,

Com cordiais cumprimentos, em resposta ao procedimento em epígrafe, solicitando informações sobre os questionamentos relacionados ao Empreendimento Luxemburgo Instituição de Longa Permanência para Idosos, primeiramente destacamos pontos importantes sobre a parceria celebrada entre a Organização da Sociedade Civil (OSC) e Prefeitura de Belo Horizonte, bem como sobre o acompanhamento técnico-metodológico oferecido às entidades socioassistenciais parceiras do município, informamos que:

Inicialmente cumpre destacar que a execução do serviço de acolhimento institucional para idosos no município é realizada sob gestão desta Secretaria com o estabelecimento de parceria do poder público municipal com Organizações da Sociedade Civil - OSC's, devidamente habilitadas, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e inscritas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS).

A relação de parceria estabelecida entre a OSC e o Município de Belo Horizonte, segue os:

- a) Os termos da Lei Federal nº 13.019/2014, em vigor para os municípios desde 1º de janeiro de 2017 e que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;
- b) termos do decreto municipal nº 16.746 de outubro de 2017, que dispõe sobre as regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil e dá outras providências;

- c) termos da Lei nº 10.836, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município, institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte – SUAS/BH - e dá outras providências.

De acordo com o termo de parceria, estabelecido entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a OSC, é previsto o acompanhamento técnico-metodológico da unidade, por meio de equipe técnica da Gerência de Gestão dos Serviços da Alta Complexidade (GGSAC) da Subsecretaria de Assistência Social (SUASS). O acompanhamento técnico-metodológico da unidade tem como objetivo facilitar, apoiar e orientar o trabalho de atendimento às pessoas idosas que se encontram em situação de acolhimento institucional. É realizado através de reuniões com dirigentes, coordenadores e equipes técnicas da unidade para se tomar conhecimento dos processos de trabalho desenvolvido junto às pessoas acolhidas.

As ações do apoio técnico metodológico contemplam desde o acompanhamento dos aspectos relativos ao plano de trabalho, até os aspectos técnicos metodológicos específicos da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com vistas a garantia da oferta da proteção social integral da pessoa idosa, conforme disposto nas normativas vigentes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As Unidades de Acolhimento para Idosos vinculadas ao SUAS caracterizam-se como equipamentos da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS orienta quanto a contratação do seguinte quadro de recursos humanos: Coordenador, Cuidadores, Assistente Social, Psicólogo, profissional para o desenvolvimento de atividades socioculturais, profissional de limpeza, profissional de alimentação e profissional de lavanderia.

Estas unidades contam com parceria junto ao Sistema Único de Saúde - SUS para atender as demandas relacionadas à saúde dos acolhidos, uma vez que o Sistema Único de Assistência Social - SUAS não possui equipamentos que ofertam cuidados específicos de saúde. O parágrafo único, do art. 4, da lei 8.842 (dispõe sobre a Política Nacional do Idoso) **veda** a permanência de idosos portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.

Isto posto, passamos aos esclarecimentos sobre os pontos pautados no ofício Dirleg nº5649/22

***1. O empreendimento cumpre integralmente a definição de ILPI apresentado no sítio eletrônico da prefeitura? Caso não cumpra alguns dos pontos levantados, isto se configura como óbice para o licenciamento do empreendimento nesta modalidade? Qual o público-alvo do empreendimento em termos de renda e de situação familiar? Um idoso em situação de vulnerabilidade social poderá se habilitar para adquirir uma unidade?***

- Embora o Empreendimento Luxemburgo apresente a previsão de implementação de Instituição de Longa Permanência para Idosos, o mesmo não se caracteriza como uma entidade socioassistencial parceira do Município de Belo Horizonte;
- O Empreendimento Luxemburgo não desenvolve serviços socioassistenciais conforme princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- O Empreendimento Luxemburgo não recebe recursos públicos para a execução de seus serviços;
- O Empreendimento Luxemburgo não é acompanhado metodologicamente por equipe específica da Gerência de Gestão dos Serviços de Alta Complexidade da Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte, já que não se caracteriza enquanto serviço socioassistencial;
- O Empreendimento Luxemburgo não é inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS BH) e no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS);
- O Empreendimento Luxemburgo nunca respondeu a edital específico de chamamento público para execução indireta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;
- O Empreendimento Luxemburgo não possui Termo de Colaboração ou Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação com o município de Belo Horizonte;

Diante do supracitado e pela ausência de vínculo de parceria entre a instituição Empreendimento Luxemburgo e o Município de Belo Horizonte, a instituição em questão não está sujeita aos:

- a) termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- b) termos do decreto municipal nº 16.746 de outubro de 2017; e,
- c) termos da Lei nº 10.836, de 29 de julho de 2015.
- d)

Deste modo, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio desta Secretaria, não tem competência para definir se o Empreendimento Luxemburgo:

- a) cumpre integralmente a definição de ILPI apresentado no sítio eletrônico da prefeitura;
- b) qual será o público-alvo do empreendimento em termos de renda e de situação familiar;
- c) se um idoso em situação de vulnerabilidade social poderá se habilitar para adquirir uma unidade;
- d) regular o acesso e permanência de usuários na instituição; e,
- e) como será a serviço a ser executado pelo Empreendimento Luxemburgo.

Isto porque, o Empreendimento Luxemburgo traz a previsão de Instituição de Longa Permanência para Idosos de característica privada e não pública.

**2. Há necessidade do empreendimento realizar algum cadastro, registro, protocolar algum documento ou obter alguma licença ou autorização da SMASAC ou de outro órgão da PBH para se configurar como uma ILPI no município de Belo Horizonte? Em caso positivo, tais etapas já foram realizadas?**

Toda e qualquer Instituição de Longa Permanência para Idosos deve seguir as normativas previstas pela Resolução RDC Nº 502, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial. Destaca-se no texto normativo a Seção II, que regulamenta a organização da instituição, a saber:

Art. 8º A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve possuir alvará sanitário atualizado expedido pelo órgão sanitário competente, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e comprovar a inscrição de seu programa junto ao Conselho do Idoso, em conformidade com o parágrafo único, art. 48 da Lei nº 10.741, de 2003.

Art. 9º A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve estar legalmente constituída e apresentar:

- I - Estatuto registrado;
- II - Registro de entidade social; e
- III - Regimento Interno.

Art. 10. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve possuir um Responsável Técnico - RT pelo serviço, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local.

Art. 11. O Responsável Técnico deve possuir formação de nível superior.

Art. 12. A Instituição de Longa Permanência para idosos deve celebrar contrato formal de prestação de serviço com o idoso, responsável legal ou Curador, em caso de interdição judicial, especificando o tipo de serviço prestado bem como os direitos e as obrigações da entidade e do usuário em conformidade com inciso I do art. 50 da Lei nº 10.741, de 2003.

Art. 13. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social.

Art. 14. A Instituição poderá terceirizar os serviços de alimentação, limpeza e lavanderia, sendo obrigatória a apresentação do contrato e da cópia do alvará sanitário da empresa terceirizada.

Art. 15. A Instituição que terceirizar estes serviços está dispensada de manter quadro de pessoal próprio e área física específica para os respectivos serviços.

Deste modo, destaca-se que a Vigilância Sanitária do município de Belo Horizonte, poderá contribuir com mais informações sobre o empreendimento em epígrafe, no que tange ao licenciamento ou autorização para funcionamento da Instituição de Longa Permanência para Idosos.

Assim, pelas informações contidas no Of. Dirleg nº 5.496/22, não vislumbramos que o empreendimento tenha características de ILPI no modelo apresentado pelas normativas do Sistema Único de Assistência Social e Resolução RDC Nº 502/2021, se aproximando mais de empreendimento imobiliário ambientado para a moradia provisória e ou de longa permanência de pessoas idosas.

Atenciosamente,

**Patrícia de Cássia Carvalho Campos**

Coordenação dos Serviços de Acolhimento Institucional  
para Idosos e Pessoa com Deficiência

**Sandra Regina Ferreira**

Gerente de Gestão dos Serviços de Alta Complexidade

De acordo,

**Regis Spíndola**

Diretor de Proteção Social Especial do SUAS BH

Senhor

**José Crus**

Secretário Adjunto | Subsecretário de Assistência Social

*Nesta Secretaria*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

354028

SMASAC

Of. Dirleg nº 5.649/22

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2022

Senhora Secretária,

Informo a Vossa Excelência que foi aprovado, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, em 29/11/22, o Requerimento de Comissão nº 1.921/22, de autoria da vereadora Duda Salabert, dirigido a essa Secretaria.

Cumpra esclarecer que, conforme o § 1º do art. 86 do Regimento Interno desta Casa c/c o § 4º do artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, o prazo para o cumprimento do pedido é de até 30 (trinta) dias corridos.

Em caso de resposta cujo teor ultrapasse 100 (cem) laudas, solicita-se o encaminhamento do volume também por meio digital, em mídia física.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 1.921/22.

Atenciosamente,

Vereadora Nely Aquino  
Presidente

Recebido por:	<u>Uiridia Alves</u>
	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE:	<u>79981-4</u>
Órgão:	<u>Grav. SMASAC</u>
Em <u>01/12/22</u>	Hora: <u>10:44</u>
Prazo para resposta até <u>1º, 2, 23</u>	

Excelentíssima Senhora  
Rosilene Cristina Rocha  
Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania  
Avenida Afonso Pena, 342, 6º andar, Centro  
/part



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**1921/2022**

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_

**Senhor Presidente,**

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, a **Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, a Sra. Rosilene Rocha**, pedido de informação oriundos de questionamentos levantados em Audiência Pública realizada dia 08/11/2022 nesta Comissão, bem como outros questionamentos relevantes ao caso em questão, por meio do Requerimento de Comissão nº 1666/2022, a qual teve como finalidade discutir intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental — ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-1, os quais estão registrados sob os índices cadastrais 120505.023.001-8, 120505 035 001-X, 120505 034 001-6, 120505 033 001-1, 120505 032A001-2, 120505 031 001-2, 120505 030A001-3, 120505 029 001-5, 120505 028 001-X, 120505 027 001-6, 120505 026 001-1, 120505 025 001-7, 120505 024 001-2, no bairro Luxemburgo, ora em discussão no Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM).

No local, a empresa Katz Construções e Participações Ltda., inscrita no CNPJ nº 18.788.190/0001-19, em parceria com a empresa UMA Gestão de Projetos, inscrita no CNPJ nº 07.240.927/0001-48, apresentou a através do processo 01-014.776/20-97, o empreendimento denominado "Luxemburgo", que consiste na edificação de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com implantação de três blocos de 4 andares, espaços comuns de convivência e área verde. Na porção oeste do terreno é proposto um bloco com cinco lojas, ao qual estará adjacente o setor administrativo e de funcionários.

A área faz parte do Conjunto Paisagístico Entorno do Mosteiro Nossa Senhora das Graças, e é limítrofe com a Zona de Amortecimento Estação Ecológica do Cercadinho. Faz divisa com o Parque Municipal Mosteiro Tom Jobim, de 6.400m², cuja vegetação, parcialmente nativa, integra a área conhecida como Mata do Mosteiro. O terreno em questão de aproximadamente 11.700 m², compõe um dos últimos remanescentes florestais da região. Sua vegetação, arbórea, multiestratificada e biodiversa é responsável pela infiltração das águas pluviais, sejam elas diretas ou provenientes do escoamento superficial das porções superiores. As nascentes identificadas no terreno dão origem a um dos tributários do Córrego do Leitão, desde ali canalizado, à Rua Luiz Soares da Rocha, percorrendo 808 metros até chegar ao trecho canalizado deste córrego sob a Avenida Prudente de Moraes.



1. Segundo o Parecer Técnico nº 1043/22 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e diversos documentos apresentados pelo empreendedor, o empreendimento está enquadrado como Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), na atividade econômica (CNAE 871150200). O sítio eletrônico da PBH define ILPI como: *"Acolhe idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, em situação de violação de direitos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, após esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. Tem como objetivo assegurar espaço de moradia e desenvolver condições para a independência e o auto-cuidado promovendo o acesso a renda e o restabelecimento de vínculos comunitários e sociais."* O empreendimento cumpre integralmente a definição de ILPI apresentado no sítio eletrônico da prefeitura? Caso não cumpra alguns dos pontos levantados, isto se configura como óbice para o licenciamento do empreendimento nesta modalidade?
2. Uma ILPI é classificada pela PBH como um equipamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). Há necessidade do empreendido realizar algum cadastro, registro, protocolar algum documento ou obter alguma licença ou autorização da SMASAC ou de outro órgão da PBH para se configurar como uma ILPI no município de Belo Horizonte? Em caso positivo, tais etapas já foram realizadas?
3. Qual o público-alvo do empreendimento em termos de renda e de situação familiar?
4. Um idoso em situação de vulnerabilidade social poderá se habilitar para adquirir uma unidade? A prefeitura irá patrocinar essa atividade segundo sua própria definição de interesse social para o CNAE apontado?

**DUDA SALABERT** Assinado de forma digital  
**ROSA:049673836** por DUDA SALABERT  
**45** ROSA:04967383645  
 Dados: 2022.11.21  
 16:20:09 -03'00'

**Filiado(a) da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana**

<sup>1</sup> <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/assistencia-social/equipamentos/ILPI>



**Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 009/2023**

**Ref.:** Demandas TAGs nºs 354017, 354018, 354019, 354020, 354021, 354022 e 354026

**Autoria:** Vereadora Duda Salabert

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2023

Prezada Diretora,

Trata-se de Pedidos de Informação, através dos Requerimentos de Comissão nºs 1.913/22, 1.914/22, 1.915/22, 1.916/22, 1.917/22, 1.918/22 e 1.920/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações relativas a questionamentos levantados em Audiência Pública realizada no dia 08/11/2022 nesta Comissão, bem como outros questionamentos relevantes ao caso em questão, por meio do Requerimento de Comissão nº 1.666/2022, a qual teve como finalidade discutir intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-1, Bairro Luxemburgo, ora em discussão no Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM).

No que compete as atribuições da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) nos termos do Decreto Municipal nº 16.881/18, temos a informar o que se segue quanto aos questionamentos apresentados:

*1. Os terrenos em questão apresentam um histórico inegável de degradação ambiental, onde foi realizada a supressão de espécies arbóreas de grande porte, drenagem de uma lagoa e de uma área brejosa, aterramento de nascentes, incêndios e queimadas. Já foram aplicadas multas por crimes ou infrações ambientais relativos aos fatos ocorridos no empreendimento desde 2008? (TAG 354022) Ou multa por infração de qualquer outro tipo, aplicada por atos realizados no terreno desde o ano de 2008 (TAG 354026)? Caso positivo, apresentar listagem detalhada de todas as multas aplicadas, contendo o crime ou infração cometida, os valores das multas e o status de pagamento das mesmas. (TAG 354022 e 354026)*

Informamos que, desde agosto de 2012, os lotes são vistoriados em relação à limpeza, passeio e fechamento, conforme relações anexas. Não foram apontados danos ambientais nas vistorias realizadas.

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**  
**Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE**  
**Secretaria Municipal de Governo**  
**Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro**



2. *Em abril de 2011, a PBH autorizou a supressão arbórea de 25 árvores situadas no terreno do empreendimento. Essa supressão foi fiscalizada? Caso positivo, há documentos comprobatórios? (TAG 354022)*

A partir da vigência da Lei 10.308/2011, de 12 de novembro de 2011, as atribuições referentes ao cargo de Fiscal de Controle Ambiental passaram a ser de responsabilidade do cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental. Assim, a fiscalização da supressão questionada não era de competência desta SMPU.

3. *A própria PBH alega, em relação a várias outras reclamações dos moradores do bairro, tais como o templo religioso e seu impacto no trânsito e no sossego, invasões e festas com grande poluição sonora, que não possui meios e efetivo de servidores para combater as irregularidades. Segundo relato de moradores, na atualidade, nenhum órgão da administração pública se faz presente da maneira adequada e, quando acionadas, informam que não possuem recursos (Guarda Municipal, BHTRANS etc.). Como, então, a PBH fiscalizará o empreendimento em termos de atendimento ao projeto inicial, cuidando para que seu objetivo atual não seja desvirtuado, usado para fins que poderão ainda mais devastar a área ambiental, tal como casas de festas, templos religiosos, escolas etc.? (TAG 354022)*

Em relação às reclamações referentes ao templo religioso, localizado à Rua Luiz Soares da Rocha, n.º 37, foram abertos 13 protocolos de reclamação, entre julho de 2020 e dezembro de 2021, para o serviço Coronavírus - Denúncia de Descumprimento por Estabelecimentos, e não foram verificadas irregularidades nas vistorias em atendimento aos protocolos.

O setor responsável da SMPU realiza vistorias constantes no entorno da Rua Luiz Soares da Rocha e Rua Gentios e adotará as medidas previstas na legislação, caso sejam verificadas irregularidades quando da implantação do empreendimento.

4. *Como, então, em relação à pergunta 3, pode-se garantir que o presente projeto não se trata apenas de um modo inicial de ocupação do terreno para posteriormente degradá-lo ainda mais com outros usos visto que a própria PBH adota uma conduta de análise restrita aos parâmetros do Plano Diretor sem usar de seu poder discricionário, prudencial e preventivo com visão ampla da questão ambiental? (TAG 354022)*



Não é possível garantir que o projeto não será utilizado para degradação do terreno. No entanto, tendo em vista o amplo espectro de atribuições da Fiscalização, a metodologia de priorização é a utilizada no planejamento das ações fiscais.

A priorização é muito assertiva, já que apresenta-se em consonância com a Carteira Estratégica de Projetos da Cidade. Dessa forma, a PBH não adota uma conduta de análise restrita aos parâmetros do Plano Diretor, já que as demandas relacionadas às obras em andamento, obras de impacto, poluição sonora e taxa de permeabilidade foram definidas com o grau de prioridade de atendimento urgente. Tal classificação demonstra a preocupação da Fiscalização de Controle Urbanístico e Ambiental com a questão ambiental na cidade.

5. *Considerando que temos as seguintes informações e definições: (TAG 354022)*

a. *DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO:*

*A Finalidade do empreendimento é assim descrita pelo requerente: O empreendimento proposto será destinado a uma residência para idosos. Serão implantados três blocos de 4 andares, compostos por unidades individuais para os residentes. Esses edifícios contarão também com espaços comuns de convivência e ampla área verde. Na porção oeste do terreno haverá um bloco com cinco lojas, ao qual estará adjacente o setor administrativo e de funcionários. O estacionamento do empreendimento será composto por 83 vagas veiculares, sendo 23 dessas vagas presas. As vagas estarão distribuídas pelo terreno, tornando possível acessar com um veículo a porção comercial, os edifícios e a área verde.*

*Ou,*

*O empreendimento, cujo projeto foi elaborado de acordo com os parâmetros urbanísticos do zoneamento ZP-2, consiste em uma residência para idosos, atividade econômica (CNAE 871150200), com implantação de três blocos de 4 andares, compostos por unidades individuais de 25m<sup>2</sup> para os residentes, espaços comuns de convivência e área verde. Na porção oeste do terreno é proposto um bloco com cinco lojas, ao qual estará adjacente o setor administrativo e de funcionários. O estacionamento do empreendimento será composto por 83 vagas veiculares, sendo 23 dessas vagas presas. As vagas estarão distribuídas pelo terreno, tornando possível acessar com um veículo a porção comercial, os edifícios e a área verde.*

*A Tabela 3, copiada do documento, apresenta o número de unidades por bloco e o quadro resumo de áreas.*

*Ou ainda,*



O empreendimento consiste em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, atividade econômica (CNAE 871150200), com implantação de três blocos de 4 andares, compostos por unidades individuais de 25m<sup>2</sup> para os residentes, espaços comuns de convivência e área verde. Na porção oeste do terreno é proposto um bloco com cinco lojas, ao qual estará adjacente o setor administrativo e de funcionários. O estacionamento do empreendimento será composto por 83 vagas veiculares, sendo 23 dessas vagas presas. As vagas estarão distribuídas pelo terreno, tornando possível acessar com um veículo a porção comercial, os edifícios e a área verde.

b. CNAE informada é: CNAE 871150200

8711-5/02 - Instituições de longa permanência para idosos

Q - SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS

87 - ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES

871 - Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infraestrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares

8711-5 - Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares

8711-5/02 - Instituições de longa permanência para idosos. Esta subclasse compreende:

- as atividades de assistência social a idosos sem condições econômicas para se manterem prestadas em estabelecimentos públicos, filantrópicos ou privados (asilos) equipados para atender a necessidades de alojamento, alimentação, higiene e lazer. Estes estabelecimentos podem oferecer cuidados médicos esporádicos.

Esta subclasse não compreende:

- as atividades de consultas médicas prestadas a pacientes externos (8630-5/03):

- os condomínios residenciais para idosos e deficientes físicos (8711-5/05):

- as atividades dos albergues assistenciais (8730-1/02)

c. O parâmetro urbanístico Quota de Terreno (QT) Lei 1.181/19

Quota de terreno por unidade habitacional (QT)



*Definição: índice que, utilizado como divisor em equação que tenha como dividendo a área total do terreno, indica o número máximo de unidades habitacionais que podem ser implantadas no mesmo. A QT somente é aplicável a edificações residenciais e na parte residencial das edificações de uso misto. Para valores numéricos fracionários resultantes da aplicação da QT, adota-se a seguinte regra: I — os valores entre 0,01 e 0,50, inclusive, são arredondados para o número inteiro imediatamente inferior; II — os valores entre 0,50 e 1,00, exclusive, são arredondados para o número inteiro imediatamente superior.*

*Para o empreendimento em questão:*

*Para PA-1, QT = 2.500 m<sup>2</sup>; Área do Terreno 11.703 m<sup>2</sup>*

*11.703 m<sup>2</sup>/2.500m<sup>2</sup>= 4,68 => 5 unidades habitacionais*

*d. No Glossário da Lei 1.181/19 temos:*

*Uso misto = Exercício, em uma mesma edificação, dos usos residencial e não residencial.*

*Uso não residencial = Atividades de comércio, de serviços, de serviços de uso coletivo, industriais e de agricultura urbana.*

*Uso residencial = Moradia, habitação permanente.*

*e. Sinônimo de moradia*

*Casa de habitação: morada, residência, habitação, domicílio, casa, lar, apartamento, vivenda, mansão, moradia.*

*Diante das definições acima, conclui-se que: As descrições do empreendimento deixam claro e de forma inequívoca que as pessoas que usufruirão das 86 unidades deste empreendimento não têm outro propósito maior que o de residir, morar, habitar, constituir domicílio, estabelecer lar ou quaisquer outros sinônimos não deixando dúvida sobre o seu uso também RESIDENCIAL. Assim sendo, este empreendimento tem caráter, no mínimo misto, ou seja, há nele o exercício, em uma mesma edificação, dos usos residencial e não residencial. Logo, pergunta-se:*

*5.1. Qual é a razão deste empreendimento não estar submetido ao parâmetro de Quota de Terreno? (TAG 3054022)*

*Não está sendo aplicado o critério de quota por unidade habitacional, pois o empreendimento foi apresentado e enquadrado como sendo de uso não residencial.*



Instituição de longa permanência para idosos não se configura como habitação permanente, mas como serviço de uso coletivo, atividade comercial com CNAE definido, não sendo entendida como uso residencial pela lei municipal, assim como em outros serviços de alojamento no Anexo XII da Lei 9.959/10. A atividade foi mantida como de uso não residencial também no Anexo XIII da Lei 11.181/19.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira  
**Secretário Municipal de Política Urbana**

[illegible]

[illegible]



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Fazenda  
Extrato de Débitos

19 de Dezembro de 2022

**Contribuinte:** SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIMITADA - CPF/CNPJ: 09069818000135

**Lancamentos:** ATIVO , SUSPENSO

**Filtros:**

**Relacionamento Tributario:** CONTRIBUINTE GERAL

**Endereco Cobranca:** RUA ITAGUAI, 700 - CAICARAS - 30775-110 - BELO HORIZONTE - MG

**Identificador:** 09069818000135

## LANCAMENTOS

No.Lanco	Ano	Receita Munic	Saldo Atual	Situacao	Estado Lanco	CADEP	Placa	Entidade
0957813348132A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	6.256,56	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374592A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374593A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374594A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374595A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374596A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374597A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374598A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374599A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374600A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374601A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374602A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374603A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
0957813374604A	2013	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.458,00	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010313	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010314	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010315	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010316	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

								REGIONAIS
09578140010317	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010318	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010320	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010321	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010322	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010323	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010324	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010327	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578140010328	2014	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.283,76	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009486	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009488	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.655,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009490	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009491	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009529	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009530	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009531	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009532	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.655,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009533	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009534	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009536	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009537	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009538	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009546	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.655,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009561	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

09578150009562	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578150009564	2015	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	2.155,98	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578160046231	2016	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	4.645,65	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025565	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025566	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025621	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025622	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025624	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025626	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025627	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025629	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025630	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025644	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025645	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170025647	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041386	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041388	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041390	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.187,96	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041451	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041453	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041454	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041455	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170041456	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170042174	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170042175	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E

								REGIONAIS
09578170042176	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170042177	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170042178	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.865,57	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
09578170255568	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/POSTURAS	1.923,66	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
69585170044995	2017	AUTO DE INFRACAO - SUFIS/LIMPEZA URBANA	4.555,58	AJUIZADO	ATIVO			SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS
TOTAL DE DEBITOS DO IDENTIFICADOR:								160.833,48

TOTAL LANCADO

Ativo	R\$ 0,00
Suspense	R\$ 0,00
Parcelado	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00

TOTAL EM DIVIDA ATIVA - NAO AJUIZADO

Ativo	R\$ 0,00
Suspense	R\$ 0,00
Parcelado	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00

TOTAL EM DIVIDA ATIVA - AJUIZADO

Ativo	R\$ 160.833,48
Suspense	R\$ 0,00
Parcelado	R\$ 0,00
Total:	R\$ 160.833,48

TOTAL GERAL: R\$ 160.833,48

02  
11/11

Processo: 0 1 - 1 1 2.9 9 1 / 1 8 - 0 7

Interessado: 0.777.007-32 SANTOS  
OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E  
PARTICIPAÇÕES LTDA

Servico: 320.070-1 FISCALIZACAO  
INTEGRADA - ORIGEM POSTURAS

Dados complementares do Interessado -

Complemento do nome do municípe -

Nome mais conhecido -

CNPJ: 09.069.818/0001-35

---

Endereço do interessado:

RUA TOME DE SOUZA 1178 0 1º ANDAR

SAVASSI Cep: 30.120-960 fone: (031)3245-6574 ramal

---

Complemento do serviço:

LOTE VAGO - R GENTIOS E R LUIZ SOARES DA ROCHA QUADRA 505 LOTE 023  
A 035 LUXEMB

---

Endereço da solicitação:

---

P R O T O C O L O - Informações: ligue **156** ou <http://consultaprocesso.pbh.gov.br>

Processo: 0 1 - 1 1 2.9 9 1 / 1 8 - 0 7 Interessado: 0.777.007-32

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Servico: 320.070-1 FISCALIZACAO INTEGRADA - ORIGEM POSTURAS



ACOMPANHAR SERVIÇO



Imprimir

**Código da Solicitação:**

179445707

**Dados do Cidadão:**

**CPF/CNPJ:**

20164408649

**Telefone:**

31 9110-8800

**Endereço**

RUA MOREIRA CESAR

**Complemento:**

APT 201

**CEP:**

30441155

**Serviço solicitado**

FISCALIZAÇÃO - TERRENOS E LOTES VAGOS SEM CONSERVAÇÃO (SUJOS E SEM CAPINA) - VISTORIA

**Detalhamento da Solicitação:**

LOTE SUJO E COM LIXO NA RUA GENTIOS AO LADO DO NUMERO 700, ONDE EXISTE UMA ESCOLA INFANTIL, COM RISCO DE ATRAIR ANIMAIS PEÇONHENTO E PICAR ALGUMA CRIANÇA.

**Local de execução do serviço**

**Endereço:**

Rua GENTIOS, 700 LOTE AO LADO

**Regional:**

CENTRO-SUL

**Nome:**

LUIZ CLAUDIO SILVA

**E-mail:**

**Bairro:**

GUTIERREZ

**Número:**

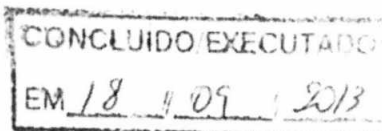
69

**Cidade:**

Belo Horizonte

**Regional:**

OESTE



**Bairro:**

LUXEMBURGO

**CEP:**

30380490

**Referência do endereço:**

LOTE SUJO E COM LIXO NA RUA GENTIOS AO LADO DO NUMERO 700, ONDE EXISTE UMA ESCOLA INFANTIL, COM RISCO DE ATRAIR ANIMAIS PEÇONHENTO E PICAR ALGUMA CRIANÇA.

**Informações da tramitação da solicitação**

**O serviço está :**

Em Andamento

**Data da Solicitação:**

02/08/2013

**Histórico das tramitações desta solicitação:**

Data de Registro:	Responsável pelo Registro:	Órgão Executor:	Atividades:	Data Efetiva da Realização da Atividade:	Responsável pela Atividade:
05/08/2013	Riraniilo Carlos Martins	GRFIL-CS	Solicitação encaminhada à Gerência Regional de Fiscalização Integrada IV (GERFI-4/CS).	05/08/2013	Central Integrada de Serviços - SAC/CS

**Informações do órgão executor atual**

**Descrição:**

GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO INTEGRADA - GRFIL-CS

**Endereço:**

Rua DCS TUPIS, 149

**Bairro:**

CENTRO

**CEP:**

30190060

**Regional:**

CENTRO-SUL

**Referência do endereço:**

Entre a Rua Espírito Santo e a Rua Rio de Janeiro.

**Telefone:**

31 3277-4915

**Fax:**

**E-mail:**

demanda\_grfilcs@pbh.gov.br

**Forma do Atendimento:**

Internet

Imprimir

2017.2



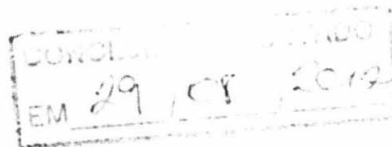
**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Não limpo (Mesmo lote em FV4 202/13)*  
**IC 120505032A0012 -**

**ACOMPANHAR SERVIÇO**

**SACWEB**  
Sistema Informático de Atendimento ao Cidadão

[Imprimir](#)



**Código da Solicitação:**

**156236109**

**Serviço solicitado**

**FISCALIZAÇÃO - TERRENOS E LOTES VAGOS SEM CONSERVAÇÃO (SUJOS E SEM CAPINA) - VISTORIA**

**Detalhamento da Solicitação:**

"SOLICITANTE INFORMA QUE AO LADO DA ESCOLA, LOCALIZADA NA RUA GENTIOS, NÚMERO 700, BAIRRO LUXEMBURGO, EXISTE UM LOTE VAGO COM ACÚMULO DE RESÍDUOS, FALTA DE CAPINA. A VISTORIA SERÁ REALIZADA EM 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS"

**Local de execução do serviço**

**Endereço:**

Rua GENTIOS, 700 CASA

**Bairro:**

LUXEMBURGO

**CEP:**

30380490

**Regional:**

CENTRO-SUL

**Referência do endereço:**

PRÓXIMO A ESCOLA DE NATAÇÃO PINGO D'ÁGUA.

**Informações da tramitação da solicitação**

**O serviço está :**

Caplado

**Data da Solicitação:**

06/07/2012

**Histórico das tramitações desta solicitação:**

Data de Registro:	Responsável pelo Registro:	Órgão Executor:	Atividades:	Data Efetiva de Realização da Atividade:	Responsável pela Atividade:
-------------------	----------------------------	-----------------	-------------	--	-----------------------------

**Informações do órgão executor atual**

**Descrição:**

GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO INTEGRADA - GREIL-CS

**Endereço:**

Rua DOS TUPIS, 149

**Bairro:**

CENTRO

**CEP:**

30190060

**Regional:**

CENTRO-SUL

**Referência do endereço:**

Entre a Rua Espírito Santo e a Rua Rio de Janeiro.

**Telefone:**

31 3277 4915

**Fax:**

**E-mail:**

demanda\_grfilcs@pbh.gov.br

**Forma do Atendimento:**

**Internet**

----- Destaque aqui.

Os dados abaixo, referente a identificação do cidadão, deverão ser mantidos em sigilo para esta solicitação de serviço.

**Dados do Cidadão:**

**CPF/CNPJ:**

04008099662

**Telefone:**

31 2516-0199

**Endereço**

RUA GENTIOS

**Complemento:**

CASA

**CEP:**

30380490

**Nome:**

FLAVIA AGUIAR SANTOS

**E-mail:**

mflaviacampos@yahoo.com.br

**Bairro:**

LUXEMBURGO

**Numero:**

700

**Cidade:**

Belo Horizonte

**Regional:**

CENTRO-SUL

[Imprimir](#)

À Gerência,

informamos que o lote Vago está com mato e  
portanto emito not. n.º 1238044.

UE  


20/08/12

Sr. Fiscal, Fiqueza verificar o cumprimento da(s) notificação(ões) e autuar se for o caso. GERF14-CS 22/11/12
--

75691

À Gerência

Compareci à Rua Gentios ao lado do n.º 700  
onde verifiquei que o lote em questão  
foi limpo e está fechado com cerca  
conforme os padrões exigidos em Lei

Atenciosamente,

 Eduardo Costa

26/11/2012

Sr. Fiscal,

Favor verificar situação atual, tomando as providências  
cabíveis.

uf 89096 - 21/03/13

## 01 - IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME Santos Oliveira Empreendimentos e Participações		
ENDEREÇO Rua Itaquai		Nº de matrícula 700
COMPLEMENTO	CEP 30751-10	BAIRRO Caiçara
CPF/CNPJ 09069818000135	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	

## 02 - TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Manter limpo e roçado o lote vago de sua propriedade. Caso a limpeza não seja efetuada no prazo abaixo fixado, poderá a SLU efetuar a mesma e cobrar os preços públicos respectivos, independente da aplicação das sanções cabíveis conforme a Lei 2968/78, art. 42 §2 e Lei 9725/09, art. 10, caput, Decreto 13842/10, art. 10, I e II.

Publicado no DOM em: 26/09/12

Índice cadastral 1205050324 0012  
endereço Rua Bentos

## 03 - NOTIFICAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE	30 (trinta) dias
AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:	
Multa de grau leve de R\$ 587,21 aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme, conforme Lei 9725/09, arts. 74.I, 75 e 76, Anexo VII, item 01	
PRAZO PARA RECURSO: 30 (trinta) DIAS (AV SANTOS DUMONT 363)	

EXPEDIENTE DE ORIGEM GERAL CS R Tupis, 149, 6º andar Sac 156256109	DATA 26/08/12	HORA 16:00
FISCAL [assinatura]	BM 10184-X	
ASS. DO NOTIFICADO Via AR	DOC. IDENTIDADE	

FAU - 01803005

156236104

PRESTAR ATENÇÃO COM LETRA DE FORMA

57-156238109

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Santos D. Silva Empreend. Int. e Participações Limitada

ENDEREÇO / ADRESSE

Rua Itaguai 700 B. Caiçara

CEP / CODE POSTAL

30775-110

CIDADE / LOCALITE

Belo Horizonte

UF

PAIS / PAYS

MG Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

not. n° 1238044A

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

SIGNATURE DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X Neyde P. Oliveira

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

10/09/12

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Neyde Teixeira de Oliveira

Nº DO RECEB. / N° DE IDENTIFICAÇÃO DO RECIBO / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE MARCELO M. DES FREITAS

5.16.010-5 AGENTE DE CORREIOS

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

CDD - BH NORTE

10 SET 2012

MG 114 x 165 mm



REQUERENTE

A gerência

Em visita a uma gerência, não  
constatei tal processo de compra devido  
ao chutas dos últimos dias, fiz a noti-  
ficação 1313250 para limpar o lote.

Atenciosamente, 14/15/13

10/4/13

À GERÊNCIA,

Em diligência fiscal constatei lote  
com mata alta, precisando de ser  
roçado. Emitido AI n° 348132A, via em  
anexo.

An 41134-B

56/07/13



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

NOTIFICAÇÃO

NÚMERO

1313580

A

1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME

Santos Oliveira Empreendimentos e Part. Ltda.

ENDEREÇO

Rua: Genésio / Jaraguá

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30977-510

BAIRRO

Carbura

CPF / CNPJ

09069818/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Manter roçado, drenado e limpo o terreno não edificado com frente para logradouro público. Não é permitida, em nenhuma hipótese, a queima de lixo ou resíduos sólidos provenientes da limpeza do imóvel ao ar livre. Descumprido o prazo para atendimento, abaixo fixado, e se evidenciado risco ao meio ambiente a vida ou a saúde de terceiros, a SLU poderá executar os serviços constantes da notificação, cobrando o preço público respectivo, acrescido da taxa de administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei 10534/12.

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 10534/12, art. 21, II, §§ 2º e 5º.

Local da Infração:

Genésio

Orgão emissor: SARMU-CS

PUBLICADO NO DOM

DO DIA 11/05/13

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

12050503240012

3 NOTIFICAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE

15 (quinze) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa aplicável em dobro e em triplo, no caso de 1ª e 2ª reincidências, respectivamente, a cada 2 (dois) dias, conforme Lei 10534/12, arts. 58, I, 61 e 62 Anexo II, Item 30.

PRAZO PARA RECURSO:

15 (QUINZE) DIAS / (AV SANTOS DUMONT 363)

EXPEDIENTE DE ORIGEM 4-CS R tupis, 149, 6º andar

DATA

10/4/13

HORA

14h

FISCAL

BM

11/4/13 - X

ASS. DO NOTIFICADO

DOC. IDENTIDADE

FAU-01803005-G

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17/07/12 - GEORG

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME / RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Santos Oliveira Empreendimentos e Pat. Ltda			
ENDEREÇO / ADRESSE			
Itaquai 700 Caiçara			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAIS / PAYS
30445110	Belo Horizonte	MG	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
At 1313850		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		22/04/13	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
A. Silva & Oliveira			
Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / Nº DO ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
	Jd 90305403		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME Santos Osameia Empreendimentos e Part. Ltda		
ENDEREÇO Rua Itaguara		Nº 700
COMPLEMENTO	CEP 30775-110	BAIRRO Calçadua
CPF / CNPJ 09 069 818 0001-35		INSCRIÇÃO MUNICIPAL
RESPONSÁVEL		CPF
ENDEREÇO RESIDENCIAL		

02 - INFRAÇÃO

NÃO PROVIDENCIOU A LIMPEZA DO LOTE VAGO DE SUA RESPONSABILIDADE. END. IRREG. Rua G. Santos.  
ÍNDICE CADASTRAL: 120 505 032A 0012, dig. 1

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

120 505 032A 0012  
DESCUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 351 3560 R LEI. 10.534/12, ART. 21, II, §§ 2º E 5º, ARTIGO 10,

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:  
Multa de R\$ 1.581,07, aplicada em dobro e em triplo. No caso de 1ª e 2ª reincidência, respectivamente, a cada 2(dois) dia, conforme lei 10.534/12, arts. 50, I, 61 e 62 anexo II item 30

05 - VALOR POR EXTENSO

hum mil, quinhentos e oitenta e um reais e sete centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE 15(DIAS) AV. SANTOS DUMONT, 363

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM RUA TUPIA, 149 6º ANDAR	DATA 16/07/13	HORA 15:00h
FISCAL R	BM 9174-6	
ASS. DO NOTIFICADO Enviado ao AR	DOC. IDENTIDADE	

PUBLICADO NO DOM  
DO DIA 04/08/13

FAU-01803003

Não construído muro

16  
12/3



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul  
Gerência Regional de Fiscalização Integrada - 4

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS GERÊNCIA REGIONAL INTEGRADA-CS / SUB REGIÃO 4

FV4 002/13

ESTABELECIMENTO:  
Santos Oliveira Empreendimentos e Participações  
LTDA-ME

ENDEREÇO:

Rua Gentios

BAIRRO:

Luzemburgo

CNPJ:

CPF: 09.069.818/0001-35

DESCRIÇÃO DA SOLICITAÇÃO:

N/A grância,

conforme relatado na pág. 02 não é possível localizar  
com precisão quais os lotes notificados por se tratar de uma  
área grande. Existem outros expedientes em tramitação onde  
foi solicitada uma análise técnica e demarcação dos terrenos.  
Nunca houve retorno.

Dito para a sua análise.

Womera 103999  
23.05.13

FV 002/13

À Gerencia,

Compareci à Rua Gentios ao lado do nº 400 onde verifiquei uma área sem muro, parte sem passeio e parte com passeio em bom estado fechada com cerca de arame farpado. Parte da área sem passeio e sem fechamento, no levantamento feito pela SMAGEA/GEPT/GETOPO, está sem lançamento, não tendo condições de localização do(s) proprietário(s) responsável. A área pertencente à empresa Santos Oliveira Empreendimentos e Participações LTDA-ME está limpa, com passeio, porém, como já havia informado, fechada com cerca de arame farpado. Foram emitidos os documentos fiscais para que a empresa providencie o correto fechamento dos terrenos.



Atenciosamente,

  
Luiz Eduardo Moreira Ribeiro – BM 05.174-3  
Fiscal Integrado  
SARMU-CS – GERFI4

02/01/2013

À GERÊNCIA,

Em diligência fiscal constatado  
lopes vagos sem ~~de~~ o devido fechamento,  
não sendo portanto cumpridas as notifi-  
cações em anexo.

Informo que os lotes encontram-se  
sencelados com cerca de arame farpado,  
com altura menor que 1,80m, em des-  
conformidade com a legislação em vigor e  
contrariando as notificações enviadas.

Emitiolos AT m=

em anexo.

lun



## 1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME

ENDEREÇO

Nº

RUA ITAQUAI

700

COMPLEMENTO

CEP

30.775-110

BAIRRO

CAIÇARA

CPF / CNPJ

09.069.815/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

## 2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto lotes não edificados ou o terreno não edificado, linderro logradouro público dotado de meio-fio com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para logradouro público, vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: ara farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5 m (cinco metros).

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, cap Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120 029 0015 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

## 3 NOTIFICAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE 30 (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias valores progressivamente aumentados do valor base, conforme 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76. Anexo VII, item 01.

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM

FISCAL

ASS. DO NOTIFICADO

DATA

HORA

BM

DOC. IDENTIDADE

PUBLICADO NO DOM  
DO DIA 24/01/13

FAU - 01803005 - G



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

NOTIFICAÇÃO

NUMERO

1283079

A

1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME		
SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME		
ENDEREÇO		Nº
RUA ITAQUAI		700
COMPLEMENTO	CEP	BAIRRO
	30.775-110	CAIÇARA
CPF - CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
09.069.818/0001-35		

2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, limdeiro a logradouro público dotado de meio-fio, com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para o logradouro público; vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput; Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. GENTIOS - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 028 001X Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

3 NOTIFICAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE 30 (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARA O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, Item 01.

PUBLICADO NO DOM  
DO DIA 24/01/13

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM	DATA	HORA
FV 002/13	02/01/13	10:00
FISCAL	BM	
Edmundo	05174-3	
ASS. DO NOTIFICADO	DOC. IDENTIDADE	
AR		

FAU - 01803005 - G

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17.07.12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

NOTIFICAÇÃO

NUMERO

1283080

A

1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME

ENDEREÇO

RUA ITAQUAI

COMPLEMENTO

CEP

30.775-110

BAIRRO

CAIÇARA

CPF / CNPJ

09.069.818/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindero a logradouro público dotado de meio-fio, com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para o logradouro público, vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120506 027 0016 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

3 NOTIFICAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE 30 (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.

PUBLICADO NO DOM  
DO DIA 24/01/13

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM

FISCAL

ASS. DO NOTIFICADO

DATA

HORA

BM

DOC. IDENTIDADE

FAU - 01803005 - G

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - ARQUIVADO

17/07/12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**NOTIFICAÇÃO**

NÚMERO

1283081

A

**1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO**

NOME

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME

ENDEREÇO

RUA ITAQUAI

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30.775-110

BAIRRO

CAIÇARA

CPF / CNPJ

09.069.818/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO**

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindeiro a logradouro público dotado de meio-fio: com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para o logradouro público: vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,60 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. GENTIOS - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 026 0011 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

**3 NOTIFICAÇÃO**

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE **30** (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.

PUBLICADO NO DOM  
DO DIA 24/01/13

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM

FISCAL

ASS. DO NOTIFICADO

DATA

HORA

BM

DOC. IDENTIDADE

FAU - 01803005 - G

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17/07/12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**NOTIFICAÇÃO**

NUMERO

**1283082**

A

**1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO**

NOME

**SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME**

ENDEREÇO

Nº  
700

**RUA ITAQUAI**

COMPLEMENTO

CEP

**30.775-110**

BAIRRO

**CAIÇARA**

CPF / CNPJ

**09.069.818/0001-35**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO**

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

~~Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindeiro a logradouro público dotado de meio-fio, com elementos construtivos capazes de impedir o carregamento para o logradouro público, vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).~~

~~Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.~~

~~Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - INO. CAD. 120505-025 0017 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFIM - R. TUPIS, 140/6º ANDAR - FONE 3277-4927~~

~~Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)~~

**3 NOTIFICAÇÃO**

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE **30** (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARA O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

~~Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.~~

**PUBLICADO NO DOM  
DO DIA 24/01/13**

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM

FISCAL

ASS. DO NOTIFICADO

DATA

HORA

BM

DOC. IDENTIDADE

FAU-01803005-G

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17/07/12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**NOTIFICAÇÃO**

NUMERO

**1283083**

A

**1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO**

NOME

**SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME**

ENDEREÇO

Nº

**700**

**RUA ITAQUAI**

COMPLEMENTO

CEP

**30.775-110**

BAIRRO

**CAIÇARA**

CPF / CNPJ

**09.069.818/0001-35**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO**

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

~~Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindeiro a logradouro público dotado de meio-fio, com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para o logradouro público, vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).~~

~~Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 70.~~

~~Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 024 0012 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/8º ANDAR - FONE 3277-4927~~

~~Apresentar recurso: RH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)~~

**3 NOTIFICAÇÃO**

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE **30** (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

~~Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.~~

PRAZO PARA RECURSO:

FAU - 01803005 - G

EXPEDIENTE DE ORIGEM

**FV 002/13**

FISCAL

**1 -> 8 -> 21 -> 210**

ASS. DO NOTIFICADO

**AR**

DATA

**02/01/13**

HORA

**10:00**

BM

**05174-3**

DOC. IDENTIDADE

1ª VIA - PROCESSO - 2ª VIA - AUTUADO

17/07/12 - GEORG

17.07/12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**NOTIFICAÇÃO**

NUMERO

1283086

A

**1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO**

NOME

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME

ENDEREÇO

RUA ITAQUAI

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30.775-110

BAIRRO

CAIÇARA

CPF / CNPJ

09.069.918/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO**

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindeiro a logradouro público dotado de meio-fio; com elementos construtivos capazes de impedir o estacionamento para o logradouro público; vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex. arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros)

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 034 0016 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4027

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

**3 NOTIFICAÇÃO**

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE **30** (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARA O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.

PUBLICADO  
DO DIA 24 01 13

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM

FY 002/13

DATA

02/01/13

HORA

10:00

FISCAL

Esando

BM

05174-3

ASS-DO NOTIFICADO

AR

DOC. IDENTIDADE

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17.07.12 - GEORG

FAU - 01803005 - G



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

NOTIFICAÇÃO

NUMERO

1283087

A

1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME

ENDEREÇO

Nº

RUA ITAQUAI

700

COMPLEMENTO

CEP

30.775-110

BAIRRO

CAIÇARA

CPF / CNPJ

09.069.818/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindeiro a logradouro público dotado de meio-fio; com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para o logradouro público; vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 035 001X Órgão emissor: SARMU-CS - GERFII - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

3 NOTIFICAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE 30 (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARA O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.

PUBLICADO

DO DIA 24/01/13

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM	DATA	HORA
FV.002/13	02/01/13	10:00
FISCAL	BM	05174-3
ASS. DO NOTIFICADO	DOC. IDENTIDADE	

FAU - 01803005 - G

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17/07/12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

NOTIFICAÇÃO

NUMERO

1283074

A

1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME

ENDEREÇO

Nº

200

RUA ITAQUAI

COMPLEMENTO

CEP

30.775-110

BAIRRO

CAIÇARA

CPF / CNPJ

09.069.818/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lideiro a logradouro público dotado de meio-fio: com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para o logradouro público: vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 033 0011 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

3 NOTIFICAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE 30 (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARA O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.

PUBLICADO NO

DO DIA 25/01/13

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM	DATA	HORA
FV 002/13	02/01/13	10:00
FISCAL	BM	05124-3
ASS. DO NOTIFICADO	DOC. IDENTIDADE	
AD		

FAU - 01803005 - G

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17/07/12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

NOTIFICAÇÃO

NUMERO

1283075

A

1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO

NOME

SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME

ENDEREÇO

RUA ITAQUAI

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30.775-110

BAIRRO

CAICARA

CPF / CNPJ

09.069.818/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

~~Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindeiro a logradouro público dotado de meio-fio: com elementos construtivos capazes de impedir o carregamento para o logradouro público: vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).~~

~~Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 70.~~

~~Local da Infração: R. GENTIOS - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 032A 0012 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPI, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927~~

~~Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)~~

3 NOTIFICAÇÃO

30 (Trinta) dias

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARA O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.

PUBLICADO NO  
DO DIA 24/01/13

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM

FISCAL

ASS. DO NOTIFICADO

DATA

HORA

BM

DOC. IDENTIDADE

FAU - 01803005 - G

1ª VIA - PROCESSO 2ª VIA - AUTUADO

17.07.12 - GEORG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**NOTIFICAÇÃO**

NUMERO

**1283076**

A

**1 IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO**

NOME

**SANTOS OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME**

ENDEREÇO

Nº

700

**RUA ITAQUAI**

COMPLEMENTO

CEP

**30.775-110**

BAIRRO

**CAIÇARA**

CPF / CNPJ

**09.069.518/0001-35**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**2 TERMOS DA NOTIFICAÇÃO**

PELO PRESENTE, FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

Fechar adequadamente o lote não edificado ou o conjunto de lotes não edificados ou o terreno não edificado, lindeiro a logradouro público dotado de meio-fio, com elementos construtivos capazes de impedir o carreamento para o logradouro público, vedadas as formas de fechamento que causem danos ou incômodos aos transeuntes (ex: arame farpado, chapiscos e vegetação com espinhos); altura mínima = 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima = 5,00 m (cinco metros).

Dispositivo Legal Transgredido: Lei 9725/09, art. 10, caput, Anexo VII, Item 01, Decreto 13842/10, arts. 11 e 12 com redação pela Lei 10534/12, art. 76.

Local da Infração: R. LUIZ SOARES DA ROCHA - LUXEMBURGO - IND. CAD. 120505 031 0012 Órgão emissor: SARMU-CS - GERFI4 - R. TUPIS, 149/6º ANDAR - FONE 3277-4927

Apresentar recurso: BH-RESOLVE ou GEATEND (Regional)

**3 NOTIFICAÇÃO**

O NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO DE **30** (Trinta) dias

AOS TERMOS DESTA NOTIFICAÇÃO, SUJEITARA O INFRATOR AS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa grau leve, aplicável nas reincidências a cada 30 (trinta) dias em valores progressivamente aumentados do valor base, conforme Lei 9725/09, arts. 74, I, 75 e 76, Anexo VII, item 01.

**PUBLICADO NO DOM  
DO DIA 24/01/13**

PRAZO PARA RECURSO:

FAU-01803005-G

EXPEDIENTE DE ORIGEM

FISCAL

ASS. DO NOTIFICADO

DATA

HORA

BM

DOC. IDENTIDADE

1ª VIA - PROCESSO / 2ª VIA - AUTUADO

17/07/12 - GEORG





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374603

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Part. LTDA

ENDEREÇO

Rua Iguatemi

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caieiras

CPF / CNPJ

09.069.818.0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.: Rua Genhais

Ind. Cadastral: 120.505.0304.0013

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 1283077A dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10. e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30 (trinta) dias. Nas reincidências

valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor

base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamen

05 - VALOR POR EXTENSO

seiscentos e vinte e um reais e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O

RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149, 6º ANDAR

DATA

25/07/13

HORA

15:00h

FISCAL

e

BM

41174-0

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por AR

DOC. IDENTIDADE

Publicado no DOM em: 20/08/13

FAU-01803003

Publicado no DOM em: 20/08/13



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374601

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Prod. LTDA

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº 700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caiçara

CPF / CNPJ

09.069.818.0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade

End. Irreg.: Rua Gentios

Ind. Cadastral: 120.505.032A.0012

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 128.3025/A dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30(trinta) dias. Nas reincidências  
valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor  
base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamen

05 - VALOR POR EXTENSO

Sessentos e vinte e um reais e  
quarze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O  
RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

DATA

25/07/13

HORA

15:00

FISCAL

a

BM

41174-E

ASS. DO NOTIFICADO

Emviado por AR

DOC. IDENTIDADE

FAU-01803003



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374602

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Osvaldo Emp. e Part. LTDA

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caieiras

CPF / CNPJ

09 069 818 0001 - 35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.: Rua Luiz Soares da Rocha

Ind. Cadastral: 120.505.031.0012

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 1283016 dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30(trinta) dias. Nas reincidências o valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII Item 01, regulamentada

05 - VALOR POR EXTENSO

Dezesseis e vinte e cinco reais e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

DATA

25/07/13

HORA

15:00hs

FISCAL

*[assinatura]*

BM

41174-0



ASS. DO NOTIFICADO

Emviado por AR

DOC. IDENTIDADE

Publicado no DOM em: 20/08/13

FAU-01803003

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE</b>		<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>		NÚMERO <b>374600</b>	A
<b>01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO</b>					
NOME <b>Santos Oliveira Emp. e Part. LTDA</b>					
ENDEREÇO <b>Rua Flávia</b>				N° <b>700</b>	
COMPLEMENTO		CEP <b>30775-110</b>	BAIRRO <b>Cucaia</b>		
CPF / CNPJ <b>09 069 818 0001-35</b>			INSCRIÇÃO MUNICIPAL		
RESPONSÁVEL				CPF	
ENDEREÇO RESIDENCIAL					
<b>02 - INFRAÇÃO</b>					
Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.					
End. Irreg.: <b>Rua Luiz Soares da Rocha</b>					
Ind. Cadastral: <b>120 505 033 0011</b>					
<b>03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO</b> <b>12830741</b> <b>02/01/13</b>					
Descumprimento da notificação nº _____ dia _____					
Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo					
Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76					
<b>04 - PENALIDADE</b>					
A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:					
Multa de R\$ <b>621,15</b> aplicada a cada 30 (trinta) dias. Nas reincidências o valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulament.					
<b>05 - VALOR POR EXTENSO</b>					
<b>Dezesseis e vinte e um reais e quinze centavos</b>					
PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE					
15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363					
PRAZO PARA RECURSO:					
EXPEDIENTE DE ORIGEM <b>GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR</b>				DATA <b>25/07/13</b>	HORA <b>16:00h</b>
FISCAL 				BM <b>41174-8</b>	
ASS. DO NOTIFICADO <b>Enviado por AR</b>				DOC. IDENTIDADE	

FV: 002/13

Publicado no DOM em: 20/08/13

FAU-01803003



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374599

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME		
Simões Oliveira Emp. e Part. LTDA		
ENDEREÇO		Nº
Rua Itaguai		700
COMPLEMENTO	CEP	BAIRRO
	30775-110	Caicara
CPF / CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL
09.069.818.0001-35		
RESPONSÁVEL		CPF
ENDEREÇO RESIDENCIAL		

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.: Rua Luiz Soares da Rocha

Ind. Cadastral: 120.505.035.001X

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 126306-1/13 de 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 6.211,15 aplicada a cada 30 (trinta) dias. Nas reincidências o valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamenta

05 - VALOR POR EXTENSO

seiscentos e vinte e um mil e cem reais e quarenta e cinco centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM	DATA	HORA
GERELUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR	23/07/13	16:00hs
FISCAL	BM	
	41174-e	
ASS. DO NOTIFICADO	DOC. IDENTIDADE	
Emviado por AR		

Publicado no DOM em: 20/08/13

FAU-01803003

Publicado no DOM em: 20/08/13

Fv:002/13



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374598

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME			
Santos Oliveira Emp. e Pant. LTOA			
ENDEREÇO			Nº
Rua Itaguara			700
COMPLEMENTO	CEP	BAIRRO	
	30775-110	Caieiras	
CPF / CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
09 069 818 0001-35			
RESPONSÁVEL		CPF	
ENDEREÇO RESIDENCIAL			

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.: Rua Luiz Soares de Sousa

Ind. Cadastral: 520 505 034 6016

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 1203086A dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10 artigos 11, 12 com redação pela Lei 10.534/12 art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30 (trinta) dias. Nas reincidências o valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamentar

05 - VALOR POR EXTENSO

seiscientos e vinte e um reais e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM	DATA	HORA
GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR	23/07/13	15:00hs
FISCAL	BM	
	41174e	
ASS. DO NOTIFICADO	DOC. IDENTIDADE	
Emviado por AR		

FAU-01803003

Publicado no DOM em: 20/08/13



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374597

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Part. LTDA

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caieira

CPF / CNPJ

09 069 018 0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.: Rua Luiz Soares da Rocha

Ind. Cadastral: 120 505 023 0018

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 12830844 dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10. e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30(trinta) dias. Nas reincidências o

valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor

base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamentada

05 - VALOR POR EXTENSO

Dez centos e quinze reais  
e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O  
RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

DATA

23/07/13

HORA

15:00 h

FISCAL

2

BM

41174-E

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por AR

DOC. IDENTIDADE

FAU-01803003

Publicado no DOM em: 20/08/13



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374596

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Partic. LTDA

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caieiras

CPF / CNPJ

09.069.818/0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.: Rua Luiz Soares da Rocha

Ind. Cadastral: 120505 024 0012

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGRIDIDO

Descumprimento da notificação nº 1283083 Adia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30(trinta) dias. Nas reincidências o

valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor

base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamenta

05 - VALOR POR EXTENSO

seiscentos e vinte e um reais  
e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O

RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFUR-CS RUA TUPIS 149, 6º ANDAR

DATA

22/07/13

HORA

16:00h

FISCAL

*[assinatura]*

BM

41174-E

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por AR

DOC. IDENTIDADE

FAU-01803003



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NUMERO

374595

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Part. LDA

ENDEREÇO

Rua Itaipava

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caieiras

CPF / CNPJ

09 069 818 0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.: Rua Luiz Soares da Rocha

Ind. Cadastral: 120505 025 0017

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 1283082A dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30(trinta) dias. Nas reincidências o valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamentada

05 - VALOR POR EXTENSO

Sessenta e sete e um reais e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

DATA

22/01/13

HORA

15:00hs

FISCAL

BM

41174-0

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por AK

DOC. IDENTIDADE

FAU-01803003

Publicado no DOM em: 20/08/13

FV:002/13



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374594

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Sambos Oliveira Emp. e Particip. LTDA

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caieiras

CPF / CNPJ

09 069 818 0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. irreg.: Rua Gentios

Ind. Cadastral: 120 505 026 0011

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 1283069 dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30(trinta) dias. Nas reincidências o

valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor

base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamenta

05 - VALOR POR EXTENSO

Seiscentos e vinte e um reais  
e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O

RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO:

15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

DATA

22/07/13

HORA

15:00hs

FISCAL

BM

411246

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por AR

DOC. IDENTIDADE

Publicado no DOM em: 20/08/13

FAU-01803003



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374593

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Part. LTDA

ENDEREÇO

Rua Ilaguará

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caixa

CPF / CNPJ

09 069 818 0001 - 35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade.

End. Irreg.:

Rua Luiz Soares da Rocha

Ind. Cadastral:

120505 027 0016

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 12830004 dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10. e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo-

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30 (trinta) dias. Nas reincidências o

valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor

base, conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamenta

05 - VALOR POR EXTENSO

seiscientos e vinte e um reais  
e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O  
RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

FISCAL

C

DATA

19/07/13

HORA

15:00h

BM

41174-e

ASS. DO NOTIFICADO

Emviado por AR

DOC. IDENTIDADE

Publicado no DOM em: 20/08/13

FAU-01803003



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374592

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Particip. LTDA

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caicara

CPF / CNPJ

09 069 618 0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade

End. Irreg.: Rua Luiz Soares da Rocha

Ind. Cadastral: 120505 029 0015

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 1283079 dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10. e Item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30 (trinta) dias. Nas reincidências o

valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior acrescido de seu valor

base conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamentada

05 - VALOR POR EXTENSO

Seiscentos e vinte e um reais e quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O

RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

DATA

19/07/13

HORA

15:00h

FISCAL

C

BM

41174-e

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por A R

DOC. IDENTIDADE

Publicado no COM em: 20/08/13

FAU-01803003



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

374604

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Emp. e Part. LTDA

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Caicara

CPF / CNPJ

09 069 818 0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

Não providenciou o fechamento do(s) lote(s) ou terreno de sua responsabilidade

End. Irreg.: Rua Gentios

Ind. Cadastral: 120 505 028 001 -X

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Descumprimento da notificação nº 128 3079A dia 02/01/13

Lei 9.725/09, Artigo 10, e item 01 do Anexo VII, regulamentada pelo

Decreto 13.842/10, artigos 11, 12 com redação pela Lei 10534/12, art 76

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 621,15 aplicada a cada 30(trinta) dias. Nas reincidências

valor da multa corresponderá ao valor da multa anterior, acrescido de seu valor

base conforme Lei 9725/09, Artigos 74, 75 e 76 e Anexo VII, Item 01, regulamentar

05 - VALOR POR EXTENSO

sessentas e vinte e um reais e  
quinze centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O

RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE

PRAZO PARA RECURSO: 15 dias - GEATEND - Av. Santos Dumont, 363

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFLUR-CS RUA TUPIS 149,6º ANDAR

DATA

30/07/13

HORA

15:00hs

FISCAL

h

BM

41174-e

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por AR

DOC. IDENTIDADE

FAU-01803003

Publicado no DOM em: 20/08/13

Fv:002/13



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONT:

AUTO DE INFRAÇÃO

NÚMERO

348132

A

01 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

NOME

Santos Oliveira Empreendimentos e Part. Ltda

ENDEREÇO

Rua Itaguai

Nº

700

COMPLEMENTO

CEP

30775-110

BAIRRO

Calçada

CPF / CNPJ

09 069 018 0001-35

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO RESIDENCIAL

02 - INFRAÇÃO

NÃO PROVIDENCIOU A LIMPEZA DO LOTE VAGO DE SUA  
RESPONSABILIDADE. END. IRREG. Rua Gentios

ÍNDICE CADASTRAL: 120 505 032A 0012, digito

03 - DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO 120 505 032A 0012

DESCUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 33.3580 A LEI 10.534/12,  
ART. 21, II, §§ 2º E 5º, ARTIGO 10.

04 - PENALIDADE

A TRANSGRESSÃO AOS TERMOS PRESENTES SUJEITARÁ O INFRATOR ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

Multa de R\$ 1.581,07, aplicada em dobro e em triplo. No caso  
de 1ª e 2ª reincidência, respectivamente, a cada 2 (dois) dia  
, conforme lei 10.534/12, arts. 56, I, 61 e 62 anexo II item  
30

05 - VALOR POR EXTENSO

hum mil, quinhentos e oitenta e um reais  
e sete centavos

PARA OS EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO, FICANDO O CONTRIBUINTE INTIMADO A EFETUAR O  
RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO DE 15 (DIAS) AV. SANTOS DUMONT, 363

PRAZO PARA RECURSO:

EXPEDIENTE DE ORIGEM

GERFI4-CS RUA TUPIS, 149 6º ANDAR

DATA

16/07/13

HORA

16:00hs

FISCAL

R

BM

41174-8

ASS. DO NOTIFICADO

Enviado por AK

DOC. IDENTIDADE

Publicado no DOM em: 20/08/13

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

49

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

RS (

SANTOS OLIVEIRA EMP. E PARTICIPAÇÕES

13 - 0

ENDEREÇO / ADRESSE

CTDA-ME

KUBITS

R. ITAGUAI, 700 - CAIÇARA

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAIS / PAYS

30.775-110

BELO HORIZONTE MG BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITARIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

Notificações: 1283074-A, 1283075-A, 1283076-A, 1283077-A,

1283078-A, 1283079-A, 1283080-A, 1283081-A, 1283082-A, 1283083-A,

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

1283084-A,  
1283086-A, e  
1283087-ADATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

28/01/13

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Sergio Teixeira de Oliveira

Nº DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

MG062025.

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Elisângela Grazielle Dutra

1283084-A, 1283086-A, 1283087-A

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

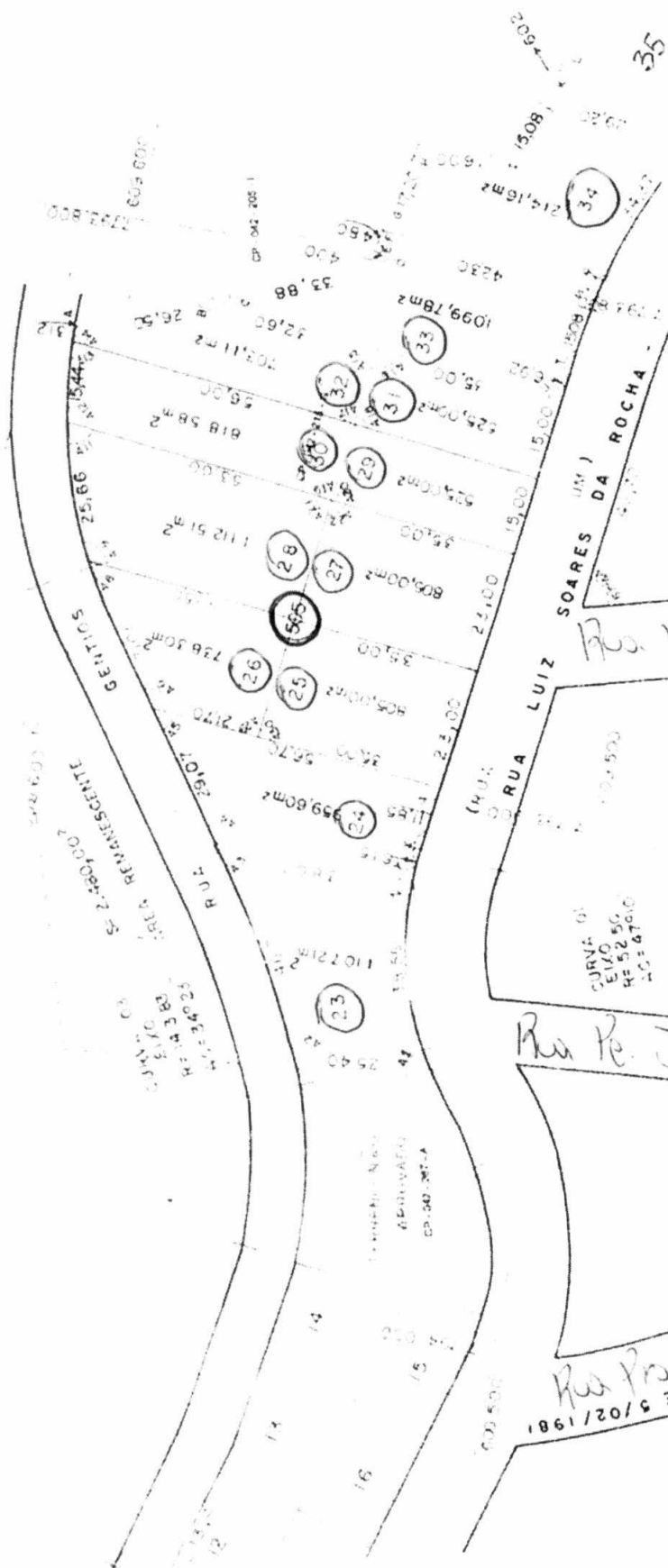
75240203-0

FC0463 / 16

149 x 186 mm



PREENCHER COM LETRA DE FORMA		FV4 002/13		AR		50 ml	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE							
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE							
SANTOS OLIVEIRA EMP E PART. LTDA							
ENDEREÇO / ADRESSE							
RUA ITAGUAÍ 700							
CEP / CODE POSTAL				CIDADE / LOCALITÉ		UF PAÍS / PAYS	
30775-110				BH		MG BRASIL	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION						NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
AI 374604A, 374592A, 374593A, 374594A à 374603A						<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR				DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / EMPLEAU DE DESTINATION	
				12/8/93			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR							
N.º DE RECE		TÍTULO DE IDENTIFICAÇÃO DO ORÇ. ORÇÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT			
							
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS							



Rua Dr. Irenah dos Santos

Rua R. Jose Meirezes

Rua Prof. Joao Martins  
303 DE 3/02/1981



Secretaria Municipal de Política Urbana &lt;smpu@pbh.gov.br&gt;

**Fwd: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - REQUERIMENTOS NºS 1.913/22, 1.914/22, 1.915/22, 1.916/22, 1.917/22 E 1.918/22 - PRAZO FINAL: 14/12/2022**

1 mensagem

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>  
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>

5 de janeiro de 2023 às 09:39

Prezada Cida,

Gentileza inserir resposta no sistema.

Serão a mesma resposta e anexos para as TAGs nºs 354017, 354018, 354019, 354020, 354021, 354022 e 354026.

Atenciosamente,

Bruna Miranda Caravelli

Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG

Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG

(31) 3246-0090

| [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) | [www.pbh.gov.br/regulacaourbana](http://www.pbh.gov.br/regulacaourbana)**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.*

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**

Date: qui., 5 de jan. de 2023 às 08:08

Subject: Re: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - REQUERIMENTOS NºS 1.913/22, 1.914/22, 1.915/22, 1.916/22, 1.917/22 E 1.918/22 - PRAZO FINAL: 14/12/2022

To: Gabinete da SUREG &lt;sureg@pbh.gov.br&gt;

De acordo

**4 anexos** **OF. 009-2023 - Demandas TAGs nºs 354017, 354018, 354019, 354020, 354021, 354022 e 354026 - VER.** **DUDA SALABERT\_rev01.pdf**

151K

 **autos\_santos\_oliveira\_empresendimentos1.xlsx**

18K

 **Extrato de Débitos do Contribuinte.pdf**

422K

 **PA 01.112991.18.07 - ANTERIOR A 08-2013.pdf**

9162K



**Ofício GAB-SMMA/SMGO nº 0111/2023**

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2023.

**Assunto:** Resposta ao Ofício of.Dirleg nº 5.646/22.

**Processo SMMA nº:** 01-014776/20-97

Prezada Senhora,

Com meus cordiais cumprimentos, acusamos recebimento do ofício em epígrafe, protocolo 11191/22, que encaminha o requerimento de comissão nº 1.918/222 de autoria da vereadora Duda Salabert. O referido requerimento versa sobre o empreendimento da empresa Katz Construções e Participações Ltda., a ser construído no endereço: Rua Gentios. s/nº, (Lotes 023 a 029 e 030A, 031, 032A, 033 a 035 – quadra 505 – CP 042192-1) bairro Luxemburgo, Regional Centro-Sul. No requerimento foram descritos 42 questionamentos em relação as questões do empreendimento.

Informamos que tramita nesta SMMA o processo 01-014776/20-97 relativo ao empreendimento citado acima. Em relação aos questionamentos, seguem as devidas respostas:

**1 Quais contrapartidas esse empreendedor está oferecendo para mitigar impactos na região onde ele está propondo o empreendimento?**

**Resposta:** O projeto de terraplenagem prevê a concentração das intervenções na porção norte do terreno que corresponde à parcela mais antropizada, anteriormente ocupada. Os taludes de corte e aterro serão recompostos com o plantio de gramíneas.

Para ocupação do terreno, será necessária a supressão de 106 indivíduos, grande parte representada por sansão-do-campo (45 indivíduos), utilizado geralmente como cerca viva, além de alguns indivíduos de leucena e ipê-de-jardim, espécies exóticas ruderais. Para essa supressão, será prevista a compensação com 488 mudas. O projeto foi adequado para evitar a supressão de espécimes arbóreos de espécies protegidas.

Na APP, foi requerida adequação no entorno da piscina, evitando a conformação de talude de corte e a consequente necessidade de supressão de indivíduo de pau-jacaré de 20 m de altura. As jabuticabeiras serão transplantadas. Caso o COMAM delibere favoravelmente à intervenção prevista, o requerente deverá apresentar o projeto paisagístico da APP para aprovação da SMMA.

Para mitigar a ocupação do terreno, foi prevista caixa de retenção das águas de chuva e sistema de drenagem considerando o conceito de escoamento primitivo. O projeto será avaliado e aprovado pela DGAU/SMOBI, mas o requerente informa que a proposta prevê uma redução de 18,23% da vazão primitiva, ou seja, com as intervenções a contribuição do terreno para a rede pública de drenagem será menor que a atualmente observada, com toda a área permeável.

As edificações serão dotadas de diferentes medidas de sustentabilidade, mais eficientes, reduzindo consumo de água e de energia elétrica.





Cabe ressaltar que o terreno apresenta um zoneamento bem restritivo, visto que prevê taxa de permeabilidade de 70%. Com isto, o terreno que apresenta uma área de 11.703,11 m<sup>2</sup>, terá uma área permeável de 8.205,00 m<sup>2</sup>, correspondente à área com a cobertura vegetal mais representativa. Em relação à operação do empreendimento, por compreender uma instituição de longa permanência para idosos é previsto um baixo impacto operacional, com os idosos podendo usufruir de uma área arborizada, com espaços contemplativos.

**2 Os terrenos em questão apresentam um histórico inegável de degradação ambiental, onde foi realizada a supressão de espécies arbóreas de grande porte, drenagem de uma lagoa e de uma área brejosa, aterramento de nascentes, incêndios e queimadas. Já foram aplicadas multas por crimes ou infrações ambientais, relativos aos fatos ocorridos no empreendimento desde 2008? Caso positivo, apresentar listagem detalhada de todas as multas aplicadas, contendo o crime ou infração cometida, os valores das multas e o status de pagamento das mesmas.**

**Resposta:** Primeiramente deve ser contextualizado o histórico e as informações onde se questionam a suposta degradação ambiental citadas. Neste sentido, avaliou-se as informações dispostas na autorização GEAUTO s/nº, do cadastro SMMA nº 1673/11, com vistoria técnica realizada em 13/04/2011 (**Anexo I**), REDS 2011 000377245-001 de corte de árvore caída (**Anexo II**) e apresentação disponibilizada pela AMALUX (Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Luxemburgo e Coração de Jesus), assim como vídeo da mesma Associação disponibilizada no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=aqEDZs9dkQ4>), ponderando-se ainda com uma análise temporal de imagens orbitais disponíveis no Google Earth, referentes a novembro de 2002 a agosto de 2022 (**Figuras 1 e 2**), com o objetivo de contextualizar todas informações com a alteração na cobertura vegetal, para melhor discernimento das ocorrências.

Inicialmente avaliando a análise temporal (**Figuras 1 e 2**), observa-se que no terreno sob análise houve pouca alteração na cobertura vegetal (extensão do dossel da vegetação), destacando-se nas mesmas figuras o local onde não existia cobertura vegetal arbórea continua desde o ano de 2002 e as intervenções indicadas no vídeo elaborado pelo Movimento de Preservação da Mata do Mosteiro e seu Cinturão Verde (**Figura 3**). Neste sentido, destacou-se com um retângulo vermelho o local, dentro do referido terreno, onde se constatou a primeira modificação expressiva modificações na cobertura vegetal entre os anos de 2009 e 2013 destacado por um retângulo vermelho (**Figura 1c a 1f**), a qual se referem à estabilização de um processo erosivo (deslizamento de solo), onde no referido período as imagens sugerem que houve a necessidade de contenção por meio de arrimo para não prejudicar a mobilidade da Rua Gentios (**Figura 4**).

As fotos da **Figura 5a e 5b**, retratam a situação do local antes das supressões arbóreas e na **Figura 5c e 5d** a situação após as supressões arbóreas, obtidas na Rua Luiz Soares da Rocha pelo *Street View*, onde as imagens e a localização dos espécimes arbóreas, sugerem o amparo da autorização da GEAUTO (**Anexo I**), a qual autorizou a supressão de 25 espécimes arbóreas por motivos fitossanitários acarretando risco de queda.





**Figura 1** – Em “a” a “f” análise temporal das imagens disponíveis no Google Earth indicando situação do uso do solo e situação da vegetação arbórea existente no terreno analisado, em “c” a “f” observa-se alteração da vegetação destacada por um retângulo vermelho ocasionado por deslizamento de massa (erosão) que teve que ser contido por meio de arrimo (**Figura 4**), elipses azuis em “e” e “f” indicando locais onde se teve o corte de vegetação indicado no vídeo do Youtube da AMALUX (**Figura 3a a 3n**), autorizado pela autorização S/nº da GEAUTO (Cadastro SMMA 1673/11) com vistoria realizada em 13/04/2011 (**Anexo I**).





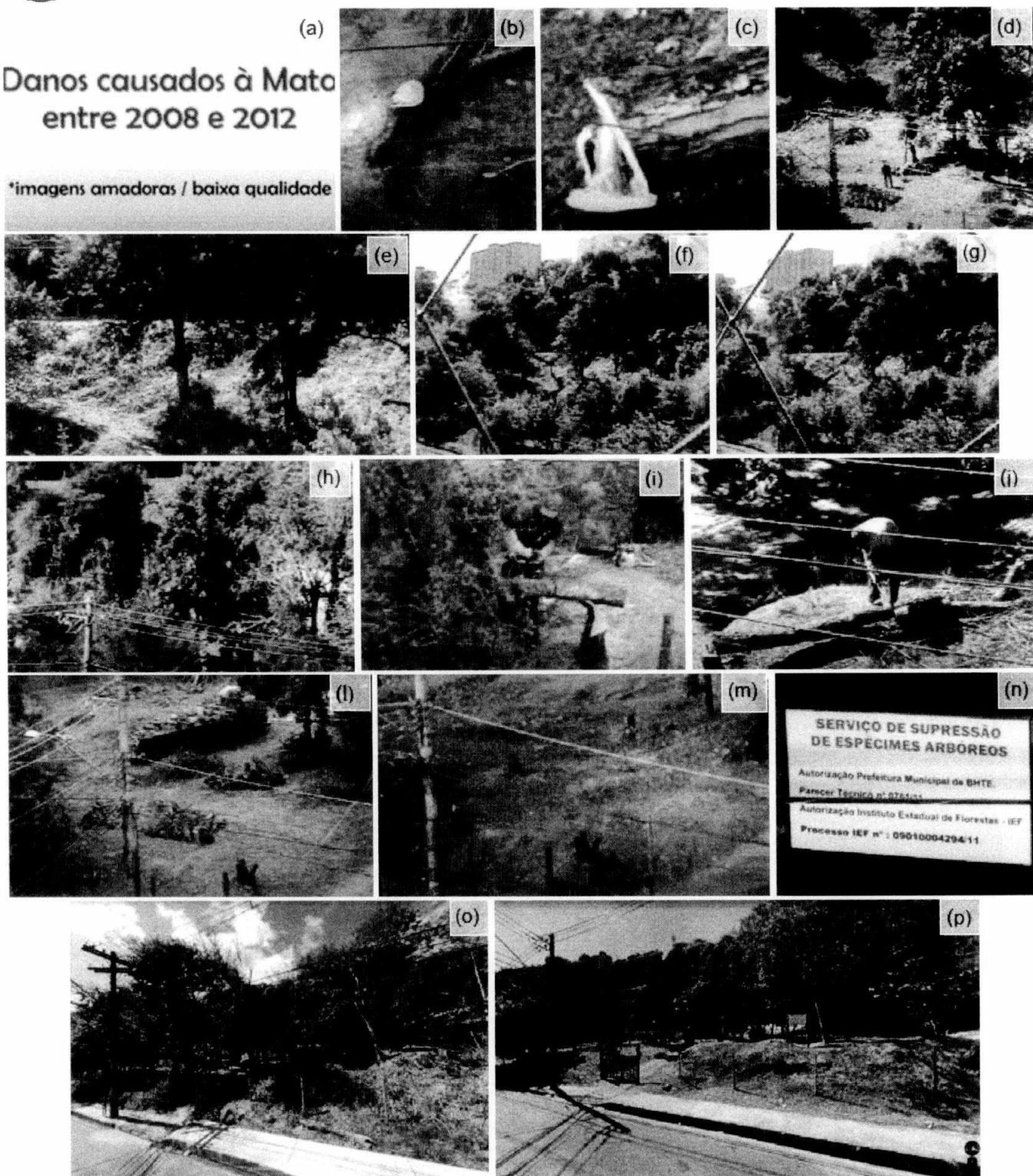
**Figura 2** – Em “a” a “f” análise temporal das imagens disponíveis no Google Earth indicando situação do uso do solo e situação da vegetação arbórea existente no terreno analisado, em “a” elipses azuis indicando local raleado mais evidente, referente a autorização de intervenções para supressão de 25 espécimes arbóreos e vídeo da AMALUX referente ao ano de 2011, “b” a “f” elipse roxa indicando supressão onde até não se observou autorização.





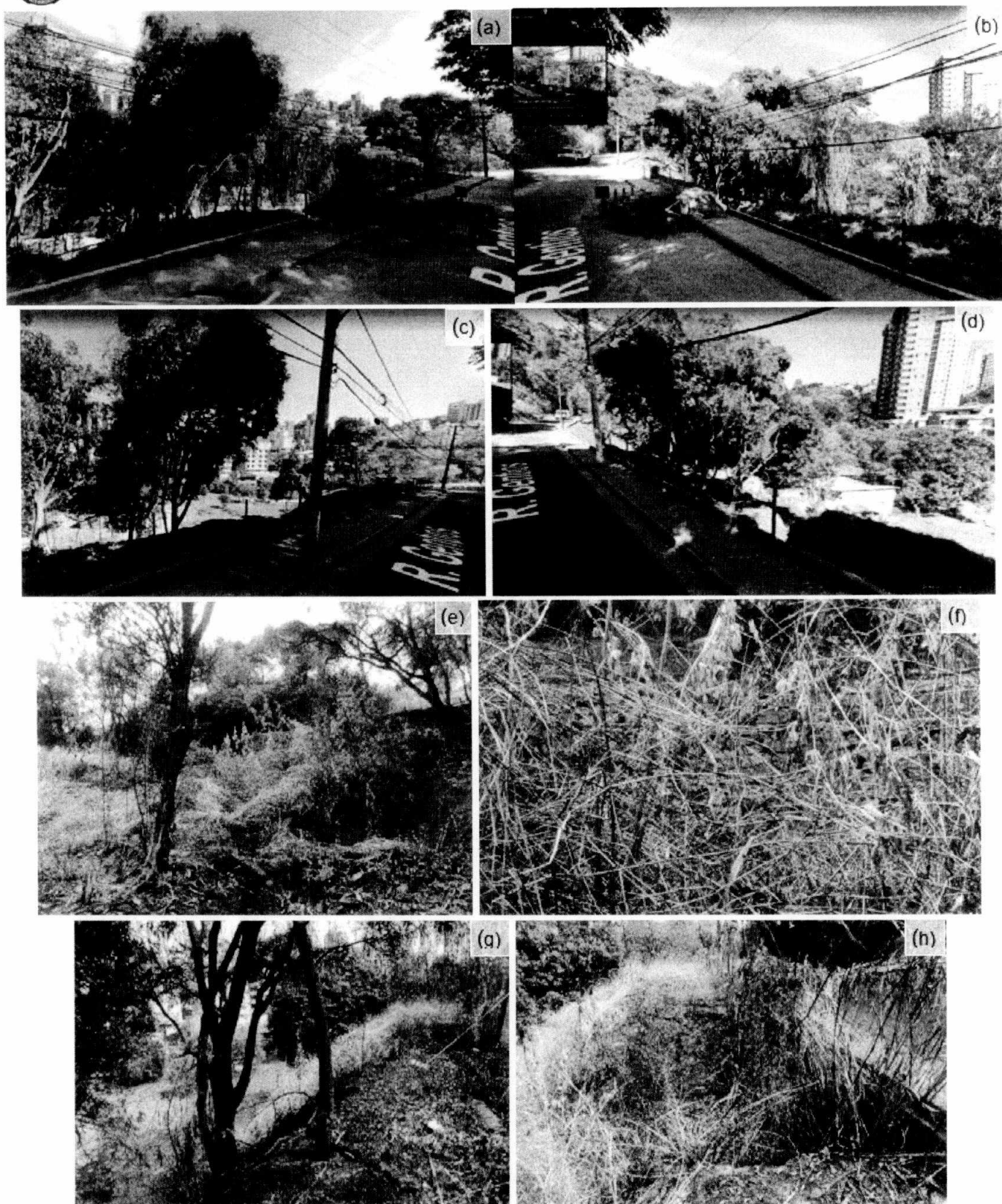
**Danos causados à Mata  
entre 2008 e 2012**

\*imagens amadoras / baixa qualidade



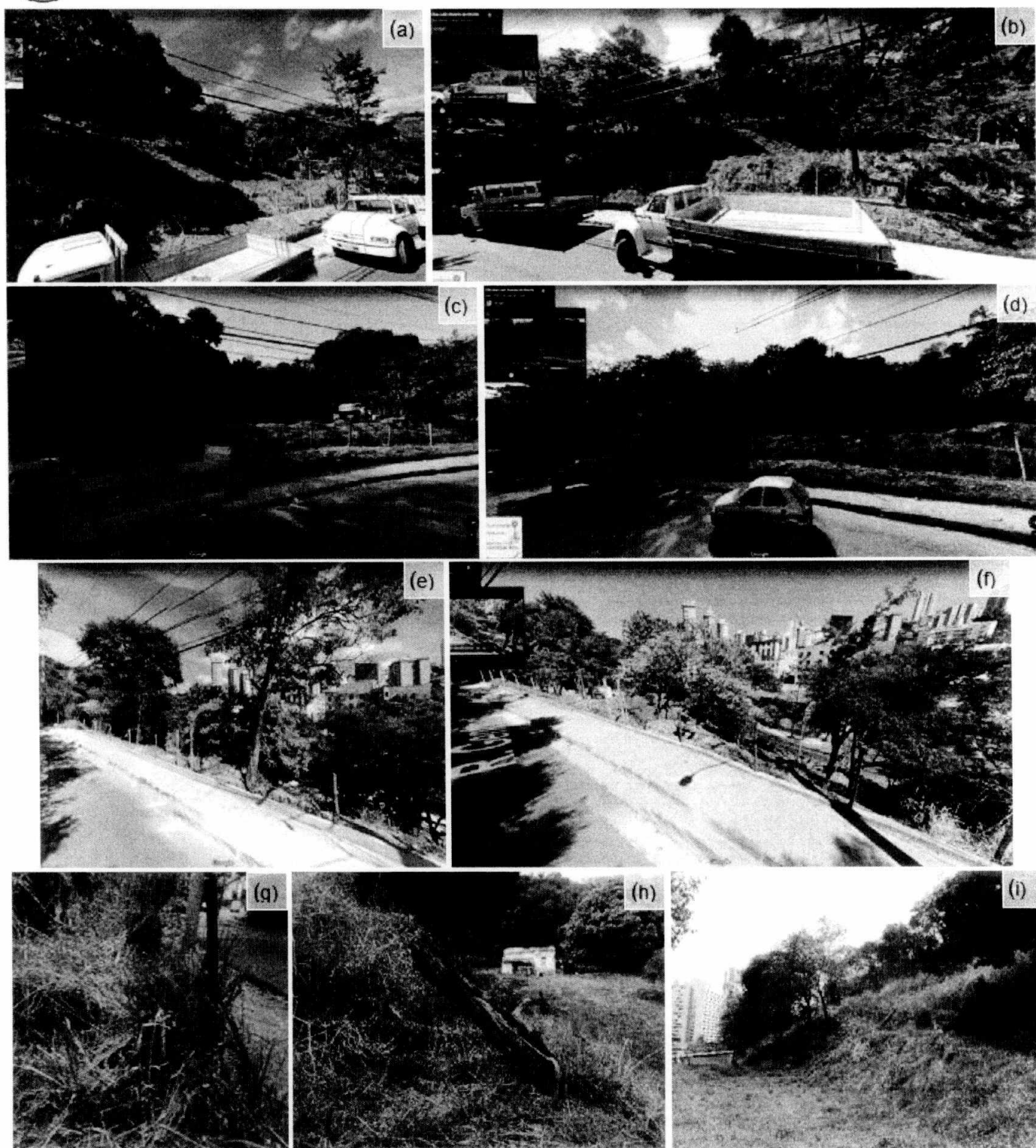
**Figura 3** – Em “a” e “n” cenas obtidas do vídeo disponibilizado no Youtube, registrando ações de supressão de espécimes arbóreos. Em “o” situação da entrada para acesso da propriedade em julho de 2009 e em “p” situação da entrada para acesso da propriedade em julho de 2011 (Fonte: Street View), onde placa em “n” e “p” sugerem autorização dos 25 espécimes arbóreos, indicadas no parecer GEAUTO (**Anexo I**).





**Figura 4** – Em “a” e “b” erosão em julho de 2009, em “c” e “d” mobilidade normalizada na Rua Gentios em julho de 2011 após estabilização com arrimo (Fonte: Street View). Em “e” a “h” situação atual do terreno no local do arrimo.





**Figura 5** – Em “a” e “b” situação do local em julho de 2009, antes das supressões arbóreas e em “c” e “d” situação da área mais impactada pelas supressões em julho de 2011 obtidas da Rua Luiz Soares da Rocha. Em “e” situação da área antes das supressões em julho de 2009 onde elipse vermelha retrata árvore suprimida com autorização e elipse laranja árvore que se teve queda, sem presença de indícios de corte em julho de 2011 em “f” (Fonte: Street View). Em “g” a “i” vista atual do local, obtida no dia da vistoria “*in loco*” (21/09/2022).





Na foto da **Figura 5e**, onde se tem o realce por uma elipse vermelha destaca espécime de grande porte, abordada em vídeo e onde as imagens sugerem a autorização de supressão de espécime arbóreo amparado pela autorização GEAUTO e a elipse laranja espécime que teve sua queda sem vestígios de corte (**Figura 5e e 5f**), onde a situação sugere a queda devido ao impacto da implantação do calçamento na Rua Gentios.

A **Figura 5g** retrata a situação atual do remanescente de madeira da árvore com queda sem característica de corte, a **Figura 5h** retrata situação atual de remanescente de madeira suprimida no ano de 2011 e a **Figura 5i** situação atual do barranco dentro do terreno a jusante da rua Gentios.

Observa-se ainda que na análise temporal demonstrada na **Figura 2**, foi observado uma supressão entre os anos de 2015 e 2018 destacada por uma elipse roxa (**Figura 2b e 2c**), onde tal situação não é observado o amparo em autorizações para supressão arbórea que justificasse esta supressão. A madeira remanescente desta supressão é retratada na **Figura 6a a 6d**, a qual sugere-se autuação por supressão arbórea a ser efetuada pela SUFIS. Já as fotos da **Figura 6e a 6h** retratam situação atual observada na imagem da **Figura 2f** referente a agosto de 2022.

Desta forma, observa-se na **Figura 7** que a implantação do empreendimento está concentrada no local onde não se observa o maciço arbóreo. Sendo assim, não ocasionará mudanças de grande magnitude do dossel arbóreo remanescente, o qual tem sua importância ambiental. Com a implantação da compensação arbórea recomendada no parecer técnico 1043/22 terá o atributo de diversidade de flora nativa melhorado, haja vista que conforme indicado no estudo, o estrato arbóreo tem grande quantidade de espécies cultivadas, não nativas (*manguifera sp*).

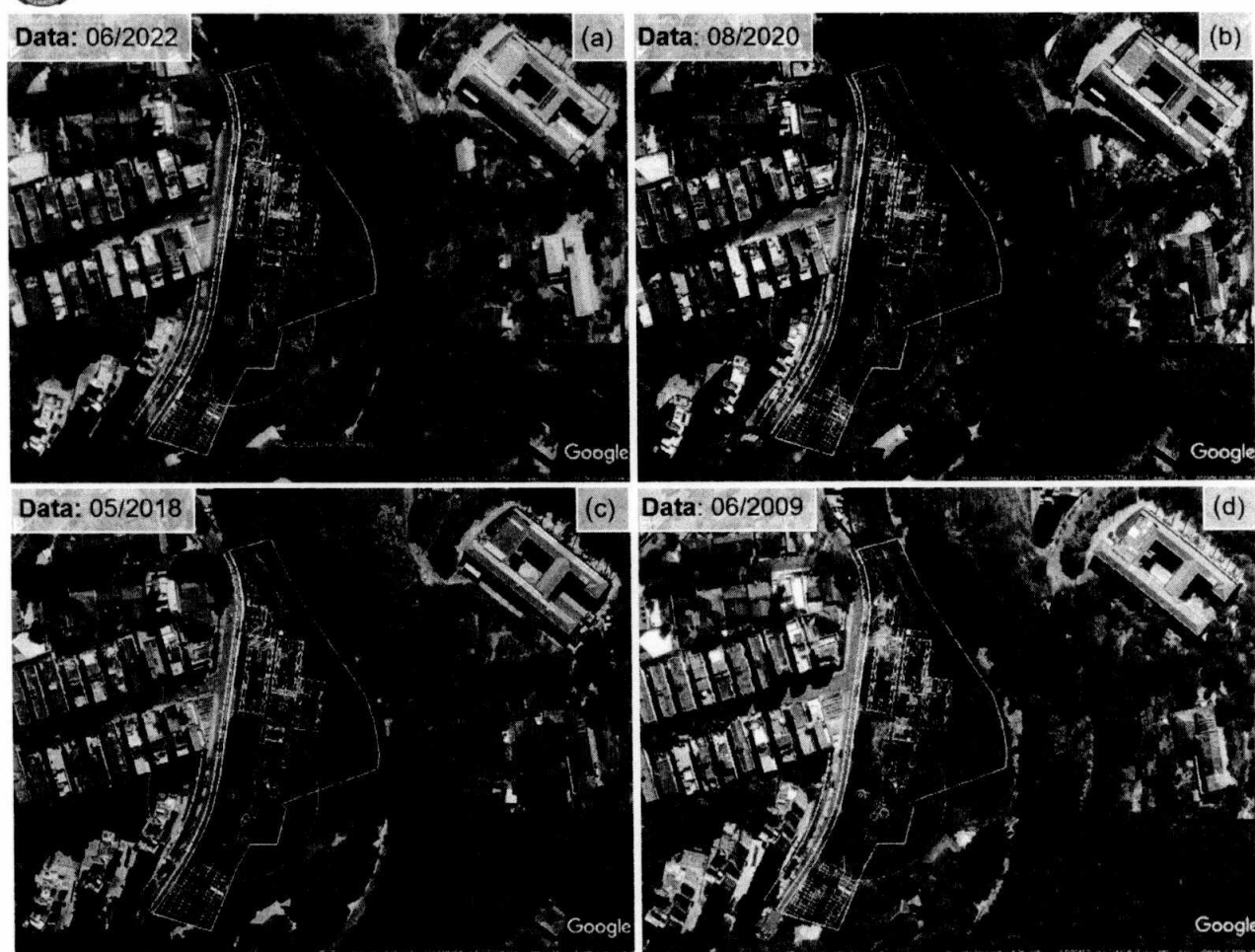
Com a melhoria da diversidade arbórea, pode-se inferir que haverá uma melhoria nos atributos conservacionistas. Entretanto uma das características que se recomenda manter na paisagem está relacionada à continuidade do dossel arbóreo. Neste caso recomenda-se que sejam feitas algumas ressalvas em relação à implantação do estacionamento no extremo Sul do empreendimento (**Figura 7**), onde já era usado parcialmente para este fim desde os anos de 2009, assim como acesso a propriedade a montante deste terreno (**Figura 8**).





**Figura 6** – Em “a” a “h” situação atual da área e dos espécimes arbóreos remanescentes captadas no dia da vistoria “*in loco*”, onde a supressão retratada em “b” refere-se a supressão ocorrida entre março de 2015 e maio de 2018, sem lastro de autorização para a referida supressão arbórea.





**Figura 7** – Em “a” a “d” análise temporal das imagens disponíveis no Google Earth sob projeto em análise, indicando manutenção de grande parte do estrato arbóreo remanescente do terreno solicitado para implantação do empreendimento, onde a maior parte do terreno se encontrava desde 2009 sem vegetação arbórea como observado em “d”, devendo fazer ressalvas quanto a instalação do estacionamento ao extremo Sul do empreendimento.





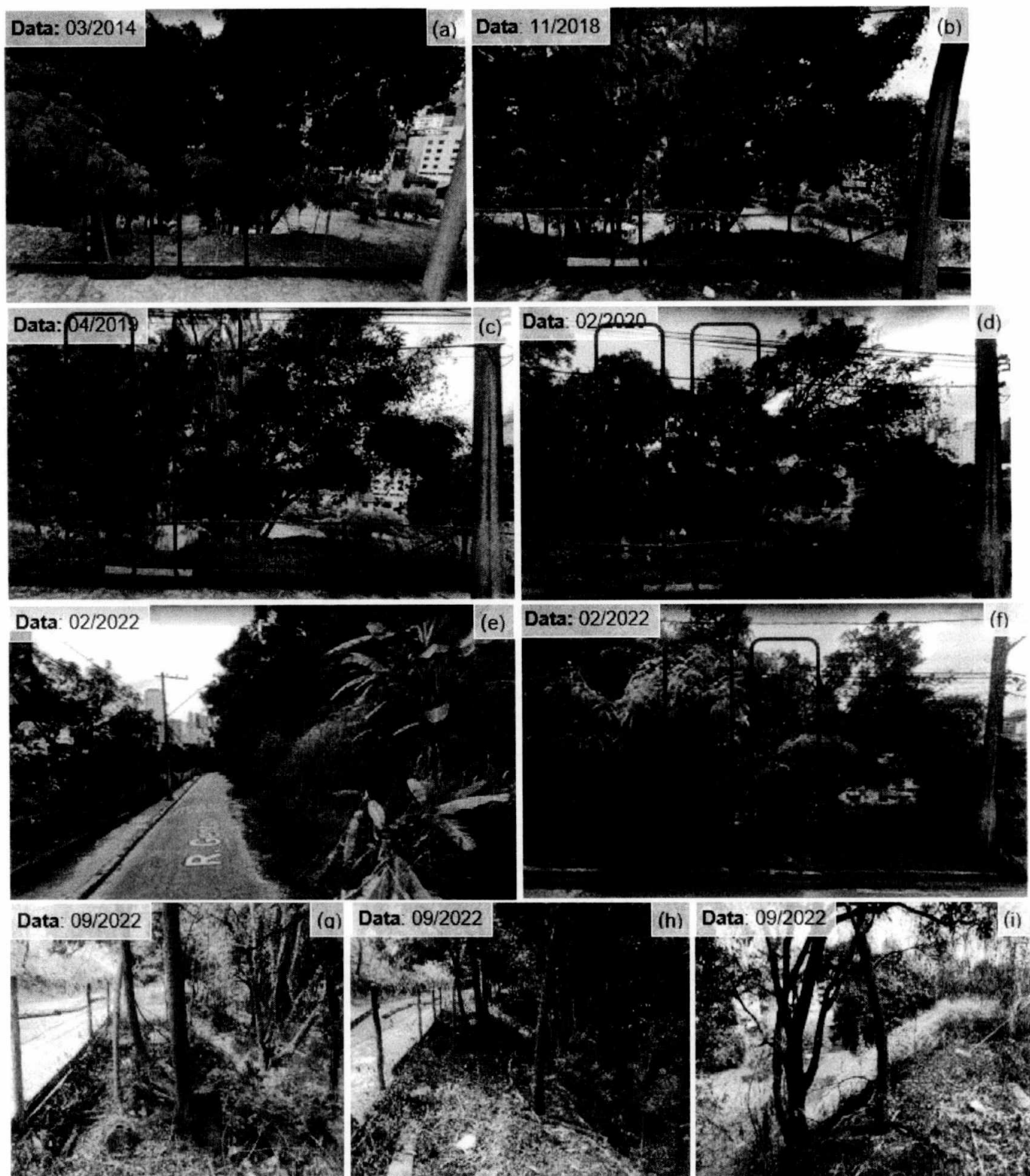
**Figura 8** – Em “a” a “b” análise temporal das imagens disponíveis no Street View, indicando a existência de parte do estacionamento solicitado e acesso a propriedade a montante do terreno desde o ano de 2009, entretanto com manutenção de grande parte do estrato arbóreo remanescente do terreno solicitado para implantação de estacionamento, por este motivo deve se fazer ressalvas quanto a instalação do estacionamento como projetado no extremo Sul do empreendimento.

Na **Figura 9** são retratados dois espécimes arbóreos suprimidos sem apresentação de autorização entre os anos de 2019 e 2020, os quais rebrotaram e tendem a ocupar novamente o dossel local, ressaltando que no referido período ocorreu deslizamento de terra a montante da





Rua Gentios, o que pode ter motivado o corte destes espécimes devido à proximidade com a rede elétrica (**Figura 9**).



**Figura 9** – Em “a” a “b” análise temporal das imagens disponíveis no Google Earth, indicando manutenção de grande parte do estrato arbóreo remanescente do terreno solicitado para implantação do empreendimento, devendo fazer ressalvas quanto a instalação do estacionamento ao extremo Sul do empreendimento.



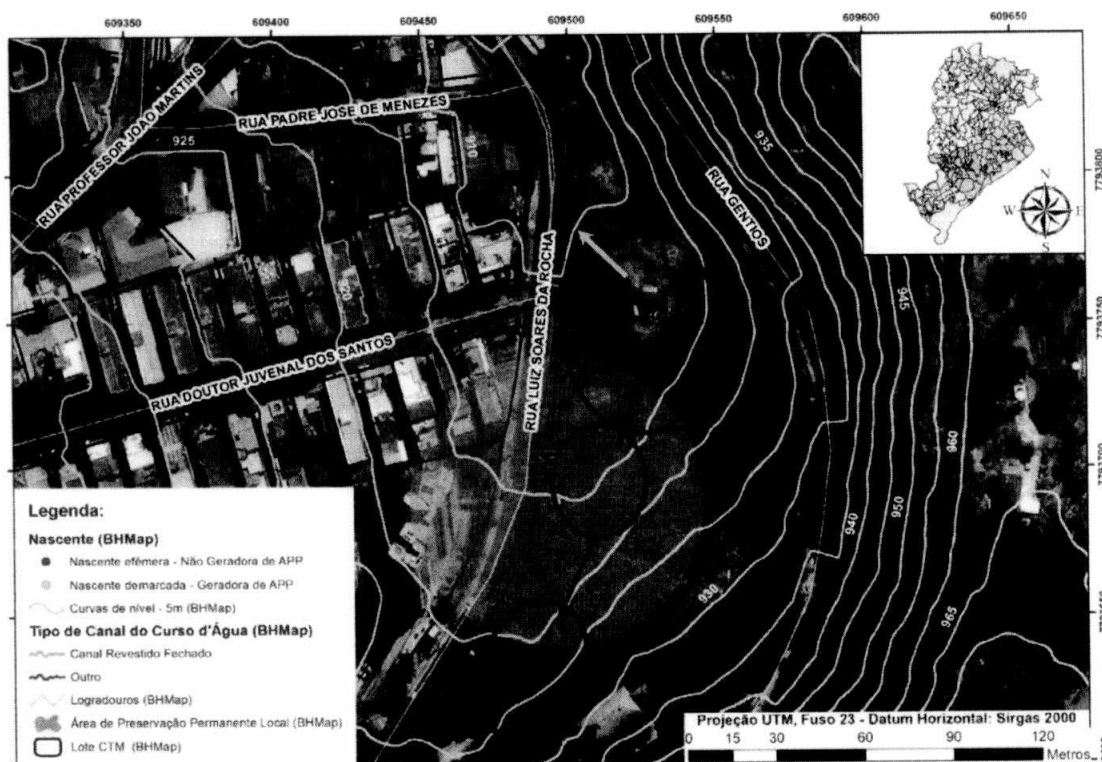


Diante das informações contextualizadas, sugere-se que as supressões estavam amparadas pela autorização GEAUT0 s/nº, do cadastro SMMA nº 1673/11, com vistoria técnica realizada em 13/04/2011 (**Anexo I**), a qual não se estabeleceu compensação por conta do risco de queda somatizado ao estado fitossanitário das 25 árvores solicitadas para supressão, com base no artigo 6º da DN 67/10. O Maciço arbóreo mantém a estrutura do dossel pouco alterada desde o ano de 2002, onde a edificação está projetada em local de menor intervenção dentro do terreno. Ressalta-se apenas que houve o corte de três espécimes arbóreos (**Figuras 6b e 9**), os quais não foram observadas autorizações.

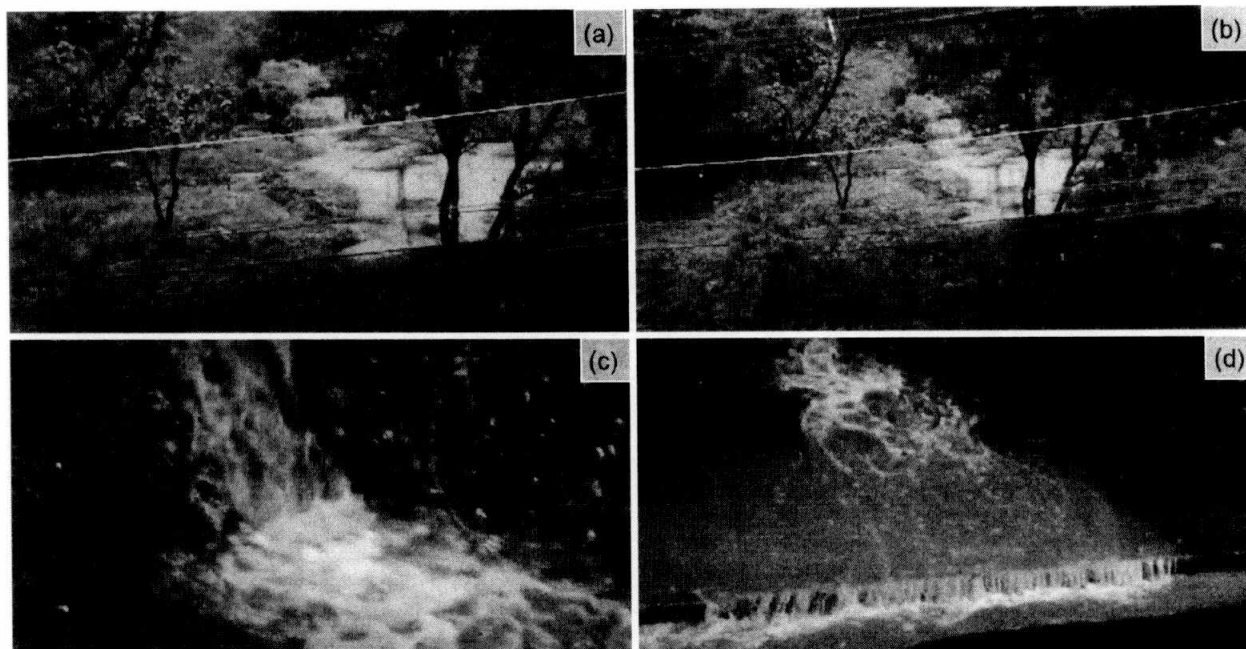
Quanto a drenagem de lagoa, área brejosa e aterramento de nascentes, deve se ter uma contextualização como avaliada na vegetação. No passado, verificou-se a ocorrência de uma pequena lagoa no terreno e áreas brejosas. Ressalta-se que o parecer emitido em 13/01/2010, Parecer Técnico nº 0110/10, por equipe técnica da SMMA, foi embasado em vistorias de técnicos da SMMA, em fevereiro de 2008 e outubro de 2009, ambas as vistorias realizadas apenas em período chuvoso, ou seja, sem avaliação em momento seco. Devido à conformação do terreno (**Figura 10**), há tendência se manter água acumulada por um período maior de tempo, após chuvas constantes, onde o próprio dossel do estrato arbóreo, impede a incidência direta de raios solares, favorecendo a permanência dessa água pluviais até sua infiltração no solo. A situação observada no ano da análise de 2010, sugere ser decorrente desta situação, não sendo observado mudanças significativas de movimentação do solo, de 2010 até o presente momento, haja vista a permanência no estrato arbóreo.

Nessa parcela do terreno observa-se o pé da encosta e uma topografia mais suave com uma certa concavidade (**Figura 10**) que permite a redução da velocidade do escoamento superficial e o afloramento (olho d'água intermitente) dessas águas. Situação esta registrada e disponibilizada via YouTube pelo vídeo produzido pelo Movimento de Preservação da Mata do Mosteiro e seu Cinturão Verde, onde pode ser observado a drenagem no local (**Figura 11**), sendo sugestionado que situação precede uma provável chuva torrencial, com solos já saturados e encharcados. Retrata ainda topografia que dificulta o escoamento e favorece o acúmulo de água no local, onde o excedente extravasa de forma concentrada em pontos específicos do terreno (**Figura 11**).





**Figura 10:** Mapa com curva de nível do terreno, elipses vermelhas sugerindo possíveis locais de acumulo de água, setas vermelhas indicando sentido do fluxo de água e seta laranja, sugerindo possíveis ponto de ruptura do solo (Fonte: BH Map).



**Figura 11:** Em “a” e “b” retratam terreno encharcado com água acumulada após possível chuva torrencial e em “c” e “d” situação de um local de extravasamento da água acumulada no terreno (Fonte: Video YouTube).

Sendo sugerido que as vistorias realizadas em **fevereiro de 2008 e outubro de 2009, no período chuvoso**, verificaram a presença de surgências d’água, que, à época, foram caracterizadas como





nascentes, brejo e pequeno lago (**não houve vistoria no período seco para confirmação**). O Parecer Técnico GERHI nº 0805/21 avaliou recurso do requerente sobre a existência de APP no terreno. Essa análise foi embasada em informações apresentadas pelo requerente (relatório técnico, relatório fotográfico, levantamento planialtimétrico e relatório de sondagem) e vistoria técnica realizada em 01/08/2019 (período seco).

Os furos de sondagem à percussão realizados no período chuvoso (24 e 28 de dezembro de 2019) identificaram o nível de água subterrânea entre 2,92 e 3,21 m de profundidade, quando associado à cobertura coluvionar argilo-siltosa, e entre 6,25 e 6,40 m de profundidade quando associado a solo residual de filito, silto-argiloso.

O parecer da GERHI ressalta a baixa permeabilidade dos solos justificando a formação de um sistema superficial temporário nos períodos chuvosos que seria caracterizado como efêmero. Foi ressaltada ainda a ausência de vegetação típica de áreas úmidas. Na vistoria realizada no período seco a equipe técnica da GERHI não identificou a presença de nascente, lagoa e brejo, e, com base nos estudos apresentados, concluiu pela existência de um olho d'água intermitente e estabeleceu em seu entorno a Área de Preservação Permanente (Parecer Técnico 0805/21).

Assim, tem-se no terreno, como mostrado pelas sondagens, solos argilo-siltosos a silto-argilosos, de baixa permeabilidade. O terreno está situado junto à linha de talvegue, em baixa vertente, por isso, todo o escoamento pluvial a montante verte superficial e sub-superficialmente para a linha de drenagem do tributário da margem esquerda do córrego Leitão que drena o bairro Luxemburgo, a partir da confluência dos cursos d'água da rua Luiz Soares da Rocha e da rua Guaicuí.

A encosta a montante, representada pela Mata do Mosteiro, com a presença de cobertura arbórea favorece um "top soil" rico em folhas, galhos que, somado ao solo superficial, com presença de blocos e matacões, permitem uma certa permeabilidade e o escoamento subsuperficial das águas de chuva, com afloramentos sazonais dessas águas nas porções mais baixas do relevo.

Em março de 2022, ainda no período chuvoso, na vistoria realizada pela SMMA, observou-se a ocorrência dessa surgência d'água. Já na vistoria realizada em agosto/2019 (período seco) não foi identificada a presença de afloramentos de água no terreno e ressaltou-se a ausência de vegetação brejosa típica. A mesma situação foi observada nas vistorias realizadas nos dias 15/09/2022 (presença da comunidade local) e 21/09/2022 (**Figura 12**), onde é possível observar as concavidades existentes no terreno, as quais podem acumular água após saturação do solo em momento de chuvas prolongadas ou torrenciais.





**Figura 12:** Situação observada no dia da vistoria “*in loco*”, linha vermelha realçando desnível do terreno e setas azuis indicando sentido de um possível fluxo de água em relação ao relevo do terreno, em “j” possível local de olho d’água intermitente onde se observou uma maior umidade no solo, em “c” e “n” desnível no terreno em relação ao logradouro público, onde o relevo direciona a maior concentração de fluxo de água para dentro do terreno, direcionando o fluxo para o portão de entrada do terreno retratado em “m”.

Conforme fotografias da **Figura 12**, foi apresentada na **Figura 12j**, o possível local do olho d’água intermitente, observado pela PBH com uma maior umidade no solo. Já na **Figura 12e** tem-se o local que deslocou a serrapilheira e observou-se um com solo totalmente seco, sendo este local





com uma conformação de bacia de acumulo de águas pluviais (**Figura 12d**), onde a PBH discordou como possível ponto de nascente.

Feitas tais considerações, entende-se que houve atualização e aprimoramento dos dados coletados em 2008 e 2009, embasadas em novos estudos, em vistoria realizada em período seco e em dados de perfis de sondagens, à luz da Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal) para efeito de demarcação da APP de olho d'água intermitente. Maiores detalhes são elucidados na resposta dos questionamentos 6 e 7.

Por fim, em relação aos incêndios e queimadas, não se tem nenhum documento registrando e apontando a responsabilidade do(s) proprietário(s) do referido terreno com causador desta prática, porém observa-se que na região, quando foi registrado algum incêndio/queimada, esta ocorrência estende-se além dos limites do terreno sob análise ou até mesmo fora dele. Por este motivo não se tem como aprofundar nesta responsabilidade sem laudos de análise comprobatórios e conclusivos.

**3 Por que, conhecedora da degradação paulatina e relevante do terreno, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) não exige que a área seja recomposta com os espécimes arbóreos suprimidos e a revitalização das nascentes e da área brejosa? Entende-se que esse seria o maior interesse social da área.**

**Resposta:** Como discorrido na resposta do questionamento 2, a suposta degradação ocorreu em momento que havia autorização GEAUT0 s/nº, do cadastro SMMA nº 1673/11, com vistoria técnica realizada em 13/04/2011 (**Anexo I**), a qual não se estabeleceu compensação por conta do risco de queda somatizado ao estado fitossanitário das 25 árvores solicitadas para supressão, com base no artigo 6º da DN 67/10. O mesmo esclarecimento se observa na resposta do questionamento 2 da suposta degradação de nascentes e de área brejosa. Sugere-se ainda observar as respostas aos questionamentos 6, 7 e 8.

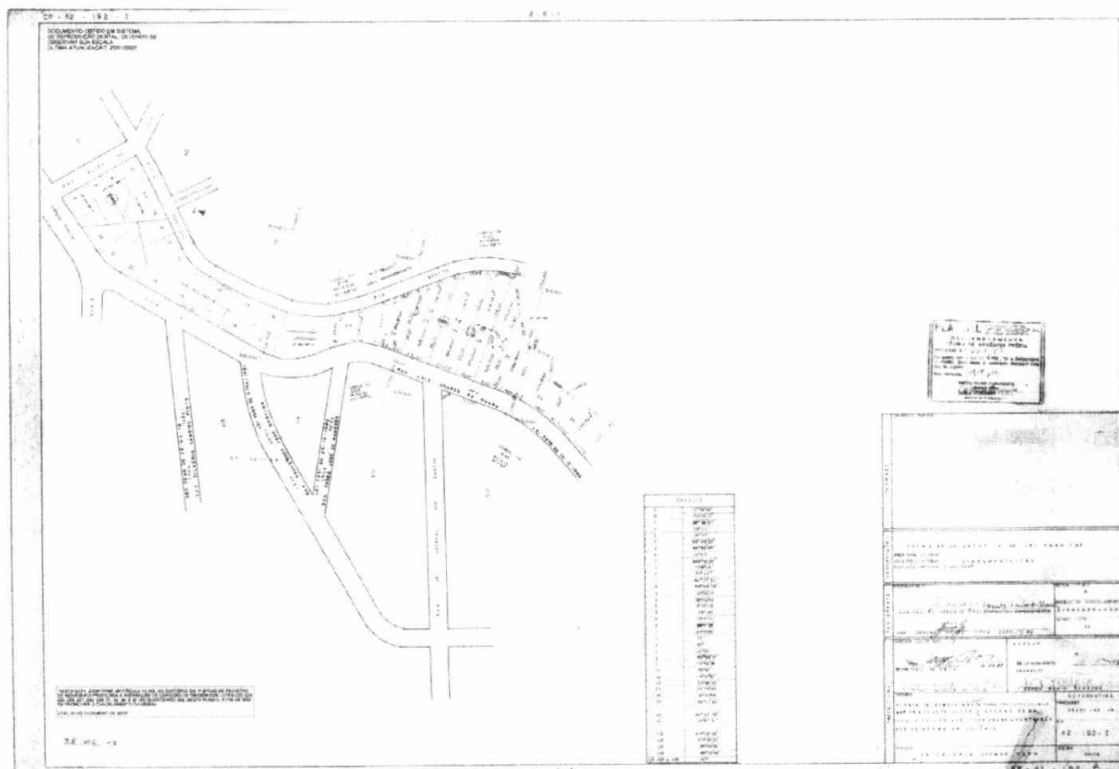
Desta forma a Prefeitura de Belo Horizonte não pode solicitar nenhuma revitalização com base nestas informações. Entretanto observa-se pela **Figura 7** que a implantação do empreendimento está concentrada no local onde não se observa o maciço arbóreo. Nesse caso, não ocasionará mudanças de grande magnitude do dossel arbóreo remanescente, o qual tem sua importância ambiental. Com a implantação da compensação arbórea recomendada no Parecer Técnico 1043/22 terá o atributo de diversidade de flora nativa melhorado, resultando em uma melhoria nos atributos conservacionistas, haja vista que conforme avaliado no estudo apresentado, o estrato arbóreo tem grande quantidade de espécies cultivadas, não nativas com os espécimes de *manguifera sp.* Ressaltando que esta recuperação por meio da compensação se ocorrerá na APP da nascente constatada e nos locais onde se tem acumulo de águas pluviais.

Entende-se que toda a área poderia ser incorporada à Mata do Mosteiro, gerando uma maior conservação para o maciço local. Entretanto, deve ser lembrado que se trata de propriedade particular, em lote regularmente aprovado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 05/08/1987, gravado no CP 042192-I (**Figura 13**). Sendo assim, para que tal incorporação ocorra, haveria necessidade de recursos para compra/indenização do proprietário, assim como de recursos para implantação de infraestrutura, contratação de profissionais para gerenciar, fiscalizar e proteger a área (onde a Prefeitura apresenta carência em diversos setores de técnicos com conhecimento específico a área de conservação e manejo ambiental e plano de carreira), além de





manejo para recuperação de toda a área que não tem vegetação desde o ano de 2002 e que é observado um estacionamento desde o ano de 2009, assim como enriquecimento com espécimes nativos de todo o sub-bosque onde se tem a APP e que com a instalação do empreendimento já é proposta a sua recuperação/revitalização.



**Figura 13:** Localização dos terrenos sob análise no CP 042192-I, regularmente aprovado em 05/08/1987.

A partir da promulgação da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, Lei Municipal nº 7.166/1996, foi extinta a zona rural no município. Todo o território passou a ser considerada zona urbana, sendo as ocupações e usos estabelecidos pelo zoneamento indicado, alguns mais permissíveis outros mais restritivos, visando a preservação do patrimônio ambiental da cidade. Quando se fala em histórico inegável de degradação ambiental, não há como desvincular do bairro como um todo e de seu processo de ocupação, com a substituição de sítios e chácaras, presentes no passado, por unidades residenciais unifamiliares e dessas por diversas edificações multifamiliares, com a supressão da cobertura vegetal e a impermeabilização crescente do solo. É uma consequência da cidade, da presença humana e de suas demandas.

A questão da supressão de indivíduos arbóreos está abordada em item específico, assim como a questão da lagoa, área brejosa e nascente.

O fato é que, considerando o zoneamento mais restritivo, a presença do importante maciço arbóreo e da nascente, a SMMA procurou estabelecer uma ocupação mais qualificada do local, mantendo a maior parte do maciço e a taxa de permeabilidade determinada pela legislação e repassou ao Conselho Municipal de Meio Ambiente para sua análise e deliberação.





Ademais, a intervenção em APP, para o caso em questão, não foi considerada pelo interesse social, mas pelo fato da área ter sido parcelada antes da Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989. Essa lei alterou a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal) e passou a considerar as Áreas de Preservação Permanente – APP em áreas urbanas. Em vista disso, a SMMA realiza suas análises embasada em parecer classificada da Procuradoria Geral do Município, que considerou essa questão legal, ou seja, um parcelamento aprovado antes desse entendimento do código florestal.

Assim, trata-se de uma área particular, com um zoneamento municipal que estabelece os parâmetros urbanísticos que deverão ser considerados na sua ocupação e uso. Neste contexto, entende-se que não há como se impor ao particular que não possa realizar o usufruto de sua propriedade, conforme os limites legais estabelecidos. O zoneamento municipal determina que a SMMA e o COMAM determinem as diretrizes para que essa ocupação seja a mais qualificada possível, considerando o importante patrimônio ambiental do terreno. Foi neste sentido que a SMMA realizou uma longa discussão com o empreendedor, para adequar o projeto a uma preservação compatível desse patrimônio.

**4 Em abril de 2011, a PBH autorizou a supressão arbórea de 25 árvores situadas no terreno do empreendimento. Essa supressão foi fiscalizada? Caso positivo, há documentos comprobatórios?**

**Resposta:** Havia autorização GEAUT0 s/nº, do cadastro SMMA nº 1673/11, com vistoria técnica realizada em 13/04/2011 (**Anexo I**), a qual não se estabeleceu compensação por conta do risco de queda somatizado ao estado fitossanitário das 25 árvores solicitadas para supressão, com base no artigo 6º da DN 67/10. Sendo este o procedimento para supressão arbórea no município na época, estando todos os documentos comprobatórios apresentados, coerentes com as informações observadas na resposta do questionamento 2, onde tal questionamento é feito após aproximadamente 11 anos de um procedimento regularmente aprovado pela Prefeitura Municipal (**Anexo I**).

**5 Ainda em relação à supressão arbórea, referida na pergunta 4, o IEF condicionou-a ao respectivo replantio. Esse replantio ocorreu? A PBH fiscalizou? Caso positivo, há documentos comprobatórios? Aonde estariam as árvores objeto do replantio e qual a atual condição das mudas plantadas à época?**

**Resposta:** Como respondido no questionamento 4, a autorização GEAUTO s/nº, do cadastro SMMA nº 1673/11, com vistoria realizada em 13/04/2011 (**Anexo I**), não estabeleceu nenhuma medida compensatória com base no artigo 6º da DN 67/10. Salientando, mais uma vez, que o processo transcorreu regularmente no Município sobre o tema. Havendo processo relacionado ao IEF, órgão Estadual, assim como suposta compensação, o mesmo deve ser avaliado na referida Instituição, haja vista não ser observado nenhuma delegação do Estado para o Município deste processo nos documentos disponibilizados para análise dos técnicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, já que os sistemas dos dois órgãos não são integrados.

**6 Os técnicos da SMMA apuraram, em 2008 e em 2009, a existência de duas nascentes, de brejo e de afloramento no loteamento. Hoje, fala-se ora em uma única nascente, ora em um olho d'água, mas isso se deve ao fato de que houve intervenção unilateral dos proprietários ("sob alegação de sujeira") nos recursos hídricos então existentes,**





conforme reconhecido pela SMMA em 2010. A PBH autorizou a intervenção dos proprietários na APP para realizar a limpeza da lagoa"? Caso positivo, há documentação comprobatória? Caso negativo, qual providência a PBH tomou em concreto frente ao possível crime ambiental cometido?

**Resposta:** Conforme respondido no questionamento 2, entende-se que devido à conformação do terreno (**Figura 10**), há tendência de se manter água acumulada por um período maior de tempo, após chuvas constantes, onde o próprio dossel do estrato arbóreo, impede a incidência direta de raios solares, favorecendo a permanência dessa água pluviais até sua infiltração no solo. Assim, o acúmulo de água, que formava a pequena lagoa, foi drenada após o período chuvoso. Ele não se constituía APP. Deste modo, não há registro nesta SMMA de autorização para essa intervenção.

**7 Ainda sobre os recursos hídricos locais, os proprietários formularam pedido administrativo de descaracterização de APP, o qual foi acolhido pela SMMA. O fato de os proprietários terem suprimido dolosamente elementos hídricos do local autoriza a descaracterização de APP?**

**Resposta:** De forma geral, as intervenções realizadas em corpos hídricos não são condições para a descaracterização de áreas de preservação permanente.

Esclarecemos que o Parecer Técnico GERHI nº 0805/21 avaliou recurso de discordância de APP, sendo a análise embasada em informações apresentadas pelo requerente (relatório técnico, relatório fotográfico, levantamento planialtimétrico e relatório de sondagem) e vistoria técnica realizada em 01/08/2019 (período seco) pela equipe técnica da GERHI.

As vistorias realizadas em fevereiro de 2008 e outubro de 2009, ambas no período chuvoso, verificaram a presença de surgências d'água, que, à época, foram caracterizadas como nascentes, brejo e pequeno lago (não houve vistoria no período seco para confirmação). No levantamento realizado pelo empreendedor em 09/01/2020 (Relatório Técnico de Discordância de Existência de APP), foi verificado um ponto de surgência d'água. Em março de 2022, ainda no período chuvoso, na vistoria realizada pela SMMA, observou-se a ocorrência dessa surgência d'água. Já na vistoria realizada em agosto/2019 (período seco) não foi identificada a presença de afloramentos de água no terreno e ressaltou-se a ausência de vegetação brejosa típica. A mesma situação foi observada nas vistorias realizadas nos dias 15/09/2022 (presença da comunidade local) e 21/09/2022, pela SMMA.

Diante do exposto, no levantamento realizado pelo empreendedor em janeiro de 2020 e na vistoria realizada pela SMMA em março de 2022, ambos no período chuvoso, foi observado um ponto de surgência d'água, de pequena vazão, no interior do terreno. Entretanto, essa surgência não foi identificada pela SMMA no período seco, em vistoria realizada em 2019 (anterior ao recurso) e foi considerada como intermitente no levantamento realizado pelo empreendedor.

Esses fatos motivaram a caracterização como olho d'água intermitente e o estabelecimento da APP (raio de 50 metros) no terreno pela GERHI.

**8 A Prefeitura de Belo Horizonte determinará a recomposição ou qualquer outra ação para restauração dos elementos naturais suprimidos (nascente, brejo e lagoa) dos lotes?**

**Resposta:** Conforme avaliado no Parecer Técnico nº 1.043/22, há determinação de compensações referentes ao projeto a ser implantado no local.





9 O Parecer Técnico nº 0110/10 da SMMA, de 13 de janeiro de 2010, o qual foi assinado por 7 técnicos (Daphne Diniz Malheiro – Geógrafa / José Carlos Campello de Castro – Engenheiro Agrônomo / Marcelo Vichiato – Engenheiro Agrônomo / Maria Del Mar Ferrer Jordé Poblet – Arquiteta / Mívia Rosa de Medeiros Vichiato – Bióloga / Rodrigo Ádamo – Geógrafo / Viviane Mendes – Geóloga) e 6 gerências (Hélio de Araújo Campos Filho – Gerência de Áreas Verdes e Arborização Urbana GEAVA / GGAM / SMMA / Eliana Rocha Furtado – Gerência de Licenciamento de Infraestrutura GELIN / GELA / SMMA / Sônia Mara Miranda Knauer – Gerência de Recursos Hídricos GERHI / GPLA / SMMA / Márcia Mourão Parreira Vital – Gerência de Gestão Ambiental GGAM / SMMA / Paulo Freitas de Oliveira – Gerência de Licenciamento de Empreendimentos de Impacto GELA / SMMA / Weber Coutinho – Gerência de Monitoramento e Planejamento Ambiental GPLA / SMMA) é categórico ao afirmar que “existiam no local duas nascentes, uma lagoa, uma extensa área brejosa e o curso d’água que fluía na sarjeta até uma boca-de-logo”. Já em 22 de junho de 2021 foi emitido o Parecer Técnico nº 0805/2021 pela Gerência de Recursos Hídricos da Diretoria de Gestão Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o qual foi assinado pela Geóloga Viviane Mendes, o qual concluiu pelo deferimento do recurso apresentado pela Katz Construções e Participações Ltda. descaracterizando como Área de Preservação Permanente (APP) o entorno da nascente, brejo e curso d’água que existiam no lote 29. Sendo assim, questionamos os seguintes pontos:

- a. Foi considerado na análise do pedido de descaracterização da nascente o Parecer Técnico 0805/21? Caso tenha sido considerado, por que ele não é citado no referido parecer? Caso tenha sido desconsiderado, qual justificativa para tal, tendo em vista que contradiz categoricamente o que foi afirmado pela Katz no pedido de descaracterização da nascente?
- b. Considerando que é inconteste o fato que houve a drenagem de uma lagoa/brejo pelo empreendedor, fato este explicitado no Parecer Técnico nº 0110/10, foi aplicada alguma penalidade ao empreendedor em função de tal fato? Se sim, apresentar os respectivos autos de infração e status do pagamento das multas. Em caso negativo, qual a justificativa para que o Órgão Executivo Municipal não tenha tomado as devidas providências para penalizar o suposto crime ambiental ocorrido?
- c. O fato do empreendedor ter agido deliberadamente para drenar o brejo que existia no local, pois o mesmo assumiu ter cometido tal ação sob o pressuposto de realizar a limpeza do local, se configura como crime ambiental?

**Resposta:** Para discutir a questão das nascentes, brejo, lagoa, torna-se necessário previamente introduzir alguns conceitos, conforme a Agência Nacional das Águas (ANA):

- Águas subterrâneas – as águas que ocorrem natural ou artificialmente no subsolo;
- Aquífero – formação geológica com capacidade de armazenar e transmitir água em quantidades que possam ser aproveitadas como fonte de abastecimento para diferentes usos;
- Aquitarde – formação geológica que permite a acumulação da água, mas o transporte é lento;





- Aquicludo – material impermeável, com certa capacidade de armazenar água, mas sem capacidade de transmitir;
- Aquífugo – rochas impermeáveis que não armazenam e não transmitem água.
- Recarga: processo por meio do qual um aquífero recebe água. Pode ser natural ou artificial.
- Descarga: ocorre quando o lençol freático intercepta a superfície do terreno – nascentes, rios, lagos – ou artificialmente pelo bombeamento de poços.

E conforme a Lei nº 12.651/2012 (código florestal):

- Nascente: afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água;
- Olho d'água: afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente.

Dentre os tipos de aquífero, a ANA cita:

- Aquífero Poroso ou granular – porosidade primária, com a água armazenada nos espaços entre os grãos da rocha ou solo;
- Aquífero Fissural ou Fraturado – porosidade secundária, com a água armazenada nas fraturas interconectadas da rocha;
- Aquífero Cárstico - porosidade secundária, com a água armazenada nos condutos e canais da rochas carbonáticas.

A porção sul do município de Belo Horizonte corresponde ao limite norte da Província Mineral do Quadrilátero Ferrífero. A estratigrafia deste segmento crustal engloba três unidades principais: os terrenos gnáissico-migmatíticos arqueanos, uma sequência vulcanossedimentar (Supergrupo Rio das Velhas), também arqueana e sequências metassedimentares supracrustais de idade Paleoproterozóica (Supergrupo Minas e Grupo Itacolomi). Em Belo Horizonte, afloram litologias do Supergrupo Minas, representada pelos grupos Cauê (junto à serra do Curral), Piracicaba e Sabará.

O bairro Luxemburgo está situado em terrenos do Grupo Sabará, onde observam-se, como litologias predominantes, xistos e filitos, que compreendem rochas de granulação fina.

Os estudos desenvolvidos por Beato *et al.* (2005) sobre a hidrogeologia da região da APA Sul da RMBH, caracterizam o comportamento hidrogeológico das litologias do Grupo Sabará como aquitardo (aquicludo), conceituado pelo estudo como “unidade geológica capaz de conter água e de absorvê-la lentamente, mas de permeabilidade tão reduzida que não permite um fluxo significativo”. Assim, o Grupo Sabará não favorece a presença de aquíferos profundos.

Por conta das rochas de granulação fina subjacentes, tem-se no terreno, como mostrado pelas sondagens, solos argilo-siltosos a silto-argilosos, de baixa permeabilidade e, conseqüentemente, baixa taxa de infiltração.





O terreno está situado junto à linha de talvegue, em baixa vertente. Todo o escoamento pluvial a montante verte superficial e sub-superficialmente para a linha de drenagem do tributário da margem esquerda do córrego Leitão que drena o bairro Luxemburgo, a partir da confluência dos cursos d'água da rua Luiz Soares da Rocha e da rua Guaicuí.

A encosta a montante, representada pela Mata do Mosteiro, com a presença de cobertura arbórea favorece um "top soil" rico em folhas, galhos que, somado ao solo superficial, com presença de blocos e matacões, permitem uma certa permeabilidade e o escoamento subsuperficial das águas de chuva, com afloramentos sazonais dessas águas nas porções mais baixas do relevo, além da considerável contribuição do escoamento superficial proveniente da rua Gentios que escoam sobre o terreno.

Deste modo, considerando o substrato rochoso de baixa permeabilidade, tem-se na região a ocorrência de aquífero superficial influenciado pelo regime pluviométrico. O aquífero superficial segue subsuperficialmente a conformação do relevo observada em superfície. As áreas de recarga correspondem às porções mais elevadas, que apresentam uma topografia, uma cobertura vegetal e uma permeabilidade que favorecem a infiltração das águas de chuvas. Quando ocorre um evento pluviométrico, grande parte das águas escoam superficialmente, parte infiltra e abastece o aquífero superficial, escoando subsuperficialmente até a linha de base (nascente, curso d'água) e alguma parcela dessa água subterrânea pode alimentar algum aquífero fraturado, porventura presente, no material rochoso, formando aquíferos profundos localizados e confinados, visto que as litologias do Grupo Sabará, a princípio, não favorecem a formação de aquíferos profundos.

O aquífero superficial, além de influenciado pelo regime de chuvas, mostra maior probabilidade de contaminação por estar em baixa profundidade. Em meio urbano, deve-se considerar outro fator fundamental que diz respeito à ocupação gradativa do solo, com o aumento da impermeabilização que resulta em menor taxa de infiltração e, conseqüentemente, favorecendo o escoamento superficial, reduzindo a recarga do aquífero. Para avaliar impactos de contaminação ou de redução de vazão em uma nascente, não é possível considerar somente o ponto onde essa se encontra, mas toda a bacia de contribuição. O bairro Luxemburgo é de ocupação relativamente recente, sendo o uso e ocupação anteriores paulatinamente sendo substituídos pela urbanização e construção de diversas edificações, com a remoção da cobertura vegetal e aumento da impermeabilização do solo.

A nascente ocorre quando a superfície do nível de água subterrânea intercepta a superfície do terreno, geralmente nos pontos mais baixos do relevo, junto às linhas de drenagem. A descarga ocorre nas cabeceiras de drenagem e ao longo da linha de drenagem que corresponde o nível de base do aquífero superficial. Por ser influenciada pelas chuvas, é importante que o levantamento de nascentes considere a sazonalidade, realizando o levantamento no período chuvoso (o final do período chuvoso compreende a época onde se espera o nível de água subterrânea em seu ponto mais elevado) e no período seco (o final do período seco corresponde à época onde se espera o nível de água subterrânea em seu ponto mais baixo), para avaliar a perenidade da nascente.

Outra informação importante, quando disponível, é a obtida em campanhas de sondagem, pois nessas campanhas, após a finalização de cada furo, realiza-se a leitura da profundidade do nível d'água subterrânea.





Considerando os dados de uma campanha de sondagem, onde se tem uma nascente, o nível de água subterrânea se encontra a 0,0 m, ou seja, se encontra aflorante. Como compreende uma superfície que aflora naquele determinado ponto, espera-se em seu entorno imediato um nível d'água subterrânea subaflorante, ou seja, em baixa profundidade. Neste contexto, usualmente observa-se no entorno uma vegetação mais adaptada a essa condição de saturação do solo. Quando são observadas nascentes difusas, ou seja, quando não é um ponto de afloramento do nível de água subterrânea, mas uma superfície tem-se a formação de áreas brejosas, que permanecem inundadas a maior parte do ano.

Feitas tais considerações, verifica-se, no terreno em questão, que os furos de sondagem à percussão, realizados no período chuvoso (24 e 28 de dezembro de 2019) identificaram o nível de água subterrânea entre 2,92 e 3,21 m de profundidade, quando associado à cobertura coluvionar argilo-siltosa, e entre 6,25 e 6,40 m de profundidade quando associado ao solo residual de filito, silto-argiloso.

O parecer da GERHI ressalta a baixa permeabilidade dos solos justificando a formação de um sistema superficial temporário nos períodos chuvosos que seria caracterizado como efêmero. Foi ressaltada ainda a ausência de vegetação típica de áreas úmidas. Na vistoria realizada no período seco a equipe técnica da GERHI não identificou a presença de nascente, lagoa e brejo, e, com base nos estudos apresentados, concluiu pela existência de um olho d'água intermitente e estabeleceu em seu entorno a Área de Preservação Permanente (Parecer Técnico nº 0805/21).

O Parecer Técnico nº 0110/10, emitido em 13/01/2010, por equipe técnica da SMMA foi embasado em vistorias de técnicos da SMMA, em **fevereiro de 2008** e **outubro de 2009**, ambas em **período de chuva**.

Na primeira vistoria (2008) haviam sido mapeadas no terreno "uma lagoa, uma extensa área brejosa e o curso d'água fluía na sarjeta até uma boca-de-lobo." O parecer mostrou registros fotográficos dessas ocorrências.

Na segunda vistoria (2009), foi verificada a *"existência das duas nascentes e encontrou-se, ainda, no interior de um bambuzal, um afloramento em pequena depressão. Além disso, foi identificada uma cisterna, cujo nível de água encontrava-se a pouco menos de 10 centímetros da superfície. A lagoa foi drenada, sob alegação de sujeira, e, por causa disso, o brejo teve sua área reduzida"*.

As vistorias realizadas em **fevereiro de 2008** e **outubro de 2009**, no período chuvoso, verificaram a presença de surgências d'água, que, à época, foram caracterizadas como nascentes, brejo e pequeno lago (**não houve vistoria no período seco para confirmação**). No levantamento realizado pelo empreendedor em 09/01/2020 (Relatório Técnico de Discordância de Existência de APP, fl. 16), foi verificado um ponto de surgência d'água. Em março de 2022, ainda no período chuvoso, na vistoria realizada pela SMMA, observou-se a ocorrência dessa surgência d'água. Já na vistoria realizada em agosto/2019 (período seco) não foi identificada a presença de afloramentos de água no terreno e ressaltou-se a ausência de vegetação brejosa típica. A mesma situação foi observada nas vistorias realizadas nos dias 15/09/2022 (com presença da comunidade local) e 21/09/2022.

A GERHI, conforme mencionado no PT 0805/21 vem procurando aprimorar os levantamentos realizados, observando a questão da sazonalidade, a utilização de GPS, a consideração do arcabouço geológico, a observação da cobertura vegetal, a disponibilidade de outras informações,

Avenida Afonso Pena, 342, Centro, CEP: 30130-009  
Belo Horizonte – MG – Telefone (31) 3246.0583, email: [smma@pbh.gov.br](mailto:smma@pbh.gov.br)





como por exemplo, campanhas de sondagem, para maior qualidade do dado gerado. Com isso, vem sendo realizada a revisão de muitos pontos cadastrados anteriormente.

Quando se ressalta, no item 8, que o Parecer Técnico nº 0110/10 foi assinado por 07 técnicos da SMMA e 06 gerentes, é necessário esclarecer que o parecer envolveu outras temáticas e, por isso, técnicos de diferentes formações. Quem realizou a avaliação específica sobre o tema, foram os técnicos da GERHI, Rodrigo Ádamo – Geógrafo e Viviane Mendes – Geóloga. Como supracitado, a avaliação à época foi a partir de vistorias realizadas exclusivamente no período chuvoso e não haviam informações sobre o subsolo, obtidas em campanhas de sondagem. Na emissão do PT 0805/21, foi realizada vistoria no período seco, foram avaliados dados de sondagem, foi observada a cobertura vegetal do entorno, foram analisados os dados apresentados pelo requerente, resultando na revisão da análise de 2010.

O terreno em questão se encontra em baixa vertente, mostrando uma topografia mais suave, com a ocorrência de concavidades que permitem o armazenamento temporário das águas de chuvas que por conta dos solos de baixa permeabilidade, apresentam baixa taxa de infiltração. Nota-se pelo filme disponibilizado pela associação de bairro que o terreno recebe considerável escoamento superficial das áreas a montante, especialmente da rua Gentios e, por apresentar cobertura vegetal, solo orgânico, com folhas e galhos, áreas mais côncavas e solos de baixa permeabilidade possibilita esse armazenamento temporário. O local demarcado como nascente inclusive mostra essa característica de concavidade, tendo sido aberto um pequeno canal para esgotamento da água contida. Na vistoria da SMMA, realizada em 16/03/2022, foi mostrada essa canaletta, em terreno natural, escoando água para o passeio e sarjeta (registro fotográfico no PT nº 1.043/22).

Na história do bairro Luxemburgo, disponibilizada pela AMALUX, verifica-se que o bairro, em seus primórdios, compreendia uma área de uso rural. O terreno em questão com presença de árvores frutíferas compreende um dos remanescentes desse uso pretérito.

A presença de pequeno lago ou brejo pode ter sido originada a partir da abertura do sistema viário que represou as águas de montante ou mesmo com objetivo rural da propriedade. Como as vistorias anteriores da SMMA foram realizadas especificamente no período chuvoso, não é possível saber se tais ocorrências eram perenes ou ocorriam somente durante as chuvas, quando os solos mais argilosos de baixa permeabilidade favoreciam esse armazenamento. Infere-se que a reconformação do terreno foi realizada para evitar o armazenamento dessas águas e a proliferação de vetores. A profundidade do nível d'água subterrânea observado nas sondagens não sugere que houve um aterramento premeditado, pois, caso isso tivesse ocorrido, o nível d'água seria observado a baixa profundidade.

Por outro lado, cabe ressaltar que as sondagens mostraram que no furo SP01, foi identificada uma camada argilo-siltosa muito mole a mole com 3,10 m de profundidade e, subjacente, foi observada camada de argila orgânica, muito mole, preta entre 3,10 e 4,70 m, com o nível de água subterrânea a 3,05 m de profundidade. Essa situação sugere a ocorrência de uma área brejosa pretérita que, no processo de ocupação do terreno, foi aterrada. Provavelmente, isso foi realizado na urbanização do bairro, com a implantação da rua na linha de drenagem e canalização do curso d'água que verte sob a rua Luiz Soares da Rocha. Para a implantação da via, houve o aterramento dessa área brejosa (3,10 m), onde ocorria a nascente desse curso d'água canalizado,





porém, isso compreende uma suposição, já que o parcelamento foi aprovado em 1987, com a urbanização se dando na sequência.

O que se observa hoje é que, pelos dados das sondagens, o aquífero superficial não aflora em superfície. Os solos argilosos e a topografia mais suave, com concavidades permitiram a manutenção de águas armazenadas no terreno, formando o pequeno lago e brejo citados que, como supramencionado, podiam ter um comportamento de intermitência e serem observados somente durante o período chuvoso.

**10 Avaliando o pedido de intervenção em APP realizado pelo empreendedor e a análise proferida pela SMMA, verificamos que foram avaliadas apenas as intervenções relativas às vagas de garagem e a piscina, entretanto nada é mencionado a respeito das outras estruturas que serão construídas dentro da APP, em especial os “caminhamentos: terreno natural” e parada sob palafitas”, conforme pode ser verificado na figura a seguir.**

**Sendo assim, tendo em vista estas outras estruturas que serão construídas/implantadas dentro da APP, temos os seguintes questionamentos.**

- a. **Por que estas estruturas não foram consideradas na análise do pedido de intervenção em APP? Qual o fundamento técnico e jurídico para excluir estas estruturas da análise do pedido de intervenção em APP?**
- b. **Apresentar os documentos/discussões que levaram a excluir as estruturas denominadas como “parada sob palafitas” e “caminhamento em terreno natural” do pedido de intervenção em APP.**
- c. **Apresentar detalhamento de como serão os caminhamentos em terreno natural.**
- d. **Os caminhamentos em terreno natural já existem no atual terreno?**
- e. **Caso os caminhamentos não existam a implantação dos mesmos não é considerada como intervenção em APP?**
- f. **Quais são os impactos advindos da implantação do caminhamento em terreno natural na APP?**
- g. **Os impactos referentes ao trânsito de pessoas dentro da área de APP pelos caminhamentos em terreno natural foram considerados na análise do empreendimento e em especial na avaliação da intervenção em APP?**
- h. **Qual a área total dos caminhamentos em terreno natural e quanto isto representa de toda a área de APP do terreno?**
- i. **No caminhamento em terreno natural que liga umas das Paradas sob palafitas a Parada sob palafitas com inserções arbóreas parece possuir uma espécie de escada. Do que se trata a estrutura similar a uma representação de escada que está apresentada no projeto?**
- j. **Apresentar detalhamento de como serão as paradas sob palafitas.**





- k. Como se dará a fixação das paradas sob palafitas?
- l. A fixação das paradas sob palafitas no solo não resultará em nenhum impacto sobre a APP?
- m. Quais são os impactos advindos da implantação das 6 paradas sob palafitas na área de APP?
- n. Qual a área total das 6 paradas sob palafitas e quanto isto representa de toda a área de APP do terreno?
- o. Os impactos referentes ao trânsito de pessoas dentro da área de APP pelos caminhamentos em terreno natural foram considerados na análise do empreendimento e em especial na avaliação da intervenção em APP?
- p. Considerando que a justificativa para desconsiderar da análise do processo de intervenção em APP das 6 paradas sob palafitas seja o fato de que elas não serão construídas diretamente sob o solo, mas ficarão elevadas pela estrutura das palafitas. Por esta análise um empreendedor pode ocupar 100% da área do terreno, desde que ele não coloque as estruturas diretamente no solo?

**Resposta:** A SMMA não avaliou essa questão, visto que para tal seria necessário previamente a análise e deliberação do COMAM favorável à intervenção proposta no terreno, com o estabelecimento de possíveis diretrizes, além das propostas pela SMMA, para que o requerente pudesse, então, desenvolver um projeto paisagístico compatível com essas definições, que seria avaliado pela SMMA.

O Parecer Técnico nº 1.043/22 cita: *“Da mesma forma, deverão ser detalhadas as trilhas de interligação da área de estacionamento e as edificações em terreno natural, as paradas sob palafitas, além do tratamento que será dado à nascente. Assim, é importante prever a apresentação de um projeto paisagístico específico para a APP da nascente.”* E definiu na condicionante 02: *“Apresentar projeto paisagístico da APP da Nascente (vide Nota 1) para aprovação da SMMA.”* Especificando na citada Nota 1: *“O projeto paisagístico da APP da nascente deverá detalhar as trilhas em terreno natural e as esperas em palafitas, o entorno da piscina e da área de estacionamento e o tratamento que será dado à nascente. No entorno da piscina deverão ser estudadas soluções de projeto, evitando a conformação de taludes de corte, optando por contenções, para minimizar as supressões arbóreas. Após tais alterações, deverá ser apresentado à SMMA nova listagem de espécies a serem suprimidas e a serem preservadas e as compensações previstas, acompanhado da planta e lista de supressões.”*

Pelo apresentado observa-se que se trata de um olho d'água intermitente, sem presença de vegetação brejosa, como foi constatado na vistoria realizada em conjunto com a comunidade e representante dessa CMBH. O uso proposto é para atender uma população idosa e o projeto teria uma função paisagística e contemplativa. A partir da deliberação do COMAM e as diretrizes estabelecidas, o requerente iria desenvolver o projeto paisagístico em atendimento à condicionante 02, com todo o detalhamento construtivo, que seria avaliado, adequado e aprovado pela SMMA.





**11 – O empreendimento foi classificado como de interesse social ou utilidade pública? Em caso positivo, apresentar motivos que levaram a tal fato.**

**Resposta:** Não houve classificação em interesse social ou utilidade pública.

**12 – Caso o empreendimento tenha sido enquadrado como de interesse social ou de utilidade pública, quais os desdobramentos deste enquadramento para o processo de licenciamento ambiental ou intervenção em APP? Foi dada alguma isenção, autorização ou qualquer outro ato embasado no fato do empreendimento ser enquadrado como de interesse social ou de utilidade pública? Caso positivo apresentar listagem detalhada.**

**Resposta:** Pergunta prejudicada em razão da resposta do item anterior.

**13 – Segundo o Parecer Técnico nº 1043/22 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e diversos documentos apresentados pelo empreendedor, o empreendimento está enquadrado como Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), na atividade econômica (CNAE 871150200). O sítio eletrônico da PBH define ILPI como: “Acolhe idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, em situação de violação de direitos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, após esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. Tem como objetivo assegurar espaço de moradia e desenvolver condições para a independência e o autocuidado promovendo o acesso a renda e o restabelecimento de vínculos comunitários e sociais”. O empreendimento cumpre integralmente a definição de ILPI apresentado no sítio eletrônico da prefeitura? Caso não cumpra alguns dos pontos levantados, isto se configura como óbice para o licenciamento do empreendimento nesta modalidade?**

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM

**14 – Uma ILPI é classificada pela PBH como um equipamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). Há necessidade do empreendido (sic) realizar algum cadastro, registro, protocolar algum documento ou obter alguma licença ou autorização da SMASAC ou de algum outro órgão da PBH para se configurar como uma ILPI no município de Belo Horizonte? Em caso positivo, tais etapas já foram realizadas?**

**Resposta:** Pergunta prejudicada em razão da resposta do item anterior.

**15 – Qual é, exatamente, a dinâmica do negócio e como funcionará a operação do empreendimento?**

**Resposta:** A definição e gestão do negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**16 – Em relação às unidades habitacionais que serão comercializadas pelo empreendedor**  
**Resposta:** cada unidade comercializada terá uma matrícula própria?

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**17 – O idoso celebrará um contrato de compra e venda dessa unidade com o empreendedor ou será um contrato de prestação de serviços?**





**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**18 – Idosos em situação de vulnerabilidade e que não tenham recursos ou não tenham a quem recorrer poderão usufruir do empreendimento?**

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**19 – O empreendimento terá inscrição perante o órgão competente da Vigilância Sanitária e o Conselho Municipal da Pessoa Idosa, na forma do art. 48, parágrafo único, do Estatuto do Idoso?**

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**20 – O empreendimento consegue comprovar, específica e fundamentadamente, que está apto a cumprir os princípios e requisitos previstos nos art. 49 e 50 do Estatuto do Idoso? Em caso positivo, apresentar comprovações.**

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**21 – De que maneira o empreendimento:**

**a. Oferecerá auxílio religioso a quem o desejar?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**b. Desenvolverá estudo social e pessoal de cada idoso?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**c. Fornecerá vestuário e alimentação adequados?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**d. Fornecerá atendimento personalizado?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**e. Proporcionará cuidados à saúde?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**f. Haverá contratação de profissionais para cada uma dessas atividades?**

**Resposta:** A definição e gestão do negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.





**22 – Caso ocorra situação de urgência/emergência, o empreendimento disponibilizará algum serviço ou estrutura para atendimento do idoso? Detalhar como isso ocorrerá.**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**23 – Qual é o modelo de negócio do empreendimento? Quem irá operá-lo, uma vez que os empreendedores alegam que é de uso coletivo?**

**Resposta:** A definição e gestão do negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**24 – Por qual motivo os empreendedores, ao dar declarações sobre o empreendimento, o caracterizam como interesse social?**

**Resposta:** Não compete à SMMA manifestar-se sobre declarações do empreendedor exaradas fora do procedimento administrativo de licenciamento ambiental.

**25 – Qual o público-alvo do empreendimento em termos de renda e de situação familiar?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**26 – Um idoso em situação de vulnerabilidade social poderá se habilitar para adquirir uma unidade? A prefeitura irá patrocinar essa atividade segundo sua própria definição de interesse social para o CNAE apontado?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**27 – Como os ocupantes usufruirão das unidades habitacionais: terão a propriedade, posso, autonomia e liberdade para delas dispor como se fossem sua moradia de fato?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**28 – Quem será o dono das unidades residenciais que serão construídas no empreendimento: os empreendedores que pretendem construir o empreendimento, os moradores/residentes ou terceiros? Detalhar como será a relação comercial entre os donos do empreendimento e os moradores/residentes?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**29 – Qual tipo de serviço será oferecido aos moradores? Serão eles de caráter assistencial ou comercial?**

**Resposta:** Quando do preenchimento do Formulário de Caracterização de Empreendimento de Impacto (FCEI), pelo empreendedor em 2020, foi informado sobre o tipo de atividade econômica como “de uso coletivo” e, além disso, foi feita a descrição das atividades de “clínicas e residências geriátricas - CNAE 871150100”, “instituições de longa permanência para idosos - CNAE 871150200” e “condomínios residenciais para idosos e deficiente - CNAE 871150500”.





**30 – Como ocorrerá o uso das 5 unidades comerciais: abertas ao público em geral, somente aos moradores ou de outra forma?**

**Resposta:** A definição e gestão do negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**31 – A caracterização como de interesse social, dependendo das respostas dadas às perguntas 23 a 29, não é, senão inexistente, desvirtuada e, por isso, pode-se constituir vício de origem do empreendimento, ao não se atender o que a própria PBH estabelece em seu site na internet como situações de acolhimento de idosos no atendimento do interesse público, ou seja, que haja vulnerabilidade em termos de violação de direitos e ausência de meios de subsistência?**

**Resposta:** As análises da SMMA não consideraram o empreendimento como de interesse social para fins de intervenção em APP nos termos da Lei nº 12.651/12.

**32 – Como se garantirá que as unidades não sejam revendidas para adquirentes que disporão delas diferentemente do que se considerou o público-alvo (idosos com 60 anos ou mais) para alegação do pretense interesse social de atendimento para idosos?**

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**33 – Poderá ocorrer que o modelo de negócio, a implantação de uma ILPI, o que é o objeto do processo de licenciamento ambiental em questão, sofra mutações ao longo do tempo, resultando que o garantido ao empreendedor que faça outro uso do empreendimento não previsto no projeto atual. Desse modo, cria-se mais transtornos à comunidade, que será, também por meio de impostos à PBH, a responsável por mitigar os impactos dessa mutação. Qual a garantia que a PBH possui de que não haverá mudança da atividade econômica desempenhada no local ao longo do tempo? Existem ferramentas para a PBH coibir a ocorrência de tal fato?**

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**34 – A própria PBH alega, em relação a várias outras reclamações dos moradores do bairro, tais como o templo religioso e seu impacto no trânsito e no sossego, invasões e festas com grande poluição sonora, que não possui meios e efetivo de servidores para combater as irregularidades. Segundo relato de moradores, na atualidade, nenhum órgão da administração pública se faz presente da maneira adequada e, quando acionadas, informam que não possuem recursos (Guarda Municipal, BH TRANS etc). Como, então, a PBH fiscalizará o empreendimento em termos de atendimento ao projeto inicial, cuidando para que seu objetivo atual não seja desvirtuado, usado para fins que poderão ainda mais devastar a área ambiental, tal como casas de festas, templos religiosos, escolas, etc.?**

**Resposta:** A Política Ambiental do Município está disposta na Lei Municipal nº 4.253/1985 que atribui à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) competência para exercer ação fiscalizadora de observância das normas contidas na legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, assim como exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de inobservância de norma ou padrão





estabelecido. Quanto a outros aspectos da legislação, a PBH dispõe de mecanismos para combater eventuais ilegalidades. No caso da Igreja, houve convocação do COMPUR para avaliação de impactos específicos.

**35 – Como, então, em relação à pergunta 34, pode-se garantir que o presente projeto não se trata apenas de um modo inicial de ocupação do terreno para posteriormente degradá-lo ainda mais com outros uso visto que a própria PBH adota uma conduta de análise restrita aos parâmetros do Plano Diretor sem usar de seu poder discricionário, prudencial e preventivo com visão ampla da questão ambiental?**

**Resposta:** Essa análise não compete à SMMA e não é objeto do procedimento de análise de intervenção em APP em curso pelo COMAM.

**36 – Dada uma possível descaracterização do empreendimento como de interesse social, qual o porquê de a PBH acolher tal solicitação em área de preservação ambiental, esta, de relevante interesse público, se nem ao menos ele concorre com ela em termos de importância para os habitantes de Belo Horizonte?**

**Resposta:** As análises da SMMA não consideraram o empreendimento como de interesse social para fins de intervenção em APP nos termos da Lei nº 12.651/12.

**37 – Dadas às perguntas anteriores, não estaria todo o projeto atual anulado, visto que as construções impactariam muito mais do que o atualmente alegado pelos empreendedores, haja vista a degradação não reparada, demais impactos e a não reparada, demais impactos e a não existência de interesse social que possa competir com a relevante utilidade pública da área, que é de preservação ambiental?**

**Resposta:** Considerando as respostas aos itens anteriores, cumpre complementá-las informando que o projeto em questão, após passar por análise técnica nesta SMMA, será submetido em última análise à instância deliberativa do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte que conta com 15 (quinze) membros a quem compete votar, seguindo rito próprio e que contempla a participação da sociedade civil, pela desaprovação do projeto, pela aprovação com condicionantes e medida compensatória.

**38 – Desde a aquisição da propriedade (em 2008), os proprietários cumpriram, em algum momento, a função social e ambiental da propriedade? Caso positivo, por meio de quais atos em concreto? É possível comprovar?**

**Resposta:** A área permanece cercada, com sua área permeável vegetada em terreno natural e sem ocupações irregulares, cumprindo sua função ambiental. Compete à SMPU - Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e à SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda avaliar essas questões afetas ao Estatuto da Cidade, à IPTU progressivo, etc.

**39 – Desde a aquisição da propriedade, os proprietários, em algum momento, praticaram atos tendentes à preservação ambiental dos elementos naturais existentes no local? Caso positivo, por meio de quais atos?**

**Resposta:** A área permanece cercada, com sua área permeável vegetada em terreno natural e sem ocupações irregulares.





**40 – Os proprietários estão adimplentes com os encargos trabalhistas do caseiro? Caso positivo, há prova disso?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**41 – A Prefeitura de Belo Horizonte tomou alguma providência concreta no sentido de compelir os proprietários a cumprirem a função social e ambiental da propriedade? Caso positivo, por meio de quais atos concretos?**

**Resposta:** A área permanece cercada, com sua área permeável vegetada em terreno natural e sem ocupações irregulares, cumprindo sua função ambiental. Compete à SMPU - Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e à SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda avaliar essas questões afetas ao Estatuto da Cidade, à IPTU progressivo, etc.

**42 – Considerando que temos as seguintes informações e definições (\*...)**

**42.1 – Qual é a razão deste empreendimento não estar submetido ao parâmetro de quota de terreno?**

**Resposta:** Essa análise compete à SUREG - Subsecretaria de Regulação Urbana no momento de análise do projeto arquitetônico.

**Em relação às pessoas que usufruírem das unidades, elas:**

**42.2 – terão sua permanência com prazo definido?**

**Resposta:** A definição e gestão do modelo de negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**42.3 – Em cada unidade poderá pernoitar mais de um indivíduo?**

**Resposta:** A definição e gestão do modelo de negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**42.4 – Terão endereço de domicílio diferente do endereço deste empreendimento?**

**Resposta:** A definição e gestão do modelo de negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**42.5 – Onde estas pessoas irão residir se não neste empreendimento?**

**Resposta:** A definição e gestão do modelo de negócio cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**Em relação à CNAE apresentada:**

**42.6 – Quais são as atividades de assistência social a idosos sem condições econômicas serão prestadas?**

**Resposta:** Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

**42.7 – Descrever como será a comercialização deste empreendimento, incluindo em relação aos documentos que irão assegurar o direito de posse e propriedade do imóvel.**





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

**Resposta:** A definição e gestão do negócio e do modelo comercial cabe ao empreendedor. Não compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte a avaliação sobre este aspecto.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos, caso necessário.

Respeitosamente,

**Mário de Lacerda Werneck Neto – BM: 114.235-4**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**À**

**Secretaria Municipal de Governo – SMGO**

**Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE**

A/c Sra. Luana Magalhães de Araújo Cunha

Avenida Afonso Pena 1212, 5º andar

Centro, Belo Horizonte - CEP: 30130908





**Anexo do Ofício GAB-SMMA/SMGO nº 0111/2023**

**ANEXO I (Autorização de Intervenção da GEAUTO)**



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**Gerência de Autorizações**

**Autorização de Intervenção em Espécimes - Nº S/N**

**Cadastro SMMA: 1673/11**

**Interessado: Santos Oliveira Empreendimentos e Participações**

**Localização do(s) espécime(s): RUA JUIZ SOARES DA ROCHA nº: 181 bairro:  
LUXEMBURGO município: BELO HORIZONTE regional: CENTRO-SUL.**

Após vistoria técnica realizada em 13/04/2011 a Gerência de Autorizações - GEAUTO  
autoriza a execução das seguintes intervenções:

Supressão de 25 (vinte cinco) espécimes arbóreos nativos e exóticos com risco de  
queda, mortos, ataque de cupins e erva de passarinho.

Obs.: Relação de espécimes anexa a esta autorização.

**AUTORIZAÇÃO VÁLIDA POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS E DEVE SER  
MANTIDA NO ENDEREÇO ONDE SE LOCALIZA (M) OS ESPÉCIMES.**

Belo Horizonte, 15 de abril de 2011

Felipe Kinsman Olinda BM 89966-X

Gerência de Autorizações - GEAUTO

GGAM/SMMA

ACB - 06101210








# PREFEITURA BELO HORIZONTE

## Secretaria Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Árvore:	Intervenção:	Justificativa:	Foto:
1 pau jacaré localizado próximo ao cercamento imediatamente ao lado direito do portão de entrada.	Supressão.	Árvore morrendo por ataque severo de erva de passarinho.	
2 (dois) paus jacaré com aproximadamente 8 metros de altura, ao lado esquerdo do portão de entrada rente ao cercamento	Supressão.	Árvores infestadas por erva de passarinho e com orelhão de pau.	
1 pau jacaré localizado imediatamente posterior aos 2 anteriores de aproximadamente 8 metros de altura	Supressão	Árvore infestada por cupins com risco de queda.	

ACI - 00101220



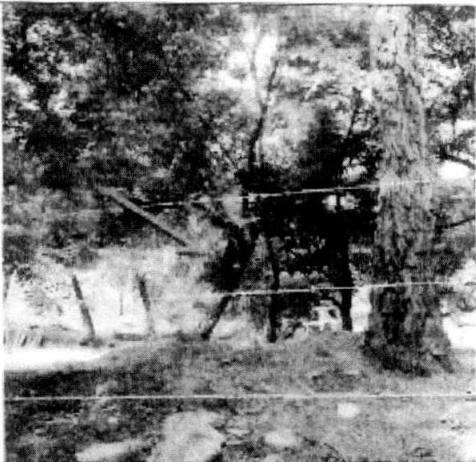




# PREFEITURA BELO HORIZONTE

## Secretaria Municipal de Meio Ambiente





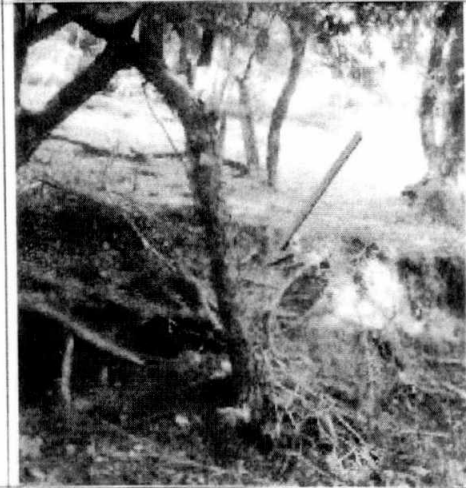
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

1 pau jacaré com aproximadamente 8 metros de altura localizado atrás do anterior.	Supressão	Árvore com cupim e broca e com a base do tronco oca.	
1 abacateiro de aproximadamente 10 metros localizado próximo à edificação	supressão	Árvore atacada por cupins na base do tronco e com sua estabilidade comprometida	
1 Jacarandá de grande porte e um pau jacaré também de grande porte, árvores localizadas próximas ao barranco e perto da edificação, lado esquerdo.	Supressão	Jacarandá com a base do tronco exposta (raízes comprometidas) presença de cupins. Pau jacaré morto.	

024 - 401 31220





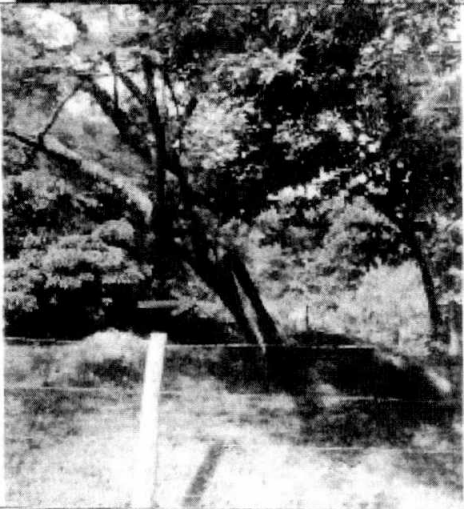


1 jambo de médio porte com aproximadamente 5 metros de altura, localizado no barranco ao lado esquerdo das anteriores.	supressão	Árvore com a base do tronco infestada por cupins e com as raízes expostas	
3 árvores mortas não identificadas.	supressão	Árvores mortas.	
1 pau jacaré de médio porte, galhos quebrados por chuva e ventania.	supressão	Árvore comprometida com inclinação, presença de cupins e brotações epicórnias.	

ANEXO - 00101320








1 mangueira de médio porte, na beirada do barranco ao lado do pau jacaré anterior	supressão	Árvore com inclinação e raízes expostas, risco de queda.	
1 pau jacaré de grande porte rente ao cercamento da rua gentios.	supressão	Árvore com cupins na base do tronco, risco de queda.	
2 jacarandás de médio porte, aproximadamente 5 metros, rentes ao cercamento da rua Luiz Soares da Rocha, quase em frente ao número 250.	Supressão	Árvores com presença de cupins e inclinação para a rua, risco de queda.	

Arg. 001/01220





1 quaresmeira de médio porte, aproximadamente 4 metros de altura, atrás da edificação	supressão	Árvore com inclinação em direção a edificação, risco de queda.	
Árvore morta não identificada localizada na APP	supressão	Árvore morta	
1 pau jacaré bem próximo à nascente, árvore caindo escorada em outra árvore.	supressão	Árvore caindo e escorada em outra árvore comprometendo-a.	

ACA 0010/220




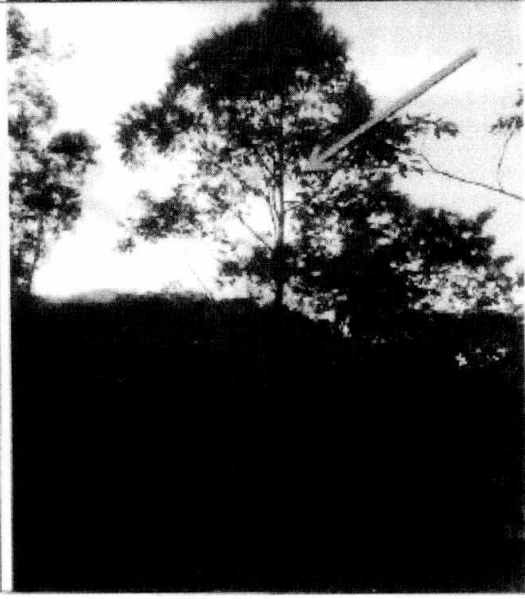


# PREFEITURA BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Árvore não identificada de grande porte ao lado da nascente inclinada em direção à rua.	supressão	Árvore com risco de queda para a rua.	Sem foto.
1 eucalipto de grande porte localizado rente ao cercamento.	supressão	Árvore tomada por erva de passarinho, grande porte e inclinada em direção à rua e com risco de queda.	
1 eucalipto de grande porte localizado após o anterior, quase com divisa do parque Mosteiro São Bento.	Supressão	Árvore com potencial risco de queda por apresentar sistema radicular exposto e por ter sido plantada em camada de brita.	

ACS - 00101220



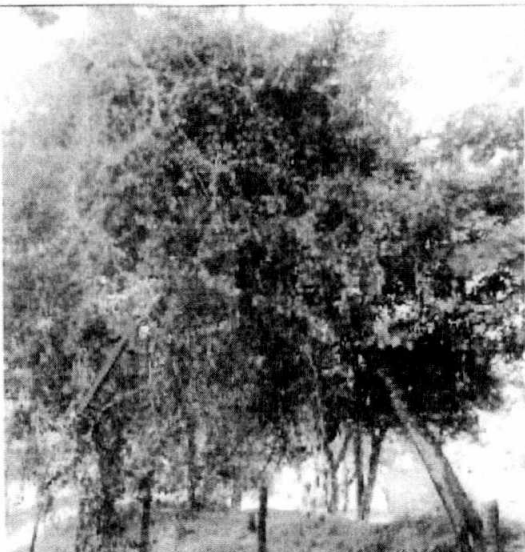




# PREFEITURA BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de M



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

1 angico de médio porte com aproximadamente 7 metros de altura próximo ao cercamento da rua Luiz Soares da Rocha, subindo a rua em direção ao parque.	supressão	Árvore completamente tomada por erva de passarinho.	
1 Pau ferro de aproximadamente 6 metros uma pouco abaixo da árvore anterior.	supressão	Árvore quebrada com risco de queda em direção a rua.	
1 pau jacaré de médio porte com aproximadamente 6 metros, lado direito do portão.	supressão	Árvore com cupim e orelha de pau.	

AGT - 09/12/20





# PREFEITURA BELO HORIZONTE

## Secretaria Municipal de Meio Ambiente

### ANEXO II (Boletim de Ocorrência)

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR				REDS 2011-000377245-001	
BOLETIM DE OCORRÊNCIA		BO NÚMERO	CIAD/B-2011-1011583	Fl. 1/3	
LIMITE					
1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)		MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			
DESTINATÁRIO 1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)		DATA DO REGISTRO 03/03/2011 19:34			
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO					
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA		INTERCEPTAÇÃO		DATA DA COMUNICAÇÃO	
VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES		XXXXXX		03/03/2011 16:05	
COM OPERAÇÃO ORIGIN					
XXXXXX					
INTERCEPTAÇÃO					
XXXXXX					
DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVANTE, DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL					
CORTE DE ÁRVORE CAÍDA					
COD. PRINCIPAL		COMPL. NATUREZA			
S05002		MATA / FLORESTA			
DATA DO FATO		HORÁRIO DO FATO		DATA DO FATO	
03/03/2011		15:58		03/03/2011	
LOCAL (AV., RUA, ETC)		HORÁRIO NO LOCAL		HORÁRIO FINAL	
RUA LUIZ SOARES ROCHA		16:22		03/03/2011 18:08	
NÚMERO		KM		COMPLEMENTO	
550		XXXX		XXXXXX	
MUNICÍPIO		UF		PAÍS	
BELO HORIZONTE		MG		BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA		LATITUDE		LONGITUDE	
XXXXXX		-19° 57' 1,34"		-43° 57' 12,87"	
TIPO LOCAL					
VIA URBANA					
LOCALIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA					
PERÍMETRO URBANO					
CAUSA PRESUMIDA					
OUTROS - CAUSA PRESUMIDA					
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS					
ENVOLVIDO 1					
TIPO DE PESSOA		SEXO		TIPO ENVOLVIMENTO	
FÍSICA		MASCULINO		TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU AÇÃO POLICIAL	
NOME COMPLETO					
TELES PEREIRA DE MENDONÇA					
APELIDOS					
XXXX					
NACIONALIDADE		DATA NASCIMENTO		NATURALIDADE / UF	
BRASILEIRA		19/02/1972		TIOFILO OTONI - MG	
IDADE APARENTE		GRAU DA LEIÃO		ESTADO CIVIL	
39		IGNORADO		CASADO	
CUIA		OCUPAÇÃO ATUAL			
IGNORADO		CABEIRO			
RELAÇÃO ÚLTIMA / AUTOR					
IGNORADO					
MÃE					
JOANA PEREIRA					
PAI					
XXXXXX					
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO					
XXXXXX					
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE		ORIGEM EXTERNA			
XXXXXX		XXXXXX			
ESCOLARIDADE					
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (COMPREENDE OS PRIMEIROS OITO ANOS DE ESTUDO)					
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO		KM	
LUIZ SOARES ROCHA		181		XXXXXX	
BARRIO		MUNICÍPIO		COMPLEMENTO	
LUXEMBURGO		BELO HORIZONTE		XXXXXX	
PAÍS		CEP		TELEFONE RESIDENCIAL	
BRASIL		XXXXXX		XXXXXX	
PROBÃO / APRENSÃO		HORA DE USO DE ALERGIAS / MOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS		TELEFONE COMERCIAL	
IGNORADO		XXX		XXXXXX	
ENVOLVIDO 2					
TIPO DE PESSOA		SEXO		TIPO ENVOLVIMENTO	
FÍSICA		MASCULINO		TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU AÇÃO POLICIAL	
NOME COMPLETO					
PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA					
APELIDOS					
XXXX					

DIGITADOR: RNE362235

REGISTRADO SOB O NÚMERO:  
01305303  
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

GERADO POR: RNE362235  
11/03/2011 09:00





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLICIA CIVIL - POLICIA MILITAR

REDS 2011-000377245-001

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

**BO NÚMERO**

CIAD/B-2011-1011583

**Fl. 2/3**

**ENVOLVIDO 2**

NACIONALIDADE	BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO	12/10/1986	NATURALIDADE/UF	BELO HORIZONTE / MG
IDADE APARENTE	24	GRAU DA LESÃO	IGNORADO	ESTADO CIVIL	SOLTEIRO
CITE	IGNORADO	OCCUPAÇÃO ATUAL	XXXXXX		
RELAÇÃO VÍTIMA/AUTOR	IGNORADO				
NOME	MARI DE ALMEIDA				
RM	XXXXXX				
TPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	CARTeira DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	11136811	ORÇÃO EXPEDIENTE	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF	MG
ESCOLARIDADE	ENSINO MEDIO COMPLETO (2º GRAU)				
ENDERECO (AV, RUA, ETC)	RUA COSTA DO MARFIM	NÚMERO	260	COMPLEMENTO	XXXXXX
BARRIO	HAVAI	MUNICÍPIO	BELO HORIZONTE	UF	MG
PAÍS	BRASIL	CEP	30575-000	TELEFONE RESIDENCIAL	XXXXXX
PRESO/APREENSÃO	IGNORADO			TELEFONE COMERCIAL	XXXXXX
				HOUVE USO DE ARMAS / MOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?	XXX

**HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA**

VIATURA EMPENHADA PARA Ocorrência DE Corte de ARVORE CAIDA. NO LOCAL, SE TRATAVA DE UMA ARVORE DO TIPO EUCALÍPTO, QUE CAIU SOBRE OUTRA ARVORE, OFERECENDO RISCO DE CAIR SOBRE A VIA URBANA. A GU BM REFIUOU A SUPRESSAO DO EUCALÍPTO E DA ARVORE NA QUAL ELE SE ENCONTRAVA APOIADO, POIS ELA TAMBEM OFERECIA RISCO IMINENTE DE QUEDA. DESLOCAMOS PARA O PONTO ZERO SEM ALTERAÇÃO.

**VIATURAS**

**VIATURA 1**

TPO DA VIATURA	PRINCIPAL	ORÇÃO	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DESCRIÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	CAMINHÃO		
PLACA	HMH4885	PRÉFIO DA VIATURA	BM
REGISTRO GERAL	00866	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO	XXXXXX
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	XXXXXX		

**MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES**

**MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE**

NÚM VIATURA	XXXX	MATRICULA	1145481	CARGO	CABO
NOME COMPLETO	RUBEM SANTANA BARROSO				
CORPORACAO	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR			Nº VIATURA	XXXX
UNIDADE	1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)				

**MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE**

NÚM VIATURA	XXXX	MATRICULA	1281484	CARGO	CABO
NOME COMPLETO	ANDRE DE OLIVEIRA SILVA				
CORPORACAO	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR			Nº VIATURA	XXXX
UNIDADE	1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)				

**MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE**

NÚM VIATURA	XXXX	MATRICULA	1362235	CARGO	3 SARGENTO
NOME COMPLETO	GUILHERME DE CASTRO QUIRICO				
CORPORACAO	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR			Nº VIATURA	XXXX
UNIDADE	1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)				

DISP27ADNR: BH324235

REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01305303

1ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos de BH



**CBM - MG - 1º BEM  
AUTENTICAÇÃO**

Autentico a presente cópia que  
conferir com o documento original.  
Decreto 20407/80

Em 11/03/11

Seimo Lopes Andrade  
Subs. Terc. BM

DISP27ADNR: BH324235

11/03/2011 09:40



# PREFEITURA BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Meio Ambiente



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLICIA CIVIL - POLICIA MILITAR

REDS 2011-000377245-001

BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

CIAD/B-2011-1011583

Fl. 3/3

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM. VÍTIMA	MATRICULA	CARGO
XXXX	1362391	SOLDADO DE 1 CLASSE
NOME COMPLETO		
JOAO MARCELO MATA MAGALHAES		
CORPORAÇÃO		NR. VÍTIMA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR		XXXX
UNIDADE		
1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)		

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM. VÍTIMA	MATRICULA	CARGO
XXXX	1480532	SOLDADO DE 1 CLASSE
NOME COMPLETO		
JULIO CESAR ABREU ASSUNCAO		
CORPORAÇÃO		NR. VÍTIMA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR		XXXX
UNIDADE		
1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)		

## DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE	
1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)	
MATRICULA	NOME COMPLETO
1362235	GUILHERME DE CASTRO QUIRICO
CARGO	
3 SARGENTO	
CORPORAÇÃO	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
ASSINATURA	

## RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

### DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO CIAD/B-2011-1011583 e Número de REDS 2011-000377245-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRICULA	NOME
10/03/2011	18:52	1431444	RAFAEL DE FIGUEIREDO BARBOSA
CARGO			
2 TENENTE			
CORPORAÇÃO			
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/MG			
UNIDADE			
1BBM/1CIA/2PEL (BELO HORIZONTE)			
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE			
XXXXXX			
ASSINATURA			
RECIBO GERADO POR:			
BM1362235 GUILHERME DE CASTRO QUIRICO			
DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO			
03/03/2011 19:58			

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH  
APRESENTADO POR CÓPIA, COMO  
ANEXO DO DOCUMENTO REGISTRADO  
SOB O Nº

CBM - MG - 1º BBM  
AUTENTICAÇÃO  
Em 11/03/11  
Selmo Lopes Andrade  
Sub. Ten. BM

AVULSOS DISTRIBUIDOS

Em 02 / 03 / 2023

739

Responsável pela distribuição

REGISTRADO SOB O NÚMERO:  
01305303  
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

DIGITADOR: BM1362235

GERADO POR: BM031071





OF. SMGO/DALE Nº 102/2023

Belo Horizonte, 17/02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.942/22** – Autoria da Vereadora Marcela Trópia – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.733/22, de 06/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.942/22, de autoria da Vereadora Marcela Trópia, que solicita informações sobre a reforma da Praça das Aves, no zoológico de Belo Horizonte.

Consultadas, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica e a Secretaria de Obras e Infraestrutura emitiram resposta através do ofício FPMZB/DALE-SMGO Nº 003/2023 e do Ofício SMOBI Nº 28/2023, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

OFÍCIO FPMZB / DALE-SMGO Nº 003/2023

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2023.

Ref.: Requerimento de Comissão CMBH nº 1942/2022

Prezada Senhora,

A Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, nos termos do que foi questionado pela Vereadora Marcela Trópia, vem assim esclarecer:

- 1) O Edital SMOBI 091/22 engloba na verdade um restante das obras iniciadas antes de 2017 e que foram paralisadas por diversas questões. Não se trata na verdade de obra, mas sim de reforma no setor de manejo dos animais, essenciais ao bom funcionamento do local;
- 2) As reformas que estão sendo realizadas no local são de extrema necessidade para melhorar o bem estar e cuidado com os animais e a segurança do tratador de animal, para melhor acesso aos recintos/área de manejo. Essa melhoria da estrutura com certeza irá ser contemplada no projeto de concessão agora com a revisão, mas não geram grande impacto uma vez que se trata apenas de finalização do que já estava começado e não altera muito as estruturas, mas trazem mais segurança e eficiência para o trabalho de todos; Quando deu início o projeto de concessão já se tinha em mente essa melhoria, posto que já havia sido feita em parte, sendo apenas finalizada agora;
- 3) É importante esclarecer que não podemos paralisar o bom andamento do Zoológico por conta da concessão que não temos certeza se irá acontecer e quando vai ser concluída. Um processo desses pode demorar ainda mais de ano, considerando a licitação, as impugnações, alterações eventuais, etc. Além disso, temos que considerar a possibilidade de nem aparecer interessados, o que frustraria todo projeto. Como o Zoológico é muito antigo e nunca passou por nenhuma grande reforma, temos que estar atentos e zelar minimamente pela segurança e bem estar de todos ali, o que pode precisar sim de alguma intervenção por parte da PBH até que seja concluído o processo de concessão. O que temos que ter em mente é que tudo que for feito antes e estiver de alguma



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

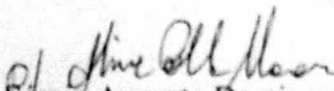
**FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA**

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

forma previsto para o concessionário realizar, será revisto, o edital e contratos prevê mecanismos para isso;

- 4) O processo de concessão já cumpriu todas as fases internas, o que foi finalizado com a consulta pública. Agora estão sendo feitos os ajustes finais no modelo, baseado no que foi sugerido e colhido na consulta. Tão logo seja finalizada a revisão, o edital estará pronto para publicação, o que se pretende até o fim do semestre;
- 5) Como dito no item anterior, o próximo passo é publicar o Edital e aguardar interessados.

Atenciosamente,

  
Sérgio Augusto Domingues  
Presidente

Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

Ilma Sra.  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretora de Acompanhamento Legislativo-DALE  
Secretaria Municipal de Governo-SMGO  
Nesta



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 28/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2023.

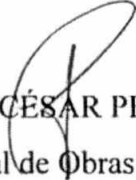
**REF.: TAG 354170**

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1942/2022, de autoria da Vereadora Marcela Trópia, que solicita informações sobre a reforma da Praça das Aves, no Zoológico de Belo Horizonte, segue Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI nº 007/2023, da Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos, da SUDECAP, em resposta aos itens 1 e 3 do referido Requerimento.

Quanto ao item 2, destaco que todas as contratações previstas e em andamento constam no Plano de Obras do Município, com ciência da FMPZ.

Atenciosamente,

  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 007/2023

SIPROT 244828

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

À Senhora

Renata Lúcia de Oliveira e Silva

Gabinete da SMOBI

Rua dos Guajajaras 1107, 18º andar, Lourdes – Belo Horizonte – MG

Assunto: TAG 354170 – Requerimento de Comissão Nº 1942/2022 (Fundação Zoobotânica - Praça das Aves e Mamíferos)

Prezada Chefe de Gabinete,

Visando subsidiar resposta da SMOBI ao requerimento em epígrafe, da Vereadora Marcela Trópia, no qual é solicitado "*... pedido de informação sobre a reforma Praça das Aves, no zoológico de Belo Horizonte*".

*"Os questionamentos se fazem necessários uma vez que, a Fundação Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB) e a e a PBH Ativos S.A. estão realizando uma sondagem no mercado para estudo de viabilidade de concessão de unidades de lazer na Pampulha, entre as quais o Jardim Zoológico (que contempla o Aquário da Bacia do Rio São Francisco). Entretanto, o Executivo Municipal publicou um edital no dia 09 de novembro de 2022, para a realização de obras no Jardim Zoológico no valor de R\$ 3.110,511,77 (três milhões, cento e dez mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos)"* informamos sobre os itens 1 e 3, transcritos a seguir:

*"1. Qual a destinação das obras previstas no Edital de Licitação SMOBI 091/2022-CC?"*

**Resposta:** O objeto da Licitação SMOBI 091/2022-CC consiste na contratação da terceira etapa da reforma e construção da Praça das Aves e Recinto dos Mamíferos. Tal licitação refere-se ao empreendimento 1988 : P2-S-LAZ-15 : Fundação Zoobotânica - Praça das Aves e Mamíferos que se encontra em execução de obras. Maiores informações poderão ser obtidas através do seguinte link: <https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/licitacao/concorrenci-a-091-2022>.



fl. 02/03 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 007/2023

"3. *Existem mais intervenções previstas até a finalização do processo de concessão?*"

**Resposta:** Após consulta ao Plano de Obras do Município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Controle de Empreendimentos – GECEM/SD e da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos – GPLEM/SD, foram identificados no momento, os empreendimentos descritos a seguir:

- 2416 P-S-LAZ-18 Fundação Zoobotânica - Contenção de Foco Erosivo - Setor Extra - Origem da demanda: FPMZB - Status: Em Orçamento de obras. Escopo: Obras de contenção de foco erosivo de grande porte na porção noroeste do terreno do Jardim Zoológico, no chamado setor extra, lindeiro ao córrego Bom Jesus, bem como execução de intervenções de drenagem a ele associadas.
- 2506 P-S-LAZ-19 Fundação Zoobotânica - Recinto dos Elefantes - Reforma - Origem da demanda: FPMZB - Status: Em Andamento de Projeto. Escopo: Substituição dos portões de segurança, acesso e manejo da casa de manobra do recinto, alteamento dos muros internos e externos da casa de manobra, instalação de barreira de proteção nos recintos externos e abertura de acesso entre recintos, melhoria no acesso dos funcionários aos recintos externos, instalação de estruturas de bem-estar animal nos recintos externos, instalação de grades/telas de segurança nos acessos dos funcionários, na manobra, para proteção dos animais e verificação da parte elétrica (iluminação); instalação de cobertura e acesso superior ao brete de contenção e condicionamento dos animais, pintura geral.
- 2583 P-S-LAZ-20 Fundação Zoobotânica - Pátio de Compostagem do Jardim Botânico (Ministério Público) - Origem da demanda: Inquérito Civil MPMG 0024.14.003716-9 e FPMZB - Status: Em Andamento de Projeto. Escopo: Implantação de pátio de compostagem do Jardim Botânico, impermeabilização da área de compostagem da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de Belo Horizonte bem como a correta destinação dos efluentes líquidos resultantes do processo.
- 2802 P-S-LAZ-20 Fundação Zoobotânica - Seção de Nutrição - Origem da demanda: FPMZB - Status: Em Andamento Projeto. Escopo: Estudos e projetos setor administrativo, refeitório e sanitários; área de recebimento e expedição; estoque frio; área de preparo; biotério; área de enriquecimento ambiental.

fl. 03/03 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 007/2023

- 2996 P-S-LAZ-20 Fundação Zoobotânica - Parcelamento do Solo - Origem da demanda: FPMZB - Status: O empreendimento encontra-se em avaliação pela equipe técnica para contratação de projeto. Escopo: Processo de parcelamento do solo da área da Zoobotânica, que abriga o jardim zoológico e o jardim botânico municipais, administrados pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, fazendo a divisão entre o terreno ocupado pelos dois equipamentos.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Reinaldo da Silva Lucas  
Gerência de Suporte Técnico de  
Informações de Empreendimentos  
Arq. 30-5 GSTIE/SUDECAP

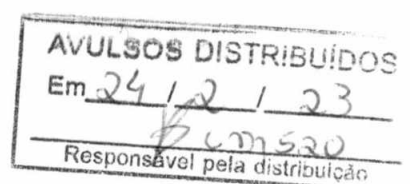
Arq. Luiz Fernando Andrade de Oliveira – ST2584-5  
Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

De acordo,

Reinaldo da Silva Lucas – ST2690-6  
Gerente de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Ricardo Cezar Duarte – ST2455-5  
Gerente do Departamento de Informações e Procedimentos Técnicos – DPIT/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Trícia Mota Zandim  
Diretora de Planejamento e Controle de Empreendimentos – DPLC-SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP





OF. SMGO/DALE N° 112 /2023

Belo Horizonte, 17 / 02 /2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão n° 2.024/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg n° 5.913/22, de 20/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão n° 2.024/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a previsão de realização de obras para regularização do bairro Vila Calafate.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do ofício SMOBI N.º 58/2023, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 58/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2023.

**REF.: TAG 354343**

Prezada senhora,

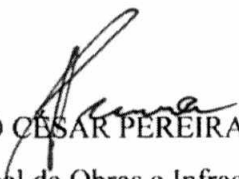
Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 2024/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que apresenta pedido de informações sobre a previsão de realização de obras para regularização do Bairro Vila Calafate, informamos que as Vilas Esperança do Calafate (caracterizada como AEIS 2), Calafate e Amizade (ambas caracterizadas como ZEIS 1) são assentamentos que estão contidos em áreas onde serão executadas intervenções pelo Município, impedindo assim a sua consolidação.

As intervenções previstas para a região são aquelas necessárias à implantação da Bacia de Detenção do Calafate.

A Bacia de Detenção do Calafate se constitui em empreendimento de fundamental importância e indispensável à viabilização de um adequado nível de segurança e mitigação do risco de inundações ao longo da calha do Ribeirão Arrudas. Portanto, é fundamental que se assegure a destinação da área prevista para a sua implantação.

Finalmente, esclarecemos que a implantação da referida bacia de detenção, depende de captação de recursos por parte da Administração Municipal, em função do porte dos investimentos necessários.

Atenciosamente,

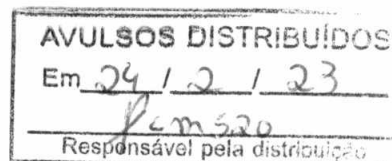
  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo





OF. SMGO/DALE Nº 035 /2023

Belo Horizonte, 10/02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 2.029/22** – Autoria da Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.918/22, de 20/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 2.029/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações a respeito da área conhecida como Mata Jardim América, a qual está localizada em áreas delimitadas pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros, no bairro Jardim América, bem como do processo de licenciamento ambiental nº 01109712/1270, Licença Ambiental de Instalação nº 0353/20 e do Acordo Judicial firmado no âmbito da Ação Civil Pública nº 152277195.2014.8.13.0024, ambos referente ao empreendimento de impacto ambiental do empreendedor Barão Homem de Melo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., antigo MASB 19 Empreendimento Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ 09.577.017/0001 80, hoje de propriedade da Construtora Novolar Ltda, empresa do Grupo Patrimar, que pretende intervir na área em questão.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiram respostas por meio dos ofícios GAB-SMMA/SMGO nº 2948/2022, SUREM/DALE-SURIN nº 005/2023 e SMPU/SUGOV-DALE nº 060/2023, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo

Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



**Ofício GAB-SMMA/SMGO nº 2948/2022**

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2022.

**Assunto:** Resposta ao Ofício of.Dirleg nº 5.918/22.

**Processo SMMA nº:** 01-109712/12-70

Prezado (a) Senhor (a),

Com meus cordiais cumprimentos, acusamos recebimento do ofício em epígrafe, protocolo 12016/22, que encaminha o requerimento de comissão nº 2029/22 de autoria da vereadora Duda Salabert. O referido requerimento versa sobre o empreendimento da MASB 19, a ser construído no endereço: Rua Sebastiao de Barros Nº: 430 - Bairro: Jardim América, Regional: Oeste. No requerimento foram descritos os seguintes questionamentos e requerimentos, respondidos a seguir:

**1 –** Foi discutido à época da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024 a possibilidade de implantação do Empreendimento Barão na Área V, que é desprovida de vegetação, garantindo a preservação integral da vegetação exuberante existente nas áreas I, II, III e IV. Por que é alvo de projeto e desmatamento uma área ambiental tão relevante, se ao lado da rua existe um terreno do mesmo proprietário sem relevância ambiental expressiva e que poderia ser aproveitada para construção?

**Resposta:** O empreendedor apresentou para esta SMMA proposta de ocupação após a homologação de acordo judicial. O acordo previu a preservação de grande parte da vegetação existente no local, além de definir complexo de lazer aberto à população. Ressalte-se que a SMMA não participou das tratativas e reuniões que levaram ao acordo judicial. Sugerimos consultar a SMPU.

**2 –** Disponibilizar o projeto arquitetônico apresentado em 2018 que gerou a aprovação do acordo.

**Resposta:** A SMMA não participou das tratativas e reuniões que levaram ao acordo judicial. Sugerimos consultar a SMPU.

**3 –** Foram realizadas alterações no projeto arquitetônico do empreendimento após a assinatura do Acordo Judicial que levaram ao aumento da área construída, número de edificações, número de unidades habitacionais, comerciais, vagas de garagem, elementos na área comum, supressão de árvores, aumento da área impermeabilizada, coeficiente de aproveitamento ou qualquer outra mudança que tenha majorado o impacto ambiental do empreendimento? Em caso positivo,





apresentar detalhamento das mudanças ocorridas, datas das propostas apresentadas, justificativa apresentada pelo empreendedor e parecer emitido pela SMMA a respeito do pleito.

**Resposta:** A priori não houve modificações. Para responder a esse questionamento com maior nível de detalhes, solicitamos prazo adicional, em virtude da necessidade de consulta aos órgãos de interface que participam do licenciamento ambiental (SUREG, SUPLAN, SMOBI e BHTRANS). Sugerimos ainda consulta à SMPU.

**4 -** Foram realizadas alterações no projeto arquitetônico do empreendimento após a concessão da licença de implantação nº 0353/20 que levaram ao aumento da área construída, número de edificações, número de unidades habitacionais, comerciais, vagas de garagem, elementos na área comum, supressão de árvores, aumento da área impermeabilizada ou qualquer outra mudança que tenha majorado o impacto ambiental do empreendimento? Em caso positivo, apresentar detalhamento das mudanças ocorridas, datas das propostas apresentadas, justificativa apresentada pelo empreendedor e parecer emitido a respeito do pleito.

**Resposta:** A priori não houve modificações. Para responder a esse questionamento com maior nível de detalhes, solicitamos prazo adicional, em virtude da necessidade de consulta aos órgãos de interface que participam do licenciamento ambiental (SUREG, SUPLAN, SMOBI e BHTRANS). Sugerimos ainda consulta à SMPU.

**5 –** Qual o número de supressões de árvores que estavam previstas quando da concessão da Licença de Implantação nº 0677/14, no momento da assinatura do Acordo Judicial, na concessão da Licença de Implantação nº 0353/20 e na versão mais atualizada do projeto? Apresentar tabela detalhando as mudanças relativas ao número de árvores sem proteção, vulneráveis e imunes de corte. Já houve vistoria no local por técnicos da SMMA, analisando a expressiva vegetação nativa nas áreas I, II, III e IV? A comunidade local e da cidade foi informada amplamente de que haveria supressão deste volume de árvores? A quem caberia a responsabilidade dessa divulgação? Já houve a autorização de supressão das árvores?

**Resposta:** Para responder ao questionamento sobre comparativo de supressões de árvores nas licenças mencionadas, solicitamos prazo adicional, em virtude do período de férias da equipe técnica envolvida. Para emissão dos pareceres técnicos que orientaram o licenciamento ambiental houve vistoria de campo. A comunidade local, por meio da Associação de Moradores participou ativamente de todo o processo, inclusive assinou o acordo judicial.

**6 –** A redefinição da Licença de Implantação nº 0677/14 com a concessão da Licença Ambiental de Instalação nº 0353/20 ocorreu em 21 de agosto de 2020 e a Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024 na alínea “f” do item 3 traz a seguinte redação:

Avenida Afonso Pena, 342, Centro, CEP: 30130-009  
Belo Horizonte – MG – Telefone (31) 3246.0583, e-mail: smma@pbh.gov.br





“3-f – Elaborar o projeto e implantar as benfeitorias destinadas à comunidade local na Área V – Correspondente aos imóveis situados na quadra delimitada pelas ruas Gama Cerqueira, Sebastião de Barros e Bogotá.”.

No item 5 da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.002, temos a seguinte condicionante:

“5- A conclusão das obras da alínea “f” do item 3 supra deverá **ocorrer em até 1 (um) ano** após a emissão da respectiva licença pela PBH.”

Tendo em vista que decorreu mais de 2 anos da concessão da Licença Ambiental da Instalação nº 0353/20, já foram implantadas as benfeitorias na Área V? Em caso de descumprimento da obrigação por parte da construtora, quais ações foram adotadas, considerando a necessidade de informar à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, visando aplicação do estabelecido no Item 13 da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.002, conforme abaixo registrado?

“13 – O não cumprimento injustificado das obrigações previstas neste ajuste, no prazo e condições acordados, implicará o pagamento, pelo inadimplente, de multa diária no valor de R\$1.000,00, incidente a partir do descumprimento da obrigação avençada.”

**Resposta:** A licença a que se refere essa solicitação é o Alvará de Obras em Logradouro Público. A SUREG deve ser consultada para verificação da emissão dessa licença.

**7 –** A Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.002 em sua alínea “f” do item 3 traz a seguinte redação:

“11- A transferência da área V para a titularidade da PBH através de dação em pagamento ao instrumento jurídico válido, observará a avaliação no valor de R\$ 7.311.355,31.”.

Perguntamos se tal valor será corrigido e por qual índice, considerando que o mesmo é uma contrapartida à implantação do Empreendimento Barão, caso não tenha sido cumprida até esta data?

**Resposta:** Esta SMMA não possui a informação solicitada. Sugerimos consultar a Secretaria de Fazenda para a resposta.

**8 –** A área IV será transferida para o município no processo de parcelamento do solo? Qual era a finalidade da área IV e o que está previsto para esta área no projeto hoje?

**Resposta:** A área IV será transferida como ELUP.





**9** – Por que os especialistas que estavam contribuindo em 2018 no debate para a criação do Parque Jardim América e faziam parte do movimento de resistência à destruição da Mata do Jardim América, não puderam participar ou assistir da mesa de negociação para a geração do acordo firmado em 2019?

Resposta: A SMMA não participou das tratativas e reuniões que levaram ao acordo judicial. Sugerimos consultar a SMPU;

**10** – A alínea “b” do item 3 define a obrigação inequívoca de que a integralidade da ocupação na área I:

“3-b- Concentrar a integralidade da ocupação na área 1, de forma que não haja edificação de qualquer natureza implantada nas Áreas II e III, ressalvado o disposto na alínea “c”;

Já a alínea “b” do item 1 estabelece obrigações para garantir os atributos ambientais das áreas II e III:

“1-b – Garantir a manutenção dos atributos ambientais das áreas II e III identificadas no Anexo Único, com preservação da vegetação existente, por meio da conformação da área pública de caráter ambiental na porção do terreno correspondente às mesmas, contígua à área IV, a ser transferida ao Município no processo de parcelamento do solo.”

Entretanto, as últimas versões dos projetos arquitetônicos constantes no Processo nº 01-109712/12-70 incluem edificações nas áreas II e III, conforme pode ser observado na figura a seguir:



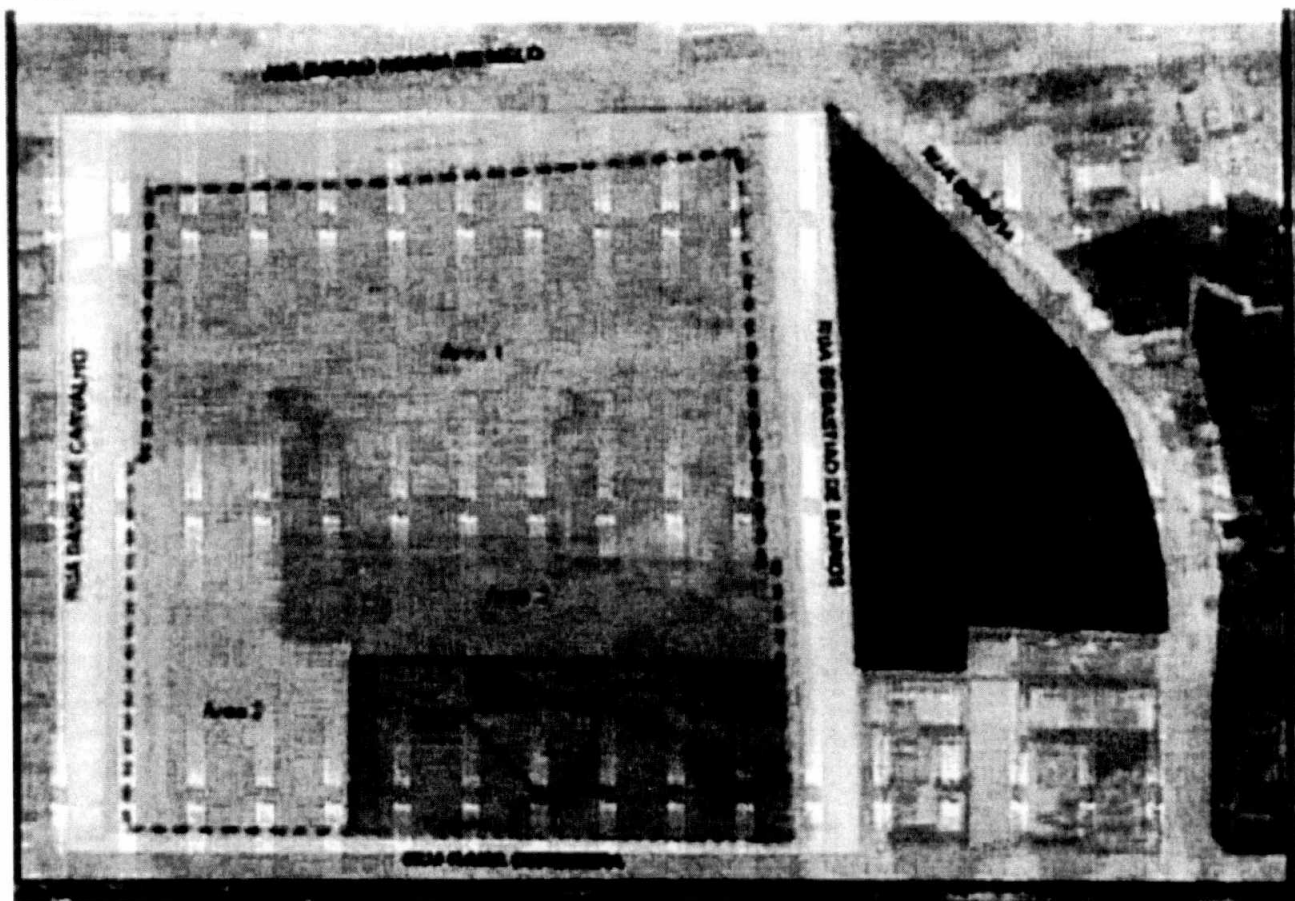


Figura 1 – Sobreposição da última versão do projeto arquitetônico apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental e as áreas estabelecidas no acordo judicial.

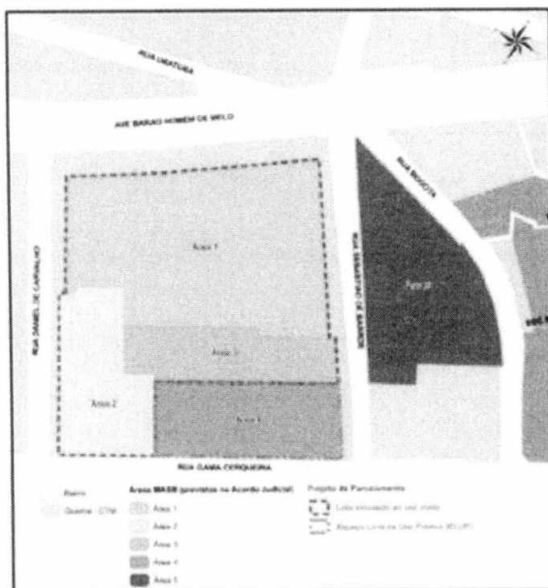
Em relação a estas mudanças no projeto arquitetônico, elas foram definidas após a assinatura do Acordo Judicial? A Licença Ambiental de Instalação nº 0353/20 já contemplava tais mudanças? As mudanças foram amplamente divulgadas para a comunidade e contou com a anuência dos mesmos? Como estas modificações foram comunicadas à comunidade do entorno e aos moradores de Belo Horizonte? A ocupação das áreas II e III por parte do empreendimento contrariam o Acordo Judicial firmado, sendo assim, quais as ações foram realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte para aplicação do estabelecido no Item 13 da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024?

**Resposta:** Conforme o item 2 do PT nº 0902-20, a nova proposta para o empreendimento seguiu as condições previstas para configuração das áreas de preservação e ocupação no mencionado Acordo Judicial, conforme será demonstrado a seguir.

Para melhor entendimento, serão demonstradas na Figura 1 o croqui do empreendimento com divisão das áreas constantes do Termo do Acordo Judicial e na Figura 2, a nova proposta apresentada pelo empreendedor.

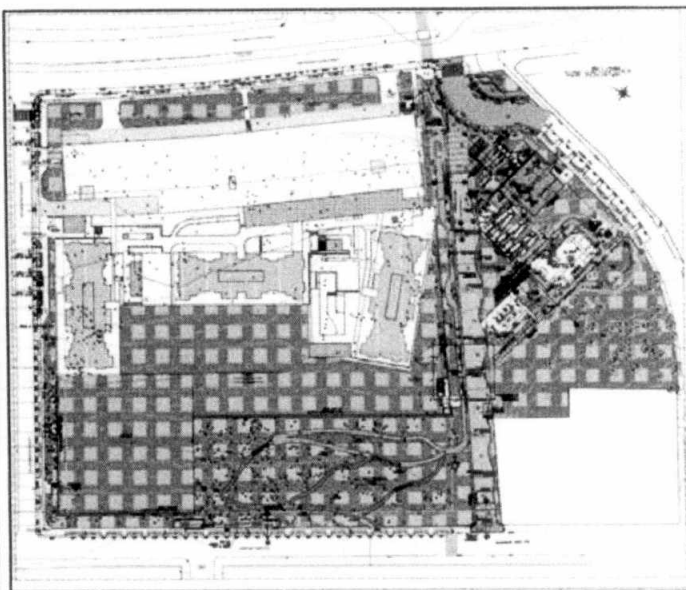


**Figura 1: Croqui do empreendimento**



**Fonte:** Anexo único Termo Acordo Judicial - PCA,

**Figura 2: Proposta do empreendedor**



**Fonte:** PCA (Processo 01-109.712.12-70), 2019)

Os itens do acordo que trataram do desenho das áreas foram os seguintes:

**“1- a)** proporcionar a ampliação da área dotada de cobertura vegetal a ser preservada na quadra delimitada pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros, por meio da inclusão da Área III identificada no Anexo Único dentre as porções do terreno não ocupadas pelas edificações do EMPREENDIMENTO BARÃO;

**1- b)** garantir a manutenção dos atributos ambientais das Áreas II e III identificadas no Anexo Único, com preservação da vegetação existente, por meio da conformação de área pública de caráter ambiental na porção do terreno correspondente às mesmas, contígua à Área IV, a ser transferida ao Município no processo de parcelamento do solo;

**3- a)** considerar, para a apresentação do projeto arquitetônico para licenciamento junto à PBH, as Áreas I, II e III do Anexo Único, a serem convertidas em 1 (um) lote no processo de parcelamento do solo da gleba delimitada pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros;

**3- b)** concentrar a integralidade da ocupação na Área I, de forma que não haja edificação de qualquer natureza implantada nas Áreas II e III, ressalvado o disposto na alínea "c";

Avenida Afonso Pena, 342, Centro, CEP: 30130-009

Belo Horizonte – MG – Telefone (31) 3246.0583, e-mail: [smma@pbh.gov.br](mailto:smma@pbh.gov.br)





3- c) elaborar projeto e implantar cercamento, guarita e sanitários na porção do lote correspondente às Áreas II e III — estes últimos com área líquida de até 50 m<sup>2</sup> de acordo com a Lei Municipal nº 7.166/96 — a partir de projeto aprovado pela PBH, com vistas a proporcionar controle de acesso à mesma;”

Verifica-se que na proposta do empreendedor (Figura 2) o formato da área nomeada como “área de preservação” difere do formato das áreas I e II da figura 1. Contudo, o acordo previu:

“O Anexo Único identifica as áreas objeto de menção no presente acordo. A delimitação constante do referido Anexo para as Áreas II a III tem caráter indicativo, podendo ser objeto de alterações e ajustes em suas dimensões, forma e posicionamento, desde que preservadas as seguintes áreas:

- a) Área II — 3.138,61 m<sup>2</sup>;
- b) Área III — 2.490 m<sup>2</sup>”.

Considerando que o polígono da “área de preservação” da Figura 2 possui área equivalente a 5.859,06 m<sup>2</sup>, preservou-se a dimensão das Áreas I e II que seria equivalente a 5.628,61 m<sup>2</sup>. Desse modo, o ajuste realizado respeitou o previsto no acordo, principalmente os itens 1-a e 1-b.

Por fim, a aprovação da LI nº 0353/20 ocorreu em reunião do COMAM que foi devidamente divulgada para a comunidade.

**11-** Segundo informações repassadas pela comunidade local, quando do debate para assinatura do Acordo Judicial o empreendedor apresentou projeto que contemplava a construção de 3 torres com 12 pavimentos, entretanto, foi apresentado nova proposta de escopo para uso das áreas. Estas alterações no projeto foram implementadas após a assinatura do Acordo Judicial e esta foi informada à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Belo Horizonte? A comunidade foi comunicada desta alteração de escopo de projeto e consequentemente do acordo firmado?

**Resposta:** A SMMA não participou das tratativas e reuniões que levaram ao acordo judicial. Sugerimos consultar a SMPU.

**12 –** De 2018 até hoje as árvores existentes nas áreas objeto deste questionamento cresceram e outras nasceram. Qual o prazo de validade dos Estudos Ambientais e de Impacto da Vizinhança? Será realizada alguma atualização dos estudos?



**Resposta:** O levantamento arbóreo apresentado, conforme protocolo 18988/19, foi emitido em 29 de novembro de 2019. Conforme legislação, o prazo para o levantamento arbóreo é de 4 anos. Neste caso, o levantamento realizado ainda está válido.

**13 –** Qual o prazo de validade dos estudos em relação aos animais presentes da região? Há um estudo da UFMG que catalogou 25 espécies de pássaros, e entre eles há um que foi avistado com um primeiro registro em Belo Horizonte (Caneleiro – espécie *Pachyramphus castaneus*). Este estudo foi considerado pelo empreendedor quando da elaboração dos Estudos Ambientais e de Impacto de vizinhança?

**Resposta:** Entendemos que não há prazo de validade para os estudos dos animais presentes no local. Em 2021, esta SMMA recebeu através do Protocolo 00901/21, o Plano de Afugentamento de fauna, a ser implementado quando da supressão arbórea. No plano estão descritas as ações a serem tomadas em relação a fauna existente. Para resposta completa à pergunta, solicitamos prazo adicional.

**14 –** Qual o valor atual da dívida do proprietário quanto a este terreno? Qual o status desta cobrança pela Prefeitura? Existem valores inscritos em dívida ativa? Apresentar relação detalhada para cada um dos lotes.

**Resposta:** A SMMA não possui essa informação. Sugerimos consultar a Secretaria de Fazenda.

**15- Em** que fase está o processo de atendimento das condicionantes referente à licença ambiental de instalação concedida? Existe alguma condicionante que não tenha sido atendida dentro do prazo estipulado no ato da concessão da licença? Apresentar quadro detalhando a situação de cada condicionante, em especial se foi cumprida e quando foi cumprida.

**Resposta:** A Tabela 1, a seguir, contém a avaliação sobre o atendimento das condicionantes. As condicionantes não inseridas na planilha são para execução durante as obras, que ainda não se iniciaram, e ainda para a Licença de Operação.



**Tabela 1:** Status das condicionantes do licenciamento.

Condicionante	Descrição	Atendimento	Protocolo SGCE	Ofício/Parecer	Resultado
1	Aprovar os projetos de implantação do ELUP (área IV), da “área V” e das “áreas II e III”, bem como o projeto de arborização das vias, incluindo o projeto de paisagismo da Rua Sebastião de Barros.	18/12/2020	09094/20	PT 0099/21	PENDÊNCIAS
		05/11/2021	09571/21	PT 1597/21	PENDÊNCIAS
2	Aprovar programa de aproveitamento da matéria-prima florestal – madeira de uso nobre – gerada por autorizações de supressão de vegetação concedidas.	-	01378/21	PT 0158/21	ATENDIDA
3	Aprovar projeto de recuperação para compensação relativa à supressão dos espécimes jacarandásda-bahia (Dalbergia nigra) e cedros (Cedrela fissilis Vell).	11/02/2021	01378/21		Prazo CONCEDIDO
		10/12/2020	08854/20	PT 0473/21; OF 0760/21	ATENDIDA
4	Apresentar para aprovação da GELIN/SMMA plano de Comunicação Social.	28/01/2021	00901/20	PT 0115/21; OF 0217/21	PARCIALMENTE ATENDIDA
19	Apresentar Programa de resgate e afugentamento de fauna para análise da SMMA.	15/04/2021	03570/21	PT 0582/21	Considera o Plano Satisfatório e aguarda o programa devidamente atualizado.



**16** – Existem no terreno diversos engenhos de publicidade instalados. Tais equipamentos possuem as devidas autorizações? Todas as taxas, emolumentos e demais custos junto a prefeitura de Belo Horizonte referente a instalação dos engenhos de publicidade estão quitadas? Caso existam dívidas, favor apresentar o valor de tais dívidas. É possível existir engenhos de publicidade em terrenos que possuem dívida com a Prefeitura de Belo Horizonte?

**Resposta:** A SMMA não possui essa informação. Sugerimos consultar a SMPU.

**17** – Considerando a dívida tributária existente em relação ao terreno e que, supostamente, continuaria a aumentar pois os impostos não estão sendo pagos, é legal a concessão de licenças ambientais e demais autorizações para construção de empreendimentos em terrenos com este tipo de débito? A existência de dívidas com o município geral (sic) alguma restrição ao processo de autorizações e licenças para o terreno?

**Resposta:** Não.

**18** – Como está sendo realizada a comunicação com a sociedade em geral sobre as diversas mudanças que ocorreram no projeto após a assinatura do Acordo Judicial?

**Resposta:** A priori não houveram mudanças no projeto após a assinatura do Acordo Judicial.

Estamos à disposição para outros esclarecimentos, caso necessário.

Respeitosamente,

**Mário de Lacerda Werneck Neto – BM: 114.235-4**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**À**

**Secretaria Municipal de Governo – SMG**

**Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE**

A/c Sra. Luana Magalhães de Araújo Cunha

Avenida Afonso Pena 1212, 5º andar

Centro, Belo Horizonte - CEP: 30130908





Ofício SUREM/DALE-SURIN nº 005/2023

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2023.

**Assunto: TAG SMFA 354368 - Requerimento de Comissão nº 2.029/2022.**

Senhora Diretora,

Acusamos o recebimento da demanda TAG em referência, que encaminha o Requerimento de Comissão nº 2.029/2022, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informação relacionada a questionamentos a respeito da área conhecida como Mata Jardim América, a qual está localizada em áreas delimitadas pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros, no bairro Jardim América.

Em atendimento à solicitação, conforme manifestação da Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa – DACD desta Subsecretaria, apresentamos as informações a seguir, em relação ao item 14, questão afeta a esta Secretaria de Fazenda, abaixo indicada:

**14. Qual o valor da dívida do proprietário quanto a este terreno? Qual o status desta cobrança pela Prefeitura? Existem valores inscritos em dívida ativa? Apresentar relação detalhada para cada um dos lotes.**

Inicialmente, consoante dados de nosso cadastro, esclarecemos que o aludido terreno é formado por:

i) **Quarteirão 068,**

**Lotes 001 e 002**

**Índices Cadastrais números 484068 001 0016 e 484068 002 001X,**  
respectivamente.

Ilma. Sra.

Luana Magalhães de Araújo Cunha

Diretora de Acompanhamento Legislativo – DALE/SURIN

PBH



ii) **Quarteirão 014A,**

**Lotes** 010A, 011, 012A, 013, 014A, 015, 016A, 017, 018A, 019, 020A, 021, 022A, 023, 024 e 025A,

**Índices Cadastrais números** 484014A010A0015, 484014A011 0014, 484014A012A0014, 484014A013 0013, 484014A014A0013, 484014A015 0012, 484014A016A0012, 484014A017 0011, 484014A018A0011, 484014A019 001X, 484014A020A0019, 484014A021 0018, 484014A022A0018, 484014A023 0017, 484014A024 0011 e 484014A025A0011, respectivamente.

iii) **Lote CTM 10.01350.00150**

**Índice Cadastral número** 484014A024 0011.

Individualmente os Índices Cadastrais possuem débitos do IPTU, conforme valores abaixo:

Índices Cadastrais	Parcelado (R\$)	Ajuizado (R\$)	Inscrito em Dívida Ativa (R\$)	Ainda não inscrito em Dívida Ativa (R\$)	Total por índice cadastral (R\$)
484014A010A0015	-	-	-	4.827,69	4.827,69
484014A011 0014	6.853,13	181.002,10	26.871,90	9.398,53	224.135,66
484014A012A0014	-	-	-	4.958,36	4.958,36
484014A013 0013	-	211.190,09	26.233,48	9.174,50	246.598,07
484014A014A0013	-	-	-	5.089,24	5.089,24
484014A015 0012	31.302,28	189.875,74	24.419,85	8.538,05	254.135,92
484014A016A0012	-	-	-	5.219,91	5.219,91
484014A017 0011	-	65.043,83	23.001,16	2.795,08	93.840,07
484014A018A0011	-	-	-	4.752,89	4.752,89
484014A019 001X	-	225.485,97	8.136,46	5.973,31	239.597,74
484014A020A0019	-	-	-	4.353,42	4.353,42
484014A021 0018	25.317,76	180.771,96	9.176,31	6.736,57	222.004,60
484014A022A0018	-	-	-	3.354,63	3.354,63
484014A023 0017	-	202.366,23	21.269,40	7.432,49	231.068,12
484014A024 0011	189.158,93	-	20.234,67	7.069,37	216.462,97
484014A025A0011	-	-	-	4.576,59	4.576,59
484068 001 0016	-	-	-	122.584,30	122.584,30
484068 002 001X	-	-	-	496.141,81	496.141,81
<b>Total por situação de cobrança (R\$)</b>	<b>252.642,10</b>	<b>1.258.735,92</b>	<b>159.347,23</b>	<b>712.976,74</b>	<b>2.383.701,99</b>



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

Na expectativa de estarmos atendendo satisfatoriamente ao questionamento afeto a esta Secretaria Municipal de Fazenda, colocamo-nos inteiramente à disposição para prestarmos quaisquer outros esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

EUGENIO EUSTAQUIO  
VELOSO

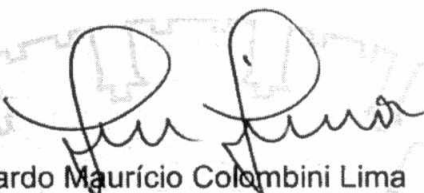
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por  
EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO  
FERNANDES:49606530604

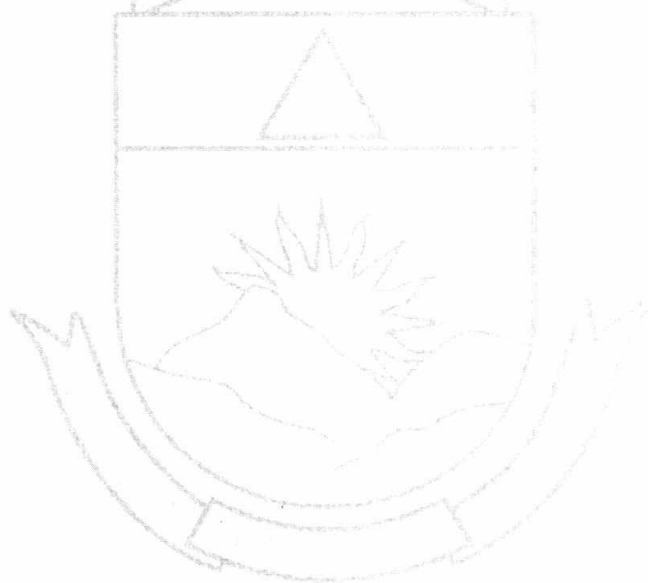
Dados: 2023.01.18 17:46:55 -03'00'

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes  
Subsecretário da Receita Municipal

"De acordo"



Leonardo Maurício Colombini Lima  
Secretário Municipal de Fazenda





**Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 060/2023**

**Ref.:** Demanda TAG nº 354368 – Requerimento de Comissão nº 2.029/22

**Autoria:** Vereadora Duda Salabert

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2023.

Prezada Diretora,

A Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU, a fim de instruir este feito, nos termos do art. 2º da Portaria Conjunta SMGO/PGM/CTGM nº 1, de 9 de janeiro de 2023, encaminha à Secretaria de Governo informações em resposta a procedimento de solicitação oriundo da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH.

Trata-se de demanda TAG 354368, por meio do Requerimento de Comissão nº 2.029/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações acerca da área conhecida como Mata Jardim América, a qual está localizada em áreas delimitadas pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros, no bairro Jardim América, bem como do processo de licenciamento ambiental nº 01109712/1270, Licença Ambiental de Instalação nº 0353/20 e do Acordo Judicial firmado no âmbito da Ação Civil Pública nº 152277195.2014.8.13.0024, ambos referente ao empreendimento de impacto ambiental do empreendedor Barão Homem de Melo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., antigo MASB 19 Empreendimento Imobiliário Ltda., hoje de propriedade da Construtora Novolar Ltda, empresa do Grupo Patrimar, que pretende intervir na área em questão.

Antes de passarmos às questões apresentadas, cumpre traçar algumas considerações iniciais.

**Ilma. Sra.**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Avenida Afonso Pena, 1212, 5º andar – Centro – BH/MG**

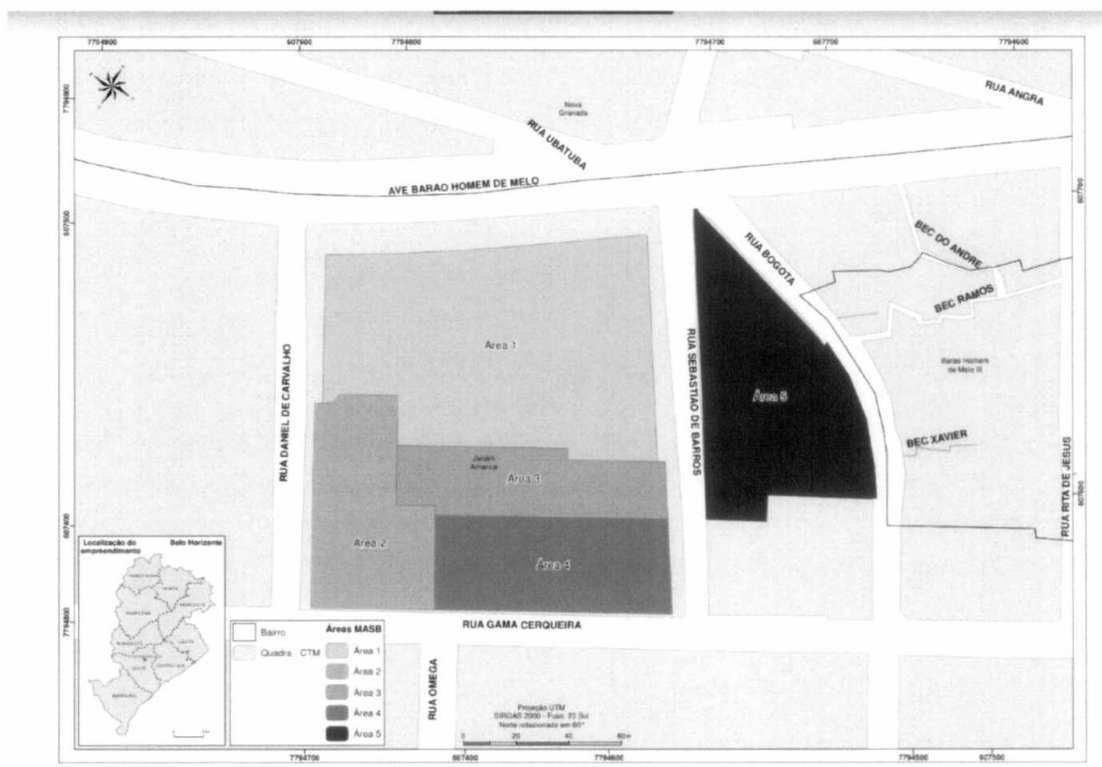
**E-mail: magalhaes.luana@pbh.gov.br**



1) Primeiramente, importa salientar que, em 18/01/2023, foi realizada reunião na sede do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, solicitada pela Vereadora / Deputada eleita Duda Salabert, presente no evento, da qual também participaram coletivos e moradores das proximidades da Mata Jardim América, bem como integrantes da SMPU e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA. Na ocasião, a maior parte dos questionamentos aqui trazidos foram esclarecidos, na medida das competências dos participantes. Encaminhamos em anexo ata da referida reunião.

2) Ainda neste sentido, cumpre pontuar que os questionamentos levantados tratam de temas que perpassam as competências da SMPU, da SMMA e também da Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA, sendo de suma importância que estes órgãos sejam consultados, e que as respostas sejam analisadas em conjunto. Portanto, nesta presente resposta, tentaremos destacar os pontos que devem ser respondidos prioritariamente pela SMMA e pela SMFA, **uma vez que o empreendimento em discussão se encontra em fase de licenciamento ambiental, e não urbanístico.**

3) Ademais, pela própria natureza deste assunto, trazemos aqui o mapa do empreendimento, com as áreas delimitadas tal qual firmado em acordo judicial:





4) Ainda, no importante intuito de esclarecer o contexto, esclarecemos que o projeto, em todas suas fases, tanto pela aplicação da lei no tempo, quanto pelo que se convencionou chamar de “direito de protocolo”, ou seja, períodos que a própria legislação estabelece como sujeitos a normas anteriores, **esteve e está sujeito à Lei nº 7.166/1996.**

5) Por fim, diversos tópicos aqui levantados tratam de matérias semelhantes. Portanto, as respostas a seguir devem ser lidas e analisadas na ordem em que estão respondidas, já que uma resposta anterior pode trazer esclarecimentos importantes para itens subsequentes. A análise isolada ou descontextualizada de quaisquer destas respostas pode causar ambiguidades e interpretações equivocadas.

Feitas estas considerações, passemos para cada um dos pontos suscitados.

***1. Foi discutido à época da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024 a possibilidade de implantação do Empreendimento Barão na Área V, que é desprovida de vegetação, garantindo a preservação integral da vegetação exuberante existente nas Áreas I, II, III e IV. Por que é alvo de projeto e desmatamento uma área ambiental tão relevante, se ao lado da rua existe um terreno do mesmo proprietário sem relevância ambiental expressiva e que poderia ser aproveitada para construção?***

**Resposta SMPU:** Primeiramente, vale pontuar que a discussão em curso trata da obrigação constitucional de equacionar os direitos privados de propriedade e os direitos coletivos ao meio ambiente sustentável. Ou seja, todas as questões aqui respondidas devem atentar para o fato de tratar-se de propriedade privada e, portanto, certas opções de instalação do empreendimento estão inseridas no rol de prerrogativas do proprietário. Ademais, é de central relevância lembrar que **há acordo judicial, firmado em 19/02/2019, o qual é, ao menos por ora, a referência para o licenciamento e implantação do empreendimento.** Trata-se de ajuste formalizado em juízo, em sede de Apelação em Ação Civil Pública<sup>1</sup>.



Neste instrumento, cuja cópia encaminhamos em anexo, observa-se que a opção por não ocupar os terrenos do quarteirão adjacente ao empreendimento foi feita pelo empreendedor e, como o próprio acordo demonstra, foi objeto de anuência da associação.

Ainda quanto ao acordo judicial, à época de sua assinatura, o empreendimento já se encontrava em processo de licenciamento, com a previsão de edifícios nas áreas I, II e III, as quais foram delimitadas a partir de uma mediação entre as partes (proprietários / empreendedores e associação de moradores). Na oportunidade, foi reduzida a área de ocupação do empreendimento do projeto original, que pelo acordo deve ser concentrado na área I, ficando as áreas II e III preservadas, cercadas e com acesso público.

Dessa forma, considerando as tratativas realizadas até o presente momento, quaisquer atribuições de licenciamento a serem realizadas nesta Secretaria tomarão como referência a legislação aplicável e o disposto no mencionado acordo judicial (lembrando que o processo ainda não se encontra em fase de licenciamento urbanístico, mas sim ambiental).

***2. Disponibilizar o projeto arquitetônico apresentado em 2018 que gerou a aprovação do acordo.***

**Resposta SMPU:** Conforme esclarecido na mencionada reunião do dia 18/01/2023, **não há projeto de arquitetura consolidado protocolado nesta SMPU**, vez que o empreendimento ainda se encontra em fase de licenciamento ambiental. Ou seja, todas as comunicações e propostas do empreendedor ainda se baseiam nos parâmetros permitidos pela licença de instalação - LI.

Ademais, ficou esclarecido que os empreendedores desenvolveram estudos de implantação para subsidiar o acordo, com redução da área ocupada para analisarem a viabilidade da redução. Porém, embora este estudo tenha sido apresentado para a associação, o mesmo não foi formalizado, nem inserido no processo, porque era apenas uma referência para a negociação e poderia sofrer alterações posteriores. A referência para a alteração do projeto que foi incluída no acordo foi no sentido de redução da área

---

<sup>1</sup> Apelação em Ação Civil Pública nº 1522771-95.2014.8.13.0024, em trâmite na 5ª Câmara Cível do Tribunal



ocupada (empreendimento se concentrar na área I) e não do número de edifícios, conforme o documento "*Anexo - Proposta de projeto arquitetônico - Não formalizada*". Nesse sentido, atentamos para as considerações finais do acordo em comento, aqui transcritas:

*"O Anexo Único identifica as áreas objeto de menção no presente acordo. A delimitação constante do referido Anexo para as áreas II e III tem caráter indicativo, podendo ser objeto de alterações e ajustes em suas dimensões, forma e posicionamento, deste que preservadas as seguintes áreas:*

- a) Área II - 3.138,61 m<sup>2</sup>;*
- b) Área III - 2.490 m<sup>2</sup>."*

**3. Foram realizadas alterações no projeto arquitetônico do empreendimento após a assinatura do Acordo Judicial que levaram ao aumento da área construída, número de edificações, número de unidades habitacionais, comerciais, vagas de garagem, elementos na área comum, supressão de árvores, aumento da área impermeabilizada, coeficiente de aproveitamento ou qualquer outra mudança que tenha majorado o impacto ambiental do empreendimento? Em caso positivo apresentar detalhamento das mudanças ocorridas, datas das propostas apresentadas, justificativa apresentada pelo empreendedor e parecer emitido pela SMMA a respeito do pleito.**

**Resposta SMPU:** Reiteramos que **não há projeto arquitetônico protocolado nesta Secretaria**. As alterações de projeto foram realizadas unilateralmente pelo empreendedor e, pelas informações que tivemos acesso, foram apresentadas diretamente à associação de bairro. Todavia, é importante ressaltar que o acordo dispõe que a área de projeção (taxa de ocupação) deveria ser reduzida em relação ao original (concentrar-se na área I). Porém a discussão não incluiu questões sobre coeficiente de aproveitamento e número de edifícios ou unidades habitacionais e ou de vagas, visto que a princípio, reduzir a área de mata impactada (concentração na área I) reduziria de forma direta o impacto na mata (números de supressão) em relação ao projeto original.



**4. Foram realizadas alterações no projeto arquitetônico do empreendimento após a concessão da licença de implantação nº 0353/20 que levaram ao aumento da área construída, número de edificações, número de unidades habitacionais, comerciais, vagas de garagem, elementos na área comum, supressão de árvores, aumento da área impermeabilizada ou qualquer outra mudança que tenha majorado o impacto ambiental do empreendimento? Em caso positivo apresentar detalhamento das mudanças ocorridas, datas das propostas apresentadas, justificativa apresentada pelo empreendedor e parecer emitido a respeito do pleito.**

**Resposta SMPU:** Vide a resposta ao item anterior. Importante consultar a SMMA.

**5. Qual o número de supressões de árvores que estavam previstas quando da concessão da Licença de Implantação nº 0677/14, no momento da assinatura do Acordo Judicial, na concessão da Licença de Implantação nº 0353/20 e na versão mais atualizada do projeto? Apresentar tabela detalhando as mudanças relativas ao número de árvores sem proteção, vulneráveis e imunes de corte. Já houve vistoria no local por técnicos da SMMA, analisando a expressiva vegetação nativa nas áreas I, II, III e IV? A comunidade local e da cidade foi informada amplamente de que haveria a supressão deste volume de árvores? A quem caberia a responsabilidade dessa divulgação? Já houve a autorização de supressão das árvores?**

**Resposta SMPU:** Consultar SMMA.

**6. A redefinição da Licença de Implantação nº 0677/14 com a concessão da Licença Ambiental de Instalação nº 0353/20 ocorreu em 21 de agosto de 2020 e a Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024 na alínea "f" do item 3 traz a seguinte redação:**

**"3-f- Elaborar o projeto e implantar as benfeitorias destinadas à comunidade local na Área V — correspondente aos imóveis situados na quadra delimitada pelas ruas Gama Cerqueira, Sebastião de Barro e Bogotá."**



**No Item 5 da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024, temos a seguinte condicionante:**

**"5- A conclusão das obras da alínea "f" do item 3 supra deverá ocorrer em até 1 (um) ano após a emissão da respectiva licença pela PBH."**

**Tendo em vista que decorreu mais de 2 anos da concessão da Licença Ambiental de Instalação nº 0353/20, já foram implantadas as benfeitorias na Área V? Em caso de descumprimento da obrigação por parte da construtora, quais ações foram adotadas, considerando a necessidade de informar à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, visando aplicação do estabelecido no Item 13 da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024, conforme abaixo registrado?**

**"13 - O não cumprimento injustificado das obrigações previstas neste ajuste, no prazo e condições acordados, implicará o pagamento, pelo inadimplente, de multa diária no valor de R\$ 1.000,00, incidente a partir do descumprimento da obrigação avençada."**

**Resposta SMPU:** Consultar SMMA.

**7. A Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024 em sua alínea "f" do item 3 traz a seguinte redação:**

**"11 — A transferência da Área V para a titularidade da PBH através de dação em pagamento ou instrumento jurídico válido, observará a avaliação no valor de R\$ 7.311.355,31."**

**Perguntamos se tal valor será corrigido e por qual índice, considerando que o mesmo é uma contrapartida à implantação do Empreendimento Barão, caso não tenha sido cumprida até esta data?**

**Resposta SMPU:** Consultar SMFA.



**8. A área IV será transferida para o município no processo de parcelamento do solo? Qual era a finalidade da área IV e o que está previsto para esta área no projeto hoje?**

**Resposta SMPU:** A área denominada "área IV" consiste em Espaço Livre de Uso Público – ELUP, aprovado no processo de parcelamento do solo nº 01-009.420/11-69 e será transferida ao Município. A diretriz emitida no Licenciamento Ambiental foi pela implantação de um complexo de lazer de forma integrada, ou seja, não considerando apenas o ELUP (área IV), mas também as áreas II, III, V e Rua Sebastião de Barros.

**9. Por que os especialistas que estavam contribuindo em 2018 no debate para a criação do Parque Jardim América e faziam parte do movimento de resistência à destruição da Mata do Jardim América, não puderam participar ou assistir da mesa de negociação para a geração do acordo firmado em 2019?**

Embora a SMPU não tenha atribuição para este tópico, lembramos que foi esclarecido pela Promotora Luciana Ribeiro, na mencionada reunião realizada em 18/01/2023, que as reuniões para tratativas anteriores à assinatura do acordo judicial tiveram limitações de participação impostas pelo Poder Judiciário, as quais a própria Promotora afirmou considerar inadequadas.

**10. A alínea "b" do item 3 define a obrigação inequívoca de que a integralidade da ocupação na Área I:**

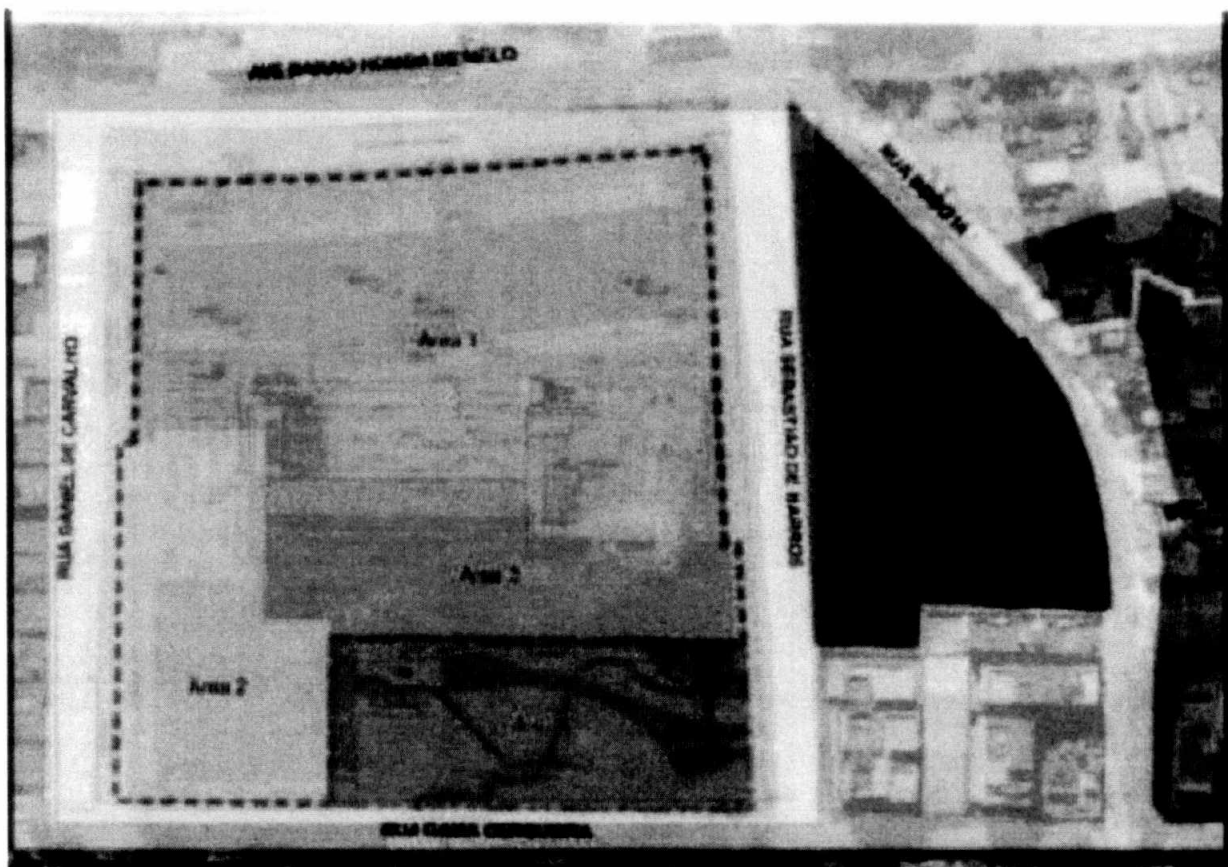
**"3-b- Concentrar a integralidade da ocupação na Área 1, de forma que não haja edificação de qualquer natureza implantada nas Áreas II e III, ressalvado o disposto na alínea "c";**

**Já a alínea "b" do item 1 estabelece obrigações para garantir os atributos ambientais das áreas II e III:**

**"1-b- Garantir a manutenção dos atributos ambientais das Áreas II e III identificadas no Anexo Único, com preservação da vegetação existente, por meio da conformação de área pública de caráter ambiental na porção do terreno correspondente às mesmas, contígua à Área IV, a ser transferida ao Município no processo de parcelamento do solo"**



*Entretanto, as últimas versões dos projetos arquitetônicos constantes no Processo nº 01-109712/12-70 incluem edificações nas áreas II e III, conforme pode ser observado na figura a seguir:*



*Figura 1 - Sobreposição da última versão do projeto arquitetônico apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental e as áreas estabelecidas no acordo judicial.*

*Em relação a estas mudanças no projeto arquitetônico, elas foram definidas após a assinatura do Acordo Judicial? A Licença Ambiental de Instalação nº 0353/20 já contemplava tais mudanças? As mudanças foram amplamente divulgadas para a comunidade e contou com a anuência dos mesmos? Como estas modificações foram comunicadas à comunidade do entorno e aos moradores de Belo Horizonte? A ocupação das áreas II e III por parte do empreendimento contrariam o Acordo Judicial firmado, sendo assim, quais ações foram realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte para aplicação do estabelecido no Item 13 da Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024?*



**Resposta SMPU:** Conforme esclarecido anteriormente, os projetos arquitetônicos posteriores à assinatura do acordo e apresentados à comunidade **não foram formalizados ou protocolados nesta Secretaria**, visto que o empreendimento ainda se encontra em fase de licenciamento ambiental.

De toda forma, reiteramos que a ocupação do território tem como parâmetros a legislação aplicável e o acordo judicial homologado. Ou seja, qualquer projeto que descumpra tais referenciais não será acatado. Todavia, é relevante salientar que o próprio acordo judicial estabelece que a delimitação ali utilizada **seria ilustrativa e poderia ser alterada conforme necessidade, desde que a área (numérica e não poligonal) fosse respeitada**. Vejamos:

*"O Anexo Único identifica as áreas objeto de menção no presente acordo. A delimitação constante do referido Anexo para as Áreas II a III tem caráter indicativo, podendo ser objeto de alterações e ajustes em suas dimensões, forma e posicionamento, desde que preservadas as seguintes áreas:*

*a) Área II - 3.138,61m<sup>2</sup>*

*b) Área III - 2.490m<sup>2</sup>"*

**11. Segundo informações repassadas pela comunidade local, quando do debate para assinatura do Acordo Judicial o empreendedor apresentou projeto que contemplava a construção de 3 torres com 12 pavimentos, entretanto, foi apresentado nova proposta de escopo para o uso das áreas. Estas alterações no projeto foram implementadas após a assinatura do Acordo Judicial e esta foi informada à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Belo Horizonte? A comunidade foi comunicada desta alteração de escopo de projeto e consequentemente do acordo firmado?**

**Resposta SMPU:** Vide item anterior.

**12. De 2018 até hoje as árvores existentes nas áreas objeto deste questionamento cresceram e outras nasceram. Qual o prazo de validade dos Estudos Ambientais e de Impacto de Vizinhança? Será realizada alguma atualização dos estudos?**

**Resposta SMPU:** Consultar SMMA.



**13. Qual o prazo de validade dos estudos em relação aos animais presentes da região? Há um estudo da UFMG que catalogou 25 espécies de pássaros, e entre eles há um que foi avistado com um primeiro registro em Belo Horizonte (Caneleiro — espécie *Pachyramphus castaneus*). Este estudo foi considerado pelo empreendedor quando da elaboração dos Estudos Ambientais e de Impacto de Vizinhança?**

**Resposta SMPU:** Consultar SMMA.

**14. Qual o valor atual da dívida do proprietário quanto a este terreno? Qual o status desta cobrança pela Prefeitura? Existem valores inscritos em dívida ativa? Apresentar relação detalhada para cada um dos lotes.**

**Resposta SMPU:** Consultar SMFA.

**15. Em que fase está o processo de atendimento das condicionantes referentes à licença ambiental de instalação concedida? Existe alguma condicionante que não tenha sido atendida dentro do prazo estipulado no ato da concessão da licença? Apresentar quadra detalhando a situação de cada condicionante, em especial se foi cumprida e quando foi cumprida.**

**Resposta SMPU:** Consultar SMMA.

**16. Existem no terreno diversos engenhos de publicidade instalados. Tais equipamentos possuem as devidas autorizações? Todas as taxas, emolumentos e demais custos junto a prefeitura de Belo Horizonte referente a instalação dos engenhos de publicidade estão quitadas? Caso existam dívidas, favor apresentar o valor de tais dívidas. É possível existir engenhos de publicidade em terrenos que possuem dívida com a Prefeitura de Belo Horizonte?**

**Resposta SMPU:** Foi constatado através de consulta ao SiATU - sistema da PBH que gera e armazena as licenças de engenho de publicidade (dentre outras) - que **não há licença de engenho regular para a quadra em questão**. Tal constatação já foi encaminhada para a área de fiscalização, que realizará as ações fiscais necessárias.



Apenas duas licenças de engenho foram licenciadas para a área e estavam válidas entre o período de 23/03/2017 a 22/03/2021. As licenças de nº 1170012321 e 1170012332 são resultado do Chamamento Público Edital SMARU 044/2016, para os quais a empresa vencedora ofertou e pagou o valor de R\$100,00 como oferta de maior preço. Para o processo de licenciamento também era necessário pagamento de taxa de análise de requerimento no valor de R\$101,97 por engenho, além da mesma taxa para abertura do Chamamento Público, contabilizando ao final o pagamento de três taxas (GAM - Guia de Arrecadação Municipal). Ressaltamos que a SMPU não faz análise se há dívidas relativas ao imóvel para o processo de chamamento público para instalação de engenho de publicidade.

Existe ainda, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda o recolhimento das Taxas de Fiscalização de Engenho de Publicidade - TFEP, cobradas para engenhos na cidade. Para consultar o valor e se houve pagamento pelos engenhos licenciados e os instalados sem licença, sugerimos consulta à Secretaria Municipal de Fazenda.

**17. Considerando a dívida tributária existente em relação ao terreno e que, supostamente, continuaria a aumentar pois os impostos não estão sendo pagos, é legal a concessão de licenças ambientais e demais autorizações para construção de empreendimentos em terrenos com este tipo de débito? A existência de dívidas com o município geral alguma restrição ao processo de concessão de autorizações e licenças para o terreno?**

**Resposta SMPU:** Consultar SMFA.

**18. Como está sendo realizada a comunicação com a sociedade em geral sobre as diversas mudanças que ocorreram no projeto após a assinatura do Acordo Judicial?**

**Resposta SMPU:** Conforme esclarecido nos itens anteriores, as modificações de projeto destacadas pela solicitação em atendimento não tratam de projetos protocolados para análise nesta Secretaria, mas sim de propostas elaboradas pelo empreendedor ao longo de seu licenciamento ambiental e, em tese, conforme os parâmetros estabelecidos em acordo judicial. Ou seja, especificamente quanto a este



ponto, as comunicações parecem estar sendo realizadas diretamente pelo empreendedor à associação de moradores, porém **a SMPU não tem acesso a documentos formais que esclareçam ou comprovem essa comunicação. Nesse sentido, considerando suas competências, a SMPU não tem atribuição para esta comunicação, no presente estágio do empreendimento.**

**Fim das respostas.**

Feitas nossas considerações, reiteramos que todas as informações devem ser cotejadas com o que foi esclarecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e pela Secretaria da Fazenda. Quaisquer informações interpretadas fora de contexto podem prejudicar o correto entendimento das questões suscitadas, tendo em vista a complexidade do assunto, seu longo histórico, bem como a evidente relevância para a coletividade e para o Município.

Ademais, a SMPU mantém-se disposta a acompanhar o caso e atender a sociedade civil organizada, que vemos aqui se manifestar com a iniciativa e a civilidade que a democracia participativa ambiciona e que o Poder Público, no exercício de suas funções republicanas, deve incentivar e acolher.

Sendo o que temos para o momento, renovamos os protestos de estima e consideração e colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira  
**Secretário Municipal de Política Urbana**

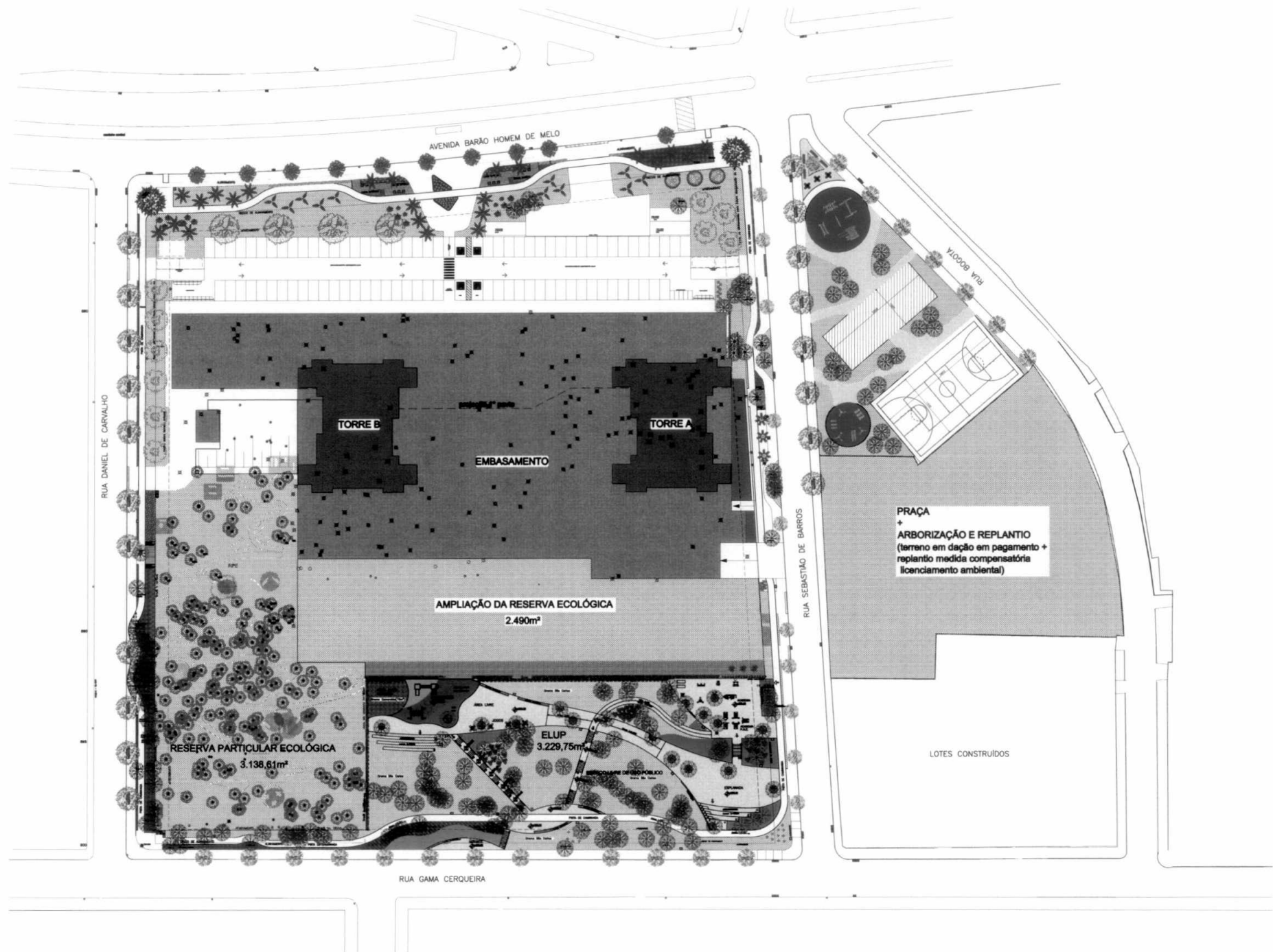
## **Ata de Reunião**

**PA 0024.19.012422-2**

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2023, às 16:00 horas, reuniram-se na Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, na presença da promotora de justiça Luciana Ribeiro da Fonseca, a deputada federal Duda Salabert, o vereador Wagner Ferreira, Felipe Correa de Souza Pereira Gomes, Maria Consuelita Oliveria, Juliana Minardi Mitre Matos, Luis Filipe Lima Martins, Maria Del Mar Ferrer Jordá Poblet, Paloma Mara Martins, Marcelo Cardoso dos Santos, Antônio Cândido Lages Rodrigues e Flávio Moreno Samuel Consentino de Medeiros, Pedro R. O. Franzoni, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA e Lourenço Hamdan R. Moraes, pela Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU.

Aberta a reunião, foi aberta a fala à deputada federal Duda Salabert, que passou a palavra aos representantes dos coletivos em defesa do meio ambiente para que eles expusessem suas reivindicações em relação à mata do Jardim América. Após exposição por Juliana Minardi, representante do movimento SOS Mata do Jardim América, a promotora de justiça apresentou o histórico do procedimento e da ação civil pública ajuizada em favor da preservação ambiental da área, que finalizou com o acordo firmado. Após diálogo entre os presentes, a arquiteta Maria Del Mar pontuou ser muito importante a análise dos projetos arquitetônicos apresentados pela construtora, a realização de cálculos efetivos relativos à aplicação do instituto da Transferência do Direito de Construir para que haja a preservação integral da mata do Jardim América e, ainda, a análise legal da possibilidade de anulação do acordo firmado. Em relação a este ponto, a Deputada Federal Duda Salabert e o vereador Wagner Ferreira colocaram à disposição dos coletivos as equipes jurídicas de seus gabinetes, para análise da anulabilidade do acordo e outras possibilidades jurídicas. O advogado Marcelo Cardoso afirmou que serão analisadas todas as facetas do acordo e solicitou a continuidade do diálogo com o Ministério Público, com o que aquiesceu a promotora de justiça.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata pela Oficial do Ministério Público, Gleice Lúcia Franco.





**EGRÉGIA 5ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE  
MINAS GERAIS**

**EXMO. SR. DES. REL. MOACYR LOBATO**

Apelação nº 1522771-95.2014.8.13.0024



Ação Civil Pública 1522771-95.2014.8.13.0024

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, entidade de direito público, com sede na Av. Álvares Cabral, n. 1690, bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-001, neste ato apresentado pela PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO, na pessoa da Promotora de Justiça Luciana Ribeiro da Fonseca (MPMG),

**MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 18.715.383/0001-40, com sede na Av. Afonso Pena, n. 1212, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-003, neste ato representado pela Secretária Municipal de Política Urbana, Maria Fernandes Caldas, pelo Secretário Municipal de Fazenda, Fuad Jorge Norman Filho e pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Tomáz de Aquino Resende,

**ESPÓLIO DE WADY JORGE HUBAIDE**, ente despersonalizado de direito privado, neste ato representado por seu Inventariante, Dr. Fernando Humberto dos Santos, OAB/MG 38.349,

**MASB 19 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o n. 09.577.017/0001-80, com sede na rua Curitiba, n. 1279, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-021, neste ato representada por seu diretor, Geraldo Vilela de Faria, e pelo procurador Marcello Augusto Lima Vieira de Mello,



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOCIAL CULTURAL DESPORTIVA – GAMELEIRA/NOVA SUISSA**, associação privada inscrita no CNPJ sob o nº 05.195.107/0001-56, com sede na rua Conselheiro Joaquim Caetano, 250, bairro Nova Granada, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.431-320, neste ato representada por seu Presidente, Sr. João Batista da Silva, RG M601632, CPF 126.125.536-49, e pelo seu procurador Dr. Joviano Gabriel Maia Mayer, OAB/MG 129.033,

**SUCESSORA DE MARIA JOSÉ GOMES HUBAIDE**, brasileira, viúva, RG m-978.878 SSP/MG, CPF 060.761.166-92, falecida em 26/12/2018, neste ato representada pela sua única herdeira, Silvana Gomes Hubaide Ribeiro, abaixo qualificada, a qual tem como procurador o Dr. André Leo Gelape, OAB/MG 67.371.

**SILVANA GOMES HUBAIDE RIBEIRO**, brasileira, casada, RG M-345.882, CPF 312.056.746-91, neste ato representada por seu procurador, Dr. André Leo Gelape, OAB/MG 67.371.

**vem à presença de V. Exa informar a resolução do conflito consubstanciado no objeto do processo em epígrafe, nos termos e condições abaixo:**

1. O presente ACORDO tem como objetivos:

a) proporcionar a ampliação da área dotada de cobertura vegetal a ser preservada na quadra delimitada pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros, por meio da inclusão da Área III identificada no Anexo Único dentre as porções



do terreno não ocupadas pelas edificações do **EMPREENDIMENTO BARÃO**;

b) garantir a manutenção dos atributos ambientais das Áreas II e III identificadas no Anexo Único, com preservação da vegetação existente, por meio da conformação de área pública de caráter ambiental na porção do terreno correspondente às mesmas, contígua à Área IV, a ser transferida ao Município no processo de parcelamento do solo;

c) garantir a implantação de infraestrutura de lazer e prática esportiva de livre acesso à população na Área V identificada no Anexo Único;

d) disponibilizar, na Área V, área para plantio de mudas em compensação às árvores a serem suprimidas na Área I;

e) viabilizar a transferência ao Município das Áreas II, III e V identificadas no Anexo Único, para fins de atendimento aos objetivos previstos na alínea "b" e "c" supra;

f) dar tratamento urbanístico à Rua Sebastião de Barros em toda a extensão do trecho situado entre a Rua Gama Cerqueira e a Avenida Barão Homem de Melo, voltado para garantir sua utilização exclusivamente por pedestres e ciclistas;

g) proporcionar a continuidade do processo de licenciamento do **EMPREENDIMENTO BARÃO**, assim entendido como o complexo edilício a ser implantado na Área I identificada no Anexo Único, com as revisões necessárias ao cumprimento desse acordo.



2. Com vistas ao atendimento aos objetivos descritos no item 1 supra, as partes resolvem

I - formalizar o presente instrumento e, à exceção do Ministério Público, renunciam ao direito de apresentar, em juízo ou fora dele, qualquer objeção à continuidade do Processo de Licenciamento Ambiental nº 01.109.712/12-70 e do Processo de Aprovação de Parcelamento Vinculado nº 01-009420/11-69 - SÍASP: 0129654, ambos apresentados pela **MASB 19** perante a **PBH**, desde que garantida a observância dos termos do presente acordo nos processos administrativos supracitados, e;

II - extinguir a presente Ação Civil Pública, apelação nº 1522771-95.2014.8.13.0024, e o incidente nº 1011901-18.2017.8.13.0000,.

3. Para tanto, a **MASB 19**, ou sua sucessora, compromete-se a modificar os projetos de parcelamento do solo e arquitetônico objeto dos processos administrativos citados no item 2 supra, de forma a:

a) considerar, para a apresentação do projeto arquitetônico para licenciamento junto à PBH, as Áreas I, II e III do Anexo Único, a serem convertidas em 1 (um) lote no processo de parcelamento do solo da gleba delimitada pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros;

b) concentrar a integralidade da ocupação na Área I, de forma que não haja edificação de qualquer natureza implantada nas Áreas II e III, ressalvado o disposto na alínea "c";

c) elaborar projeto e implantar cercamento, guarita e sanitários na porção do lote correspondente às Áreas II e



III – estes últimos com área líquida de até 50 m<sup>2</sup> de acordo com a Lei Municipal nº 7.166/96 – a partir de projeto aprovado pela PBH, com vistas a proporcionar controle de acesso à mesma;

d) suprimir qualquer acesso de veículos ao empreendimento imobiliário inserido na porção do lote correspondente à Área I a partir da Rua Sebastião de Barros, de forma a possibilitar a utilização da mesma exclusivamente por pedestres e ciclistas em toda a extensão do trecho situado entre a Rua Gama Cerqueira e a Avenida Barão Homem de Melo;

e) elaborar o projeto e, a partir da emissão do alvará de obra em logradouro público pela PBH, efetuar todas as intervenções viárias e obras de sinalização decorrentes da alteração prevista na alínea “d” supra, bem como da conversão do trecho identificado em via de pedestres;

f) elaborar o projeto e implantar as benfeitorias destinadas à comunidade local na Área V – correspondente aos imóveis situados na quadra delimitada pelas ruas Gama Cerqueira, Sebastião de Barros e Bogotá. O programa das benfeitorias a ser implantado pela MASB incluirá:

I - jardins;

II - equipamentos de ginástica, incluída pista de caminhada;

III – playground e;

IV – chafariz;

g) O programa poderá sofrer alterações quanto aos equipamentos escolhidos a partir de diretrizes definidas pela PBH em conjunto com a **ACSCD**, desde que não superado o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);



h) realizar o plantio das mudas em compensação às árvores a serem suprimidas na implantação do empreendimento imobiliário inserido na Área I, conforme definido em sua respectiva Licença de Implantação, na Área V, a partir das diretrizes e da aprovação dos órgãos responsáveis;

i) garantir a manutenção da Área V desde a emissão do alvará de construção até o recebimento das obras previstas nas alíneas "f" e "h" supra pela PBH;

j) garantir a manutenção das Áreas II e III desde a homologação do presente acordo até o recebimento das mesmas pela PBH;

4. A conclusão das obras da alínea "c" do item 3 supra deverá ocorrer em até 6 meses após o registro da incorporação do **EMPREENDIMENTO BARÃO**. Concluída a obra, a **MASB 19**, ou sua sucessora, deverá requerer a Certidão de Baixa de Construção parcial da Unidade 2 do Condomínio 2.

5. A conclusão das obras da alínea "f" do item 3 supra deverá ocorrer em até 1 (um) ano após a emissão da respectiva licença pela PBH.

6. Para tanto, a **PBH** compromete-se a:

a) dar andamento aos processos de licenciamento ambiental e de parcelamento vinculado citados no item 1 supra, a partir da apresentação das alterações pela **MASB**



19, ou sua sucessora, aprovando-os desde que em conformidade com a legislação vigente;

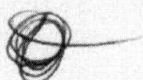
b) envidar esforços no sentido de agilizar a aprovação das alterações do projeto definidas neste acordo, bem como a renovação das licenças já obtidas, sem prejuízo da observância dos requisitos e procedimentos previstos na legislação vigente;

c) receber, após a homologação do presente acordo, em dação em pagamento das dívidas a ser apresentado pelos **PROPRIETÁRIOS** com o Município relativo aos imóveis correspondentes à Área V, desde que desocupados, livres de quaisquer impedimentos ou ônus e em conformidade com a legislação vigente;

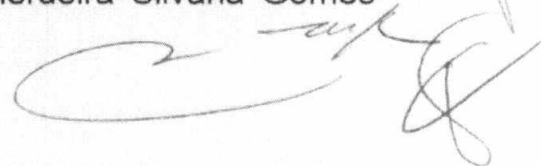
d) receber, após a emissão da certidão de baixa de construção parcial mencionada no item 4, em dação em pagamento ou outro instrumento jurídico válido, até o limite das dívidas dos **PROPRIETÁRIOS** com o Município, as Áreas II e III, desde que tais áreas estejam cercadas e desocupadas – exceto pela implantação da guarita e dos sanitários objeto da alínea “c” do item 3 – com suas coberturas vegetais preservadas, livres de quaisquer impedimentos ou ônus e em conformidade com a legislação vigente.

7. Para tanto, os **PROPRIETÁRIOS** comprometem-se a:

a) oferecer, a título de dação em pagamento das dívidas do Espólio de Wady Jorge Hubaide, do Espólio da Meeira Maria José Gomes Hubaide e da Herdeira Silvana Gomes



7



Hubaide Ribeiro, até o limite do débito em aberto no Município, os Lotes 10 (índice cadastral n. 484014A010001-0); Lote 11 (índice cadastral n. 484014A011001-4); Lote 12 (índice cadastral n. 484014A012001-9); Lote 13 (índice cadastral n. 484014A013001-3); Lote 14 (índice cadastral n. 484014A014001-8); Lote 15 (índice cadastral n. 484014A015001-2); Lote 16 (índice cadastral n. 484014A016001-7); Lote 17 (índice cadastral n. 484014A017001-1); Lote 18 (índice cadastral n. 484014A018001-6); Lote 19 (índice cadastral n. 484014A019001-X); Lote 20 (índice cadastral n. 484014A020001-3); Lote 21 (índice cadastral n. 484014A021001-8); Lote 22 (índice cadastral n. 484014A022001-2); Lote 23 (índice cadastral n. 484014A023001-7); Lote 24 (índice cadastral n. 484014A024001-1); Lote 25 (índice cadastral n. 484014A011001-3), correspondentes à Área V, todos da Quadra 14A do bairro Jardim América, localizados no quarteirão de frente para a rua Bogotá e frente para a rua Sebastião de Barros, bem como da unidade autônoma a ser criada na quadra delimitada pela Avenida Barão Homem de Melo e pelas ruas Daniel de Carvalho, Gama Cerqueira e Sebastião de Barros correspondente às Áreas II e III, originária da aprovação do projeto de parcelamento do solo do empreendimento objeto dos processos administrativos citados no item 1 supra;

b) custear a manutenção das Áreas II e III e da Área V por dois anos, a contar da data do recebimento, respectivamente, das obras da alínea "c" e das alíneas "f" e "h" do item 3 supra, ou até que o custo de manutenção das mesmas atinja o montante de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) – o que vier primeiro.



8. Para fins de atendimento aos objetivos descritos nas alíneas "a", "b" "c" e "e" do item 1 supra, deverão ser constituídos dois condomínios no lote correspondente às Áreas I, II e III identificadas no Anexo Único, da seguinte forma:

a) o Condomínio 1, constituído pelas unidades autônomas edificadas inseridas na Área I;

b) o Condomínio 2, constituído pelo Condomínio 1 e pela unidade autônoma correspondente às Áreas II e III.

9. A constituição do Condomínio 2, bem como sua respectiva convenção, deverão considerar:

a) a descrição das duas unidades autônomas do condomínio, que deverão corresponder:

1) ao Condomínio 1, denominada Unidade 1;

2) à porção do lote correspondente às Áreas II e III do Anexo Único, acrescida da edificação descrita na alínea "c" do item 3 supra, denominada Unidade 2. A Unidade 2 constituirá, em sua integralidade, parte de propriedade exclusiva, vedada a implantação de parte de propriedade ou uso comum na porção do lote correspondente à mesma;

b) a inexistência de qualquer área de propriedade ou uso comum no Condomínio 2, de forma a caracterizar ausência de qualquer despesa condominial.;

c) a exclusão da Unidade 2 do Condomínio 2 daquelas que serão consideradas para o rateio das despesas do Condomínio 1, sejam elas de caráter geral ou específico, bem como para a composição do fundo de reserva,



ficando seu proprietário isento de qualquer pagamento de tal natureza;

d) a condição de independência entre a Unidade 2 do Condomínio 2 e as unidades do Condomínio 1, vedada a imposição de qualquer obrigação ao proprietário daquela pelo Condomínio 1 ou pelos proprietários de suas unidades, inclusive no que diz respeito à restrição e ao controle de acesso à Unidade 2 do Condomínio 2;

e) a impossibilidade de alteração das condições estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" supra.

**10.** A execução das obras identificadas nas alíneas "c", "d", "e", "f" e "h" do item 3 supra deverá ter início após a emissão dos alvarás de construção do **EMPREENDIMENTO BARÃO**.

**11.** A transferência da Área V para a titularidade da **PBH** através de dação em pagamento ou instrumento jurídico válido, observará a avaliação no valor de R\$ 7.311.355,31. Não havendo no âmbito administrativo concordância pelas partes, será aberta possibilidade de discussão do valor, limitado ao valor do débito dos proprietários perante o Município, sem contudo afetar a validade da transferência efetivada.

**11.1** O instrumento de dação em pagamento a ser formalizado entre a PBH e a Herdeira e os Espólios de Wady Jorge Hubaide e Maria José Gomes Hubaide, será levado à





apreciação e liberação de alvará pelo d. Juízo do processo de inventário 0024.05.785.682-5, em trâmite na 3ª Vara de Sucessões da Comarca de Belo Horizonte/MG.

**12.** As áreas II e III serão objeto de avaliação por parte do Município, conforme trâmite da dação em pagamento ou outro instrumento jurídico válido. Não havendo no âmbito administrativo concordância pelas partes, será aberta possibilidade de avaliação por parte da Central de Apoio Técnico do Ministério Público e de profissional contratado pelos proprietários, a fim de que o valor definitivo seja fixado em âmbito administrativo, limitado ao valor do débito dos proprietários perante o Município.

**13.** O não cumprimento injustificado das obrigações previstas neste ajuste, no prazo e condições acordados, implicará o pagamento, pelo inadimplente, de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), incidente a partir do descumprimento da obrigação avençada.

**13.1.** Parágrafo Primeiro: O valor das multas será revertido ao FUNDIF – Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, criado pela Lei Estadual 14.086/2001, regulamentada pelo Decreto nº44751/08, CNPJ n. 11.206.085/0001-85, Banco do Brasil, n. 001, Agência 1615-2, Conta Corrente n. 7175-7.



13.2. As multas ora pactuadas não são substitutivas das obrigações de fazer, razão pela qual a execução do valor correspondente ao inadimplemento não impede a exigência do cumprimento específico da obrigação.

15. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir eventuais questões oriundas do presente acordo.

17. Ante todo o exposto, as Partes requerem a este douto juízo se digne homologar o presente acordo, determinando a imediata extinção da Ação Civil Pública, do recurso de apelação nº 1522771-95.2014.8.13.0024, e do incidente nº 1011901-18.2017.8.13.0000.

O Anexo Único identifica as áreas objeto de menção no presente acordo. A delimitação constante do referido Anexo para as Áreas II a III tem caráter indicativo, podendo ser objeto de alterações e ajustes em suas dimensões, forma e posicionamento, desde que preservadas as seguintes áreas:

- a) Área II – 3.138,61 m<sup>2</sup>;
- b) Área III – 2.490 m<sup>2</sup>;

Renunciam as partes, expressamente, ao prazo recursal.

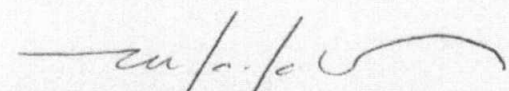


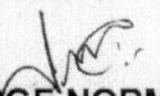


Nestes termos,  
Pedem deferimento.

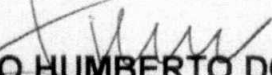
Belo Horizonte/MG, 19 de fevereiro de 2019.

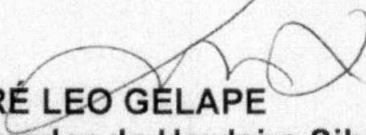
  
**LUCIANA RIBEIRO DA FONSECA**  
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

  
**MARIA FERNANDES CALDAS**  
Secretária Municipal de Política Urbana

  
**FUAD JORGE NORMAN FILHO**  
Secretário Municipal de Fazenda

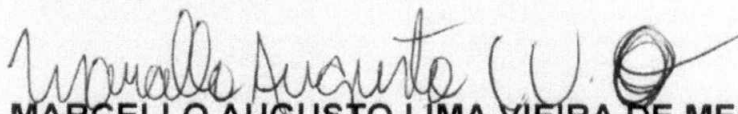
  
**THOMAS DE AQUINO REZENDE**  
Procurador-Geral do Município – OAB/MG – 43.268

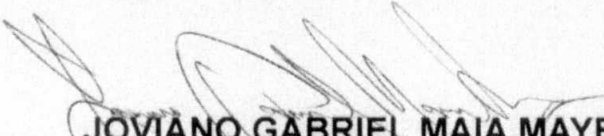
  
**FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS**  
OAB/MG – 38.349  
Inventariante Dativo do Espólio de Wady Jorge Hubaide

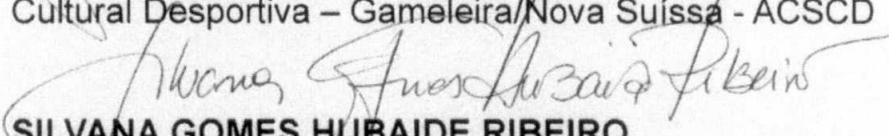
  
**ANDRÉ LEO GELAPE**  
Procurador da Herdeira Silvana Gomes Hubaide Ribeiro  
OAB/MG – 67.371

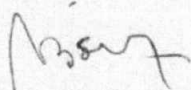
  
**GERALDO VILELA DE FARIA**  
MASB 19 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.

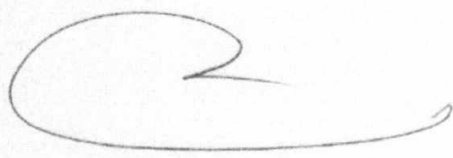



  
**MARCELLO AUGUSTO LIMA VIEIRA DE MELLO**  
OAB/MG – 80.922  
MASB 19 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.

  
**JOVIANO GABRIEL MAIA MAYER**  
OAB/MG – 129.033 – Procurador da Associação Comunitária Social  
Cultural Desportiva – Gameleira/Nova Suíssa - ACSCD

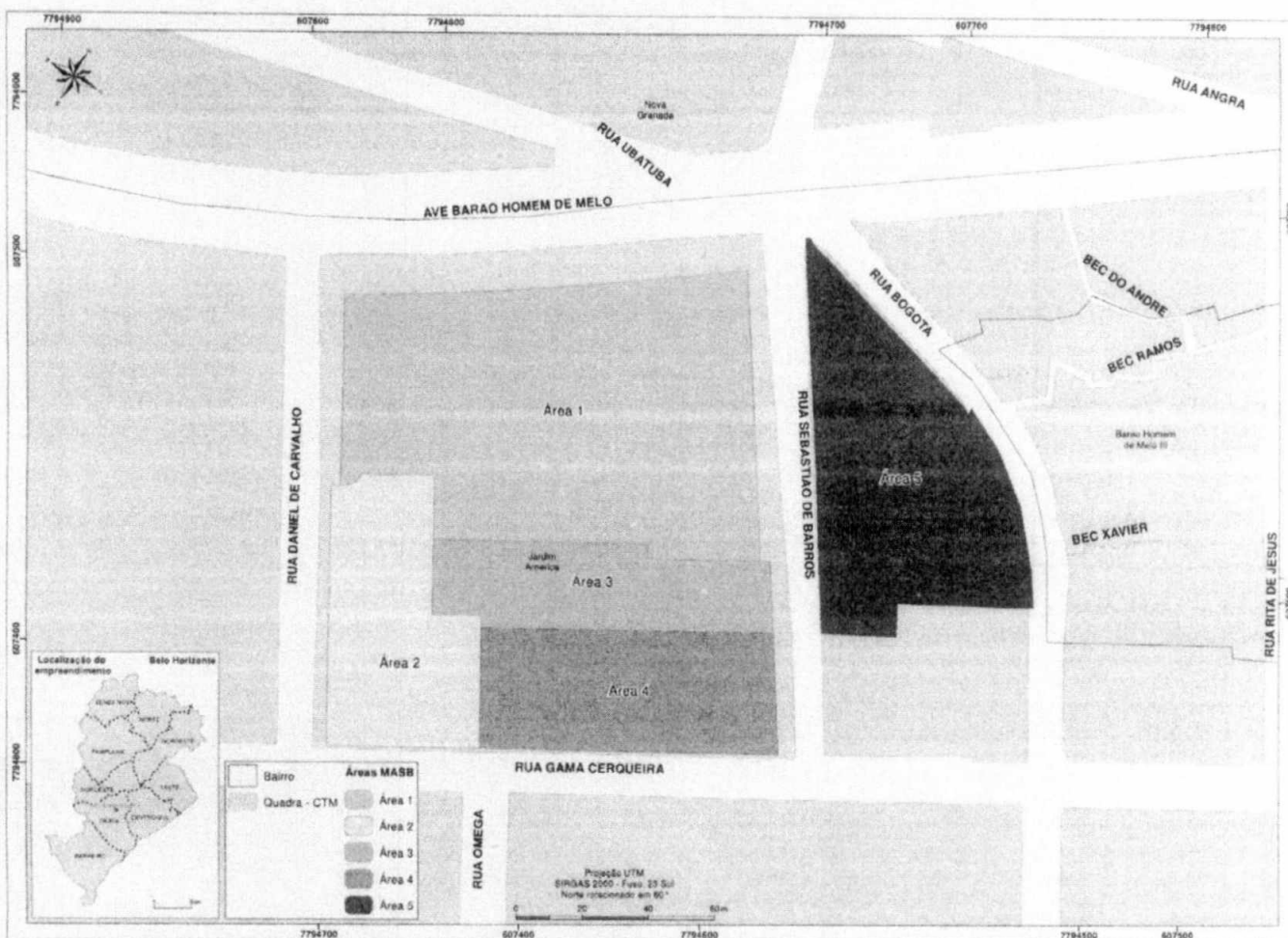
  
**SILVANA GOMES HUBAIDE RIBEIRO**  
Herdeira/Sucessora de Maria José Gomes Hubaide

  
**JOÃO BATISTA DA SILVA**  
Associação Comunitária Social Cultural Desportiva – Gameleira/Nova  
Suíssa - ACSCD









Handwritten signatures and initials are present below the map, including a large signature that appears to be 'C. M.' and several other initials and marks.





Secretaria Municipal de Política Urbana &lt;smpu@pbh.gov.br&gt;

**Fwd: TAG 354368 - PARA DESPACHAR**

Subsecretaria de Regulação Urbana &lt;sureg@pbh.gov.br&gt;

27 de janeiro de 2023 às 09:04

Para: Secretaria Municipal de Política Urbana &lt;smpu@pbh.gov.br&gt;

Cc: Dirlaine Machado &lt;dirlaine@pbh.gov.br&gt;, Lourenço Hamdan Resende Moraes &lt;lourenco.hrm@pbh.gov.br&gt;, Setor Administrativo Dilu &lt;dilu.administrativo@pbh.gov.br&gt;

Prezada Cida Tomaz,

Fineza colocar no sistema: Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 060/2023, em resposta à **Demanda TAG nº 354368** - Requerimento de Comissão nº 2.029/22 - Vereadora Duda Salabert - Assunto: Área conhecida como Mata Jardim América, **juntamente com o arquivo anexo.**

Atenciosamente,

Angela Papa Varela

Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG

Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG

(31) 3246-0090

| [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) | [www.pbh.gov.br/regulacaourbana](http://www.pbh.gov.br/regulacaourbana)**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.*

Decreto Municipal nº 15.423/13

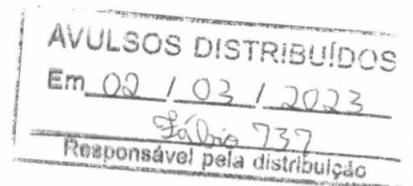
----- Forwarded message -----

De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**

Date: sex., 27 de jan. de 2023 às 08:47

Subject: Re: TAG 354368 - PARA DESPACHAR

De acordo

**2 anexos** **OF. 060-2023 - DEMANDA TAG 354368 - VER. DUDA SALABERT (rev01) (1).pdf**  
594K **ANEXOS - TAG 354368.pdf**  
16776K



OF. SMGO/DALE Nº 115 /2023

Belo Horizonte, 17/02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 2.049/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.991/22, de 27/12/2022.

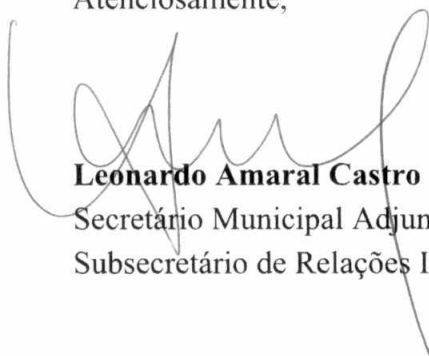
Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 2.049/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita obter informações sobre as providências tomadas pela Prefeitura para regularizar as áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas.

Consultadas, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Obras emitiram respostas por meio do OFÍCIO 014/2023/URBEL/SMGO-DALE e ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 061/2023, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

CHBH\_DIRLEG-23/Rev/23-15:23:35-000730-1



---

**OFÍCIO 014/2023/URBEL/SMGO-DALE**

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2023.

**Assunto: TAG 354405 - Requerimento de Comissão nº 2.049/2022**

Prezados Senhores,

Serve-se do presente ofício para encaminhar manifestação desta Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel acerca do Requerimento de Comissão nº 2.049/22 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal, para os encaminhamentos necessários, tendo em vista o disposto no Ofício GP. EXTER-015/OF, de 3 de fevereiro de 2021.

No expediente em referência, é solicitado informar quais “*são as providências tomadas pela Prefeitura para regularizar as áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas*”, bem como descrever o procedimento de regularização dessas áreas.

Inicialmente, há de se destacar que tanto o Plano Diretor Municipal, por meio da Lei nº 11.181/2019, quanto a Resolução LII do Conselho Municipal de Habitação – CMH estabelecem que a regularização fundiária dos assentamentos de interesse social será implementada após processos de urbanização dos assentamentos. Senão vejamos:

***Resolução LII do CMH***

*Art. 24 – O Programa de Regularização Fundiária e Edilícia é um conjunto de medidas urbanísticas, ambientais, jurídicas e sociais que tem como objetivo promover:*

*(...)*

*§ 2º - São diretrizes específicas do Programa de Regularização Fundiária e Edilícia:*

*I - Priorizar ações de regularização fundiária de forma articulada à implementação de intervenções urbanísticas;*

À Senhora

LUANA MAGALHÃES DE ARAÚJO CUNHA

**DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO – DALE**

Subsecretaria de Relações Institucionais – SURIN

Secretaria Municipal de Governo – SMGO

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais



***Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019***

*Art. 262 – A regularização fundiária será implementada de forma articulada com outras ações executadas no assentamento precário e quando tenham sido alcançadas as condições de habitabilidade, salubridade e segurança.*

Conclui-se da leitura destes dispositivos que as áreas que são objeto de invasões ou ocupações espontâneas, portanto, que carecem de regularização fundiária, necessitam passar previamente por processos de planejamento e urbanização, além de serem reconhecidas como áreas de interesse social no Plano Diretor Municipal.

Em atenção ao questionamento sobre as providências tomadas para a regularização das áreas que são objeto de invasões e ocupações, a Diretoria de Habitação e Regularização – DHR da Urbel informa que a regularização fundiária das áreas de interesse social é diretriz da Política Municipal de Habitação – PMH do Município de Belo Horizonte.

O Programa de Regularização Fundiária consiste na legalização urbanística e jurídica das áreas de especial interesse social – favelas, conjuntos e loteamentos habitacionais populares, caracterizados no Plano Diretor Municipal como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS ou como Áreas Especiais de Interesse Social-2 – AEIS-2, ocupadas por população de baixa renda.

Neste passo, a implementação das ações de regularização fundiária nas áreas de interesse social é desenvolvida de forma estrutural e integrada àquelas de caráter urbanístico e de promoção social, em consonância com as diretrizes *i)* do Programa de Regularização de Favelas – PROFAVELA, criado pelo Decreto Municipal nº 4.762, de 10 de agosto de 1984, *ii)* do Plano Diretor do Município, publicado pela Lei nº 11.181/19 e *iii)* da Lei Federal nº 13.465/17.

Importante ressaltar que a realização de intervenções e regularização fundiária em áreas de interesse social estão condicionadas à elaboração de do Plano Global Específico – PGE para as ZEIS e do Plano de Regularização Urbanística – PRU para as AEIS-2, conforme dispõem, respectivamente, os artigos 267 e 286 da Lei nº 11.181/2019.

Os PGE e os PRU contêm estudos integrados das áreas, levantamento de dados, diagnósticos e propostas de intervenções nos âmbitos jurídicos, sociais e físicos, bem como a hierarquização das intervenções. As obras e ações inseridas nos Planos não implicam na existência de recursos já assegurados para sua implementação, mas constituem elementos norteadores na tomada de decisões e na busca dos mesmos junto a outras instâncias.

São consideradas áreas passíveis de regularização, prescindindo da conclusão de urbanização, os assentamentos cujos sistemas viários estejam consolidados, possuam infraestrutura mínima instalada bem como a possibilidade de sua complementação, permitam o acesso direto dos moradores a todos os lotes, apresentem integração com as vias de circulação do entorno, as moradias atendam as condições de habitabilidade e não estejam localizadas em áreas inadequadas à ocupação, em áreas de risco ou em faixas de domínio ou servidão.



Desse modo, após a urbanização, e, conforme diretrizes contidas nos Planos, o processo de regularização é desenvolvido obedecendo as seguintes etapas:

1. Levantamento Topográfico Cadastral;
2. Cadastro Socioeconômico;
3. Elaboração e Aprovação da Planta de Parcelamento;
4. Elaboração de memoriais descritivos;
5. Demarcação urbanística (quando for o caso)
6. Emissão das Escrituras, Títulos de Legitimação Fundiária, Contratos de Financiamento ou Termos de Legitimação de Posse;
7. Registro dos títulos em Cartório.

Atualmente, tem-se priorizado, no trabalho de regularização fundiária, as áreas onde há a possibilidade de transferência da propriedade diretamente aos ocupantes, sendo elas as áreas pertencentes ao Município ou aquelas de propriedade particular onde há a anuência expressa do proprietário na implementação do processo de regularização. Nas áreas particulares, onde não há anuência do proprietário, o Município, tem como diretriz a utilização da demarcação urbanística e, na sua impossibilidade, a indicação para aplicação do instituto da usucapião.

Ressaltamos, por fim, que a implementação das ações de regularização fundiária é estabelecida no Plano de Metas do Governo e de acordo com o planejamento orçamentário do Município.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIUS VINICIUS LEITE  
PEREIRA  
(47733497604)  
AC VALID RFB v5  
Em Sexta-feira, 20 de Janeiro de  
2023 às 12:33



*CLAUDIUS VINÍCIUS LEITE PEREIRA*

**Diretor-Presidente**



**Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 061/2023**

**Ref.:** Demanda TAG 354405 – Requerimento de Comissão nº 2049/2022 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana - Informações sobre providências para regularizar áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas.

**Interessado:** Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) - Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2023.

Prezada Diretora,

Trata-se de solicitação de informações da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), por meio do Requerimento de Comissão nº 2049/2022 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, nos seguintes termos: "Quais são as providências tomadas pela Prefeitura para regularizar as áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas? "

Nos limites das atribuições desta Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU, temos a informar o que se segue.

Inicialmente, cumpre destacar que o requerimento de informações da CMBH não especifica se o questionamento se refere a áreas de propriedade pública ou privada. Assim, apresentaremos informações quanto a ambas as situações, a fim de melhor elucidar a questão.

**1 – Ações de fiscalização de áreas públicas**

Dentre as atribuições desta SMPU estão as ações da Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS, que tem como fundamentos para o monitoramento das áreas públicas municipais a defesa do ordenamento urbanístico, da indisponibilidade do patrimônio público e do interesse público coletivo e ambiental.

**Ilma. Sra.**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE**

**Secretaria Municipal de Governo**

**Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro**



Assim, por meio do Decreto Municipal nº 16.888/2018, foi criado o Grupo de Controle e Monitoramento de Áreas Públicas - GCMA, um grupo intersetorial municipal, que, além da Subsecretaria de Fiscalização, conta com a participação das Secretarias Municipal de Fazenda, de Segurança e Prevenção, Procuradoria Geral do Município, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte e Superintendência de Desenvolvimento da Capital.

Apesar do objetivo principal do grupo ser direcionado à defesa das áreas públicas municipais, a especificidade das ações fiscais referentes ao tema trouxe à tona demandas de grande importância para o Município. De modo a exemplificar essas demandas, percebe-se a defesa da posse de áreas nas quais se verifica investimento financeiro por parte do Município visando a implantação de projetos viários e habitacionais.

A Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GCMBH) realiza o monitoramento preventivo, com o auxílio de ferramentas de análise de dados georreferenciados, de 4.683 áreas públicas municipais, de modo ininterrupto. Os locais passíveis de invasão são vistoriados rotineiramente, e caso seja necessária a realização de alguma ação administrativa, a Fiscalização é imediatamente acionada.

A Prefeitura de Belo Horizonte disponibiliza ainda, por meio do Portal de Serviços, serviço específico - Invasão de Lotes, Terrenos e Áreas Públicas - Fiscalização - para que qualquer pessoa denuncie provável invasão de área pública. As demandas referentes à invasão de áreas públicas são enquadradas como de atendimento prioritário pelas equipes de fiscalização.

## **2 – Ações de regularização fundiária**

Em relação às áreas públicas e privadas objeto de invasão e/ou ocupação espontânea que se conformam, ao longo do tempo, em núcleos urbanos informais consolidados, uma vez atendidos os pressupostos legais e previstos no planejamento e orçamento municipal, podem ser aplicados os procedimentos de regularização fundiária, conforme dispõem a Lei Federal nº 13.465/2017 e o Decreto Municipal nº 17.777/2021.



Núcleos urbanos informais consolidados, de acordo com o art. 4º do Decreto Municipal nº 17.77/2021, são aqueles clandestinos, irregulares ou nos quais não foi possível realizar a titulação de seus ocupantes, que estejam ocupados há pelo menos cinco anos e que possuam características urbanísticas e edilícias que indiquem a irreversibilidade do assentamento - especialmente considerando as vias de circulação, equipamentos públicos, serviços públicos e eventuais condicionantes ou impedimentos à ocupação.

O Decreto Municipal já citado, define uma divisão de competências de atuação em seu artigo 6º, indicando como sendo de atuação da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL as regularizações nas áreas cujo zoneamento seja ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social, nos conjuntos habitacionais produzidos no âmbito da Política Municipal de Habitação e no zoneamento AEIS- 2 – Áreas de Especial Interesse Social 2 que apresentem alta vulnerabilidade social e necessidade de intervenções estruturantes. Cabe à Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU a atuação nas regularizações fundiárias de interesse específico e nas regularizações fundiárias de interesse social que não se enquadrem nas áreas de atuação da URBEL.

O procedimento de regularização fundiária de interesse social, denominada Reurb-S, quando realizada a cargo da SMPU, atende às prescrições da Lei Federal nº 13.465/2017, assim como às regulamentações do Decreto Federal nº 9.310/2018 e do já mencionado Decreto Municipal nº 17.777/2021.

As etapas do procedimento da REURB-S são dadas pela Lei Federal nº 13.465/2017, tendo sido especificadas no Decreto Municipal nº 17.777/2021. A seguir serão apresentadas essas etapas, devendo-se ressaltar que antes do procedimento de Reurb-S propriamente dito, conforme se verá, há um extenso processo de planejamento e de política de habitação essenciais para que se efetivem as ações de regularização fundiária dentro dos princípios e diretrizes gerais da Política Urbana, fundada no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Ressalte-se que a necessidade de realização das etapas e a ordem em que elas são realizadas podem variar de caso a caso dependendo das necessidades de cada território.



### **2.1. Ações no âmbito do planejamento e da gestão:**

2.1.1 – Definição dos núcleos urbanos informais que poderão ser objeto da REURB-S. Trata-se de um processo contínuo de planejamento urbano e cuja expressão se dá no zoneamento do Plano Diretor municipal, sempre que ocorre a sua revisão.

2.1.2 – Planejamento orçamentário e operacional da entidade responsável pelo acompanhamento e execução das ações de regularização fundiária. Trata-se de processo da gestão que visa adequar as demandas de regularização às possibilidades efetivas que a Administração Pública tem de atendê-las.

2.1.3 – Desenvolvimento do plano global específico ou do plano de regularização urbanística do núcleo urbano informal objeto da REURB-S. Trata-se de etapa prévia à regularização que visa diagnosticar as características do território, tais como as áreas com risco de ocupação, as vias públicas, as áreas com relevância ambiental, dentre outros aspectos. Desse diagnóstico são extraídas diretrizes e propostas de intervenção no território visando a melhoria das suas condições de habitabilidade e de sua integração com a cidade. O plano também deve indicar as partes do núcleo urbano que são consolidadas, as que podem ser consolidadas com intervenções e aquelas que não poderão ser consolidadas e, por consequência, não são adequadas à ocupação.

2.1.4 – Organização comunitária. É uma ação que se desenvolve continuamente e visa ampliar a participação da população no processo de regularização.

2.1.5 – Implementação das propostas do plano. São as obras de infraestrutura, a construção de unidades habitacionais para reassentamento de famílias, contrapartidas ambientais, dentre outras, pelos órgãos competentes para atuação em cada uma das intervenções.

### **2.2. Etapas no âmbito do procedimento de Reurb-S:**

2.2.1 – Requerimento de classificação e instauração de Reurb-S direcionado à Comissão de Reurb (art. 7º do Decreto Municipal nº 17.777/2021);

2.2.2 – Classificação da Reurb-S pela Comissão de Reurb (art. 8º);

2.2.3 - Instauração da Reurb-S pela autoridade da SMPU;

2.2.4 – Notificação de proprietários e confrontantes da área do núcleo urbano irregular (art. 12);

2.2.5 – Elaboração do projeto de regularização fundiária (art. 18);

2.2.6 – Cadastramento dos beneficiários e elaboração dos títulos;

2.2.7 – Aprovação do projeto de Reurb e emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF (arts. 27, 28 e 29);

2.2.8 - Registro da Reurb e titulação dos beneficiários (arts. 29, 31, 32 e 33).



Considerando as competências dos demais órgãos do Executivo Municipal relacionados como tema, recomendamos consulta à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel, para que preste também as informações que entender pertinentes.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira  
**Secretário Municipal de Política Urbana**



Secretaria Municipal de Política Urbana &lt;smpu@pbh.gov.br&gt;

**Fwd: TAG 354405 - PARA DESPACHAR**

**Subsecretaria de Regulação Urbana** <sureg@pbh.gov.br>  
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>  
Cc: Dirlaine Machado <dirlaine@pbh.gov.br>

26 de janeiro de 2023 às 16:35

Prezada Cida Tomaz,

Segue para postar no sistema: Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 061/2023 em resposta à **Demanda TAG 354405** - Requerimento de Comissão nº 2049/2022 - Assunto: Informações sobre providências para regularizar áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas.

Atenciosamente,

Angela Papa Varela  
Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG  
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG  
(31) 3246-0090

| [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) | [www.pbh.gov.br/regulacaourbana](http://www.pbh.gov.br/regulacaourbana)**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.*

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**  
Date: qui., 26 de jan. de 2023 às 16:18  
Subject: Re: TAG 354405 - PARA DESPACHAR

De acordo



**OF. 061-2023 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - TAG 354405 (1).pdf**  
237K

